

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA**

**VERTICALIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS:**  
**UMA DESCONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL**

**GUILHERME SHOITI UEDA**

São Carlos

2012

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA**

**VERTICALIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS:  
UMA DESCONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL**

**GUILHERME SHOITI UEDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientação: Prof. Dr José Francisco

Co-orientação: Profa. Dra. Carolina M. P. Castro

São Carlos

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

U22vc

Ueda, Guilherme Shoiti.

Verticalização das cidades brasileiras : uma  
desconstrução do espaço social / Guilherme Shoiti Ueda. --  
São Carlos : UFSCar, 2014.

183 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2012.

1. Engenharia urbana. 2. Territorialidade. 3.  
Verticalização. 4. Espaço social. 5. Desconstrução espacial.  
I. Título.

CDD: 711 (20<sup>a</sup>)



## FOLHA DE APROVAÇÃO

GUILHERME SHOITI UEDA

Dissertação defendida e aprovada em 30/08 /2012  
pela Comissão Julgadora

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Maria Pozzi de Castro  
Orientadora (DECiv/UFSCar)

Prof. Dr. Manoel Antonio Lopes Rodrigues Alves  
(IAU/USP)

Prof. Dr. Luiz Antonio Nigro Falcoski  
(DECiv/UFSCar)

Prof. Dr. Ricardo Siloto da Silva  
Coordenador do CPGEU

## *Dedicatória*

---

*À minha mãe, que me ensinou a aprender.*

*Ao meu pai, que me ensinou a ensinar.*

---

## *Agradecimentos*

---

À professora e co-orientadora Dra. Carolina Pozzi de Castro, pelas longas conversas e pela valiosa orientação;

Ao professor e orientador Dr. José Francisco, por acreditar no trabalho e por todas contribuições;

Aos professores Dr Luiz Antonio Nigro Falcoski e Dr Ricardo Silotto, pelas contribuições ao trabalho;

Ao Professor Rovenir Duarte, pelas reflexões iniciais;

Aos professores e funcionários do Departamento de Engenharia Civil do Programa de Pós-Graduação em Engenharia urbana, pelo suporte em todos os trâmites burocráticos necessários ao trabalho;

Aos colegas de mestrado e de disciplinas, que em diferentes fases colaboraram mesmo sem saber para a construção do trabalho;

Aos colegas da Unirp, pelo apoio e incentivo;

Aos amigos, que mesmo distantes apoiaram o trabalho;

Ao Deoclécio e à Iraci, que me acolheram como a um filho;

À minha família, em especial à minha mãe, pela ajuda na elaboração do texto;

Ao Bim, que me atazanou durante toda a fase final do trabalho;

À Poliana, por ter vindo comigo.

---

## **Resumo**

---

O presente trabalho faz uma análise do processo de verticalização das cidades brasileiras, segundo os conceitos de territorialidade, desconstrução espacial, espaço social. Procura analisar a transformação do território resultante do crescimento vertical e do adensamento das cidades, sob o ponto de vista da casa e dos territórios individuais e de grupos. Para tanto, é realizada uma revisão bibliográfica sobre a relação entre homem e espaço, que serve de base para uma leitura do espaço urbano, seguida de revisão bibliográfica sobre métodos de análise urbana que se aproximam daquele utilizado. O período analisado abrange toda a história da formação do espaço urbano no Brasil, tendo como foco o período em que os primeiros edifícios verticais surgem nas capitais e em cidades do interior do país. A leitura das transformações, empírica, é feita através da análise de diversos trabalhos de outros autores que abordam o tema em diferentes cidades brasileiras, em diferentes períodos. Demonstra-se, ao final, como a verticalização resulta no isolamento dos indivíduos e na degradação das cidades, e ao mesmo tempo é influenciada pelas transformações ocorridas na sociedade.

**Palavras-chave:** *Territorialidade, Verticalização, Espaço Social, Desconstrução*

---

## ***Abstract***

---

The present work analyzes the process of verticalization of Brazilian cities, according to the concepts of territoriality, deconstruction space, social space. It examines the transformation of territory resulting from the vertical growth and densification of cities, from the point of view of the house and the territories of individuals and groups. Therefore, it is a bibliographical review on the relationship between man and space, which serves as the basis for a reading of the urban space, followed by bibliographic review on methods of urban analysis that used that approach. The period analyzed spans the entire history of the development of urban space in Brazil, focusing on the period of time in which the first vertical buildings appear in the capitals and cities of the country. The reading of the transformations, is empirically made through the analysis of several studies of other authors who address the subject in different Brazilian cities, in different periods. It is shown in the end, how the verticalization results in the isolation of individuals and the degradation of cities, and at the same time is influenced by changes occurring in society.

**Keywords:** Territoriality, Verticalization, Social Space, Deconstruction

---



## *Lista de Figuras*

---

Figura 1 – Relações entre dimensões de análise .....	3
Figura 2 – Ilusão de Müller-Lyer.....	20
Figura 3 - Composição do ideograma "Ma" .....	24
Figura 4 – Diagrama esquemático – Espaço público x espaço privado.....	52

## ***Lista de Gráficos***

---

Gráfico 1 - Evolução da porcentagem de domicílios do tipo apartamento nas 30 cidades com maior porcentagem de apartamentos em 2010, entre as cidades com mais de 10 mil domicílios. ....	5
Gráfico 2 – Relação entre população e porcentagem de domicílios do tipo apartamento nas cidades brasileiras com até dois milhões de habitantes – 2010 .....	6
Gráfico 3 – Tipo de condomínio por faixa de rendimento do domicílio no Brasil e em algumas cidades – 2010. ....	8
Gráfico 4 – Evolução da porcentagem da produção de edifícios verticais em relação ao ano de maior produção do período, nas cidades de São José do Rio Preto, Londrina, Maringá, São Paulo, Catalão e Ponta Grossa e média geral, entre 1939 e 2008 .....	124
Gráfico 5 – Taxa de urbanização e População urbana dos municípios de São José do Rio Preto, Londrina, Maringá e Ponta Grossa de 1950 a 2010 .....	145
Gráfico 6 – Número de edifícios verticais construídos em Londrina, Maringá, São José do Rio Preto e Ponta Grossa, por ano.....	145

---

## ***Lista de Mapas***

---

Mapa 1 – Espacialização da verticalização em Londrina, 1950 a 1979.....	151
Mapa 2 – Evolução da verticalização do Centro de Ponta Grossa e eixos de verticalização – 1947 a 1995.....	153
Mapa 3 – Leitura espacial da evolução da verticalização em Londrina – Centro e entorno, 1947 a 2008.....	164

---

# Sumário

---

<i>Introdução</i> .....	1
<b>1. Homem e Espaço</b> .....	<b>15</b>
1.1. Fenomenologia da sensação e da percepção .....	17
1.2. O Espaço .....	24
1.3. Lugar e Não-lugar .....	29
1.4. A Casa .....	33
1.5. Espaço pessoal .....	38
1.6. Território .....	43
1.7. Espaço Interno x Espaço Externo .....	48
1.8. Espaço Privado x Espaço Público .....	50
1.9. Paradigmas espaciais .....	52
<b>2. Espaço urbano</b> .....	<b>59</b>
2.1. A Ecologia Humana .....	63
2.1.1. Conceitos .....	70
2.1.2. Processos .....	72
2.1.3. Repercussões .....	77
2.2. Desposseção e desconstrução .....	80
<b>3. Breve história do espaço brasileiro</b> .....	<b>89</b>
3.1. O modelo sinomórfico .....	91
3.2. A Formação das cidades .....	95
3.3. A Cidade Fragmentada .....	101
3.3.1. A imigração de estrangeiros .....	102
3.3.2. A migração do campo para cidade .....	104
3.3.3. A casa e a Rua .....	105
<b>4. A cidade vertical</b> .....	<b>117</b>
4.1. O período heróico .....	125
4.1.1. Dimensão histórica: Os primeiros edifícios .....	126
4.1.2. Dimensão Espacial .....	133
4.1.3. Dimensão econômica .....	135
4.1.4. Dimensão simbólica: A superação de um preconceito .....	137
4.1.5. Dimensão social: o espaço social da verticalização .....	143
4.2. A fase de consolidação .....	149
4.2.1. Dimensão Espacial: A verticalização do centro .....	151

---

4.2.2. <i>Dimensão simbólica: O consumo do edifício</i> .....	154
4.2.3. <i>Dimensão Socioeconômica: O espaço do centro adensado</i> .....	156
4.3. <i>O espraiamento e a mudança de interesse</i> .....	157
4.3.1. <i>As migrações intra-urbanas</i> .....	159
4.3.2. <i>Dois movimentos</i> .....	165
<b>5. <i>Considerações Finais</i></b> .....	<b>169</b>
<b>6. <i>Referências Bibliográficas</i></b> .....	<b>177</b>

---

## Introdução

---

*O relâmpago põe fogo por um instante nos vidros das janelas. Mas a casa não treme sob o ribombar dos trovões. Não treme conosco e por nós. Em nossas casas grudadas umas às outras, temos menos medo. A tempestade sobre Paris não tem contra o sonhador a mesma capacidade ofensiva que contra a casa de um solitário. (BACHELARD, 1994 p. 45)*

A descrição poético-filosófica das “casas grudadas umas às outras” parece, à primeira vista, representar as qualidades positivas dos apartamentos. No entanto, a frase retirada de seu contexto oculta certo pesar na frase do filósofo. Se a casa antes “tremia conosco e por nós”, é porque era antes extensão do próprio corpo, e perante a tempestade era o próprio indivíduo quem tremia. Já a casa produzida em série é como mero envoltório, que protege dos perigos e das intempéries, mas que pode ser descartado. A carga simbólica da casa, ou seja, seu significado original como extensão do corpo, é substituída pela de um objeto físico com a função específica de isolar o indivíduo e sua família das outras pessoas que moram ao lado, acima e abaixo, e protege-las dos perigos da rua.

Mas de que forma, através de quais transformações, a casa perde seu significado original? É este o questionamento fundamental que norteia este trabalho.

Parte-se de um pressuposto de que a ideia da casa está fundamentada na relação do homem com o espaço, e de que a casa não é somente o objeto físico, constituído de teto e paredes, mas também um conjunto abstrato de relações espaciais que configuram o território pessoal humano. A partir deste território, o homem estabelece suas relações sociais e define suas atitudes perante as diversas situações da vida. E percebe-se, então, que o próprio espaço, seja o da casa, seja o da cidade ou o natural, define-se não somente com relação à disposição física dos objetos, mas em função de uma gama de relações territoriais que são estabelecidas com outras pessoas, grupos, objetos e lugares.

São mudanças nos diversos contextos que definem a contemporaneidade que fazem com que estas relações sejam modificadas, na medida em que inserem novos valores e significados a uma estrutura existente, fazendo com que seja necessária uma acomodação dos atores ali envolvidos para que a sociedade possa se reproduzir. Estes novos valores podem surgir sob diversos formatos, como evoluções tecnológicas,

---

descobertas científicas, crenças religiosas, mudanças climáticas, desastres naturais, ideologias políticas e inúmeros outros. Cada mudança significa a introdução de um novo valor, que altera, ainda que imperceptivelmente, a estrutura social.

Assim, a ideia central do trabalho é a compreensão do homem como um ser orientado essencialmente por um território, que se configura segundo um sistema de valores que por sua vez lhe é imposto pela sociedade em que vive. Esta visão dá margem a interpretações até então pouco abordadas nos estudos da cidade, pois está centralizada no homem e na casa, que têm na cidade o local de reprodução de suas necessidades territoriais.

Ao contrário do que se pode supor, a análise empreendida segundo este enfoque não pressupõe a passividade da territorialidade, no sentido de ser contínua e passivamente influenciada pelas transformações do ambiente; pelo contrário, entende-se que a territorialidade é agente importante destas transformações, estabelecendo uma relação dialética com o espaço.

Deste modo, ao mesmo tempo em que a cidade determina como o homem deve agir, o homem também determina o que a cidade deve ser a partir de suas ações. Em outras palavras, se a cidade é, como preconizam algumas leituras, produto do capital, é necessário que o capital se molde às necessidades humanas para que possa se reproduzir. Muitas vezes é necessário que o capital, visando à ampliação do lucro, ao se deparar com determinadas barreiras, procure por caminhos alternativos que, normalmente, passam pela necessidade de consumo, criado artificialmente. A criação de uma demanda por um produto que até então inexistia é recurso utilizado indiscriminadamente pelos diversos tipos de capital, e nada mais é do que a introdução de um novo valor que modifica a estrutura social. É representada pelos mitológicos espelhos que eram dados aos indígenas brasileiros em troca do pau-brasil, pelas especiarias indianas e pelas sedas chinesas que motivaram grandiosas transações internacionais, e pelos aparelhos celulares, carros e eletrônicos, substituídos a cada ano por um modelo melhor e mais rápido.

No caso deste trabalho, o apartamento representa o produto cuja demanda teve de ser criada, para que uma renda fundiária pudesse ser extraída da terra.

Nesta linha de raciocínio, outros objetos de estudo, que não a verticalização das cidades, poderiam ser utilizados para validar o ponto de vista a ser adotado para análise. Mas é o edifício vertical, símbolo do progresso e da modernidade das cidades contemporâneas, que representa de forma mais clara as transformações da territorialidade que se pretende revelar.

Este trabalho coloca no centro de sua análise a dimensão simbólica da verticalização, se adotadas as seis dimensões de análise da verticalização propostas por SAHR (2000). São elas a dimensão histórica, a espacial, a social, a simbólica, a econômica e a do planejamento. A primeira delas, a histórica, acaba por permear todo o trabalho, servindo como pano de fundo para o estudo de cada uma das outras dimensões, uma vez que contextualiza as transformações nelas verificadas. A dimensão espacial, que procura compreender a expansão do fenômeno no corpo da cidade (SAHR, 2000), é reflexo das dimensões social e econômica, uma vez que a distribuição dos diversos estratos sociais nos setores da cidade é determinada, direta ou indiretamente, pelos diversos agentes que atuam no processo de verticalização. Já a dimensão do planejamento urbano é compreendida tanto como reflexo das dimensões espacial, social e econômica como fator que influencia estas mesmas dimensões. Por outro lado, a dimensão central deste trabalho, a simbólica, situa-se no ponto oposto, também influenciando e sendo influenciada pelas dimensões social, econômica e espacial, relacionando-se indiretamente com a dimensão do planejamento através destas três dimensões (Figura 1).

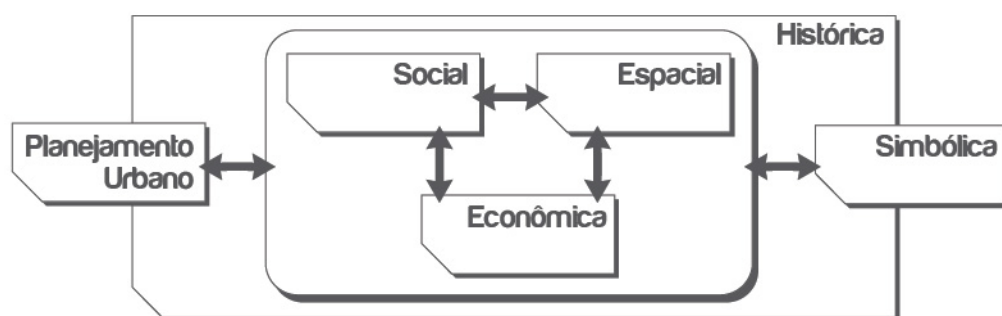


Figura 1 – Relações entre dimensões de análise

Fonte: elaborado pelo autor

Entende-se que as cidades verticalizadas apresentem vantagens inerentes ao adensamento da ocupação urbana, intimamente relacionados à maior compacidade e, conseqüentemente, a menores distâncias de deslocamento, melhor aproveitamento de



---

infraestrutura e equipamentos urbanos e, por fim, na diminuição dos custos energéticos, sociais e ambientais para as cidades. O estudo da dimensão do planejamento urbano permite compreender como os planos diretores e outras legislações urbanas contribuem tanto para incentivar a verticalização em algumas áreas, favorecendo o adensamento e a especulação imobiliária, como também para impedir que este adensamento ocorra de forma excessiva em determinados locais, a ponto de resultar em impactos negativos para a infraestrutura e para os habitantes. O estudo desta dimensão se limitará, no entanto, à análise dos seus efeitos sobre a verticalização, excluindo-se assim um aprofundamento em seus aspectos teóricos, técnicos e ideológicos.

Como se verá, o apartamento, de um lado, apresenta-se como solução para o adensamento das cidades e representa uma forma de otimização do terreno urbano em áreas onde este é escasso; de outro, pode estar relacionado a uma série de problemas urbanos, alguns dos quais são, paradoxalmente, apontados como motivo para a difusão deste modelo. Não se pretende, no entanto, afirmar que a verticalização e o adensamento das cidades levem, inexoravelmente, à deterioração de determinadas regiões, mesmo porque neste caso a dimensão do planejamento urbano exerce um papel de extrema importância. Exemplos bem sucedidos de cidades com altas densidades que conseguem preservar a diversidade e a vivacidade do espaço urbano podem ser encontrados em cidades europeias como Copenhague, Paris e Barcelona, entre outras. O espaço que se analisa aqui, no entanto, é o da cidade verticalizada brasileira, onde áreas inteiras são ocupadas quase que exclusivamente por edifícios verticais de uso residencial e onde é possível, muitas vezes, observar uma correlação entre a verticalização e a deterioração urbana. Ainda que uma relação direta de causa e efeito entre os dois fenômenos não possa ser claramente estabelecida, procura-se aqui identificar fatores que acarretam tanto em um como em outro.

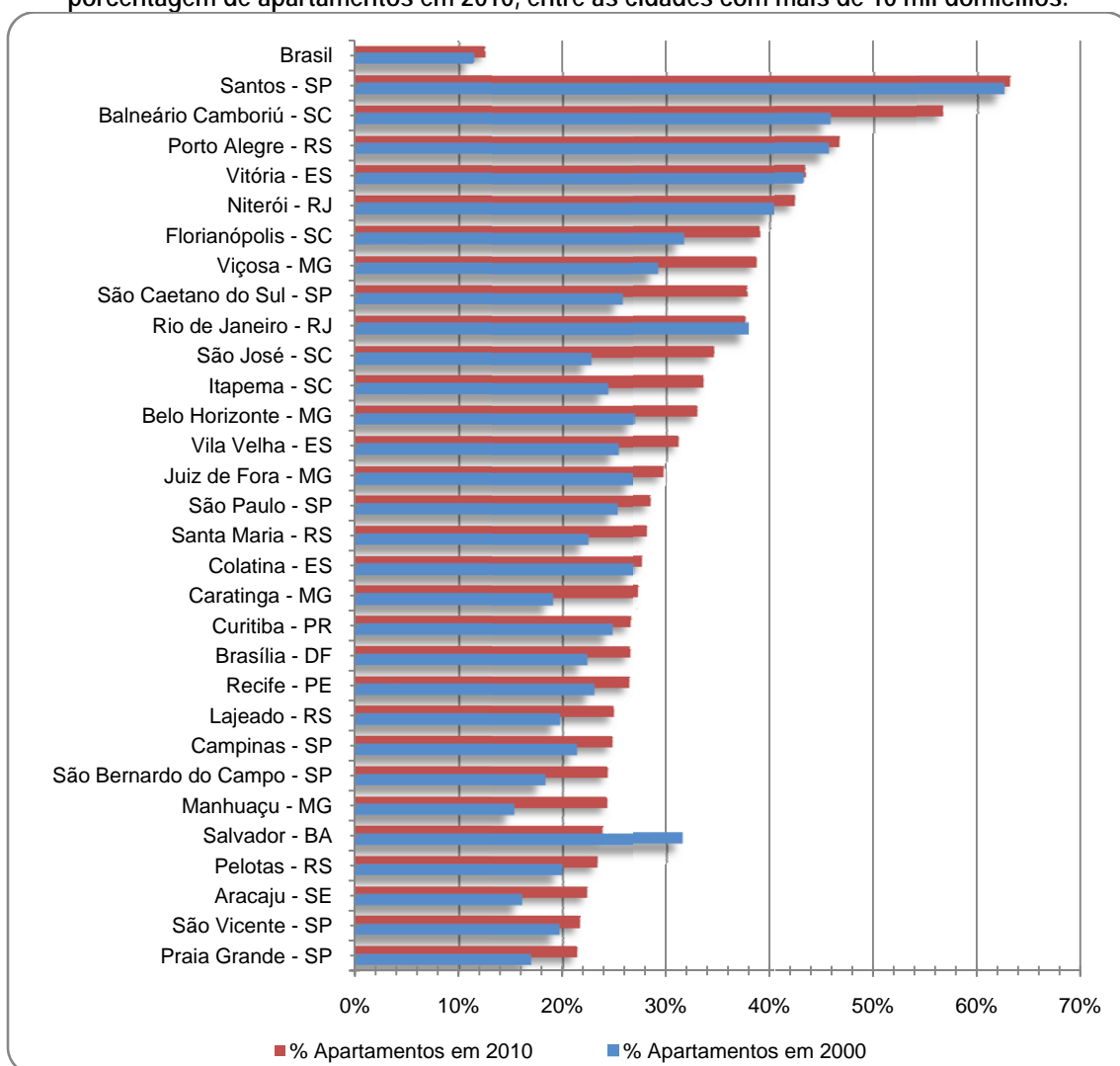
O edifício vertical de apartamentos, que na densidade e frequência com que se apresenta é característica quase que exclusivamente brasileira<sup>1</sup>, é o objeto de estudo escolhido por representar a vida das metrópoles e da maioria das cidades médias no Brasil.

---

<sup>1</sup> Verticalização é uma "especificidade brasileira. Em nenhum lugar do mundo o fenômeno se apresenta como no Brasil, com o mesmo ritmo e com a destinação prioritária para a habitação." (Souza, 1994, p.129)

O Gráfico 1 abaixo ilustra o fato de que o apartamento é opção de moradia que cresce proporcionalmente em todo o país, e embora não seja maioria das habitações, com exceção das cidades de Santos e de Balneário Camboriú, é notável o fato de que a habitação do tipo apartamento não é exclusividade das cidades mais adensadas, como se poderia esperar. A constatação pode ser confirmada com o gráfico 2, que mostra que apesar de as cidades mais populosas apresentarem maior porcentagem de apartamentos, não existe uma tendência evidente entre as cidades com populações entre 5 mil e 100 mil habitantes, o que significa que o edifício de apartamentos é realidade em cidades de todos os tamanhos, sem necessariamente apresentar uma proporção direta com a população.

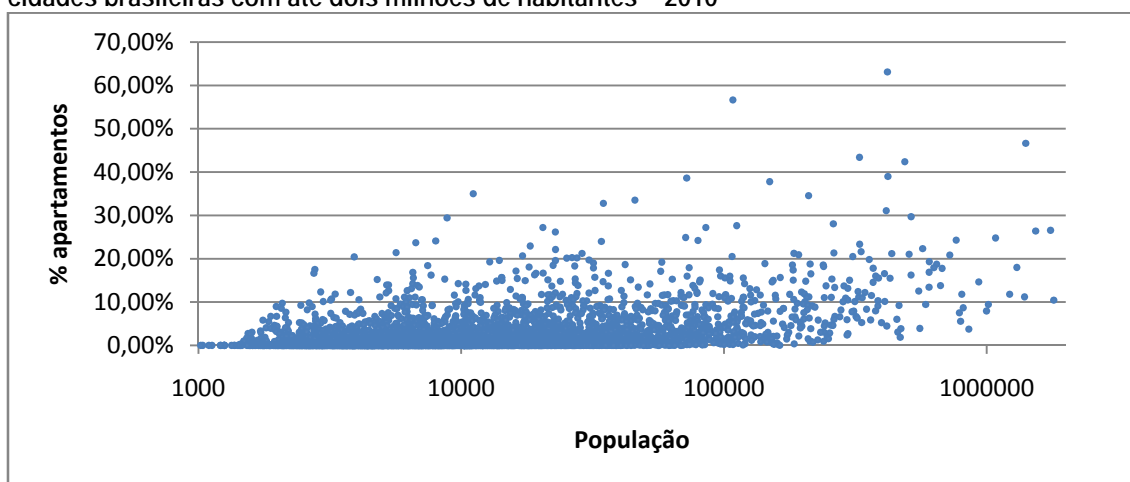
Gráfico 1 - Evolução da porcentagem de domicílios do tipo apartamento nas 30 cidades com maior porcentagem de apartamentos em 2010, entre as cidades com mais de 10 mil domicílios.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2010)

Outra característica do apartamento é o fato de ele ser ocupado predominantemente pelas classes mais altas, como ilustra o gráfico 3. Analisando algumas cidades do país, percebe-se que mesmo naquelas em que a proporção de apartamentos é pequena, a maioria dos moradores de apartamentos tem faixa de rendimento de 20 ou mais salários mínimos. As exceções, no caso das cidades elencadas, ficam por conta de Catalão, onde os edifícios são poucos, antigos e com infraestrutura insuficiente para as classes mais altas (MARTINS, 2010), e de Viçosa, onde a maior parte dos apartamentos é voltada para estudantes. Em algumas cidades é possível perceber que uma parcela da população das classes mais altas tem preferido viver em condomínios horizontais, fenômeno que não será abordado neste estudo, mas que vem apresentando relevância e pode ter características bastante próximas do apartamento sob o ponto de vista da relação da habitação com a cidade. Outro ponto a ser notado é o fato de que cidades como Londrina, no Paraná, e São José do Rio Preto, em São Paulo, tenham proporções diferentes de tipos de domicílios embora o porte, assim como relevância econômica destas cidades em suas respectivas regiões, sejam semelhantes.

Gráfico 2 – Relação entre população e porcentagem de domicílios do tipo apartamento nas cidades brasileiras com até dois milhões de habitantes – 2010

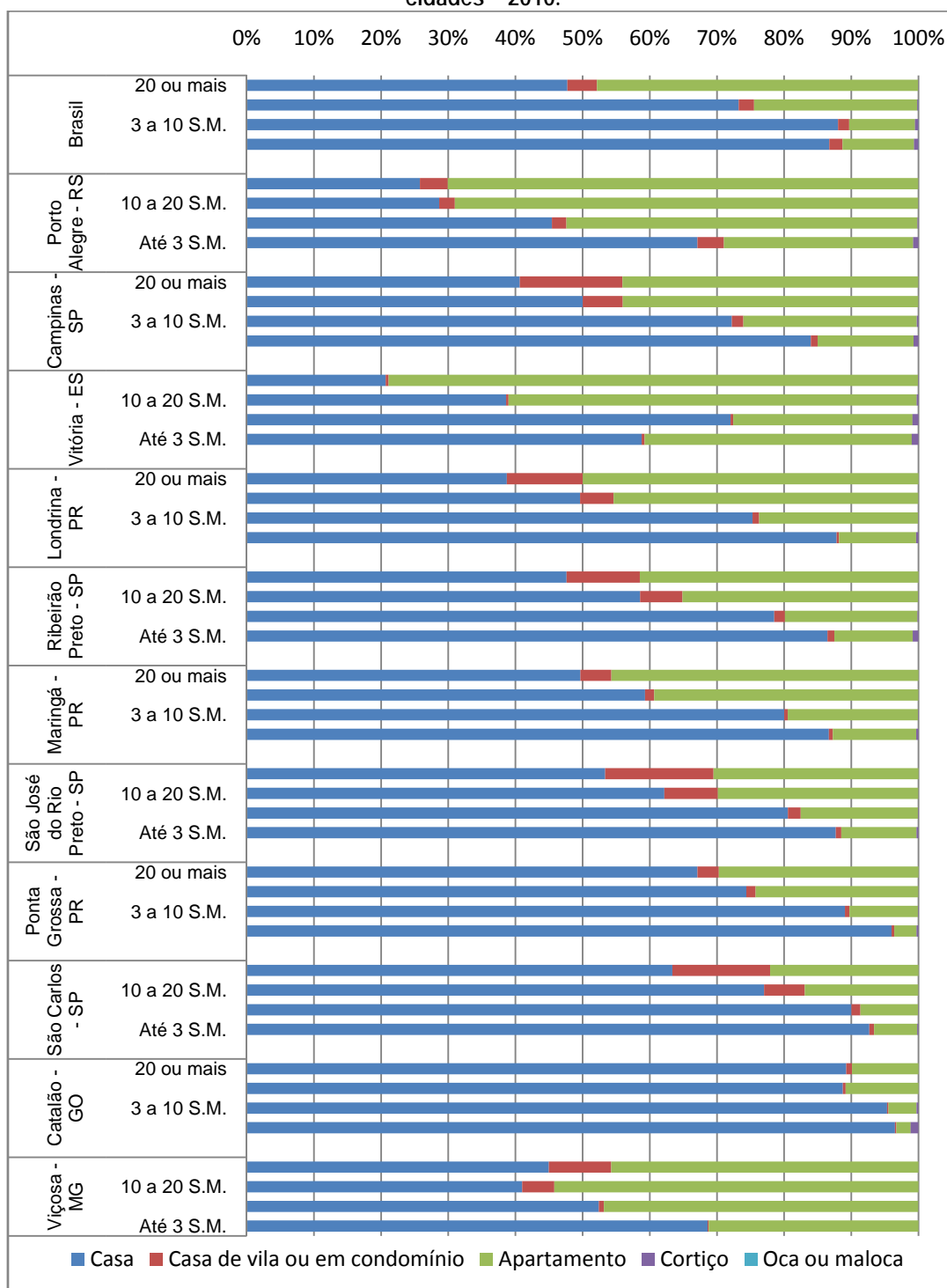


Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2010)

Levanta-se, neste ponto, algumas questões intermediárias, como o motivo da dispersão do modelo sem discriminação quanto ao porte da cidade, assim como a diferença da aceitação do modelo entre uma cidade e outra. São estas algumas das questões que ajudam a nortear o trabalho, e que se somam a outras que surgem no decorrer da análise.

Assim, o trabalho se estrutura em três partes. A primeira, constituída pelos capítulos 1 e 2, introduzem, respectivamente, as bases teóricas para a compreensão da relação homem e espaço e para a leitura do espaço urbano. É esta primeira parte que dá a base para a análise que se realiza nas partes seguintes. A segunda parte é formada pelo capítulo 3, onde se analisa, brevemente, a evolução histórica do espaço brasileiro, em uma tentativa de expor o contexto em que se encontram, do ponto de vista das organizações territoriais, as cidades brasileiras no momento em que se inicia a verticalização. Na terceira e última parte, o processo de verticalização é analisado segundo o método exposto nas páginas seguintes.

Gráfico 3 – Tipo de condomínio por faixa de rendimento do domicílio no Brasil e em algumas cidades – 2010.



Fonte: IBGE (2010)

---

## **Objetivos**

---

O objetivo geral deste trabalho é analisar as transformações da visão subjetiva do territorialidade, decorrentes da urbanização e da verticalização das cidades brasileiras.

Para se alcançar este objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Fazer uma revisão bibliográfica sobre a questão da relação homem e espaço, definindo o ponto de vista a ser adotado para o estudo;
2. Fazer uma revisão bibliográfica sobre teorias urbanas que se aproximem do ponto de vista adotado;
3. Fazer uma breve análise da evolução urbana nas cidades brasileiras;
4. Analisar o processo de verticalização das cidades brasileiras.

---

## **Método**

---

O primeiro passo para a consecução deste trabalho foi estabelecer as bases teóricas que fundamentam a análise da verticalização das cidades. Estudos anteriores que abordam, direta ou indiretamente o tema, como os de Somekh (1987), Spósito (1988), Souza (1994) e Villaça (2001), entre outros, serviram como base para a compreensão da verticalização enquanto processo urbano resultante de dinâmicas internas e externas, inerentes à própria formação da cidade, sobretudo do papel do capital no processo de produção do espaço urbano. No entanto, a abordagem que se pretendeu fazer foi mais subjetiva, tendo como centro da análise o homem e seu território.

Nesta abordagem, foi necessário recorrer a bibliografias não diretamente relacionadas ao processo urbano, para que se formasse uma base teórica sobre a qual seria feita a leitura do processo de verticalização. Este estudo envolveu uma revisão bibliográfica cujo objetivo foi delinear os conceitos de espaço e de território, que nortearam o restante do trabalho.

Partiu-se dos estudos de Sommer (1973) e Hall (1986), que fizeram abordagens aos conceitos da territorialidade humana, do espaço pessoal e da proxêmica, e que, embora forneçam importante base de conhecimentos para a área de Arquitetura e do Urbanismo, permanecem pouco difundidos. Sommer acredita que:

*...o pensamento visual do arquiteto contrasta nitidamente com o pensamento analítico abstrato do cientista social, do filósofo e da maior parte dos leigos, e representa um obstáculo muito sério ao diálogo produtivo entre todos (SOMMER, 1973 p. 6)*

A arquitetura é uma área comumente relacionada estritamente à construção, mas é também comum que ela aborde muito mais a forma, quando deveria ter o espaço como foco dos estudos. Para uma compreensão do espaço, é previamente necessário compreender alguns dos processos biológicos básicos, como a sensação, que é o mecanismo através do qual interpretamos o mundo. O estudo da percepção é abordado tanto pela Psicologia como pela Neurociência, no sentido de estudar a interpretação das informações recebidas pelos órgãos sensoriais que chegam ao cérebro.

Para a interpretação dos significados, recorre-se aos conceitos da fenomenologia da percepção, de Merleau-Ponty (1999) e de Bachelard (1994), que

interpretam a percepção e a espacialidade humanas, respectivamente, buscando a origem do fenômeno, e fornecendo uma base para compreender a manifestação do espaço na psique humana. A fenomenologia assim se define como

*... uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre "ali", antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço todo consiste em reencontrar este contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico. (MERLEAU-PONTY, 1999 p. 1)*

Uma vez aceitos e compreendidos os fundamentos da percepção do espaço, utiliza-se uma abordagem antropológica e sociológica, que dão base, por sua vez, à análise do ser humano dentro do espaço geográfico. Neste sentido, Tuan (1983 e 1984) faz uma interessante abordagem sobre a relação entre o homem e o espaço, analisando a espacialidade de povos primitivos estudados pela antropologia. Temos que o objeto principal da antropologia,

*...quer historicamente quer quanto à orientação total de seu enfoque, relaciona-se à compreensão dos povos primitivos, das culturas que criaram e dos sistemas sociais nos quais vivem e agem" (NADEL, 1987 p. 49)*

Partindo do estudo destes povos, é possível compreender aspectos fundamentais e universais a todos os outros, na medida em que se tenta fazer uma análise isenta de motivações conscientes e também de condições típicas e particulares da situação social estudada.

*[...] em ambos os casos, a passagem de um nível de compreensão para o outro implica algo na natureza da "translação". Passa-se de um idioma específico de uma cultura para uma linguagem de aplicação mais ampla e, em última análise, universal. (NADEL, 1987 p. 52)*

A rápida urbanização do final do século XIX e início do século XX deu origem a estudos urbanos em Chicago, que tomavam conceitos da Ecologia para analisar os movimentos humanos de apropriação das cidades, o que deu origem à Ecologia Humana, aprofundada pela Escola de Chicago nos anos de 1930, intimamente ligada ao surgimento dos primeiros arranha-céus. Estes estudos vão de encontro à abordagem que seria então feita por Sommer e Hall, algumas décadas mais tarde.

Os estudos dos efeitos do espaço sobre o homem têm sido objeto de estudo de diversas áreas. Desde os estudos fenomenológicos já citados de Bachelard,



---

também é possível verificar alguns estudos realizados pela Avaliação Pós-ocupação, assim como pela Psicologia Ambiental e a Geografia Humana. O presente estudo preferiu voltar-se para a questão do espaço como território, o que envolve sua proteção e a apropriação. Embora alguns estudos da Avaliação Pós-ocupação esbarrem no tema, estudo mais aprofundado e específico pode ser encontrado em Lawson (2001), que aborda o tema da territorialidade com uma visão arquitetônica, procurando compreender a forma como o espaço se apresenta para as pessoas. Embora a abordagem seja enfocada no edifício, a visão pode ser ampliada para a cidade.

Já nos estudos do holandês Hertzberger (2010), a contraposição entre os espaços público e privado é realizada através da análise da justaposição entre espaços internos e a rua, ou entre espaços privados e menos privados dentro de edificações, possibilitando uma reflexão sobre os significados do espaço em relação a sua apropriação.

Apoiado nesta bibliografia diversificada, buscou-se delinear a importância do edifício vertical como representação simbólica, compreendendo-o tanto como fenômeno espacial como também social, imbuído portanto de valores que direta ou indiretamente se relacionam com as dimensões da verticalização analisadas.

Seguiu-se uma análise, ainda que genérica e superficial, de diferentes etapas dos espaços brasileiros, desde as aldeias indígenas, passando pelas primeiras cidades – as cidades da conquista, segundo Singer (1990) – até as cidades comerciais e industriais, onde se inicia o processo de verticalização. Nesta revisão histórica, procurou-se fazer uma análise estritamente do ponto de vista da formação do espaço social. Leituras históricas e geográficas foram utilizadas como ferramentas para a interpretação da territorialidade em diferentes épocas do ano. Como é inevitável a interpretação da cidade contemporânea como produto do capitalismo, foi feita uma leitura sobre os efeitos da ação do capital, sem buscar, porém, um aprofundamento mais reflexivo sobre o tema.

Segue-se a análise do processo de verticalização. Na ausência de um estudo geral sobre o processo de verticalização das cidades brasileiras, recorreu-se a um levantamento dos estudos já realizados sobre o tema, que tratam, em geral, da verticalização de uma, duas ou três cidades específicas. Dentro de um universo limitado

de trabalhos encontrados, provavelmente por se tratar a verticalização de um fenômeno relativamente recente nas cidades brasileiras, procedeu-se à leitura de alguns dos trabalhos levantados. Entre eles, os que abordavam as cidades de São Paulo (SOMEKH, 1987; SOUZA, 1994; VILLAÇA, 2001; FICHER, 1994; PAIVA, 2011), Rio de Janeiro (FICHER, 1994; VAZ, 1994) São José do Rio Preto (FRANCISCO, 2007), Londrina (CASARIL, 2008; OURA, 2006; TÖWS, 2010), Maringá (TÖWS, 2010), Ponta Grossa (SAHR, 2000), Catalão (MARTINS, 2010), Ribeirão Preto (BEZZON, 2002), Viçosa (CARVALHO, et al., 2008), São Carlos (GERALDI, 2005; LIMA, 2008), Belém (COSTA, et al., 2012), Recife (SILVA, 2008), entre outros.

A fim de traçar uma caracterização geral do processo de verticalização, os estudos foram analisados segundo as dimensões de análise propostas, na tentativa de identificar as dimensões presentes em cada um, e dentro destas, as características comuns entre as cidades analisadas. De modo geral, a dimensão histórica está presente em todos os trabalhos, seja definindo períodos específicos, seja como guia para ilustrar a evolução dos processos de forma cronológica. Para uma melhor compreensão dos processos, o presente trabalho foi, também, organizado segundo esta dimensão. Após a contextualização histórica, tentou-se dividir o período mais profundamente analisado – que se inicia com os primeiros edifícios verticais e vai até os tempos de hoje – em subperíodos distintos. Esta divisão, no entanto, mostrou-se ineficaz, pois ficou evidente que em um mesmo período histórico, cada cidade pode estar situada em um estágio diferente da verticalização. Esta constatação levou à divisão não por períodos, mas por etapas da verticalização.

Esta divisão foi realizada segundo a proposição de alguns dos autores, como Francisco (2007) e Töws (2010), que propõem três etapas. Desta forma, a análise das cidades de São José do Rio Preto (FRANCISCO, 2007), Londrina e Maringá (TÖWS, 2010) serviram de base para uma caracterização das etapas de verticalização. Foi realizado um alinhamento prévio das etapas, que ocorrem em períodos cronologicamente distintos nas três cidades, buscando compreender as características comuns identificadas, principalmente nas dimensões espacial, econômica, social e simbólica. Estas características foram utilizadas como parâmetros para determinar, quando possível, os períodos históricos em que cada cidade alcança cada uma das etapas predeterminadas. Uma vez identificadas as etapas de cada cidade, o processo é repetido,

---

buscando características comuns às cidades analisadas em cada uma das etapas, o que permitiu uma ampla caracterização das três etapas e a validação da divisão proposta.

O que se apresenta neste trabalho é o resultado deste processo, através de uma análise crítica de dados e informações levantados e analisados pelos estudos que foram considerados mais representativos das características de cada etapa. Não é apresentado, portanto, um estudo comparativo entre as cidades, uma vez que os estudos levantados empregam métodos diferentes para o levantamento e análise de dados com enfoques variados, resultando em uma amostragem heterogênea de informações que tiveram de ser reinterpretadas segundo as dimensões aqui propostas.

De forma resumida, a primeira etapa se caracteriza pelo início da verticalização, e é quando a dimensão simbólica do edifício possui a maior importância. Na segunda etapa, a verticalização se acelera, adensando o centro e modificando a espacialidade urbana, em um processo que se acentua ainda mais na terceira etapa. Nesta última etapa, a área verticalizada começa a se espalhar, ultrapassando os limites do centro original, e pode dar origem a um novo polo vertical.

Ao fim, são interpretados os significados de cada etapa, procurando trazer à tona características comuns do processo que envolve a produção de edifícios verticais nas cidades brasileiras. Cabe ressaltar que a análise dá maior ênfase à primeira etapa da verticalização, onde as transformações mais significativas se fazem necessárias para que o edifício vertical se torne realidade.

# ***1. Homem e Espaço***

---

O surgimento do edifício de apartamentos moderno significa a inserção na cidade de uma forma de habitação que, em muitos aspectos, difere das habitações até então utilizadas. Primeiramente, a tipologia do apartamento significa o compartilhamento de um mesmo terreno por várias famílias. Além disso, as habitações são compartimentadas e localizadas umas sobre as outras, e aquelas no mesmo andar são separadas entre si apenas por paredes – não somente em uma das laterais como nas casas geminadas, mas em duas ou possivelmente mais faces – e outros apartamentos estão bem próximos, separados apenas por corredores comuns. A relação com a rua é intermediada por um acesso comum, e a distância física entre os apartamentos em andares mais altos e a calçada é maior.

Neste momento, é preciso questionar a importância destas diferenças, do ponto de vista daquele que habita o apartamento. A dimensão simbólica da verticalização aqui analisada está relacionada não às características físicas da tipologia do apartamento, mas aos valores e significados a ela atribuídos. É, antes de tudo, uma dimensão subjetiva, pois depende de percepções individuais, mas também é relativa a valores e conhecimentos culturais, e procura definir-se pela compreensão da forma como o apartamento e o edifício vertical representam uma transformação da casa como símbolo.

A definição do significado da casa passa, por sua vez, pela análise do significado do espaço e do território para o homem, que tem, aparentemente, se modificado desde o início dos tempos.

Desde que os primeiros assentamentos humanos se consolidaram e os grupos humanos deixaram de ser nômades, o ambiente urbano tem feito parte do imaginário das populações. O homem que até então lidava com as dificuldades da sobrevivência no meio natural passa a encarar novos problemas, agora decorrentes da organização social e do ambiente artificial. Mesmo entendendo que as cidades tenham sido construídas buscando melhorar as condições que satisfazem as necessidades do homem como grupo – ainda que na maioria dos casos se privilegiem alguns indivíduos ou subgrupos dentro do todo – é preciso ter em mente que a troca do ambiente natural pelo urbano não leva, necessariamente, à transformação imediata das características

---

fisiológicas do ser humano. Desde o surgimento das primeiras cidades, há cerca de oito mil anos, a evolução biológica do homem não parece ter tido grande influência sobre a forma de interagir com o espaço.

Tomando como exemplo as formas de arte mais primitivas de que temos conhecimento – a arte rupestre e pequenas esculturas em chifres de animais – percebemos que mesmo estes homens primitivos tinham uma aguçada percepção das formas dos animais, e inclusive tinham desenvolvido habilidade para reproduzi-las com impressionante realismo. Descontada a evolução da técnica, percebemos que estas obras de arte nada devem no quesito da habilidade e da fidelidade da reprodução (JANSON, 2001).

Embora o ambiente urbano signifique uma grande transformação na organização socioespacial, ele não implica a necessidade de uma mudança na fisiologia da percepção do espaço que nos rodeia. As características fisiológicas dos humanos de dezenas de milhares de anos atrás são praticamente as mesmas que as utilizadas hoje para interagir com um ambiente artificialmente construído, que é, em muitos aspectos, superlativamente diferente daquele, natural, ao qual tais características se adaptaram. Daí a importância de entender como a estrutura fisiológica do ser humano influencia nosso modo de viver na cidade, como cada transformação nas relações com os espaços e com as pessoas significa uma adaptação desta estrutura a esta realidade, e como a própria sociedade, em níveis mais complexos de organização, se utiliza destas características em benefício de determinados grupos.

Para se situar no mundo, é necessário que, de alguma forma, a consciência se informe das condições do ambiente em que o corpo se situa, ou seja, seu espaço físico. Captar estas condições significa apreender dados físicos de um determinado espaço, segundo um processo que ocorre em etapas. A percepção do espaço depende primeiramente de órgãos que sejam capazes de captar estes dados; o córtex cerebral se responsabiliza pela conversão destes estímulos, em forma de energia, em informação útil, que, analisada, servirá como subsídio para a tomada de ações.

Entre a sensação dos dados espaciais até a tomada de uma ação, existe em cada etapa do processo uma diferença de intencionalidade. A sensação diferencia-se da percepção. Por exemplo, entre a percepção da existência de uma árvore e a

identificação dessa árvore como tal existe primeiramente a necessidade de se sentir, através da visão, a luz que incide sobre a superfície desta árvore; num segundo momento, o cérebro identifica este conjunto de luzes refletidas como uma árvore, que é então comparada com experiências anteriores; só então, esse objeto é identificado como uma árvore.

Na leitura do espaço, os processos de sensação, percepção e interpretação acontecem constante e muitas vezes simultaneamente, e influenciam a forma como lidamos com ele. A seguir, uma breve descrição sobre os conceitos da sensação e percepção será seguida da exposição de diferentes interpretações destes fenômenos e seus efeitos sobre a leitura do espaço.

### **1.1. Fenomenologia da sensação e da percepção**

---

A dimensão subjetiva da relação homem-espaço está baseada na construção subjetiva de uma imagem do mundo, que parte das informações que nossos órgãos sensoriais extraem do entorno e contribuem também para a construção de um imaginário, individual ou coletivo. Este processo será sucintamente analisado a seguir, a partir de teorias da percepção, com o apoio teórico de correntes fenomenológicas.

A relação primária do ser humano com o espaço é a de percebê-lo tal como ele é. É entender suas dimensões e suas características físicas e químicas, os movimentos que nele acontecem. É possível entender que o ambiente é composto de matéria e energia:

*Objetos, pessoas e animais são feitos de matéria; a luz do sol ou de uma lâmpada, o som que vem do rádio, a chama que aquece a panela no fogão são diferentes tipos de energia (eletromagnética, mecânica e térmica, respectivamente). (SIMÕES, et al., 1985 p. 4)*

Somos dotados de órgãos específicos que captam estas energias e convertem-nas em energia eletroquímica (SIMÕES, et al., 1985). Os dados físicos captados por esses órgãos em forma de energia são convertidos em outra forma de energia que, essencialmente, é a mesma para qualquer que seja o estímulo que a originou. Esta etapa inicial, em que a energia ainda não foi *interpretada*, seja através de processos conscientes ou inconscientes, denomina-se *sensação*.

---

*As sensações constituem a fonte básica dos nossos conhecimentos atinentes ao mundo exterior e ao nosso próprio corpo. Elas representam os principais canais, por onde a informação relativa aos fenômenos do mundo exterior e ao estado do organismo chega ao cérebro, permitindo ao homem compreender o meio ambiente e o seu próprio corpo. Se esses canais estivessem fechados e os órgãos dos sentidos não fornecessem a informação necessária, nenhuma atividade consciente seria possível. (LURIA, 1998 p. 1)*

Os órgãos sensoriais humanos estão limitados a captar determinados tipos de influências do ambiente externo; adaptaram-se ao longo da evolução para permitir ao homem captar apenas as informações essenciais à sua sobrevivência. Assim, não somos capazes de ouvir sons de frequência muito alta como os morcegos, ou de enxergar cores nas faixas de frequência ultravioletas como as abelhas; tais capacidades, não essenciais para a sobrevivência humana, até dificultariam a percepção de sinais essenciais (LURIA, 1998).

As sensações captadas pelos órgãos sensoriais são informação em “estado bruto”, e devem ser transformadas pelo cérebro em informações reconhecíveis e úteis. A tentativa de compreender este processo vem sendo empreendida pela Psicologia, a Neurociência, a Epistemologia e outras áreas. O estudo da percepção ainda tem servido de base para o desenvolvimento de correntes filosóficas como a Fenomenologia e o Existencialismo, além de ser parte fundamental da Semiótica.

Quanto à visão, considerada o sentido mais importante para os humanos, Santaella (1998) relata que a partir da constatação de que existe uma disparidade entre “a imagem retiniana, que é plana, chapada, e a percepção dos objetos do mundo, que é tridimensional”, os empiristas ingleses teriam concluído que

*“o sentido visual, no caso, deve ser suplementado, de algum modo, pela mente. [...] É a mente, portanto, que constrói o mundo, de acordo com um potencial que lhe é próprio, a partir de uma matéria bruta fornecida pelos sentidos” (SANTAELLA, 1998 p. 25)*

Ao recebermos os estímulos visuais de determinado objeto, nossa mente tenta apreender sua forma, organizando mentalmente uma estrutura que dê sentido a este estímulo. Este fenômeno é o principal foco de estudos dos psicólogos da Gestalt. Para um de seus fundadores, Wolfgang Köhler, a percepção é um processo estruturalmente organizado em que, no caso da apreensão visual de uma determinada forma,

---

*os estímulos retinianos constituem um mero mosaico, no qual nenhuma área particular está funcionalmente isolada e delineada. Quando o sistema nervoso reage a êsse mosaico e quando surge a organização, podem originar-se e delinear-se várias entidades circunscritas. (KÖHLER, 1968 p. 105)*

Em outras palavras, o conjunto de estímulos visuais que chegam à nossa retina, o “mosaico” citado, é mentalmente organizado de forma que conseguimos distinguir os contornos das formas; estas formas, por sua vez, são reduzidas à sua mínima complexidade, de forma que possamos distingui-la do fundo da cena. Essa distinção entre figura e fundo é importante na medida em que “forma é um atributo apenas de entidades isoladas no campo visual” (KÖHLER, 1968 p. 110) e “‘ter forma’ é uma particularidade que distingue certas zonas do campo visual de outras que não têm forma nesse sentido,” (KÖHLER, 1968 p. 106) e desta maneira somos capazes de identificar mesmo formas desconhecidas, ainda que não possamos lhe atribuir significados de imediato.

No processo de identificação de tais formas, é necessário um processo fisiológico em que, primeiramente, o cérebro analisa as informações visualmente captadas como um conjunto, e não separadamente. Assim, o contorno de um objeto é identificado pelo contraste de intensidade lumínica e de cores em relação ao seu fundo. Caso contrário, “jamais poderia ser extraída alguma informação a respeito do conjunto de elementos do objeto.” (SIMÕES, et al., 1985 p. 105)

Deve-se verificar que este é o momento primeiro da percepção, bastante diferente da pura sensação, ou impressão. Para o fenomenólogo Merleau-Ponty, não é possível haver uma percepção anterior a esse destaque do objeto em relação ao fundo, ou “campo”; “uma superfície verdadeiramente homogênea, não oferecendo nada para se perceber, não pode ser dada a nenhuma percepção” de onde conclui que “a pura impressão não apenas é inencontrável, mas imperceptível e, portanto, impensável como momento da percepção” (MERLEAU-PONTY, 1999 p. 24).

Tal como o próprio contorno do objeto, a cor, a textura, o tamanho, são exemplos de qualidades do objeto que também são percebidas. A percepção de uma cena é dependente de um mecanismo onde uma série de relações se estabelece entre os diversos elementos ali presentes. A qualidade do objeto é percebida com relação ao todo, e não isoladamente. Na clássica ilusão de Müller-Lyer (Figura 2), os comprimentos dos



segmentos de reta são percebidos não em termos absolutos, mas em função dos outros segmentos de reta que compõem a figura.

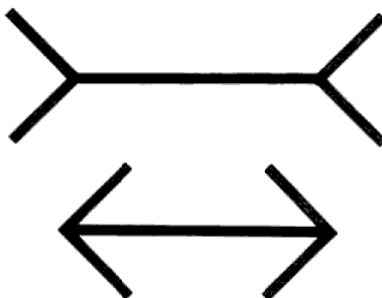


Figura 2 – Ilusão de Müller-Lyer

A percepção deve ser entendida como um complemento da passividade da sensação, como um ato intencional. Tuan (1984) define, genericamente, a percepção como sendo:

*...tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura. (TUAN, 1984 p. 4)*

Na percepção simples ocorre somente o processo de destaque de um objeto e de sua identificação, que são etapas primordiais e essenciais para a sobrevivência porque permitem identificar, por exemplo, uma cobra, uma fruta, o sol. É a percepção imediata que, segundo a semiótica, permite identificar o objeto como tal, sem necessidade de um indicador. Neste caso, a cobra é apenas uma cobra e uma fruta apenas uma fruta; no momento em que a cobra é identificada como uma ameaça ou o tipo de fruta é identificado, o objeto deixa de ser um objeto imediato e torna-se um objeto dinâmico. Antes de ser identificada como ameaça, a cobra é *uma* cobra, e é assim interpretada como um símbolo genérico. Na semiótica, a percepção pode ser identificada como o ato de “traduzir um objeto de percepção em um julgamento de percepção” ou, ainda, de “interpor uma camada interpretativa entre a consciência e o que é percebido.” (SANTAELLA, 1983 p. 11)

A camada interpretativa pode – muitas vezes, inevitavelmente – resultar na atribuição de um valor específico, aquele que, na definição de Tuan, pode estar enraizado em uma cultura. Em outro momento, pode ser necessário um juízo que se apoie em uma bagagem cultural específica. Ao se analisar um objeto desconhecido, é

preciso buscar indícios que de alguma forma se relacionam com elementos contidos nesta bagagem. Para Ostrower (1983) esta é a busca de uma relação.

*Relacionando eventos, [o homem] os configura em sua experiência do viver e lhes dá um significado. Nas perguntas que o homem faz ou nas soluções que encontra ao agir, ao imaginar, ao sonhar, sempre o homem relaciona e forma. (OSTROWER, 1983 p. 9)*

Os eventos e fenômenos percebidos são ligados entre si e vinculados ao próprio indivíduo, em um processo em que a busca por significados resulta numa reação; aqui, a percepção “envolve um tipo de conhecer, que é um apreender o mundo externo junto com o mundo interno, e ainda envolve, concomitantemente, um interpretar aquilo que está sendo apreendido” (OSTROWER, 1983 p. 57). Esta interpretação, que se dá justamente por meio do relacionamento entre o percebido e os fragmentos de memória, é um processo que envolve um processo criativo – mesmo que subconsciente – onde se *criam* novas relações, entre o desconhecido percebido e o conhecido. A percepção pode, então, ser entendida como um ato criativo e como “um processo sempre ativo, de inter-ação com o ambiente” e que significa, “de certo modo, ir ao encontro do que no íntimo se quer perceber” (OSTROWER, 1983 p. 65).

Da intenção à ação – e aí se descortina toda uma possibilidade de discussões acerca dos limites entre elas – em dado momento, o ato concretiza-se em uma atitude, que para Tuan é “primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo.” (TUAN, 1984 p. 5) Encaixa-se dentro do processo criativo aqui definido, uma vez que “tem maior estabilidade do que a percepção e é formada de uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências.” (TUAN, 1984 p. 5)

A percepção, embora fundamentalmente regida por processos fisiologicamente estabelecidos, vai aí encontrar diferenças pessoais, seja por diferenças fisiológicas, seja pelas diferenças individuais culturais.

O mundo situa-se à nossa volta, e a partir daquilo que percebemos construímos, pouco a pouco, uma visão em relação a ele. Esta visão de mundo é, para Tuan (1984):

*...a experiência conceitualizada. Ela é parcialmente pessoal, em grande parte social. Ela é uma atitude ou um sistema de crenças; a palavra sistema implica que as atitudes e crenças estão estruturadas, por mais arbitrárias que as ligações*

---

*possam parecer, sob uma perspectiva impessoal (objetiva).  
(TUAN, 1984 p. 5)*

Sendo todo conhecimento, antes de tudo, resultante de uma percepção criativa, é possível afirmar que o conhecimento individual se constrói a partir de uma visão de mundo, que se estrutura em etapas mais ou menos definidas do processo de percepção, e em cada uma delas a percepção é construída a partir dela mesma. Da camada básica da sensação à concretização de uma visão de mundo, percorre-se o caminho do indivíduo à sociedade, e ocorre uma retroalimentação onde os valores culturais podem, potencialmente, influenciar a percepção.

Assim, pode-se questionar quão real é o *percebido*. Como a percepção está sujeita a interpretações individuais, por sua vez influenciada por valores individuais ou coletivos, fica evidente que o mundo percebido pode possuir variações enormes de um indivíduo para outro. Não somente uma diferença de valores, como quando fazemos, por exemplo, uma leitura de uma obra de arte, e “duas pessoas nunca vêem a mesma coisa ao lerem o mesmo texto – o que não exclui a compreensão” (FRANCASTELL, 1987 p. 30). É possível, ainda, constatar que:

*A partir do momento em que a visão está integrada no tempo, nenhuma imagem se forma sem a participação de uma memória coletiva. Só entramos no espaço guiados por um saber e por intenções. Em qualquer imagem, há simultaneamente o encontro e os vestígios de um fenômeno e de uma consciência; ora, mesmo o fenômeno só existe ligado ao que precede, ao que vem depois e ao que o rodeia. Toda a consciência é diferencial, o que significa que só existe no tempo. (FRANCASTELL, 1987 p. 93)*

Se a consciência tem esse caráter único, que a desprende dela mesma temporalmente, o mundo nos é revelado somente naquele momento, e nós mesmos o modificamos a partir de nossa consciência. O mundo real existe por um instante, que é impossível de ser imobilizado; no momento em que tentamos revê-lo, a memória já o modificou; novos fatos já modificaram nossa visão de mundo, e o mundo daquele instante se perdeu irremediavelmente. Percebe-se aí uma compreensível insegurança ao se tentar apreender este mundo intangível; mesmo que pudéssemos viver para sempre o momento desejado, não temos sequer a segurança de que o mundo realmente é aquele que estamos percebendo. Como, então, buscar uma análise do mundo, da realidade, se a cada momento ela nos foge, e jamais poderemos fazer uma descrição exata de qualquer mundo, de qualquer momento?

É possível encontrar na fenomenologia de Merleau-Ponty uma reflexão sobre esta questão.

*O mundo fenomenológico não é a explicitação de um ser prévio, mas a fundação do ser; a filosofia não é o reflexo de uma verdade prévia mas, assim como a arte, é a realização de uma verdade. Perguntar-se-á como essa realização é possível e se ela não reencontra nas coisas uma Razão preexistente. Mas o único Logos que preexiste é o próprio mundo, e a filosofia que o faz passar à existência manifesta não começa por ser possível: ela é atual ou real, assim como o mundo, do qual ela faz parte. (MERLEAU-PONTY, 1999 p. 19)*

Em outros termos, não nos é necessário apreender o mundo em sua exatidão; embora o mundo não seja totalmente apreensível, ao que nos é dado apreender se faz através da percepção. Não é, portanto, necessário se questionar se “nós percebemos verdadeiramente um mundo, é preciso dizer, ao contrário: o mundo é aquilo que nós percebemos.” (MERLEAU-PONTY, 1999 pp. 13-14)

No estudo da percepção para uma compreensão do mundo, portanto, “buscar a essência da percepção é declarar que a percepção é não presumida verdadeira, mas definida por nós como acesso à verdade.” (MERLEAU-PONTY, 1999 p. 14) Não existe mundo verdadeiro, senão aquele constituído dentro de nós mesmos, e uma definição de um mundo completamente estranho a esta constituição seria a criação de outro mundo. Felizmente, a fisiologia humana restringe esta diversidade e, mesmo em casos extremos – onde a visão de mundo é resultado de ambientes muito diferentes daqueles aos quais estamos acostumados – nos é possível compreender as diferenças através de uma análise racional.

É a partir do mundo percebido que se constituem as linguagens, e é a partir delas que se transmitem os conhecimentos. Se toda visão de mundo é construída e pode ser descrita a partir da percepção, é essencialmente o espaço que torna possível a compreensão do mundo. Portanto, é primeiramente necessário conhecer a natureza do espaço para estabelecer parâmetros para analisá-lo objetivamente, com critérios universais.

## 1.2. O Espaço

É notável que exista uma dificuldade em definir o que é o espaço, embora existamos e vivamos dentro dele. No dicionário da Língua Portuguesa, o espaço é definido como a “extensão tridimensional ilimitada ou infinitamente grande, que contém todos os seres e coisas e é campo de todos os eventos”. É tudo que dentro desta “extensão tridimensional” pode ser mensurado e numericamente qualificado como espaço geométrico. Medido em termos de distância, área ou volume, o espaço geométrico se apresenta objetivamente e assim, permite estabelecer critérios objetivos e universais. Uma distância medida em metros será invariável e como tal deve ser avaliada. Mas medida em termos de tempo, uma determinada distância pode se tornar “uma hora de caminhada”. Assim a dimensão geométrica se relativiza fazendo variar a dimensão de uma distância segundo a velocidade de deslocamento, o meio de deslocamento ou mesmo a percepção subjetiva do tempo. Do mesmo modo, o espaço pode ser medido com unidades diferentes e assim, perder sua dimensão exata e invariável. Admitindo uma dimensão relativa para o tempo, o espaço também pode ser definido por relações de tempo – um “espaço de tempo” – assim como pode ser medido segundo conceitos culturais.

Na língua japonesa, o vocábulo correspondente a “espaço” é “*ma*”, representado pelo ideograma composto pelos ideogramas “*Mon*”, e “*Hi*”, que significam, respectivamente, “portal” e “sol”.

騰!, ! 梶!>! 驢!  
(Mon) (Hi) (Ma)

Figura 3 - Composição do ideograma "Ma"

O Sol, assim, colocado *entre* as duas folhas de um portal, define o ideograma cujo significado original é justamente “entre”. Curiosamente, outra possível tradução para a palavra “espaço”, é “*kuukan*”(agora composto por dois ideogramas, “*Sora*”, que significa “céu” ou “vazio”, e o mesmo “*ma*”), mas que indica necessariamente um espaço vazio. É interessante notar que a concepção japonesa para “espaço” é precisamente aquilo que se encontra “entre”, ou seja, definido pelo espaçamento entre dois elementos, mas que não é necessariamente vazio. O espaço não é sempre um “vazio”, talvez exatamente porque um espaço onde não há nenhum objeto

não defina um vazio; o espaço, mesmo fisicamente vazio, pode estar carregado de um significado.

Merleau-Ponty (Apud BRANDÃO, 1991, p.11) define o espaço não como “o meio (real ou lógico) onde se dispõem as coisas, mas o meio pelo qual a disposição das coisas se torna possível”. O espaço pode, assim, ser delimitado e definido pela posição relativa de objetos; o espaço arquitetônico pode ser delimitado por planos, constituído por paredes, lajes, ou elementos não perpendiculares ao plano divisório, como marquises, móveis, diferenças de textura ou luminosidade. Pode-se dizer também que o espaço não é a exata correspondência ao “vazio” deixado pelos objetos. Numa faixa de pedestres, uma simples linha no chão cria um limite entre espaços – o espaço dos carros e o espaço dos pedestres. Às vezes, nem mesmo um limite visual precisa existir para que os espaços se definam. Num elevador, dois estranhos dividem o espaço consensualmente, em duas partes iguais.

Nos dois exemplos, o espaço é definido não somente por suas características físicas, mas também por normas ou convenções, social ou culturalmente determinadas. Os espaços são delimitados, portanto, por elementos que devem, de alguma forma, e antes de qualquer coisa, ser *percebidos* para que surtam qualquer efeito.

Para Tuan (1983), “os órgãos sensoriais e experiências que permitem aos seres humanos ter sentimentos intensos pelo espaço e pelas qualidades espaciais” são “cinestesia, visão e tato. Movimentos tão simples como esticar os braços e as pernas são básicos para que tomemos consciência do espaço. O espaço é experienciado quando há lugar para se mover.” (TUAN, 1983 p. 13) Aqui, “a sensibilidade cinestésica, ou simplesmente cinestesia, refere-se às sensações produzidas pelos movimentos dos membros e corpo”. (SIMÕES, et al., 1985 p. 11) O indivíduo que se move percebe imediatamente o espaço através do sentido proprioceptivo.

Embora cinestesia e tato sejam importantes para a percepção espacial, não é difícil compreender que a visão constitui o sentido mais importante. Assim como os dois primeiros, a audição e o olfato complementam a percepção espacial, mas nenhum deles tem a precisão que nos oferece a visão. Através da visão binocular percebemos claramente a distância, sensação complementada também pelos indícios monoculares como tamanho relativo, perspectiva linear, gradiente de textura,

superposição, luz e sombra e perspectiva aérea. (SIMÕES, et al., 1985) A visão também nos fornece informação sobre a cor, a textura, a luminosidade de determinada superfície, além de detectar e identificar com surpreendente precisão qualquer movimento.

É evidente que a percepção do espaço não prescindede uma interpretação, tal como foi anteriormente exemplificada. Através da visão,

*o simples ato de olhar já está carregado de interpretação, visto que é sempre o resultado de uma elaboração cognitiva, fruto de uma mediação sgnica que possibilita nossa orientação no espaço por um reconhecimento e assentimento diante das coisas que só o signo permite. (SANTAELLA, 1983 p. 11)*

Através dos signos contidos no ambiente percebido conseguimos nos orientar, e os outros sentidos auxiliam na cognição do todo. A interpretação do espaço é vital para o momento presente, mas também o espaço do passado exerce papel importante na construção da memória e da visão de mundo. Momentos passados são elementos constituintes da consciência e da subconsciência. Contudo, como o ser humano não possui órgãos específicos para a percepção do tempo, a memória se fixa no espaço.

*Às vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no tempo, que no próprio passado, quando vai em busca do tempo perdido, quer 'suspender' o vôo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. O espaço serve para isso. (BACHELARD, 1994 p. 28)*

Assim, se a memória se fixa nos espaços imaginados, pode-se afirmar que nossa consciência é efetivamente constituída pelos espaços que vivenciamos. É comum a experiência de visitar a casa da infância e sentir que os espaços “encolheram”. É óbvio que o que ocorreu é que nossa percepção mudou o ponto de vista ou a referência que é o nosso próprio corpo. O espaço percebido não se restringe ao espaço geométrico.

*...não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as imparcialidades da imaginação.” (BACHELARD, 1994 p. 19)*

Isso não exclui do imaginário pessoal o espaço construído que, pelo contrário, exerce a função de delimitar e identificar alguns elementos da linguagem espacial. Através de planos bem definidos, o espaço de geometria regular pode dividir

claramente os espaços, determinando conceitos como “aberto” e “fechado”, “dentro” e “fora”, “alto” e “baixo”, mesmo não tendo sido concebidos com esta intenção.

*O alcance dos espaços construídos vai então bem além de suas estruturas visíveis, e funcionais. São essencialmente máquinas, máquinas de sentido, máquinas abstratas (...) portadoras de universos incorporais que não são, todavia, Universais, mas que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma singularização libertadora da subjetividade individual e coletiva (GUATTARI, 1994)*

Para Guattari (1994), reside nos espaços uma particularidade polifônica, ou seja, a um único espaço correspondem múltiplas corporeidades e subjetividades; um espaço suscita em cada indivíduo uma subjetividade, uma individualidade que se sobrepõe à realidade coletivamente percebida. Por isso, as máquinas que são os espaços construídos não podem ser operadas conforme os desejos do arquiteto. Neste sentido, “as evidências formais são apenas uma pequena parte do fenômeno em que se constituem os espaços construídos – a que reside na superfície – enquanto máquinas que produzem sentido, sensação, remetem a universos corporais” (BRANDÃO, 1991 p. 12)

A linguagem que o arquiteto imputa ao espaço é transformada pela própria subjetividade, e o valor da pura geometria não é tão importante quanto aquele dado por cada indivíduo. Por outro lado, a linguagem apreendida através do espaço é de suma importância para nossa comunicação. Para Lawson, “ao longo de nossas vidas nós provavelmente nos comunicamos muito mais através do espaço do que através da linguagem formal”<sup>2</sup>(LAWSON, 2001 p. 6):

*O espaço, e conseqüentemente tudo aquilo que o encerra, são muito mais centrais para nós em nossas vidas cotidianas do que uma interpretação puramente técnica, estética ou mesmo simbólica poderia sugerir. O espaço é tanto aquilo que nos aproxima como simultaneamente aquilo que nos separa uns dos outros. É, portanto, crucial para a forma como nossos relacionamentos funcionam. (LAWSON, 2001 p.6, tradução nossa)*

É, portanto, através do espaço que construímos nossa visão de mundo, assim como a própria percepção; através dele percebemos e imobilizamos o tempo, e com ele nossas memórias; e, finalmente, através da linguagem espacial conseguimos nos comunicar uns com os outros e nos situar no mundo.

<sup>2</sup> “throughout our lives we probably communicate far more through space than we do with formal language”.



Contudo, Edward Hall (apud SOMMER, 1973 p. 45) lamenta que “tratamos o espaço mais ou menos como tratamos o sexo. Está aí, mas não falamos dele”. Damatta afirma que “o espaço é como o ar que se respira. Sabemos que sem ar morreremos, mas não vemos nem sentimos a atmosfera que nos nutre de força e vida”. (DAMATTA, 1997 p. 29) Ainda hoje, ao espaço é relegada uma função secundária, superada pela “funcionalidade” do edifício. Lawson enumera três necessidades emocionais fundamentais a serem satisfeitas pelo espaço: a necessidade de estímulo, de segurança e de identidade. (LAWSON, 2001)

A necessidade de estímulo refere-se à busca por espaços que não sejam nem tão neutros nem se ofereçam como “um ambiente no qual somos bombardeados com sensações”, o que é “igualmente perturbador” (LAWSON, 2001 p. 19). Apesar de admitir a impossibilidade de se produzir um ambiente que todos sintam como ideal, é possível procurar por um ponto de equilíbrio, onde o ambiente ofereça um nível apropriado de estímulos.

A segurança se refere não à função primordial do edifício, a de proteger seus habitantes, mas àquela relativa às expectativas que temos em relação ao espaço. Não se refere à insegurança provocada pelo ato de explorar um espaço desconhecido, mas pelo desconhecimento das regras sociais vigentes naquele espaço estranho, que “regulam a forma de agir, se vestir ou falar, e em alguns casos definem inteiramente aspectos locais da linguagem falada” (LAWSON, 2001 p. 21, tradução nossa). A insegurança decorre, portanto, do medo de que os outros avaliem suas atitudes como impróprias; uma vez que se estabelecem e se conhecem as normas sociais, esta insegurança desaparece.

Por outro lado, existem também reflexos espaciais das normas sociais. Estas formam “alguns dos mais fundamentais componentes da linguagem do espaço.”<sup>3</sup> (LAWSON, 2001 p. 23) Como exemplo são levantados os “Arranjos comportamentais”<sup>4</sup> que nos fornecem segurança sobre como agir.

Em outras palavras, sabemos como nos comportar em um ambiente conhecido, por exemplo uma biblioteca. Basta que identifiquemos o espaço como tal, e

---

<sup>3</sup> “But are there spatial reflections of social norms? To some extent there are, and they form some of the most fundamental components of the language of space.”

<sup>4</sup> “Behavioural settings”

neste espaço seja possível perceber indícios sobre como agir; estes indícios são lidos como um texto, uma linguagem espacial decifrada a partir de nosso próprio conhecimento. Uma pessoa que nunca esteve em uma biblioteca talvez não saiba como se comportar, mas talvez compreenda, a partir de outros elementos espaciais indícios sobre como agir e como não agir. A linguagem do espaço tem uma clareza às vezes subestimada, mas ao mesmo tempo quase sempre utilizada, ainda que inconscientemente.

Já a necessidade de identidade está relacionada à nossa obrigação de, em cada espaço do nosso cotidiano, desempenhar determinados papéis – seja como comprador, estudante, pedestre ou qualquer outro. Esta necessidade é satisfeita quando cada arranjo espacial nos permite desempenhar nosso papel com segurança. “Muito disso deve ser feito não por arquitetos, mas pelos próprios atores, já que o espaço é efetivamente uma extensão de suas máscaras de comportamento.” (LAWSON, 2001 p. 31, tradução nossa) Esta adaptação do espaço se refere, justamente, à necessidade de personalização do espaço, de forma que ele seja realmente uma extensão de nossa identidade (daquele momento).

*Nossa necessidade de pertencer e de identificar lugares como exclusivamente nossos ou ao menos associado conosco é demonstrado em todos os lugares por coisas que as pessoas fazem para personalizar suas localidades. A maioria de nós detesta o anonimato, mas ainda assim muitos espaços parecem justamente anônimos – especialmente, ao que parece, novos espaços criados. (LAWSON, 2001 p. 32)*

A personalização do espaço não deixa de ser uma forma de apropriação. A identidade relaciona-se à nossa necessidade de pertencer a um *lugar*, o que nos permite uma localização no mundo. Conviria aqui, então, fazer uma distinção entre *espaço* e *lugar*.

### **1.3. Lugar e Não-lugar**

---

O arquiteto Aldo Van Eyck (apud LAWSON, 2001, p.23) teria declarado: “*Whatever space and time mean, place and occasion mean more. For space in the image of man is place, and time in the image of man is occasion*”. Esta afirmação demonstra, acima de tudo, a preocupação em se fazer uma arquitetura pensando não somente no espaço, mas em algo mais, que é o lugar.

Embora espaço e lugar tenham significados semelhantes, Tuan (1983) alerta para as diferenças entre eles:

*'Espaço' é mais abstrato que 'lugar'. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] As idéias de 'espaço' e 'lugar' não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. (TUAN, 1983 p. 6, grifos nossos)*

Enquanto o espaço pode ser físico e geométrico, ao lugar é reservado somente seu aspecto imaginário; quando o espaço retém em seus “mil alvéolos” o “tempo comprimido”, retomando a citação Bachelard (1994), os espaços das lembranças se transformam em *lugares*. Lugares que, a partir de uma pausa no movimento, adquiriram este valor, associado a signos, valores, que são o espaço imaginado. O espaço na imaginação é inconstante, é reinterpretado a cada novo ingrediente que se adiciona. O valor dado ao lugar, portanto, pode também se modificar; tanto ao longo do tempo, como de cultura para cultura. É evidente que a um mesmo espaço podem se sobrepor valores diversos, atribuídos por pessoas ou mesmo por coletividades diferentes. A um mesmo espaço, portanto, pode corresponder mais de um lugar.

Nos espaços em que vivemos, essa sobreposição de lugares, a transformação dos valores do espaço assim como a multiplicação de lugares ocorrem o tempo todo. O valor atribuído a um mesmo espaço é diferente para cada pessoa, dependendo da função que ela lhe atribui. Esta distinção é clara quando, por exemplo, avaliamos a diferença entre os valores atribuídos a um estabelecimento comercial por um funcionário ou por um cliente. Neste exemplo, para o funcionário o espaço do estabelecimento constitui seguramente um lugar, o local de trabalho que ele vivencia todos os dias. É diferente da postura do cliente que vê o mesmo espaço apenas como um local de passagem. A postura muda, no entanto, quando se trata de um cliente habitual, que ao longo do tempo estabelece um vínculo com o espaço, e o transforma em um lugar. Se familiarizar com um espaço é dotar-lhe de valor, e “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. (TUAN, 1983 p. 83)

Augé propõe ainda o termo “lugar antropológico”, como aquela

---

*[...] construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja. (AUGÉ, 1994 p. 51)*

Trata-se, em outros termos, de um lugar ao qual os indivíduos de uma coletividade atribuem um valor comum. O lugar antropológico é “simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (AUGÉ, 1994 p. 51). É aquele que funda o ser, e que permite que um terceiro interprete este ser em sua condição mais básica.

O valor atribuído a um lugar pode ser tanto positivo como negativo. Não é todo “lugar” que nos confere segurança, e tampouco que nos garante uma identidade. Embora se aceite a definição de lugar como aquele ao qual o indivíduo ou um grupo atribuiu algum valor, não parece viável aceitar o espaço como o oposto dialético ao conceito do lugar. Desta forma, Augé (1994) se contrapõe a Certeau, por ele citado, para quem o espaço

*é um "lugar praticado", "um cruzamento de forças motrizes": São os passantes que transformam em espaço a rua geometricamente definida pelo urbanismo como lugar. (AUGÉ, 1994 p. 74)*

Para Augé (1994), o espaço não é o lugar dotado de movimento, definição que se aproxima mais ao do lugar antropológico. Ao lugar antropológico, por sua vez, se opõe o conceito de não-lugar. “Um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar” (Augé, 1994, p.67)

Já o arquétipo do não-lugar seria o espaço do viajante, aquele experimentado através das fotos tiradas e mostradas como narrativas, em que “o indivíduo se experimenta como espectador, sem que a natureza do espetáculo lhe importe realmente” (AUGÉ, 1994 p. 79) Para este autor, o não-lugar é produto da supermodernidade, que é resultado da superabundância de acontecimentos, da superabundância espacial e da individualização das referências. A “superabundância espacial do presente” se expressa “nas mudanças de escala, na multiplicação das referências energéticas e imaginárias, e nas espetaculares acelerações dos meios de transporte” (op. cit. p. 35). Vivemos, para ele, uma época paradoxal, porque

*no próprio momento em que a unidade do espaço terrestre se torna pensável e em que se reforçam as grandes redes multirraciais, amplifica-se o clamor dos particularismos; daqueles que querem ficar sozinhos em casa ou daqueles que querem reencontrar uma pátria, como se o conservadorismo de uns e o messianismo dos outros estivessem condenados a falar a mesma linguagem - a da terra e das raízes. (AUGÉ, 1994 p. 36)*

Os lugares e os não-lugares não são pontos opostos de uma dialética, mas duas realidades que estão em frequente contato, e o não-lugar é sempre uma possibilidade. O não-lugar, espaço do consumo, é aquele onde o indivíduo possui uma liberdade, pois ele “não cria nem identidade singular, nem relação, mas solidão e semelhança” (AUGÉ, 1994, p.94). No espaço onde não há identidade, relação ou história, a busca por estes valores é constante. “A volta ao lugar é o recurso de quem freqüenta os não-lugares (...). Lugares e não-lugares se opõem (ou se atraem), como as palavras e as noções que permitem descrevê-las.” (AUGÉ, 1994 p. 97)

Para Hertzberger (2010), o clichê da oposição “Público” x “privado” e “coletivo” e “individual” são

*sintomas da desintegração das relações humanas básicas. Todo mundo quer ser aceito, quer se inserir, quer ter um lugar seu. Todo comportamento da sociedade em geral é, na verdade, determinado por papéis, nos quais a personalidade de cada indivíduo é afirmada pelo que os outros veem nele. (HERTZBERGER, 2010 p. 12)*

É a necessidade de se desempenhar este papel perante a sociedade obrigando as relações humanas a se reduzirem aos símbolos de status e de poder, à “comunicação” e não à “língua”. Ao mesmo tempo, as pessoas não mais se deixam ver como pessoas, enxergam aos outros como objetos, como símbolos que ostentam significados arbitrariamente atribuídos.

Para Tuan (1983), o espaço conquistado pelo homem através das máquinas e outros instrumentos não tem seu tamanho sensível aniquilado, mas continua a abrir-se para ele.

*Quando o transporte é uma experiência passiva, a conquista do espaço pode significar a sua diminuição. A velocidade que dá liberdade ao homem faz com que ele perca a sensação de espaciosidade. (TUAN, 1983 p. 61)*

Se por um lado o território humano se amplia em função da velocidade, o próprio transporte cria não-lugares, seja pela velocidade do transporte, seja pelo volume

de transeuntes. A transformação da rua em não-lugar é mais evidente nas metrópoles, cuja diferença com relação às cidades pequenas não é simplesmente o tamanho. Elas não são apenas subúrbios mais povoados. Para Jane Jacobs (2003),

*Diferem das cidades pequenas e dos subúrbios em aspectos fundamentais, e um deles é que as cidades grandes estão, por definição, cheias de desconhecidos. Qualquer pessoa sente que os desconhecidos são muito mais presentes nas cidades grandes que os conhecidos – mais presentes não apenas nos locais de concentração popular, mas diante de qualquer casa. Mesmo morando próximas umas das outras, as pessoas são desconhecidas, e não poderiam deixar de ser, devido ao enorme número de pessoas numa área geográfica pequena (JACOBS, 2003 p. 30)*

Não é somente a rua que se transforma em não-lugar, como também os transeuntes que se transformam em não-pessoas. As não-pessoas são aquelas cuja presença não implica necessariamente uma invasão. Em uma brincadeira de disputa territorial infantil, “os jovens redefinem tais adultos (policiais e outros adultos) como não-pessoas cuja presença em sua ‘gleba’ não desafia o seu direito à propriedade” (SOMMER, 1973 p. 56).

Se a dialética lugar x não-lugar pode ser aplicada a qualquer espaço, de acordo com os valores subjetivos do indivíduo ou de uma coletividade, outra oposição de valores pode ser encontrada no lugar específico ao qual se atribui o valor de “lar”.

Lawson chama a atenção para as palavras inglesas “house” e “home”, a “casa” e o “lar” em português. “O primeiro parece ser um conceito puramente arquitetônico, enquanto o segundo inclui sobretons de humanidade” (LAWSON, 2001 p. 41). A casa e o lar parecem carregar significados ainda mais importantes que aquele do espaço. Se o *lar* por definição é um lugar, talvez não seja tão simples afirmar que o lar se materializa em um espaço geométrico bem definido.

#### **1.4. A Casa**

---

A casa pode ser definida como o edifício cuja finalidade é abrigar seus moradores e protegê-los das intempéries. Embora esta definição básica seja senso comum, é possível estender esta definição para outras dimensões. Sem questionar a importância do conceito de casa como objeto geométrico ou edifício construído como parte da definição, é possível considerar a afirmação de Bachelard:

*Com efeito a casa é, à primeira vista, um objeto rigidamente geométrico. Somos tentados a analisá-la racionalmente. Sua realidade primeira é visível e tangível. É feita de sólidos bem talhados, de vigas bem encaixadas. A linha reta predomina. [...] Tal objeto geométrico deveria resistir a metáforas que acolhem o corpo humano, a alma humana. Mas a transposição ao humano se faz de imediato, assim que encaramos a casa como um espaço de conforto e intimidade. (BACHELARD, 1994 pp. 64-65)*

A casa como objeto geométrico não entra em questão, mas adquire, no mínimo, valores como “espaço de conforto e intimidade”. Como conceito, parte da definição vitruviana da cabana primitiva que, para RYKWERT (2000), é mais que uma edificação; seria “um paradigma do edifício, um padrão pelo qual outras edificações deveriam, de certa forma ser avaliados, pois é a partir dessa frágil origem que todas elas surgiram”. A casa assim postulada para Adão não é "como um refúgio contra intempéries, mas como um volume que ele poderia interpretar em função do próprio corpo e que, ao mesmo tempo, fosse uma exposição do plano paradisíaco em cujo centro ele se encontrava" (RYKWERT, 2000, p.216). Neste sentido a casa pode ser entendida como um objeto abstrato – um lugar, mais do que um espaço – e, mais que uma localização, se define como um centro que, mais ou menos locado dentro do corpo do indivíduo, irradia como um “volume” indefinido.

Embora seja possível questionar a própria materialidade da casa, não se questiona o valor da casa como lugar. A casa “é o nosso canto no mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo.” (BACHELARD, 1994 p. 24). É neste “primeiro universo” que aprendemos a construir nossa visão de mundo. Na casa natal aprendemos a manipular nossos braços e pernas, a dar nossos primeiros passos, é onde nossas primeiras lembranças se constituem e é onde construímos tanto nossas primeiras relações sociais quanto nossas relações espaciais. A casa e seu espaço se confundem com a própria família, “mas, para além das lembranças, a casa natal está fisicamente inserida em nós. Ela é um grupo de hábitos orgânicos”; sem a casa “o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É corpo e é alma. É o primeiro mundo do ser humano.” (BACHELARD, 1994 p. 26)

A casa representa nosso corpo perante o mundo. É o lugar para onde se retorna: é o único lugar para onde *realmente* se retorna. É interessante notar que em inglês a palavra “home” dispensa o “to” que sucede o “go”; não se diz “go to home”,

como se faria para qualquer outro lugar. Na língua portuguesa, quando dizemos que vamos “embora”, fica implícito que vai-se embora *para casa*. Na língua japonesa, o verbo “*kaeru*”, que significa “voltar”, é utilizado somente quando se quer dizer voltar *para casa*. Da mesma forma, enquanto a palavra “*ie*” identifica a “casa” como edificação, a *casa como lugar* pode ser identificada com outra palavra: “*uchi*”, que é representada pelo ideograma “*戸*” cujo significado original é “dentro” e pode também se referir ao sujeito “eu”. Então, em japonês, pode-se perguntar se uma pessoa está “dentro” para perguntar se ela está em (sua própria) casa. A casa é “dentro”. É um cosmos porque é o início, é o local de onde se parte e para onde se retorna. Pode-se interpretar também que o conceito japonês de casa é estar “dentro” de algo; ou ainda, que “eu”, “casa” e “dentro” são três conceitos que se fundem um no outro para definir o conceito de *casa*.

Para Jung (1991), a linguagem dos sonhos é a significação das percepções vividas; é uma linguagem que utiliza símbolos, definidos como "um termo, um nome ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar na vida diária, embora possua conotações especiais além do seu significado evidente e convencional" (JUNG, 1991 p. 20). Dentre os inúmeros símbolos empregados nesta linguagem onírica, Jung acredita que a casa seja o único cujo significado é universal: nos sonhos, a casa representa o corpo ou a própria mente do sonhador (JUNG, 1991). Sonhamos a nossa mente como se fosse a casa; o sonho é mais poético do que o médico que utiliza conceitos “racionalis” como “infecção” e “febre” para descrever o avanço de uma doença: “ele apresenta o corpo doente do homem como se fosse sua casa terrestre, e a febre como o fogo que a destrói.” (JUNG, 1991 p. 78)

Em outro extremo, a casa é o que nos situa no universo, e nos protege de sua aridez, de suas intempéries, do seu vazio ameaçador. “Contra tudo, a casa nos ajuda a dizer: serei um habitante do mundo, apesar do mundo.” (BACHELARD, 1994 p. 62)

A casa, por um lado, se confunde com o homem, com seu corpo; do outro, é o oposto do universo e do infinito:

*Nessa comunhão dinâmica do homem e da casa, nessa rivalidade da casa e do universo, estamos longe de qualquer referência às simples formas geométricas. A casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico (BACHELARD, 1994 p. 62).*



A geometria da casa deixa de ser uma possibilidade que engessa a dinâmica de sua espacialidade. O espaço da casa não pode mais ser entendido como um espaço físico, mas como um lugar cujos limites são, *a priori*, desconhecidos. Em casa o indivíduo tem proteção. Não somente as paredes da casa o protegem do frio e do calor, das chuvas e do vento; também existe ali uma espessa e invisível proteção contra a imensidão do desconhecido. Não é um espaço que pertence ao indivíduo, mas um espaço *ao qual ele pertence*. Esse espaço parece inicialmente se delimitar pelas paredes, mas o espaço geométrico não mais delimita a casa; as fronteiras entre o “eu” e o mundo são tênues e volúveis, se expandem e se contraem continuamente, de acordo com o lugar, com a situação, com os atores envolvidos.

Deve-se, aí, se questionar: até onde vão os limites da casa? Se eles extrapolam a geometria da casa-edifício, qual é o seu alcance, quais são suas reais dimensões? Ou, ainda: se a casa está além dos próprios limites, o espaço da cidade faz parte da casa?

Se os valores, as visões de mundo e a própria percepção podem ser influenciados pela cultura, torna-se necessário verificar em quais âmbitos, aquém do nível cultural, a casa se apresenta como símbolo universal. Em outros termos, é preciso verificar até que ponto a casa se enraíza no ser e na sociedade, procurando delimitá-la através de suas especificidades culturais.

A busca por estes limites será apoiada em constatações cuja origem remete à sugestão do próprio Bachelard:

*“Pedir à criança para desenhar a casa é pedir-lhe para revelar o sonho mais profundo em que ela deseja abrigar sua felicidade; se for feliz, saberá encontrar a casa fechada e protegida, a casa sólida e profundamente enraizada. Ela é desenhada em suas formas; mas quase sempre algum traço designa uma força íntima.” (BACHELARD, 1994 p. 84)*

Pedindo que as crianças de uma aldeia indígena da etnia Bororo desenhassem sua casa, a antropóloga Lúcia Cayubi Novaes observou que elas “(ao contrário das ‘nossas’ crianças) jamais desenhavam uma única casa isolada, e sim um conjunto delas, formando a aldeia.” (NOVAES, 1983 p. 5) Não só nesse caso em particular, mas em muitas das aldeias pesquisadas, o conceito da “casa” não correspondeu necessariamente à unidade habitacional.

---

*“Não é a casa o ponto de referência a ser tomado para a elaboração da identidade, mas sim um espaço mais amplo e que, em geral, é a aldeia [...] ou a casa comunitária [...], ou o espaço territorial tradicional de ocupação do grupo” (NOVAES, 1983 p. 4)*

A “força íntima” do conceito da casa Bororo é revelada no desenho infantil. É uma força que une a aldeia em um todo, onde a disposição das casas, os significados dos caminhos, os locais de rituais e de cerimônias estão todos ligados e coerentes com a cultura e com a organização social de todo o povo. “É possível dizer que a concepção que os bororo têm de si mesmos está intimamente ligada à estrutura da aldeia e ao que ela significa” (NOVAES, 1983 p. 6), e, ainda, que “a análise da casa nos remete diretamente a compreender toda a concepção de espaço elaborada por uma sociedade” (NOVAES, 1983 p. 6).

Apesar de a concepção da casa indígena ser diferente da casa ocidental, onde o núcleo é a família, é possível observar que há uma mesma coerência na estrutura: *a casa é aquilo que encerra aquele grupo do qual faço parte*. Não um grupo qualquer, mas aquele com quem compartilho costumes, cultura, visão de mundo, e normas sociais.

Desta forma, é possível concluir que “o espaço habitado e a concepção que o engendra são frutos de toda uma concepção de mundo, que é única para cada povo” (NOVAES, 1983 p. 8). Dentro de um espaço pequeno e concebido por povos ditos primitivos, será certamente fácil comprovar que tanto a organização interna das casas como sua disposição, umas em relação às outras, seguem toda uma ordem social. A ordem social não poderia acontecer de outra forma, e tampouco a arquitetura indígena poderia ter outro aspecto; é, na mais pura concepção dos termos, a forma que segue a função<sup>5</sup>. Encontra-se em Sommer uma observação que concorda com esta:

*“Como a ordem social e a espacial têm funções semelhantes, não é surpreendente encontrar correlatos espaciais de níveis de status e, inversamente, correlatos sociais de posições espaciais” (SOMMER, 1973 p. 27)*

Quando as ordens social e espacial atingem esta coerência, nada se pode retirar ou modificar sem causar profundas transformações, seja da ordem social para a espacial como o inverso. Assim a casa – e aqui se deve lembrar que a casa não é

---

<sup>5</sup> Seria possível incluir aqui a questão da adaptação ao clima e aos materiais disponíveis, além da técnica e do próprio método construtivo; os significados de cada elemento da construção e outras características, mas trata-se de assunto para outra discussão.

necessariamente o edifício geométrico – deixa de ser somente um local para onde retornar; é, antes de tudo, aquilo que nos constrói.

*“Se por um lado a ‘casa’ é resultado dessa combinação de elementos tão díspares entre si, nos quais nós, seus ‘produtores’, estamos incluídos, por sua vez (ou nossa) somos impensáveis sem as casas que nos acolheram, nos co-produziram e seguem, a seu modo, engendrando-nos”  
(BRANDÃO, 1991 p. 15)*

Lawson busca em Barker a definição para Sinomorfia (*Synomorphy*), que é adquirida pelos espaços quando “há congruência ente as ações das pessoas e o arranjo social e físico”<sup>6</sup>(LAWSON, 2001 p. 11)

Na tentativa de se estabelecer limites para uma casa sem fronteiras claras, descobre-se que sua própria definição está profundamente relacionada a uma ordem social. Os seres humanos, enquanto seres sociais, parecem ter forte tendência a delimitar o espaço onde esta ordem social se encerra, e a não aceitar tão facilmente a intromissão de indivíduos de culturas diferentes. A formação de grupos em diversos níveis organizacionais através de afinidades e interesses comuns é um instinto tão natural quanto, às vezes, invisível. Esse instinto está presente em todo grupamento humano, e é a primeira condição para o estabelecimento de uma ordem social. Está nas primeiras relações sociais das crianças pequenas com seus colegas de escola, nas rodinhas de amigos dos adolescentes e nas paixões por times de futebol. Aparece nas “panelas” – os pequenos subgrupos de grupos maiores –, nas organizações de bairro, nas organizações políticas e, por fim, em toda ordem social que define (e é definida) pela cidade. E para cada grupo, para cada componente de dada sociedade, corresponde um determinado espaço.

O conceito da relação de posse de um determinado espaço por parte de um indivíduo ou de uma coletividade está inserido na noção de territorialidade.

## **1.5. Espaço pessoal**

---

A noção territorial pode se estender além do território nacional. Existe na América do Sul uma vaga noção de um território latino-americano, assim como há uma

---

<sup>6</sup> “He argued that places have synomorphy when there is congruence between people’s actions and the physical and social setting.”

noção, um tanto mais vaga, de um continente americano. Do mesmo modo, o mundo é dividido segundo diversos critérios, como ocidente e oriente, hemisférios norte e sul, países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Os grupos macroeconômicos definem outras divisões, talvez mais relevantes no cenário político internacional, como o Mercosul, a União Europeia e outros.

É possível identificar a noção de um território global, rica e fartamente ilustrado em filmes de ficção em que a humanidade, ameaçada por forças extraterrestres, por vírus incontroláveis ou por cataclismos naturais, é forçada a romper todas as barreiras sociais existentes para combater o mal comum. Assim, a noção territorial se expande infinitamente, mas quanto mais externo o perímetro, maior o número de indivíduos e menor a afinidade e ligação entre eles.

No outro extremo, podemos identificar um território ainda mais restrito do que aquele da família e o da própria casa. Numa casa compartilhada por mais de uma família este fato é evidente, assim como no caso de uma moradia compartilhada por indivíduos sem laços familiares. Mesmo dentro de uma família, o território pode se subdividir. O valor atribuído por cada indivíduo à sala, ao escritório, à cozinha, e principalmente a cada quarto individual, é bastante diferente, e mesmo dentro de um ambiente familiar a invasão territorial pode ocorrer. Até que ponto, então, o território pode se restringir?

*Sem dúvida, pode-se imputar esse efeito mágico da construção espacial ao fato de que o próprio corpo humano é concebido como uma porção de espaço, com suas fronteiras, centros vitais, defesas e fraquezas, sua couraça e defeitos. Ao menos no plano da imaginação [...], o corpo é um espaço compósito e hierarquizado que pode ser investido do exterior. Se temos exemplos de territórios pensados à imagem do corpo humano, o corpo humano é muito geralmente, ao contrário, pensado como um território. (AUGÉ, 1994 p. 58, grifo nosso)*

Pode-se dizer que o corpo humano é o território físico mínimo. Perguntar a alguém “Qual é a sua idade?” pode ser sentido como uma invasão territorial e esse sentimento se deve precisamente ao fato de termos um padrão de pensamento essencialmente espacial.

Ao território definido pelo corpo, Sommer (1973) chama de “Espaço Pessoal”:

[...] refere-se a uma área com limites invisíveis que cercam o corpo da pessoa, e na qual estranhos não podem entrar [...]. Não tem necessariamente forma esférica, nem se estende igualmente em todas as direções (SOMMER, 1973 p. 33).

É este espaço o responsável pela definição das relações socioespaciais, determinando as distâncias físicas que as pessoas mantêm umas das outras em função do tipo de relação existente entre elas. Embora essas distâncias não sejam fixas e variem de acordo com as pessoas envolvidas, as circunstâncias, os valores culturais e inúmeros outros fatores sociais e ambientais, de um modo geral, é o espaço instintivamente defendido em qualquer situação, e sua violação “é a violação das expectativas da sociedade; a invasão do espaço pessoal é uma intrusão nas fronteiras do eu da pessoa” (SOMMER, 1973 p. 34)

O estudo deste espaço pessoal, chamado de Proxêmica por Edward Hall, é definido como o "conjunto das observações e teorias referentes ao uso que o homem faz do espaço enquanto produto cultural específico"(HALL, 1986). De acordo com o autor, os valores culturais definem as distâncias interpessoais praticadas em cada região ou país, e podem ser classificadas em quatro categorias (HALL, 1986):

- Distância íntima (0 a 0,45m): Permite o contato físico entre indivíduos;
- Distância pessoal (0,45-1,20m): Utilizada na interação com amigos próximos, é aquela mantida em uma conversação normal;
- Distância social (1,2 a 3,5m): É mantida entre desconhecidos, onde não é possível o contato físico. “É o limite do poder sobre outrem”;
- Distância pública (acima de 3,5m): é a distância mínima a ser mantida para que o indivíduo não se sinta ameaçado, e que se estende até a máxima em que seja possível estabelecer contato pessoal.

Estas distâncias variam sensivelmente de uma cultura para outra, e estas variações se tornam evidentes na interação entre indivíduos de países diferentes. O espaço pessoal não é, assim, um espaço com um limite claramente definido; mas, em qualquer caso, é a partir destas distâncias do espaço pessoal que se definem as relações pessoais.

Instrumentos e máquinas são artifícios utilizados para aumentar a sensação de espaço e, segundo Tuan (1983), *espaciosidade* do homem, o que transforma seu espaço pessoal.

---

*O espaço que é mensurável pelo alcance dos braços estendidos torna-se um mundo pequeno comparado com aquele que é medido pela distância do arremesso da lança ou o tiro de uma flecha. O corpo pode sentir ambas as medidas. [...] Um instrumento ou máquina aumenta o mundo da pessoa quando ela sente que é uma extensão direta de seus poderes corporais. Uma bicicleta amplia a sensação de espaço do homem, assim como um carro esporte. (TUAN, 1983 p. 60)*

Quando estas extensões do corpo significam a percepção de ampliação do espaço, ela implica o aumento do espaço pessoal. O carro, fechado, é um espaço delimitado que garante a segurança do motorista e seus passageiros; o motorista, como “dono” do espaço, sente o seu espaço pessoal ampliado para além dos limites do carro, em função da velocidade que pode ser atingida. No trânsito urbano comum, a noção de espaço pessoal do motorista de carro difere substancialmente da do motorista de ônibus, do motociclista e do pedestre. Isso explica, em parte, a ocorrência de conflitos no trânsito, gerados pela constante invasão do espaço pessoal de uns pelos outros; mas, diferente do contato – ou invasão – do espaço entre pessoas, no contato entre veículos não percebemos que a extensão dos espaços pessoais dos outros é diferente da nossa, tornando a invasão muito mais frequente, porque inconsciente.

Assim, o espaço pessoal pode definir relações entre as pessoas na cidade, mas também podem provocar conflitos dentro dos edifícios. A posse do melhor território garante maior segurança para a preservação do espaço pessoal. Note-se, por exemplo, que “a competição pelo melhor escritório e [...] pelo melhor posto de trabalho em escritórios de planta livre pode ser intenso.” (LAWSON, 2001 p. 174)

No ambiente fisicamente estático e geometricamente definido de um escritório, embora os limites espaciais entre os territórios individuais possam estar definidos por limites físicos, são as relações pessoais que definem a necessidade do estabelecimento destes territórios.

*A sós, nossos pensamentos vagam livremente no espaço. Na presença de outros, os pensamentos recuam devido ao fato de que outras pessoas projetam seus próprios mundos na mesma área. [...] A companhia de seres humanos – mesmo de uma única pessoa – produz uma diminuição do espaço e ameaça a liberdade. (TUAN, 1983 p. 67)*

No espaço confinado, uma determinada quantidade de pessoas define, para cada um, uma condição de *apinhamento*.

---

*Podemos dizer que uma floresta está apinhada de árvores e um quarto está apinhado de bugigangas. Mas são basicamente as pessoas que nos apinham; elas, mais do que as coisas, podem restringir nossa liberdade e nos livrar do espaço." (TUAN, 1983 p. 67)*

Deste modo, a invasão do espaço pessoal ou sua iminência é que definem uma situação de apinhamento. Por outro lado, a partir do momento em que os espaços pessoais estiverem claramente delimitados e respeitados, o apinhamento deixa de existir. Note-se, ainda, que o território é também relativo à situação, e não tem necessariamente os limites claros na maioria das situações. Tuan nos dá o exemplo do pianista que, sozinho em uma sala, subitamente vê seu espaço invadido pela presença de um estranho.

*Sob o olhar de outrem, o pianista deixa de ser o único sujeito dominando o espaço, e passa a ser um objeto entre muitos do quarto. Ele sente que perde o poder para organizar as coisas no espaço de uma única perspectiva, que é a sua. (TUAN, 1983 p. 67)*

No caso do pianista, a sala do piano pode ser pública, e então o invasor pode nem sequer ter consciência de sua invasão. O estranho pode ser o responsável pela faxina, que está ali apenas cumprindo seu papel – e talvez até tenha um forte sentido de propriedade sobre aquele lugar – e, sob seu ponto de vista, não está invadindo território algum. Mas o pianista pode se incomodar, mesmo assim, com a presença do outro. É diferente da situação do elevador, onde dois indivíduos se localizam em um território neutro, onde cada um protege seu próprio espaço pessoal estabelecendo territórios temporários, com seus devidos limites invisíveis.

O espaço pessoal está associado diretamente ao corpo do indivíduo e é, portanto, móvel e mais flexível que o território pessoal. Este, por sua vez, está mais comumente ligado a um espaço físico externo ao corpo – normalmente um lugar onde se fixam valores pessoais. Mas tanto um como outro surgem quando existe uma relação com outros indivíduos. O espaço pessoal, ao contrário do território, não pode ser invadido por perguntas de caráter pessoal, e neste sentido é mais físico. Embora ambos devam ser defendidos contra invasões, enquanto o espaço pessoal pode ser somente invadido, o território pode também ser conquistado. Em meio a semelhanças, as diferenças entre espaço pessoal e território individual, embora sutis, permanecem.

---

## 1.6. Território

---

Embora a questão territorial seja amplamente discutida no âmbito do reino animal, são relativamente escassas as bibliografias referentes ao comportamento territorial dos humanos em relação ao espaço construído. Pode-se citar os trabalhos de Edward Hall (1986), Robert Sommer (1973) e, mais recentemente, Bryan Lawson (2001), segundo o qual “desconsiderar a importância do território em nossas vidas é perder um dos mais básicos elementos da existência humana.” (LAWSON, 2001 p. 169). A partir destes autores é possível levantar alguns aspectos deste assunto.

A princípio, o espaço de cada grupo pode-se chamar território. Mas é necessário, antes de uma definição mais precisa, compreender o significado deste espaço, sua função, e também quem é este grupo. No mundo animal, a organização espacial parece ser definida singularmente pelo comportamento territorial.

*O território animal é uma área definida de terra ou água ou ar, dependendo do espaço, que uma única criatura ou, mais frequentemente, um grupo de criaturas ocupa. [...] um território é agora normalmente pensado como uma área exclusiva ocupada por um indivíduo ou um grupo de espécies em particular (LAWSON, 2001 p. 168)*

O comportamento territorial é comum à maioria dos animais, desde o cão que instintivamente protege a casa do dono, que é o seu território, aos pássaros solitários que não permitem que outros da mesma espécie permaneçam dentro do espaço que considera seu. É o instinto determinante da organização espacial dos animais, e o que define, em última instância, a sobrevivência dos indivíduos de cada espécie, “não apenas em termos de conforto físico, mas também em termos de bem estar social”, que é conseguido “através do fornecimento, da organização e da estruturação do espaço” (LAWSON, 2001 p. 164). Este comportamento territorial é essencial também para os humanos. Surge cedo, inicialmente como sentimento de posse sobre determinado espaço, objeto ou pessoa:

*"Uma criança afirma que certos brinquedos são dela, que a cadeira perto da mãe é seu lugar e se apressa em defender o que considera que lhe pertence. Entretanto, grande parte da luta da criança pela posse não é evidência de uma genuína afeição. Nasce da necessidade de garantir o seu próprio valor e de conseguir status entre os companheiros. (TUAN, 1983 p. 36)*



---

A posse de um território está intimamente ligada ao poder, aqui representado pelo “status”. Na medida em que o espaço garante mais acesso a recursos e mais segurança, na seleção natural o espaço torna-se essencial para a reprodução e desenvolvimento da prole. Na sociedade humana, o espaço corresponde a poder e riqueza, é “mundialmente um símbolo de prestígio. O 'homem importante' ocupa e tem acesso a mais espaço do que os menos importantes.” (TUAN, 1983 p. 66)

As dinâmicas das nossas sociedades são determinadas por esta constante busca pelo poder, pelo domínio do território, mas também pela posse de dinheiro, “visto que os crescimentos financeiro e territorial são basicamente simples ideias adicionais que demandam pequeno esforço imaginativo para serem concebidas e extrapoladas.” (TUAN, 1983 p. 66) Mais recursos financeiros claramente significam mais poder, e poder, fundamentalmente, é representado pelo espaço. A quantidade de espaço, por representar as necessidades mais básicas para a sobrevivência, é também a moeda de troca mais básica. Este valor ancestral do espaço está presente na nossa organização social e na disposição dos espaços urbanos, representado pelo desejo de posse de terrenos maiores – mesmo que desnecessários – mas suplementados pelas posses financeiras e pelo poder. Em qualquer dos casos, a preocupação com este valor acaba transparecendo espacialmente.

Por outro lado, a necessidade de pertencimento a um lugar, ou a construção de uma identidade vinculada a um determinado espaço também pode determinar a busca por um território. “Todos os seres humanos têm seus próprios pertences e talvez todos tenham necessidade de um lugar seu, quer seja uma cadeira no quarto ou um canto preferido em qualquer veículo.” (TUAN, 1983 p. 36) A identificação do indivíduo com um espaço é que transforma este em um lugar, que “pode adquirir profundo significado para o adulto através do contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos.” (TUAN, 1983 p. 37)

Apesar de todo lugar possuir características de um território, nem todo território constitui um lugar. O território como espaço coletivo constitui necessariamente um espaço compartilhado, onde se sobrepõem valores individuais, e uma porção do território pode corresponder a muitos lugares. Por outro lado, esta porção do território pode ter valor para um indivíduo (e constituir, portanto, um lugar) e não ter nenhum valor para outro. Mas, se este outro indivíduo está incluído em uma

---

coletividade, o seu espaço individual faz parte do território coletivo. Esta noção será explorada mais adiante. Por ora, basta compreender que é esta relação de apropriação, individual ou coletiva, que determina a organização sócio-espacial da sociedade. Pode-se entender que a territorialidade “não é puramente espacial, é, em grande medida, também um fenômeno social. De fato, a territorialidade diz respeito à localização das sociedades no espaço” (LAWSON, 2001 p. 164).

A posse de um território é, portanto, a luta constante e fundamental para os seres vivos. Como significa sobrevivência, é um recurso fundamental, tanto quanto o alimento, a água ou o material para se construir o ninho. Assim como quando há escassez de qualquer recurso fundamental, em situações onde há pouco espaço surge uma luta, seja entre grupos que se unem para defender ou conquistar espaços, seja entre indivíduos do mesmo grupo que tentam estabelecer uma hierarquia. No caso de um confronto intra-grupo, os indivíduos travam uma disputa pelos postos mais altos na hierarquia, que significam direito a mais espaço, e de melhor qualidade. Estabelece-se, entre vencedor e vencido(s), uma relação de dominância.

Sommer (1973) observou em experiências feitas com galinhas que a introdução de um novo indivíduo em espaços confinados resultava em conflitos espaciais, até que uma nova hierarquia se estabelecesse e cada um definisse seu próprio território. Fazendo um correlato com os humanos, percebeu que os conflitos entre etnias diferentes de grandes cidades são mais intensos quando os territórios não estão bem definidos, e diminuem drasticamente quando são claramente estabelecidos; conclui que “quando todos possuem um território individual, desaparecem as razões para que um homem domine outro” (SOMMER, 1973 p. 15). Grande parte dos muitos conflitos que ocorrem no dia-a-dia poderiam ser evitados se tais observações fossem consideradas.

O sistema de valores da sociedade contemporânea capitalista, contudo, incita o indivíduo a possuir cada vez mais, o que significa uma fixação pela ampliação do território. Os conflitos por conta de questões territoriais tornam-se mais frequentes à medida que aumentam as oportunidades de compartilhamento de espaços entre indivíduos ou grupos não inseridos num mesmo sistema de valores, numa mesma estrutura social ou visão de mundo.

Por outro lado, também verifica-se que:

---

*Uma regra sobre o território parece ser a que diz que aqueles que são seus vizinhos mais próximos, e especialmente aqueles com quem você compartilha um limite territorial, são aqueles que você mais deseja derrotar! (LAWSON, 2001 p. 179)*

Esta tensão junto às fronteiras ocorre em diversos níveis territoriais, e parece ser o resultado óbvio da necessidade de defender o território do seu mais provável invasor, ou seja, seu vizinho.

É possível estabelecer categorias para as invasões territoriais, estabelecidas por Vargas citadas por Sommer, (1973) e também por Lawson (2001, p. 184):

Contaminação: É o território tornado impuro pela percepção de uma invasão ocorrida. Ocorre quando, por exemplo, em um furto de uma casa, o ladrão não está presente, mas pode-se perceber que o território foi invadido.

Violação: Quando ocorre o uso não autorizado, e/ou um dano físico é causado ao espaço invadido.

Invasão: É a presença física do invasor, quando outros tentam tomar posse de um território em maior ou menor grau de permanência.

Contra qualquer tipo de invasão, deve haver uma coesão do grupo para que se estabeleçam medidas de defesa. Lawson se refere a um estudo sobre a relação entre a frequência de crimes, o nível de renda e espaço disponível. No caso dos locais onde a renda é menor, “há muito menos espaço interno e não vigiado para circulação do que no esquema de alta renda”(LAWSON, 2001 p. 184). A importância da comunidade na defesa do território também é um dos pontos de Jacobs (2003) quando explica o papel dos “olhos vigilantes” dos moradores de uma comunidade observando constantemente a rua. Lawson nota ainda que “as principais conclusões de virtualmente todos os trabalhos sobre ideias de espaços defensíveis em relação ao crime e à segurança sugerem a necessidade de abertura e visibilidade” (LAWSON, 2001 p. 190).

Se a defesa de um território é exercida por aqueles que dele se apropriaram, existem também diversos níveis de territorialidade. Tomando como exemplo a classificação de Lawson, é possível definir três níveis básicos para os

---

espaços humanos contemporâneos. São eles o território nacional, o da cidade e o da família (LAWSON, 2001).

O território nacional, o mais amplo, diz respeito à identificação do indivíduo com uma coletividade mais ampla, unificada por uma cultura ou por uma crença comum, que poderia ser uma religião. “O território fornece um lugar e um símbolo de identidade unicamente nos localizando no mundo tanto individualmente como socialmente”<sup>7</sup>(LAWSON, 2001 p. 171). A abrangência do território de uma nação é normalmente definida geopoliticamente, e é “reconhecida por suas fronteiras e sua capital” (LAWSON, 2001 p. 172), mas para os efeitos dos estudos da territorialidade, o território nacional é mais importante como “símbolo” que “localiza o indivíduo no mundo”. É dentro deste território que o indivíduo obedece às leis, segue determinados costumes e exerce seus direitos como cidadão, estabelecendo uma relação de sociedade com um número grande e extremamente abstrato de indivíduos. A consciência da unidade territorial se revela em grandes dimensões durante conflitos internacionais em torno de determinadas áreas, ou mesmo nas competições esportivas. O mesmo ocorre para outros níveis territoriais.

Entre os níveis territoriais no Brasil é possível citar a divisão em regiões (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste, e Sul), os estados como níveis territoriais intermediários, embora seja possível identificar empiricamente outros subníveis, tais como as diversas regiões em que se subdividem os estados por características provenientes das diferentes origens étnicas ou da situação econômica, entre outros fatores. No presente estudo, tais categorias intermediárias não serão consideradas pelas semelhanças com as categorias adjacentes em termos organizacionais e pela dificuldade na determinação de cada uma delas. Para tanto seria necessário o desenvolvimento de um novo estudo.

O território da cidade é estabelecido em função de relações mais próximas do que aquelas do território nacional. Neste âmbito, as disputas pelo espaço são mais claras e muitas vezes pessoais. De acordo com Lawson (2001), as próprias cidades parecem ser resultado de um comportamento territorial conhecido como “arena”.

---

<sup>7</sup> “The territory provides a place and symbol of identity uniquely locating us in the world both individually and socially.”

---

*Em termos territoriais, a arena é uma área de terra que poderia ser pensada como um terreno fértil. É através do mecanismo deste lugar especial que os princípios Darwinianos de seleção para reprodução são ativados, e portanto a arena é um território, ou mais estritamente todo um conjunto de territórios, sobre os quais os machos de uma espécie competem. Os vencedores das batalhas se apropriam dos territórios mais centrais e premiados e portanto se tornam sexualmente mais atrativos para as fêmeas, e assim os machos mais fortes e dominantes são escolhidos para propósitos de reprodução. (LAWSON, 2001 p. 173)*

Dentro deste conceito, o espaço continua possuindo um valor equivalente ao poder, e é um símbolo de status que pode, eventualmente, ser substituído por outros.

O território da família, na cidade ocidental contemporânea, é simbolizado pela casa. A família é a primeira estrutura social vivida pela criança. Assim como na sociedade mais ampla, existe uma hierarquia e papéis determinados. Da mesma forma, existe toda uma estrutura social espacialmente definida. Como a estrutura social da família, por ser bem mais simples, é mais bem estabelecida, pode-se afirmar com certa segurança que em grande parte dos casos não há conflitos entre as disposições social e espacial dentro da casa familiar. Mas percebe-se que o território da família, uma vez especializado, corresponde à casa como conceito. Aqui, casa e território se confundem.

## **1.7. Espaço Interno x Espaço Externo**

---

Em referência à relação anteriormente mencionada entre o conceito de “dentro”, a “casa” e o “eu”, implícita nos conceitos do ideograma japonês “*uchi*”, tem-se que o significado do “dentro”, relativo a um espaço “interno”, opondo-se a um espaço “externo”, de “fora”, parece estar intimamente ligado à geometria do espaço. Para esta oposição binária pode, a princípio, parecer que existe uma clara oposição, delimitada por elementos físicos. É bastante claro o resultado de uma análise da afirmação de que algo está “dentro” da casa, ou “fora” dela. Mesmo que se admita a existência de espaços de transição, há determinados locais onde “dentro” é sem dúvida diferente de “fora”: o próprio espaço de transição pode ser avaliado como uma divisão entre os dois espaços.

Em todo caso, é possível verificar um limite mais ou menos claro em todas as escalas territoriais. Em um nível global, a camada atmosférica delimita o “dentro” e o “fora” do planeta; os continentes são delimitados por seu contorno costeiro,

os países, os estados e os municípios por limites geográficos; nos bairros o limite nem sempre é claro, mas não pode ser aceito (ao menos teoricamente) uma localidade dentro de dois bairros distintos (ou seja, a divisão existe, mesmo que não seja visualmente percebida); na casa, temos os limites dos lotes ou as paredes do edifício; na escala do indivíduo, por fim, temos a nossa pele.

Apesar deste aspecto mais físico e espacial do conceito de interior e exterior, deve-se ainda explorar o seu significado. Num sentido geral, o mundo exterior está relacionado à insegurança, à ausência de um lar.

*Para além de nossa porta ou do portão do jardim, começa um mundo com o qual pouco temos a ver, um mundo sobre o qual praticamente não conseguimos exercer influência. Há um sentimento crescente de que o mundo para além de nossa porta é um mundo hostil, de vandalismo e agressão, onde nos sentimos ameaçados, nunca em casa. (HERTZBERGER, 2010 p. 48)*

Segundo esta ideia, o espaço externo significa a não proteção, e está quase sempre relacionado à ideia de se expor aos perigos, ameaças, às intempéries climáticas. É também expor a própria imagem, e é neste sentido, também espaço público.

Por outro lado, é possível intuir que um espaço, para poder se configurar como interno ou externo, necessita de um invólucro, ou seja, precisa ser “fechado” ou “aberto”. Contudo estas noções são demasiadamente relativas. O espaço fechado não necessariamente significa que não possa estar “aberto ao público”, da mesma forma que um espaço “aberto” não significa necessariamente que permite o acesso a qualquer um. A linguagem dos espaços transcende facilmente este conceito, que serve tão somente para descrever geometricamente um determinado espaço. Além disso, um espaço conceituado como “aberto”, se analisado topologicamente, pode ser visto como parte do mesmo ambiente com o qual se comunica; assim, uma porta aberta não implica um ambiente aberto, pois a própria porta, além de indicar a entrada (ou saída), simboliza a divisão entre espaços adjacentes. “A porta desperta em nós direções de sonho, que é duas vezes simbólica” (BACHELARD, 1994 p. 227).

Para Bachelard, “o exterior e o interior são ambos *íntimos*; estão sempre prontos a inverter-se, a trocar sua hostilidade”. (op cit, p. 221) E a porta é, no homem,

“todo um cosmos do entreaberto” (op cit, p. 227). E isto diz respeito senão ao próprio homem, em cuja superfície,

*...nessa região em que o ser quer se manifestar e quer se ocultar, os movimentos de fechamento e abertura são tão numerosos, tão frequentemente invertidos, tão carregados de hesitação, que poderíamos concluir com esta fórmula: o homem é o ser entreaberto. (BACHELARD, 1994 p. 225)*

Através de tantos canais, tantas portas por onde a alma sai e se manifesta, ou por onde entra para se ocultar, o homem não encontra necessariamente um valor específico para cada extremo da dialética “interior x exterior”. É antes possível concordar que

*[...] existem jogos de valores que fazem passar para um segundo plano tudo o que decorre das simples determinações do espaço. A oposição entre o exterior e o interior já não é medida por sua evidência geométrica. (BACHELARD, 1994 p. 232)*

Embora espacialmente os limites entre os espaços interno e externo estejam bem definidos, conceitualmente interior e exterior são bastante ambíguos, tanto quanto o aberto e o fechado. Estendendo esta ambiguidade para um nível extracorporal, é fácil verificar que o lado de *fora* da casa (a rua) ainda está *dentro* da cidade. Não é um valor espacial absoluto, mas relativo ao ponto de vista. Não existe um espaço interno em oposição a um externo, mas um *ponto de vista* de dentro de um espaço, de uma região, ou do próprio eu.

## 1.8. Espaço Privado x Espaço Público

---

Os conceitos de público e privado não estão necessariamente relacionados aos de interior e exterior. Um espaço público poderia ser definido como aquele relacionado ao coletivo, acessível a todos a qualquer momento, e em contraposição o espaço privado, por sua vez, pode ser definido como aquele relacionado ao indivíduo e com acesso controlado por uma pessoa ou um grupo menor.

Partindo deste pressuposto, seria possível afirmar que a casa é o espaço privado, e a rua o espaço público. Contudo, se admitimos que a casa não é o espaço geométrico encerrado pela edificação, mas o espaço abstrato flexível que é determinado conforme as possíveis situações; e que no nível coletivo o mesmo ocorre conforme as

possíveis situações em que se estabelecem os territórios, revela-se uma imprecisão desta definição. O estudo destes conceitos foi aprofundado por Herman Hertzberger que, de fato, afirma:

*Esta oposição extrema entre o público e o privado – como a oposição entre o coletivo e o individual – resultou num clichê, e é tão sem matizes e falsa como a suposta oposição entre o geral e o específico, o objetivo e o subjetivo. (HERTZBERGER, 2010 p. 12)*

Esse autor afirma ainda que os conceitos de “público” e “privado” não são absolutos, mas:

*[...] podem ser vistos e compreendidos em termos relativos como uma série de qualidades espaciais que, diferindo gradualmente, referem-se ao acesso, à responsabilidade, à relação entre propriedade privada e a supervisão de unidades espaciais específicas. (HERTZBERGER, 2010 p. 13, grifo nosso)*

Admitindo que esta graduação corresponda àquela anteriormente verificada nos níveis territoriais, pode-se relacionar o espaço privado com o território (familiar) e, por conseguinte, com o conceito da casa. Na visão antropológica de Roberto DaMatta (1997), a casa

*[...] também só faz sentido quando em oposição ao mundo exterior: ao universo da rua. Ou seja: o que temos aqui é um espaço moral posto que não pode ser definido por meio de uma fita métrica, mas - isso sim - por intermédio de contrastes, complementaridades, oposições. Nesse sentido, o espaço definido pela casa pode aumentar ou diminuir, de acordo com a unidade que surge como foco de oposição ou de contraste. A casa define tanto um espaço íntimo e privativo de uma pessoa (por exemplo: seu quarto de dormir) quanto um espaço máximo e absolutamente público, como ocorre quando nos referimos ao Brasil como nossa casa. Tudo, obviamente, depende de outro termo que está sendo implícita ou explicitamente contrastado. Deste modo, meu quarto (por oposição aos outros quartos) é a "minha casa". Já na vizinhança, refiro-me à minha casa incluindo na expressão não só a residência em si, mas também o seu jardim e o seu quintal. Mas, se estou no "centro" da cidade, minha casa pode muito bem ser o meu bairro, com todas as suas ruas e jardins. (DAMATTA, 1997 p. 16)*

Seguindo este raciocínio, é possível opor, portanto, o espaço da casa ao espaço da rua, correspondendo respectivamente aos espaços privado e público. Pode-se ainda afirmar que o espaço privado, embora relacionado à casa enquanto objeto geométrico, não se restringe a ela, mas é relativo à escala empregada na comparação, e, embora em proporção inversa, o espaço público também é relativo à mesma escala.



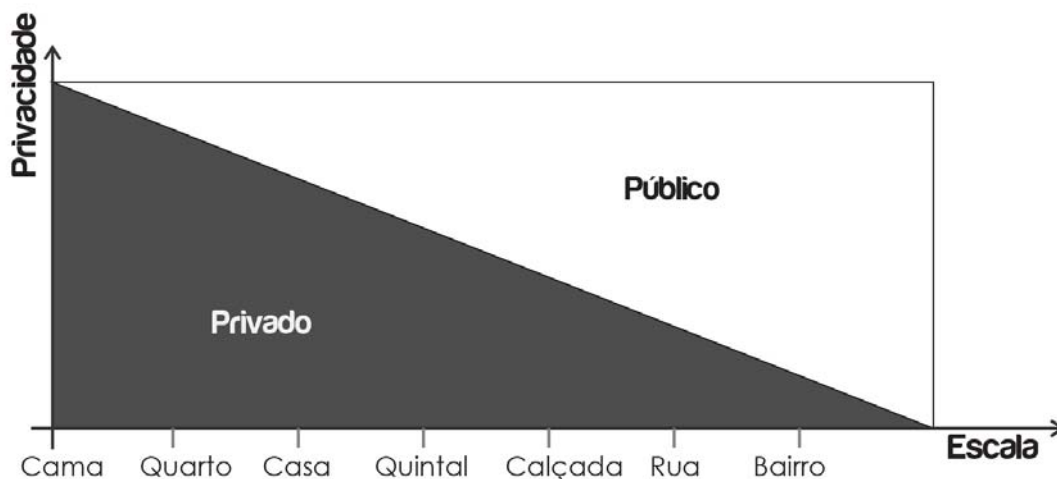


Figura 4 – Diagrama esquemático – Espaço público x espaço privado  
Elaborado pelo autor

## 1.9. Paradigmas espaciais

Analisar o apartamento segundo suas dimensões simbólicas requer antes de tudo a compreensão do apartamento como forma de habitação, e da habitação como representação de um determinado tipo de espaço. O espaço, no entanto, possui diversas dimensões, e muitas delas dependem de uma percepção que é, essencialmente, interpretativa. Embora, desta forma, a percepção do espaço possa ser considerada subjetiva, talvez seja possível identificar valores associados ao conceito do espaço que se verifiquem comuns a diferentes culturas em diferentes tempos.

Não se propõe, portanto, estabelecer de forma definitiva as dimensões do espaço, mas de utilizar-se dos fenômenos verificáveis relativos ao comportamento espacial que deem indícios das características fundamentais da casa que façam com que determinado espaço seja considerado como tal.

Desta forma, não se trata de estabelecer paradigmas, no sentido de exaurir as possibilidades de análise do espaço. Não se pretende, tampouco, que cada uma das categorias de análise até aqui apresentadas configurem um eixo para a interpretação do espaço. Uma análise da construção do sentido nos espaços arquitetônicos através da semiótica, é proposta por Coelho Netto (2002), através de eixos organizadores do espaço “que, ao serem analisados, recuperarão toda sua complexidade e riqueza” (COELHO NETTO, 2002 p. 29). O primeiro eixo proposto é o

de espaço “interno” x “externo”, aqui considerado como oposição relativa e que considera principalmente o lado interno. Ao propor o segundo eixo, “público” x “privado”, o autor admite que este “eixo fundamental de organização do Espaço na arquitetura” é “decorrente do primeiro e deve ter seus sentidos especificamente determinados conforme a cultura”. Entende-se, no entanto, que uma análise que se propõe a recuperar toda a complexidade e riqueza do espaço deve prescindir da proposição de eixos que se sobrepõem; além disso, se o sentido do eixo é determinado pela cultura, é a cultura o determinante do eixo, e não a dualidade público x privado.

A mesma sobreposição ocorre na proposição do terceiro eixo, “construído” x “não-construído”, que decorre do anterior. O autor, que questiona se “se pode chamar de teoria as manifestações e reflexões pessoais mais ou menos organizadas dos arquitetos” (COELHO NETTO, 2002) de até então, pretere a até então vigente proposição do “espaço livre” x “espaço ocupado”, pois no seu entendimento o sentido de “ocupação está demasiadamente ligado, com toda evidência, ao conceito de privado, propriedade particular” (COELHO NETTO, 2002). Se o edifício público *ocupa* um espaço; não há evidência de que o ocupado seja, portanto, privado ou particular. Outro motivo para adoção deste conceito é o fato de “espaço livre” se ter como objeto o próprio sujeito, e não o espaço. Na concepção ocupado x livre, é possível entender uma dicotomia entre o espaço onde há um edifício construído, público ou não, e o espaço livre de qualquer construção, incluindo desde praças a áreas rurais e de mata nativa, os corpos d’água etc. Por outro lado, na proposição da dialética dos espaços “construído” x “não construído”, as praças são condenadas a um limbo, pois, como espaços construídos, não se enquadram em nenhum dos polos. Do contrário, todo espaço construído será um espaço interno e todo espaço não construído será externo, e esta classificação não fará sentido.

Em relação ao eixo seguinte, o espaço “Artificial” x “Natural”, o autor afirma que o jardim francês não é natural, mas artificial porque tem como resultado “construções vegetais, aparadas e condicionadas em formas geométricas de disposição e cor de gosto duvidoso”, em que tudo “é tedioso” (COELHO NETTO, 2002 p. 58). Se é, portanto, um espaço não-construído e artificial, enquadra-se na mesma categoria do Hyde Park, que “trata-se de um [espaço] natural apenas ligeiramente misturado com poucas obras humanas” (COELHO NETTO, 2002 p. 61). Se o espaço do jardim francês é artificial apenas porque é geométrico, deixa de fazer sentido o sétimo eixo, entre os

espaços “geométrico” x “não-geométrico”. Neste, o autor ainda afirma que os espaços geométricos

*“são facilmente previsíveis, por conseguinte contêm menos informação, não mudam comportamentos. Nada modificam, não instauram mudanças, servem para manter apenas, para segurar – como informação, valem pouco e mesmo nada”*  
(COELHO NETTO, 2002 p. 85),

Por outro lado, afirma que a malha geométrica tem a função de “reduzir ou eliminar a liberdade do indivíduo, facilitando seu controle” (COELHO NETTO, 2002 p. 86), ou seja, modificando seu comportamento em relação ao espaço “orgânico”.

O autor afirma ainda que a leitura semiológica da arquitetura realizada por Umberto Eco “não serve para [...] rigorosamente nada, a não ser demonstrar a existência de uma doença infantil da semiologia” (COELHO NETTO, 2002 p. 24). Nesta leitura, esse autor não percebe que Eco compreende a arquitetura como uma linguagem estritamente visual, e não espacial. No entanto, afirma que os eixos propostos têm a pretensão de ser

*... em número necessário e suficiente, excluindo quaisquer outros em que se possa pensar – ou, o que vem a ser o mesmo, todos os outros possíveis e imagináveis podem e devem ser reduzidos à forma de um desses sete, que deste modo se apresentam como o esqueleto simultaneamente mínimo, essencial e bastante da linguagem e da prática arquiteturais.* (COELHO NETTO, 2002 p. 89)

Ao seguir um caminho diferente do impetrado por Eco, o autor, mesmo admitindo que a “leitura ou análise desses eixos [...] que aqui se procedeu não [...] pode ser considerada exaustiva” (COELHO NETTO, 2002 p. 89), exclui a leitura formal da arquitetura de sua prática.

Entende-se que a definição do espaço da arquitetura deve ser antecedida pelo esclarecimento de que nem todo espaço é arquitetônico, o que requer uma definição da própria arquitetura, sem a qual a imprecisão da definição proposta se evidencia. No presente estudo, pretende-se considerar a arquitetura como uma das dimensões possíveis do espaço, sem, no entanto, a pretensão de definir tais dimensões. Pode-se considerar que a arquitetura está relacionada à dimensão física do espaço, que, aqui, não é a mais importante.

Os conceitos apresentados não podem ser considerados eixos ou categorias que definem o espaço, pois se sobrepõem uns aos outros. É possível, no entanto, realizar uma leitura do espaço segundo a territorialidade, individual ou coletiva. A casa não é mais do que uma representação simbólica da unidade territorial de uma família ou de um grupo, embora o território desta família ou de cada um dos indivíduos que a compõe não se limite à casa. É possível estabelecer uma relação entre o menor território, individual, situado dentro da casa, a um maior grau de apropriação. Quanto maior o território, mais ele tende a ser compartilhado, com uma coletividade proporcionalmente maior. Inversamente, quanto maior o território, também diminui o grau de apropriação individual, já que a propriedade é dividida – não necessariamente de forma igual – entre os indivíduos que compõem a coletividade.

Desta forma, é possível considerar que o espaço é definido, do ponto de vista subjetivo, por um ponto localizado dentro de um território individual, e que se expande infinitamente. Este ponto concentra o maior grau de privacidade e de apropriação, e não é compartilhado. À medida que se considere uma maior porção do espaço ao redor do território individual, menor serão os graus de apropriação, e de privacidade, ao passo que aumentam a área e a coletividade, e o espaço torna-se mais público.

A casa, como símbolo do ponto central do território, será sempre o ponto de referência do indivíduo que se desloca no espaço. Quanto maior a distância deste ponto central, menor a identidade. Quando se distancia de sua casa, ele pode tanto estar entrando em território alheio – quando se localiza em um ponto que é mais próximo de outra casa do que de sua própria – como também pode estar em um território neutro, que pode ser um espaço equidistante de duas ou mais casas, ou com características de uso coletivo. Mais uma vez, a ideia da coletividade deste território neutro é relativo. A área comum de um edifício pode ser considerada neutra para seus moradores, mas pode também ser considerada como parte de seu território, e o acesso de não moradores pode conformar uma invasão. Neste sentido ela é pública e um território neutro dentro do espaço do edifício, mas pode ter características de espaço privado, se visto com relação ao restante da cidade. Embora as relações descritas neste exemplo possam assumir uma estrutura muito mais complexa, trata-se da leitura de um espaço específico – a área comum de um edifício de apartamentos – tendo como sujeito uma coletividade

---

específica – seus moradores – em relação a outro espaço e a outra coletividade também específicos – o restante da cidade e sua população.

Uma análise do espaço sob a ótica da territorialidade deve, porém, levar em conta a maior quantidade possível de relações que se estabelecem sobre um mesmo espaço físico. Para tanto, deve-se identificar quais os possíveis sujeitos (indivíduos e coletividades) que se apropriam de um determinado espaço, e com que intensidade.

Por exemplo, um indivíduo situado em um restaurante que frequenta há um longo período de tempo tem certo grau de apropriação sobre o espaço do restaurante e talvez mais especificamente sobre uma mesa ou lugar determinados. No entanto, este espaço não pode ser apropriado somente por este indivíduo, pois há certamente atendentes e talvez outras pessoas com quem ele compartilha o restaurante naquele momento, e que também têm certa propriedade sobre o espaço. O cliente habitual se sente mais proprietário do espaço do que os outros clientes que não conhece, mesmo que estes não tenham conhecimento desta noção de propriedade. Atitudes como chamar o atendente pelo nome ou fazer um pedido especificando “o de sempre” são exemplos de comportamentos com características territoriais, pois têm como objetivo demonstrar aos outros o domínio sobre, ou, no mínimo, uma maior intimidade com o espaço. Chamar os clientes pelo nome e “adivinhar-lhes” o pedido são estratégias utilizadas por atendentes de restaurantes e de comércio em geral para conferir ao cliente certo status, pois evidencia que aquele é um território sobre o qual o cliente tem certo domínio. A propriedade deste indivíduo sobre o espaço, no entanto, é relativa porque, acima de tudo, trata-se de um espaço de caráter público.

No mesmo exemplo, o espaço sob o ponto de vista do atendente tem características diferentes. Embora, para ele, o restaurante seja um lugar de trabalho, e com o qual se tem uma relação bastante habitual, durante o horário em que ele está aberto ao público, o território do atendente se limita ao espaço entre as mesas – compartilhado com os clientes – e aos locais de serviço, excluindo-se os espaços das mesas e banheiros dos clientes, por exemplo. Este território não é exclusivamente deste atendente, mas compartilhado entre todos aqueles que têm o restaurante como local de trabalho. Entre estes, a porção e o grau de propriedade sobre cada espaço é determinada segundo critérios como função e hierarquia.

---

Desta forma, é possível identificar territórios individuais, ocupados por cada um dos indivíduos presentes neste espaço, como também territórios coletivos, determinados segundo cada uma das coletividades possíveis: A daqueles que estão sentados em uma mesma mesa, a das crianças, a de todos os clientes como um todo; a dos atendentes, a dos cozinheiros, a dos faxineiros, a de todos os funcionários, aquela que inclui além destes também o proprietário do restaurante, assim como também a de todos os que estão dentro do restaurante.

Todo espaço, por mais que seja aparentemente simples como um restaurante, está repleto de relações complexas entre indivíduos, coletividades e seus respectivos espaços. Dentro de um pequeno grupo de pessoas, um indivíduo pode fazer parte de diversas coletividades, dependendo do tempo, da situação, e, principalmente, de quais são as coletividades envolvidas. O espaço é, para cada um, um conjunto de valores individuais e coletivos, sobrepostos ou não.

A relação do homem com o espaço define-se, portanto, muito mais em função de sua posição relativa aos outros indivíduos e ao centro de seu território com quem o espaço é compartilhado, do que pela disposição física dos elementos que compõem este espaço. Esta forma de compreensão do espaço está na essência da relação que as pessoas, independente da cultura, mantêm com o espaço ao seu redor. Embora no último século o espaço tenha sofrido amplas, intensas e muitas vezes bruscas transformações, a forma como o homem se relaciona com o espaço, sobretudo na relação de propriedade e territorialidade, não mudou. O que mudou foi a forma física do espaço, assim como a distribuição espacial do território. Seja na transposição do homem do campo para a cidade, seja na gradual transformação da cidade industrial para a pós-industrial ou moderna, ou ainda contemporânea, estas transformações fazem com que a forma como o homem se apropria de um dado espaço tenha se adaptado a novas configurações espaciais, embora dotado sempre dos mesmos atributos fisiológicos. Mesmo entendendo que a transformação das cidades seja uma consequência de mudanças de ordem tecnológica, social ou econômica, é preciso considerar que esta relação homem-espaço é também um fator condicionante a ser considerado.

A mudança especificamente analisada neste trabalho trata de uma nova configuração para um símbolo antigo, a casa, que representa a unidade territorial de uma coletividade básica para muitas sociedades, a família. É preciso, pois, analisar não

somente as transformações do contexto no qual o edifício vertical surge, mas compreender as implicações destas transformações sobre a territorialidade, assim como as mudanças nas coletividades e nas relações destas com o resto da cidade.

## 2. Espaço urbano

---

A dimensão simbólica do edifício vertical está associada não somente ao significado do apartamento como forma de habitação, mas também ao seu significado como edifício situado na cidade: o porte que o destaca das construções térreas torna-o importante elemento da paisagem urbana, assim como a linguagem arquitetônica modernista que assume em muitos dos casos, são associados com a prosperidade do local. Um aspecto importante para este estudo, no entanto, é a localização dos edifícios dentro da cidade. Esta é resultado de uma série de fatores que incluem tanto a dimensão simbólica como também a econômica e a social. A nova espacialidade resultante da verticalização é fruto de uma série de transformações ocorridas nestas dimensões, e pode também resultar em novas organizações espaciais no meio urbano. É preciso, desta forma, compreender as relações até então existentes para se empreender uma análise de tais transformações.

O fenômeno da urbanização, acentuado principalmente após a revolução industrial com a migração de grandes contingentes populacionais do campo para a cidade, e o seu agrupamento em localizações específicas, deu origem a novos estudos das organizações e padrões sociais humanos. O estudo das cidades, que começavam a se aglomerar em grandes metrópoles, deu origem aos primeiros estudos do espaço e da sociedade urbanos no decorrer do século XIX, quando surgia, como define CHOAY (1979), o pré-urbanismo, na figura de Owen, Fourier e outros cujas propostas viriam a influenciar os estudos posteriores.

Neste período, foram realizadas diversas abordagens a teorias do espaço urbano, muitas com intuito de fornecer subsídios para uma incipiente disciplina de Planejamento Urbano. Mesmo entendendo que "apesar das pretensões dos teóricos, o planejamento das cidades não é objeto de uma ciência rigorosa" (CHOAY, 1979, p.49), e que a ideia de um urbanismo científico seja um dos "mitos da cidade industrial" (CHOAY, 1979, p.49), a fé na ciência, que caracteriza esta categoria de urbanistas, influenciou o urbanismo tanto no Brasil como no resto do mundo, a partir do século XX. Estas influências "são extremamente variadas e múltiplas em seus princípios", variando entre as propostas de Le Corbusier, voltadas para o progresso; as de Camilo Sitte, buscando "o resgate do sentido de comunidade e de cultura das cidades"; e as de



Ebenezer Howard, com as cidades-jardim (MONTE-MÓR, 2010). Por outro lado, "as teorias sociais sobre a cidade e organização do espaço urbano foram se desenvolvendo também entre nós." (MONTE-MÓR, 2010). Entre estas abordagens, estão a Ciência Regional, influenciada pela economia regional e urbana e pelas contribuições de Walter Isard; e a Escola de Chicago, que daria origem à disciplina da Ecologia Humana, em princípios do século XX.

Para se entender a verticalização das cidades, que é defendida por Souza (1994), como a "Identidade da metrópole", e desde seu princípio, nas décadas de 1910 e 1920 em São Paulo e Rio de Janeiro, considerada "como solução para alguns problemas e como símbolo de modernidade" (SOUZA, 1994 p. 47), é antes preciso situar seu processo de produção em seu meio natural, que é o espaço urbano, compreendendo-o nos mecanismos que o engendram, através de formas específicas de leitura desse espaço, que, para Souza (1994), é o espaço das elites, um espaço "privilegiado em relação ao das classes pobres." (SOUZA, 1994 p. 43).

É importante notar que a cidade deve ser objeto de estudo de um campo necessariamente multidisciplinar, embora muitas abordagens tenham se dado a partir de uma única e particular perspectiva. Esta questão é particularmente bem explorada por Solà Morales (2002):

*'La ciudad como oscuro objeto del deseo', tal debería ser el título con el que se encabezase una historia de la ciudad moderna hecha desde la arquitectura. Hay, ciertamente, para la economía, una ciudad como mercado; para la semiótica una ciudad como sistema de información, para la política una ciudad, civitas, en la que se canalizan los valores colectivos de la convivencia. Hay también una ciudad como arquitectura. La confusión de la cultura moderna, tan fragmentada y especializada, es que cada uno de estos paradigmas tiende a hacerse autónomo y absoluto (SOLÀ MORALES, 2002 p. 37)*

As múltiplas faces da cidade contemporânea devem, portanto, ser abordadas de cada um dos pontos de vista, de forma que somadas, as observações constituam um panorama geral da cidade, ou desde o princípio, abordadas a partir de um ponto de vista que consiga abranger todos os outros. Ambos os caminhos parecem tortuosos. Uma ampla gama de conhecimentos é necessária para a abordagem tanto em um como em outro sentido. Solà-Morales propõe como forma de abordagem cinco

“platôs”<sup>8</sup>, a partir dos quais se poderia analisar a cidade na totalidade de suas dimensões. Para ele, a metrópole

*...se extiende en galaxias difusas que habrá que considerar en función del tipo de relaciones que queramos detectar. No hay centro sino multiplicidad de centros. No hay zonificación de funciones, sino, a menudo, una alta especialización funcional combinada con una permanente de actividades. Los espacios de conexión, vías, transporte, puntos de intercambio e intercambio telemático son, en cierto sentido, los verdaderos soportes de la identidad metropolitana” (SOLÀ MORALES, 2002 p. 71)*

Para um mundo em transformação, as conexões, as vias das informações adquirem um papel cuja importância não poderia ser colocado em segundo plano. Mas entre os platôs que propõe Solà-Morales, encontramos: as Mutações, os Fluxos, as Habitações, os Contêineres, e os *Terrain Vague*.

Percebendo que a cidade em constante transformação, o autor entende que são necessárias uma cidade e uma arquitetura de acordo com estas características, e para isto clama por uma “absoluta interação entre sistemas e arquitetura, que se produza ao mesmo tempo como expressão dinâmica da *mutação*” (SOLÀ MORALES, 2002 p. 71).

Para todo tipo de *Fluxo*, físico ou não, a cidade deve estar adaptada. Os fluxos dizem respeito não somente ao transporte de objetos e pessoas, mas também de informações, recursos financeiros e outros tipos de fluxos,

*...materiales e inmateriales, físicos y reales o bien puramente informacionales o simbólicos ya no pueden tratarse de forma separada. [...] No sólo en el campo convencional del transporte [...], sino en todo lugar donde se producen cruces constantes de redes de distribución, la arquitectura ha de tener la capacidad de recortar su forma de modo que sea, sobretudo, plásticamente receptora de cualquier tipo de intercambio.” (SOLÀ MORALES, 2002 p. 87)*

A cidade é o cruzamento, a interação de informações, o que implica velocidade.

Solà-Morales (2002) defende também a habitação como um “imenso campo de ação de incidência sobre um dos produtos fundamentais da arquitetura na cidade” (SOLÀ MORALES, 2002 p. 96), embora sua produção tenha se desviado da

<sup>8</sup> doNo original em espanhol, *mesetas*, termo emprestado de Deleuze

função originalmente atribuída ao arquiteto. A capacidade destes e da arquitetura “de apostar valores de racionalidade, economia ou gosto, é completamente distinta desta função.” (SOLÀ MORALES, 2002 p. 96) E investiga a origem deste desvio. Seria uma fatalidade da vida na metrópole? Ou, ao contrário, trata-se de um campo provavelmente interdisciplinar, “ante o qual os arquitetos somente de forma fragmentária têm sabido se aproximar com as ferramentas conceituais de projeto?” (SOLÀ MORALES, 2002 p. 96)

A habitação é um tema central no estudo urbano, pois afinal é a partir da concentração dela que se configura a cidade, e nela se centram as forças estruturantes do espaço urbano.

Os Contêineres (*Contenedores* no original) referem-se aos recintos que não se abrem à cidade, invólucros impermeáveis de shopping centers, comércios e outros.

*Separación de la realidad para crear con toda evidencia un espacio de representación. Separación física que nega la permeabilidad, la transitividad, la transparencia”* (SOLÀ MORALES, 2002 pp. 99-100)

O *Terrain Vague*, por sua vez, refere-se a espaços vazios de significado, que responde pela necessidade moderna do “espaço de liberdade, de indefinição e de improdutividade, mas desta vez ligados à noção mítica da natureza” (SOLÀ MORALES, 2002 p. 104). Trata-se de uma estrutura importante para a definição da cidade contemporânea como um espaço de pessoas.

A preocupação de Solà-Morales em relação aos caminhos a serem tomados pelo urbanismo contemporâneo está fortemente ligada à de se construir este espaço voltado para as pessoas, onde exista o contato, onde a cidade possa absorver os fluxos e as transformações sem prescindir de habitações mais humanas, sem espaços obscuros e voltados para dentro, e com espaços que remetem à agora “mítica” natureza.

E é neste sentido que surge a preocupação universal e quase clichê, de se construir “cidades mais humanas”, sem que esta noção esteja claramente definida. O espaço humano não é, como se afirma despreocupadamente, somente a garantia de mais espaços livres, mais espaço para contato humano, e mais espaço para os pedestres. Não enquanto não houver a compreensão de que estes espaços têm de ser entendidos como espaços humanos, voltados para as pessoas e construídos para serem apreendidos sob o

ponto de vista da pessoa. Há tempos a lógica do mercado sobrepujou a lógica da humanidade, e grande parte da produção do espaço urbano é voltada para a construção de espaços para o mercado, para a obtenção do lucro. O ser humano é visto como o consumidor, e não mais como um ser com necessidades específicas de relacionamento social. Seu isolamento, nas vidas urbanas da cidade contemporânea, é uma necessidade e uma vantagem para o mercado.

A ideia de que o espaço urbano se relaciona a uma dinâmica social profundamente enraizada em princípios fisiológicos segundo uma lógica darwiniana já foi explorada pela Ecologia Humana, da Escola de Chicago no início do século XX. Os conceitos fundados por esta área interdisciplinar, posteriormente difundidos no campo do urbanismo, serão analisados utilizando o enfoque apresentado no capítulo anterior. Procura-se, assim, compreender como as relações dos indivíduos entre si e com o espaço da cidade são transformados pela lógica do capital, como proposto por David Harvey (2011), através de uma “destruição criativa”. Pretende-se demonstrar como este conceito está relacionado ao da Desconstrução Espacial, e como este conceito pode ser aplicado não somente à transformação física do espaço, mas também a suas outras dimensões.

## 2.1. A Ecologia Humana

---

O termo Ecologia foi cunhado em 1866 por Ernst Haeckel, designando o "corpo científico que se preocupa com a economia da natureza – a investigação das relações totais dos animais, tanto com seu ambiente inorgânico, quanto com o orgânico" (HAECKEL, 1879 apud KORMONDY & BROWN, 2002, p.28). Refere-se, etimologicamente, ao "estudo da casa", e suas origens remontariam a Aristóteles e seus contemporâneos, nos estudos relativos ao ambiente. A formalização da Ecologia como campo científico, no entanto, ocorreu somente com a formação da Sociedade Ecológica Britânica, em 1913, e da Sociedade Ecológica da América, em 1915 (KORMONDY & BROWN, 2002).

Park (1970) refere-se a H. G. Wells que, em *The Science of Life*, define a Ecologia como "Economia biológica". Seria, assim, a extensão da Economia à totalidade da vida, na medida em que a comunidade biótica pode ser definida como

"organização econômica para a exploração dos recursos naturais de seu habitat" (PARK, 1970, p. 31). A Economia, cerca de um século mais antiga, seria um ramo de ciência mais geral da Ecologia.

Por sua abrangência, a Ecologia faz fronteira com diversas outras áreas, relacionando-se até mesmo com a geologia, a física, a química e a matemática; a permeabilidade entre as áreas acentua-se no envolvimento com as "interações humanas, incluindo a estética, a ética, a política, as sociedades, a lei e a economia" (KORMONDY & BROWN, 2002, p.28).

Embora a própria Ecologia como campo científico ainda estivesse em seus primórdios, a Ecologia Humana começaria a ganhar status científico já em 1915, através da publicação do ensaio "*The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment*", pelo sociólogo Robert Ezra Park, e também de pesquisas realizadas por este e outros pesquisadores associados à Universidade de Chicago (PIERSON, 1970). Surgia, assim, a Escola de Chicago, movimento que daria origem a fecundos estudos sobre a sociedade e a cultura humanas, e que viria a fazer grandes contribuições, principalmente, à Sociologia Urbana.

As ramificações que desde então se multiplicaram a partir dos estudos da Ecologia Humana têm abordagens bastante diversas, sendo aplicadas tanto na área que lhe deu origem, a Biologia, quanto à Sociologia, à Psicologia, e mesmo à Criminologia e à Arquitetura e ao Urbanismo. Edward Kormondy e Daniel Brown fazem uma abordagem bastante ampla da Ecologia Humana em sua publicação "Ecologia Humana" (2002), embora possuam um viés voltado para os aspectos biológicos e antropológicos. De acordo com estes autores, a abordagem então seguida por Park teria tido grande influência sobre a Ecologia Sociológica, que, em seu entendimento, seria distinta da Ecologia Humana (KORMONDY & BROWN, 2002).

A Ecologia Sociológica procura fazer uma analogia entre o ambiente natural e o produzido pelos humanos; para os autores, esta forma de abordagem de certo modo superestima a força de tais analogias, uma vez que "sociedades, mesmo as urbanas, não são ecossistemas", e deveriam ir além, estudando a relação entre o ambiente e a sociedade humana em uma interação recíproca (KORMONDY & BROWN, 2002, P.50).

A influência da Ecologia Humana sobre a Arquitetura e o Urbanismo acontece, assim, de forma indireta, através da interação entre a Sociologia e as disciplinas da Psicologia Ecológica e Psicologia Ambiental, que estudam, respectivamente, o poder de coerção das unidades ambientais sobre os comportamentos e a percepção dos indivíduos de seus ambientes. Ainda assim, os autores afirmam que:

*Estas aplicações de ideias sobre as reações humanas ao ambiente são difíceis de serem postas em prática, já que o número de variáveis a considerar é imenso. As complicações aumentam ainda mais quando diferenças culturais são adicionadas à equação (KORMONDY & BROWN, 2002, p.52)*

Esta consideração, porém, leva em conta apenas a possibilidade de análise sob o ponto de vista da influência direta do planejamento ou do projeto, enquanto geradores de uma espacialidade específica, sobre o comportamento e a forma de socialização dos humanos. Já do ponto de vista das possíveis implicações de análises sócio-espaciais, sob a ótica da Ecologia Humana, acredita-se que esta disciplina seja de grande utilidade para uma visualização mais objetiva e científica de dados sobre o ambiente urbano – que de outro modo seriam apenas empiricamente observados – e que pode servir como subsídio para traçar diretrizes ou mesmo para tomar decisões durante o processo de planejamento.

Sob este viés, é possível analisar os desdobramentos dos estudos iniciais da Escola de Chicago. Esta Ecologia Humana, com características mais sociológicas, possui, de acordo com seus estudiosos, o mesmo ponto de partida que o das Ecologias Vegetal e Animal. Em todas elas, parte-se do princípio de que existe uma constante competição por um lugar no solo, estando a diferença principal no fato de que

*... no caso de seres humanos, esta competição constante, profunda, crua e brutal, não se vê com a mesma facilidade, devido aos efeitos de fenômenos não possuídos pelas plantas e animais, isto é, o costume e a lei. (PIERSON, 1970, p.11)*

A **comunidade**<sup>9</sup>, formada por espécies que ocupam um mesmo habitat, do ponto de vista da Ecologia, é regida pelos princípios de dominância e sucessão. O

---

<sup>9</sup>Na definição de Park, a comunidade é uma população que é :

“1) territorialmente organizada;

2) mais ou menos completamente enraizada no solo que ocupa

3) com suas unidades individuais vivendo em relação de interdependência mútua que é antes simbiótica do que social no sentido em que esse termo é aplicado aos seres humanos”. (PARK, 1970, p.21)

---

primeiro refere-se ao controle exercido pela competição entre as espécies ou indivíduos, onde aqueles que se encontram em posição de dominância têm maior acesso aos recursos existentes.

**Sociedade**, para a Ecologia, é uma unidade territorial, uma área "dentro da qual a competição biótica declinou e a luta pela existência assumiu formas mais elevadas e mais sublimadas." (PARK, 1970, p. 27)

Assim, pode-se afirmar que a sociedade humana, diferente das sociedades vegetal e animal, é organizada em dois níveis: biótico (sociedade simbiótica baseada na competição) e cultural (baseada na comunicação e no consenso). As duas formas de organização são aspectos diferentes de uma sociedade, que nas vicissitudes e mudanças a que estão sujeitos, permanecem em relação de dependência mútua. De acordo com Park, o fato de o ser humano não ser tão dependente do meio físico que habita, como é o caso da grande maioria dos animais e vegetais, soma-se à sua capacidade de modificar este meio. Deste modo, à base simbiótica que estrutura a comunidade humana é sobreposta uma superestrutura cultural, cuja base é composta pelo costume e pela tradição.

A sociedade humana é suscetível a mudanças ocorridas em sua base biótica, mas que se manifestam de forma mais sutil; por outro lado, novas tecnologias e mudanças repentinas ou catastróficas desempenham papel mais importante na comunidade social do que na biótica. De qualquer forma, aceita-se que "todos, ou a maior parte dos processos fundamentais, parecem ser funcionalmente relacionados e dependentes da competição." (PARK, 1970, p. 27)

Em sociedades animais e vegetais não há restrição à competição. Na humana, existem restrições de ordem institucional ou moral. Existem ciências que lidam com estas restrições em diferentes níveis: econômico (Economia), político (Ciência Política) e moral (Sociologia e Antropologia Social) (PARK, 1970).

Cabe então uma diferenciação entre a Ecologia Humana e outras áreas como a Geografia, a Economia e a Sociologia tradicional. Trata-se de área independente das outras, embora possua com elas relações bastante profundas. A geografia busca uma descrição de um quadro pormenorizado de uma paisagem composta pelas populações vegetal, animal e humana, assim como de suas ocupações; a

---

Antropogeografia trata da influência do meio físico sobre a cultura humana; e a Geografia Humana, das modificações do meio físico decorrentes do trabalho humano. Em outras palavras, enquanto a Geografia se preocupa com a localização espacial, a Ecologia Humana busca entender o processo (PIERSON, 1975).

Já a Economia trata do comércio e do mercado, enquanto a abordagem ecológica trata de relações sociais e divisões de trabalho naturais, espontâneas e não racionais, como resultantes da competição.

Quanto à relação com a Sociologia, Pierson define que:

*A Ecologia Humana interessa-se pela formação de comunidades, isto é, pela atuação do processo de competição e pelas relações simbióticas que esta desenvolve e modifica; enquanto que a Sociologia se interessa principalmente pela formação de sociedades, isto é, pelo processo de comunicação e pelas relações morais que esta desenvolve e modifica.*  
(PIERSON, 1970, p.15)

Embora, desta forma, a Escola de Chicago pertença a uma vertente mais sociológica, divergindo em alguns pontos da abordagem mais tradicional e com fundamentos biológicos, a origem é a mesma; a própria abrangência da Ecologia Humana como campo científico, que possui inúmeras e muitas vezes pouco definidas fronteiras com outras áreas de conhecimentos, contribui para que sua própria definição receba atributos diferenciados, de acordo com as aplicações de seus conhecimentos. A vertente sociológica da Escola de Chicago, que se relaciona mais diretamente com o urbanismo e o planejamento urbano, desenvolveu teorias e conceitos próprios, que viriam mais tarde a ser aplicados tanto dentro destas áreas específicas como também, ocasionalmente, em seu campo de conhecimento original.

Levando-se em consideração o contexto econômico e social em que surgiu a Escola de Chicago, é possível compreender que as atenções dos estudos então realizados sobre a sociedade humana se voltassem com grande frequência para a sociedade urbana. O estudo da então emergente sociedade urbana, com todos os problemas acarretados pela intensificação da migração das populações no sentido das cidades, viria se tornar o foco principal de estudos das ciências sociais.



Na Escola de Chicago, Park concebia a comunidade humana como uma estrutura análoga a uma sociedade animal ou vegetal, onde o princípio de "**dominância**" funciona da mesma forma.

*As chamadas 'áreas naturais' (ou funcionais) de uma comunidade metropolitana - por exemplo, a área do slum, a das casas de cômodos, o distrito central de lojas, o centro de negócios bancários - cada uma e todas devem sua existência diretamente ao fator de 'dominância' e, indiretamente, à competição. (PARK, 1970, p.28)*

Os contornos da comunidade urbana seriam definidos, então, por uma luta protagonizada pelas indústrias e instituições comerciais por uma localização estratégica, a cujas forças estaria subordinado um sistema semelhante, na luta pela localização e os limites das áreas residenciais. (PARK, 1970, pp. 28-29)

*Assim, o princípio da 'dominância', operando dentro dos limites impostos pela topografia e pelos outros aspectos naturais, tende a determinar o padrão geral ecológico da cidade e a relação funcional de cada uma das diferentes áreas da cidade para com todas as outras." (PARK, 1970, p.29)*

Desta forma, através de uma aproximação biológica na direção do entendimento da forma de organização socio-espacial da cidade, Park tenta compreender os fatores que regulam este processo, sempre utilizando a imagem da subestrutura simbiótica sobre a qual repousa uma superestrutura cultural.

Dentro deste conceito, as ordens sociais divergentes se organizam na forma de uma pirâmide hierárquica. Sobre uma base ecológica, são sobrepostos os níveis econômico, político, e um ápice moral. Em cada nível o indivíduo está mais completamente incorporado do que no nível anterior, e mais subordinado à ordem social da qual faz parte. A competição no nível biótico é ilimitada, mas, à medida que a sociedade amadurece, o controle é maior e mais extenso. No nível moral há a maior restrição (PARK, 1970, p.36).

Entendimento semelhante se verificava no início dos anos 30, quando Julian Steward aprofundou-se no estudo da Ecologia Cultural, segundo a qual as maneiras de um grupo de obter alimentos relaciona-se diretamente com outros aspectos de sua cultura; Steward definia como núcleo cultural a "subsistência de um grupo, incluindo sua economia básica e tecnologia" (STEWART apud KORMONDY & BROWN, 2002, p.47). Segundo este entendimento, o núcleo cultural influencia a

---

organização cultural e social do grupo; e a organização social influencia a ideologia e a religião. A relação do homem com o meio ambiente se dá através do núcleo cultural, onde um tem a capacidade de alterar o outro.

A metodologia da Ecologia cultural de Steward, como descrito por Kormondy e Brown (2002), envolve três procedimentos. No primeiro, é analisada a relação entre ambiente e o núcleo cultural. A capacidade do homem de alterar o ambiente aumenta com a complexidade da tecnologia, ampliando as possibilidades de padrões de comportamento; daí a importância do estudo da tecnologia.

No segundo, que é a principal área de estudo dentro da ecologia cultural, são analisados os padrões de comportamento associados ao núcleo cultural, incluindo as formas de subsistência e a influência destas sobre padrões de comportamento, sejam individuais ou do grupo todo.

O terceiro procedimento estuda os efeitos e padrões de comportamento do núcleo cultural sobre outros aspectos da cultura. Requer uma visão mais ampla, que considera os graus de amplitude que o comportamento permite. Forças de origens diversas e suas inter-relações são levadas em conta.

Uma crescente complexidade nas relações a serem estudadas revela pequena parte dos fatores que podem ser considerados nas análises ecológicas, dependendo da forma de abordagem. A da ecologia cultural, embora quase sempre aplicada em estudos de povos primitivos e suas formas de subsistência, carece de uma preocupação com outros fatores além da forma de aquisição de alimentos sobre o comportamento humano, como apontam Kormondy e Brown (2002).

Como forma mais direta de abordagem ao estudo do espaço urbano, foi particularmente difundido um artigo de Louis Wirth, "*Urbanism as a Way of Life*", publicado originalmente em 1938. Nele, Wirth, da Escola de Chicago, ressalta a importância de uma definição sociológica da cidade que leve em conta que mesmo sendo a cidade o *locus* característico do urbanismo, o "modo de vida urbano não se confina às cidades" (WIRTH, 1987, p.90 e WIRTH, 1938). Para ele, existem dois tipos ideais: em um, apegado a uma base tradicional ("*folk*") e rural, são mais valorizados os laços de parentesco, o significado social da família e a vizinhança; no outro, o "modo de vida" urbano, há uma "corrosão da base tradicional da solidariedade social", e uma

---

"substituição de contatos primários por secundários" (WIRTH, 1987). Neste sentido, o ser humano moderno estaria sempre posicionado entre estes dois extremos, entre dois modos de vida que interferem um no outro, sem que seja possível, ainda, conceber um modo de vida urbano que prescindia de uma base rural. Da mesma forma, o modo rural não está totalmente isento das influências do modo de vida urbano.

Para Wirth, a desestruturação da base social consolidada nas formas tradicionais de organização social, através da urbanização das populações, implica a necessidade de sua reestruturação. "Frequentemente há apenas uma relação muito tênue entre a posição econômica ou outros fatores básicos que determinam a existência do indivíduo no mundo urbano e os grupos voluntários aos quais ele se acha filiado" (WIRTH, 1987, p.110).

Resultado da associação dos estudos de Park sobre a Ecologia Humana com o trabalho de Simmel, o pensamento de Wirth, para Monte-Mór (2010) significou "a explicação e o referencial teórico da cultura urbana, definindo o urbanismo (e por oposição, o ruralismo) como um modo de vida, informou as percepções da cidade e do processo de modernização da sociedade por várias décadas." (MONTE-MÓR, 2010).

---

### 2.1.1. Conceitos

---

Como pioneira dos estudos sociológicos científicos do espaço urbano, a Escola de Chicago, por meio de analogias entre ecologia e sociedade urbana, e fazendo uso da Ecologia Humana, definiu conceitos e teorias, dos quais alguns levantaram polêmicas (QUINN, 1970) ou foram incorporados e aplicados em estudos que se replicariam mundo afora.

O conceito de distância, para a ecologia, é diferente daquela puramente espacial: a localização, como conceito geográfico, significa a posição na superfície da terra; como conceito ecológico, significa a "posição num agrupamento espacial de seres humanos interagentes ou de instituições humanas inter-relacionadas" (MCKENZIE, 1970, P.38). Desta forma, a distância ecológica está relacionada a unidades de preço-tempo, e é medida em minutos e centavos, em oposição à distância geográfica, medida em metros e quilômetros. Assim, a "estrutura e o crescimento da comunidade são em grande parte função da distância ecológica como conceito de 'preço-tempo'"

(MCKENZIE, 1970, p.41). A distância determina o centro, e a forma de expansão da cidade (seja radial, em forma de estrela, etc) depende desta distância ecológica. A distância máxima linear da periferia ao centro é raramente superior a uma hora de viagem pelo meio de transporte mais comum.

Da mesma forma, existe uma diferença entre a área administrativa, "que se define por lei e é relativamente estática", e as áreas naturais, "que se definem pela amplitude de funções reais e que estão constantemente em transformação" (WIRTH, 1970, p.70) e que são unidades ecológicas, definidas por relações sociais ou fenômenos como o crime, a doença, a organização familiar e mesmo agrupamentos para fins políticos (WIRTH, 1970).

*Descobriu-se que a fixação de seres humanos, a padronização de instituições sociais, a incidência de problemas sociais e a intrincada rede de inter-relações sociais, não se conformam, a não ser acidentalmente, com as áreas arbitrariamente demarcadas e que, portanto, as áreas administrativas apenas raramente coincidem com as áreas ecológicas ou naturais. (WIRTH, 1970, p.68)*

Esta falta de coincidência, por vez,

*interessa particularmente à organização e ao planejamento da comunidade. A área de organização e planejamento da comunidade deve coincidir aproximadamente com a área sobre a qual se estendem os fenômenos a serem organizados ou planejados, para evitar confusão e ineficácia. (WIRTH, 1970, p.70)*

A *Distribuição Ecológica* é resultante da competição, da interação de forças entre os indivíduos ou grupos de indivíduos dentro de uma comunidade ou entre comunidades. Assim, a localização espacial de pessoas e serviços é determinada pela distribuição ecológica, ou seja, pelos fatores de dominância que regem as formas de competição (WIRTH, 1970).

A *Unidade Ecológica* é qualquer distribuição ecológica que possua um caráter unitário o suficiente para diferenciá-la das distribuições circundantes. Um agrupamento interdependente de unidades corresponde a uma constelação (MCKENZIE, 1970). Um exemplo de constelação de unidades ecológicas é a metrópole, com diversas unidades que se inter-relacionam e que possuem dentro de si outras unidades ou constituem comunidades, dentro ou mesmo fora de sua área administrativa.

---

*Mobilidade*, na Ecologia Humana, mede o ritmo de modificação da organização ecológica, que depende do dinamismo do progresso cultural e técnico. Exemplos são a mudança de residência, de emprego ou da localização de determinados serviços. *Fluidez*, por sua vez, refere-se ao movimento sem modificação da posição ecológica. Frequentemente revela-se uma relação inversamente proporcional entre fluidez e mobilidade: se a fluidez aumenta através da melhoria do sistema ou meio de transporte, a necessidade de mudança do local da residência ou do trabalho, ou seja, a mobilidade diminui (MCKENZIE, 1970). Uma cidade com população com maior acessibilidade, ou fluidez, tende a ser mais estática. A amplitude de movimento é medida através da fluidez, daí a relação de preço-tempo atribuída à distância ecológica.

Os *Fatores Ecológicos* são forças que interagem entre si, resultando em mudanças nas relações espaciais humanas. As forças variam em intensidade, e natureza. O fator Geográfico inclui condições climáticas, topográficas e recursos naturais; o Econômico, muito amplo, inclui tipo e organização de indústrias locais, distribuição de profissões, padrão de vida da população e outros; o Cultural e Técnico são as condições das artes, atitudes morais e tabus que vigoram na distribuição da população e dos serviços; e por fim as Medidas políticas e administrativas, que são tarifas, impostos, leis, relacionados a serviços públicos. (MCKENZIE, 1970)

O estudo destes fatores é campo de suma importância para a Ecologia Humana, na medida em que esta procura entender precisamente a relação que mantêm entre si e sua influência sobre o comportamento humano; como já citado, a Ecologia Cultural busca, da mesma forma, entender como estes fatores se relacionariam com o Núcleo Cultural, em relação de influência em ambos os sentidos com o ambiente. Já Wirth acredita que nos planos de urbanismo, tais conhecimentos seriam de grande valor, pois permitiriam à comunidade controlar a direção do seu crescimento e estrutura. É preciso que se procure sempre isolar os fatores que determinam ou restringem uma certa situação ecológica. (MCKENZIE, 1970, p.43)

---

### 2.1.2. Processos

---

Dados estes conceitos principais, são definidos alguns *Processos Ecológicos*, que seriam tendências naturais das populações humanas para desenvolver

---

formas específicas de agrupamentos, em função das forças atuantes nas relações de competição. Os cinco principais processos são *Concentração regional*, *Centralização*, *Segregação*, *Invasão* e *Sucessão*.

A **Concentração regional** é a tendência das pessoas de fixar residência em um único lugar, e é medida pela densidade demográfica. Antes da industrialização a concentração regional era ditada pela necessidade de abastecimento alimentar, mas "o industrialismo moderno criou novas regiões de concentração, cujos limites são definidos, não pelo abastecimento alimentar local, mas pela importância estratégica do lugar com referência ao comércio e à indústria." (MCKENZIE, 1970, p.43) Um exemplo ilustrativo deste processo é a migração do campo para a cidade, aumentando a densidade demográfica nas cidades. No caso, a localização da indústria, dentro das cidades, exerce papel dominante sobre o processo.

Dentro do processo de concentração regional, incluem-se a especialização regional e a dispersão. A especialização regional é resultado natural da competição sob condições predominantes de transporte e de comunicação. Produz interdependência econômica entre diferentes regiões e comunidades, o que modifica as relações de subsistência não só dos indivíduos dentro da comunidade, mas também das diferentes comunidades entre si. Seleciona a população residente de acordo com requisitos profissionais, gerando predominância de determinada faixa etária, sexo, raça ou nacionalidade.

A dispersão é o oposto da concentração: quando esta ocorre em uma área, a dispersão acontece em outra. Tudo que retarda a locomoção de mercadorias limita a concentração, e tudo que facilita a locomoção de pessoas provoca dispersão. O automóvel facilita a dispersão das populações para áreas distantes do centro. Já os impostos altos dispersam a produção, ao forçarem as indústrias para fora das cidades.

O processo de **Centralização** difere do de concentração, que é mera agregação. É "efeito da tendência dos seres humanos de se reunirem em determinados lugares para satisfação de determinados interesses comuns, tais como o trabalho, as diversões, os negócios, a educação" (MCKENZIE, 1970, p.46); em outras palavras, é uma forma temporária de concentração, e necessita de uma área de participação, com centro e circunferência para sua caracterização. É o processo que forma a comunidade,

já que é através deste processo que se forma o centro varejista, que por sua vez estrutura o restante da cidade. Os pontos focais de centralização estão em constante competição com outros, são variáveis e temporários. O grau de centralização de determinado ponto focal do meio urbano mede sua força de atração nas condições culturais e econômicas existentes.

A centralização também pode se associar à especialização, criando vários centros na cidade, com focos de interesse diferentes em localizações geográficas ou ecológicas diferentes. A especialização ocorre tanto espacial como temporalmente, selecionando as populações através dos interesses diferentes entre as diversas camadas sociais, faixas etárias ou diferenças de gênero e outros fatores.

Os tipos de centros podem ser classificados segundo os critérios de tamanho e importância, indicados pelos valores de terreno e concentração; interesse dominante do produtor de centralização, seja ele trabalho, negócios ou lazer; e distância ou área da zona de participação.

Os centros se localizam nos cruzamentos de vias, e sua localização é uma função do transporte e da comunicação. Centros de comércio varejista, centros locais de negócio, centros financeiros, de trabalho e de lazer seguem padrões específicos de movimento dentro da cidade.

A descentralização é a divisão de centros em novos centros menores. Ocorre em metrópoles por todas as regiões com relação a alguns interesses, enquanto uma centralização extrema ocorre com relação a outros. Para estudar o processo de centralização é importante, portanto, “descobrir quais os aspectos de vida que estão sendo organizados, baseados em centros menores, quais aqueles baseados em centros maiores e quais os fatores que parecem contribuir para isso”. (MCKENZIE, 1970, p.50)

O processo de **Segregação** consiste na concentração de tipos de população dentro de uma comunidade, através de uma combinação de forças de seleção. Existe sempre um fator dominante, que prevalece sobre os outros e faz a seleção de tipos. A mais primária e geral das forças de seleção é a econômica, que é resultado da competição econômica e determina as unidades básicas da distribuição ecológica. “Os outros atributos de segregação, tais como a língua, ou a cultura, funcionam dentro das esferas dos respectivos níveis econômicos” (MCKENZIE, 1970, p.50). Em outras

---

palavras, as populações são em um primeiro momento segregadas espacialmente por suas classes sociais, em setores específicos das cidades; dentro destes setores ocorrem as segregações por outros fatores, de ordem cultural. Este processo é mais facilmente observável nas grandes metrópoles, com bairros mais visivelmente segregados economicamente, e grandes setores com classes sociais homogêneas, porém separadas por etnias, como os bairros judeus e orientais em São Paulo.

A **Invasão** é o processo de substituição de um grupo por outro. Ocorre através do transbordamento de uma área de segregação sobre outra, geralmente adjacente. É comum que unidades populacionais economicamente favorecidas ocupem áreas adjacentes, através da revitalização ou substituição das edificações existentes.

Já a **sucessão**, para a Ecologia, descreve e designa a "sequência ordenada de mudanças através das quais uma comunidade biótica passa, no curso de seu desenvolvimento, de um estágio primário e relativamente instável, a um estágio relativamente permanente ou de clímax." (PARK, 1970, p. 29).

A Sucessão é um processo cíclico, tanto nas comunidades humanas como nas de plantas. De acordo com McKenzie, as regiões da cidade passam por estágios de uso e povoamento, seguindo períodos de regularidade matemática, que podem até mesmo ser previstos através dos cálculos corretos. A deterioração física dos edifícios de determinada localidade força uma seleção da população, levando à ocupação por populações de camadas sociais cada vez mais baixas, até que ocorra a mudança de uso, de residencial para comercial ou o desenvolvimento de um uso pré-existente (a mudança de moradias de apartamentos para hotéis, por exemplo). A sucessão se caracteriza pela completa mudança da população ou do uso.

Estes conceitos fundamentais estabelecidos pela Escola de Chicago serviram de base para outros estudos, alguns dos quais aprofundaram um deles em particular, enquanto outros utilizaram o conjunto para estabelecer, sobre esta base teórica, novas teorias sobre o entendimento do trabalho. Um dos mais conhecidos e também polêmicos foi "*The growth of the City: An Introduction to a Research Project*", publicado em 1925, por Ernest W. Burgess, que apresentou a teoria dos círculos concêntricos como padrão de crescimento das cidades (BURGESS, 1970).



A teoria de Burgess abrange a área metropolitana de cidades americanas, sob o aspecto de sua expansão física, que define como um processo “quase tão manifesto” quanto o de agregação. Assim, “ainda mais significativa do que a densidade crescente da população urbana é a sua tendência correlativa de transbordar e assim estender-se sobre áreas maiores e incorporar essas áreas a uma vida comunal maior” (BURGESS, 1970, p.354). Este processo geraria um padrão de crescimento que poderia ser ilustrado sob a forma de círculos concêntricos, que podem “ser numerados para designar tanto as zonas sucessivas de extensão urbana, como os tipos de áreas diferenciados no processo de expansão” (BURGESS, 1970, p.356).

Neste esquema teórico, a cidade seria representada por uma zona central de comércio, o “Loop”, circundado por uma zona de transição, invadida pelo comércio e pela manufatura leve. A terceira zona corresponde à de moradia de operários, que estariam fugindo da zona de decadência (a segunda zona) mas ainda desejando manter-se próximos ao local de trabalho. Depois desta, a quarta zona é ocupada por residências de classe alta e prédios de apartamentos e, ainda, além dos limites políticos da cidade – ou seja, nos subúrbios ou cidades satélite – estaria a zona de Commuters, que trabalham na cidade, mas voltam à noite para sua cidade, em movimento pendular. A área de abrangência do círculo estaria dentro de um raio de trinta a sessenta minutos de viagem a partir da zona central de comércio.

Embora o próprio Burgess reconheça que “nem Chicago nem qualquer cidade se adapta perfeitamente a este esquema ideal”(BURGESS, 1970), o esquema busca a explicação para distorções que ocorrem em função de processos complementares, como o de Sucessão, que faz as populações transbordarem sucessivamente para os círculos externos; os de concentração e descentralização, que reorganiza a estrutura da cidade em diversos centros especializados; e a organização e desorganização sociais que seriam como processos de metabolismo. Estes últimos partem do princípio de que o indivíduo torna-se parte orgânica de sua sociedade, seja pelo processo natural – o nascimento no meio urbano – como por um processo de desorganização – a saída do meio rural – que precede a reorganização – a adaptação ao meio urbano. Neste processo, o indivíduo (ou grupos de indivíduos) são classificados naturalmente segundo critérios de classe econômica, cultura, língua ou etnia, o que resulta na forma da cidade (BURGESS, 1970).

---

Uma das conclusões mais interessantes deste estudo talvez seja a observação de que as áreas com maior mobilidade, ou seja, onde o processo de reorganização ainda não encontrou o equilíbrio necessário, “são também as regiões em que se encontram a delinquência juvenil, os bandos de rapazes, o crime, a pobreza, o abandono da mulher, o divórcio, os menores abandonados, a prostituição” (BURGESS, 1970, p.365). Burgess define, assim, a mobilidade como pulso da comunidade, um processo que, tal qual o pulso do corpo humano, “reflete e indica todas as mudanças que se estão verificando na comunidade, e é suscetível de análise em elementos que podem ser expressos numericamente” (BURGESS, 1970, p.365). Sugere, assim, índices como o número de passageiros dos principais meios de transporte, o número de cartas enviadas e os valores de terreno como possíveis indicadores de mobilidade.

O modelo de círculos concêntricos teve grande repercussão na comunidade acadêmica, sobretudo na sociologia, onde surgiram entusiastas e críticos ferrenhos da teoria (QUINN, 1970). Em estudo de 1940, James A. Quinn traça um panorama destas repercussões à época, analisando as principais críticas dirigidas aos fundamentos teóricos. Uma das principais críticas diz respeito à aplicabilidade universal do modelo, questionando sua validade; o autor ressalta a importância da diferenciação entre a distância (geográfica) e a distância ecológica. Feita a diferença, é possível entender o modelo de círculos concêntricos como representação abstrata das distâncias de preço-tempo verificadas no modelo físico-espacial.

---

### 2.1.3. Repercussões

---

A Ecologia Humana da Escola de Chicago produziu um corpo de conhecimentos extenso o bastante para influenciar diversas outras áreas, sobretudo com a emergência da necessidade de compreender os fenômenos ocasionados pela repentina urbanização das populações. Mendoza (2005) destaca o papel de Donald Pierson, sociólogo americano radicado no Brasil, para a difusão pioneira destes conhecimentos já na década de 1940, no país, e resgata alguns destes trabalhos, abrangendo populações das cidades de Salvador e São Paulo, levados a cabo por Pierson e outros, influenciados pelos conhecimentos originados em Chicago. Pierson viria a organizar uma das primeiras publicações literárias sobre a Ecologia Humana no Brasil, em 1970, “Estudos

de Ecologia Humana”, que se trata de uma coletânea de alguns dos mais importantes artigos sobre o tema, publicados originalmente em inglês ou alemão (PIERSON, 1970).

O abrangente corpo de conhecimentos produzido pela Escola de Chicago foi apropriado por diversas áreas de conhecimento. Os estudos sobre a violência e comportamentos patológicos que deram início à Ecologia Humana originaram, por um lado, uma área de estudos aplicada à área da saúde, que se entrelaça com as ciências sociais. Sob a ótica do Direito Urbanístico, FARIAS (2010) reflete que a “cidade mal organizada e mal planejada pode ser fonte ou lente de aumento da violência e da criminalidade” (FARIAS, 2010, p.171) e enfatiza a importância dos estudos ecológicos para o urbanismo como instrumento para diminuir a criminalidade das grandes cidades.

No Urbanismo, Villaça comenta a existência de uma

*...tendência generalizada a se acreditar numa inter-relação profunda entre espaço e formação social; que as transformações das estruturas sociais provocam transformações no espaço. Em menor grau, há afirmações – mas poucas demonstrações – de que, inversamente, o espaço provoca transformações no social. A maioria dos estudos socioespaciais produzidos nas últimas décadas partem das transformações na estrutura social (particularmente das transformações econômicas) para deduzir e explicar, então, as transformações do espaço. (VILLAÇA, 2001,p.46)*

Neste contexto, nos estudos espaciais são levantadas três esferas, a primeira das quais originada nos estudos da Ecologia Humana, e “parte das transformações sociais, econômicas e/ou políticas e chegam ao espaço a elas correspondente, ou por elas produzido” (VILLAÇA, 2001,p.46). Tendo tido continuidade pelos neo-ecologistas ou passado pelos pioneiros do início da década de 1970, que exerceram forte influência sobre a sociologia urbana, a economia política e a geografia política hoje “criam campos interdisciplinares de estudo do espaço, agora já filiados a, ou afastados de diferentes ‘marxismos’” (VILLAÇA, 2001,p.46). Dentre estes, estaria a Escola Francesa de Regulação. Conforme Villaça (2001), estas vertentes pouco se manifestam sobre o valor produzido e/ou sobre o efeito do espaço sobre o social.

Já a segunda esfera estuda os efeitos do espaço sobre o social, cuja influência admite ser maior do que a primeira sobre seu trabalho. Nela, constata que “a conclusão sobre o efeito do espaço sobre o social [...] é que uma certa geografia, uma

certa configuração espacial (a segregação) se faz necessária para viabilizar aquela dominação e aquela produção ideológica” (VILLAÇA, 2001, p.46) sem a qual seria extremamente difícil a dominação e a desigual apropriação.

A terceira esfera, que Villaça considera “talvez a mais correta”, trata das “relações dialéticas entre espaço e sociedade” (VILLAÇA, 2001, p.46), ou seja, de possíveis efeitos do espaço sobre o social e do social sobre o espaço. Ainda assim, na análise de Villaça sobre a forma de apropriação dos espaços pelas classes dominantes, é possível verificar alguns pontos de influência, direta ou indireta, da Ecologia Humana. Para algumas análises preliminares das cidades, utiliza um modelo que mixa o de círculos concêntricos de Burgess com o de círculos setoriais de Hoyt (não pertencente à Escola de Chicago). Embora o modelo difundido por Burgess tenha se tornado mais famoso e difundido, Villaça considera que o de Hoyt corresponda mais à realidade e aponta ainda para o fato de a organização interna das metrópoles brasileiras se configurar de acordo com parte de cada um dos modelos, apesar de o de setores de círculos, modelo que por sinal é até hoje pouco utilizado, predominar e apresentar maior potencial explicativo. O modelo de círculos concêntricos, no entanto, “vale mais do que a simples descrição de nossas metrópoles constituídas de centro e periferia”, pois “há também a disposição de bairros de classe média em torno do centro em áreas outras que não o de alta renda” (VILLAÇA, 2001, p. 113-114).

Sobre a organização de classes sociais, Villaça (2001) define o processo de segregação como aquele segundo o qual “diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p.147), similarmente à definição de McKenzie. Da mesma forma, quando afirma que a segregação primeiramente “deriva de uma luta ou disputa por localizações”, que acontece “entre grupos sociais ou entre classes”, e que a “dimensão de luta aparece quando se introduz a segregação por classe” (VILLAÇA, 2001, p.148). A crítica fica sobre a ideia ecológica de que tal luta se daria pela posição social, que teria pouca importância; e sobre o questionamento da existência de uma conveniente implantação espacial dentro da cidade.

Analisando processos históricos de ocupação das grandes metrópoles brasileiras, Villaça conclui que a segregação espacial é traço comum a todas elas que tende a se manifestar segundo setores de círculo através de um processo de dominação,

que redefine “o processo segundo o qual a classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano”. A mais decisiva destas vantagens seria “a otimização dos gastos de tempo despendido nos deslocamentos dos seres humanos, ou seja, a acessibilidade às diversas localizações urbanas, especialmente ao centro urbano” (VILLAÇA, 2001, p.327-328). Tal ideia corresponde ao conceito de fluidez conforme definido por Park, com cujas ideias Villaça (2001) mais uma vez concorda ao afirmar que:

*No tocante às localizações intra-urbanas, todas as atividades - por mais distintos que sejam seus requisitos locacionais - têm um interesse em comum: a acessibilidade ao centro. Esse interesse na centralidade é a própria razão de ser das cidades como organismo espacial. Sem ele, as cidades não existiriam. (VILLAÇA, 2001,p.329)*

Villaça (2001) faz, assim, uma análise da expansão urbana aceitando uma relação dialética entre espaço e social, mas em suas análises com relação às influências do social sobre o espaço percebe-se a influência, mesmo que não explícita, da Ecologia Humana. Para o autor, o espaço urbano é produzido pela burguesia, de forma a otimizar suas condições de deslocamento, e a mobilidade continua a ter um papel central sobre o desenvolvimento e as relações sócio-espaciais da cidade.

## **2.2. Despossessão e desconstrução**

Segundo Corrêa (2004), o espaço urbano pode ser entendido como um espaço fragmentado – pela justaposição de diversos usos – e articulado – pela relação estabelecida entre estes diversos usos entre si –, “reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e um espaço de lutas” (CORRÊA, 2004 p. 9). Assim, o espaço urbano, segundo Villaça (2001), “é produzido pelo trabalho social despendido na produção de algo socialmente útil”, produzindo um valor que é composto por outros dois: o valor “dos produtos em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infraestruturas” e o valor produzido pela aglomeração e dado “pela localização dos edifícios, ruas e praças” (VILLAÇA, 2001 p. 72, grifo nosso). A localização insere estes elementos na aglomeração e “se apresenta assim como um valor de uso da terra - dos lotes, das ruas, das praças, das praias - valor que, no mercado, se traduz em preço da terra” (VILLAÇA, 2001 p. 72).

A disparidade na valorização de determinadas localizações resulta no surgimento de centralidades e também de processos de segregação, onde os socialmente menos favorecidos são excluídos em favor dos privilegiados e proprietários dos meios de produção. Mas esta valorização diferenciada, que é determinada pelo valor socialmente produzido da localização, faz parte de uma dinâmica mais complexa, que é abordada por Ribeiro (1997). Este autor chama a atenção para o fato de existirem demandas diferenciadas pelo uso do solo urbano: se por um lado o capital comercial de varejo necessita da aglomeração residencial e o bancário do centro de negócios, ambos se beneficiam do valor da aglomeração – e, por conseguinte, da localização – por outro lado, o capital industrial não prescinde de localização específica. Já “para a o capital construtor de edificações, sobretudo moradias, a localização tem pouca importância ao nível da produção” (RIBEIRO, 1997 p. 72) porque ela tem influência relativamente pequena no preço da produção, mas “será decisiva para a fixação dos preços e condições diferenciais de comercialização da moradia” (RIBEIRO, 1997 p. 72).

O preço da terra é determinado não somente pela sua localização, mas pelas “atividades econômicas que mais podem pagar pelo seu uso” (RIBEIRO, 1997 p. 74), ou seja, aquelas cuja atividade tem o potencial de gerar o maior sobrelucro possível. A dinâmica da ocupação da cidade é fruto de um intrincado sistema onde concorrem os diversos capitais, seja o capital comercial, que se beneficia da localização para aumentar o sobrelucro, seja do capital construtor, cuja renda é decorrente da circulação da habitação mercadoria.

A localização central é atrativa tanto para o capital, que se beneficia da aglomeração, quanto para os moradores, que tiram proveito da proximidade e menor tempo de deslocamento para acesso aos diversos serviços disponíveis. Assim, o capital de incorporação entra como concorrente do capital comercial, na medida em que a comercialização do terreno se capacita a gerar maior sobrelucro do que o alcançado pela atividade do comércio. Esta disputa faz subir o preço da habitação localizada no centro, que passa a ser apropriada principalmente pelas classes mais altas, enquanto as classes mais baixas são empurradas cada vez mais para a periferia através de um processo que é dividido por Mautner (1999) em três etapas, ou camadas de trabalho: a primeira, quando ocorrem os loteamentos, geralmente irregulares, seguidos da construção das casas; a segunda, quando o governo, sob pressão, fornece a infraestrutura básica e regulariza os lotes; e uma terceira, quando “a extensão de infraestrutura na periferia (basicamente

água, luz, pavimentação e drenagem) abre o caminho para a entrada do capital” (MAUTNER, 1999 p. 257). Nesta última camada, os lotes retidos pela especulação são comercializados, garantindo um lucro ainda maior para o capital imobiliário. Como resultado, as áreas periféricas são valorizadas, fazendo com que a população residente seja novamente expulsa para regiões ainda mais distantes do centro, repetindo o processo indefinidamente. O controle do capital sobre a produção do espaço urbano consolida-se, desta forma, sobre todo o território da cidade, tendo a periferia como um limite que deve ser constantemente ampliado para garantir a contínua expansão do lucro.

A localização das classes sociais dentro do espaço urbano é, portanto, determinada pelo interesse das classes com maior poder aquisitivo, que podem se apropriar das regiões mais centrais. Trata-se da espacialização da segregação, que, para Villaça (2001 p. 148), é resultado de “uma luta ou disputa por localizações” que se dá “entre grupos sociais ou classes”. A separação por classes se torna relevante quando é a segregação que determina a ocupação do espaço urbano. Entre as vantagens da dominação por meio do espaço urbano, uma é mais decisiva:

*...a otimização dos gastos de tempo despendido nos deslocamentos dos seres humanos, ou seja, a acessibilidade às diversas localizações urbanas, especialmente ao centro urbano. [...] O benefício ou o recurso fundamental que se disputa no espaço urbano é o tempo de deslocamento. As burguesias produzem para si um espaço urbano tal que otimiza suas condições de deslocamento. (VILLAÇA, 2001 p. 328)*

Assim, a classe social, e não as características como etnia e cultura do grupo, é que determina a dominação por meio do espaço urbano. Mas, uma vez estabelecida a posição dentro do setor de círculo à qual corresponde determinada classe, aquelas características passam a ter relevância na medida em que estabelecem a posição de cada grupo dentro de um determinado setor. Em outras palavras, embora cada setor de círculo esteja ocupado por uma classe social, esta classe não é necessariamente homogênea, assim como se observa que populações com características étnicas e culturais semelhantes tendem a se agrupar em localizações específicas. A esta configuração corresponde a noção de espaço social.

Para Bourdieu (1996), em sociedades mais desenvolvidas a posição social é determinada por dois princípios de diferenciação: não somente o capital econômico como também o capital cultural.

---

*Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas. As distâncias espaciais no papel equivalem a distâncias sociais. (BOURDIEU, 1996 p. 19)*

A diferenciação entre classes, segundo o autor, ocorre por meio dos *habitus*, que são "princípios geradores de práticas distintas e distintivas" (BOURDIEU, 1996 p. 21), ou seja, hábitos, padrões de consumo, princípios de classificação, de visão e de gostos que diferem de classe para classe "tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem" (BOURDIEU, 1996 p. 21). Para este autor, as diferenças expressas pelos *habitus*, tendo mais relação com a posição de cada agente dentro do espaço social do que com sua posição dentro das classes de Marx, definem a distribuição física destes agentes no espaço físico. O espaço urbano seria, enfim, a representação física do espaço social.

Pode-se concluir que a organização do espaço é definida de forma semelhante à proposta pela Escola de Chicago, por uma base biótica sobre a qual se sobrepõe uma superestrutura cultural. A diferença está no fato de que a camada da base biótica é definida não pela busca mais elementar, da posição mais favorável para obtenção do alimento, mas por outras vantagens competitivas entre os atores envolvidos. Estes atores, representados pelos diversos tipos de capital, concorrem pela melhor localização e pela busca de um sobrelucro proporcionado pela localização urbana. Sobrepõe-se a esta base, onde se insere a dimensão de luta, uma estrutura cultural que define significados simbólicos para cada espaço que compõe a cidade, que rege o comportamento dos habitantes, e é representada pelos diversos grupos sociais, diferenciados pelo capital cultural.

É nesta dimensão que se torna importante a compreensão do significado do espaço para um grupo ou para um indivíduo. O estudo de Cecchetto e Farias (2009) sobre o Rio de Janeiro ilustra a importância da identificação de um grupo ou de um indivíduo com base na região da cidade onde ele reside.

*... pode-se dizer que há um padrão de classificação geográfica no Rio de Janeiro que é relevante para a identificação de um nativo. Assim, seu lugar de moradia – ou seja, seu território – serve como parâmetro de outras formas de classificação, particularmente classe social e éthos. (CECCHETTO & FARIAS., 2009 p. 225)*



O local onde um indivíduo mora pode determinar o limite por onde ele pode circular, uma vez que diferentes territórios podem estar relacionados a facções rivais, cujo confronto pode atingir níveis perigosos de violência. Isto significa, ainda, que os grupos aqui estão divididos não somente pela classe social em que se inserem, mas também pelos grupos sociais – no caso, facções criminosas – às quais pertencem.

Assim, ainda que várias outras dimensões possam ser apontadas a partir da perspectiva de outras áreas de estudo, o espaço urbano aqui pode ser entendido como resultado de três fatores principais:

- Uma luta de classes, em que a classe dominante escolhe para si as melhores localizações, baseadas na mobilidade;
- Uma busca pela maximização do sobrelucro, em que a localização é fator importante para a reprodução de diversos tipos de capital;
- Uma divisão de territórios segundo significados atribuídos às pessoas e aos lugares, segundo etnias, valores e cultura, ou seja, o capital cultural.

Como se verá mais adiante, estas três características do espaço da cidade se influenciam mutuamente, não necessariamente segundo uma hierarquia de funcionalidade; interagindo, elas contribuem, de forma complexa, para a formação e para a contínua transformação do espaço urbano.

Para o homem, a transformação do espaço é uma necessidade vital. É o meio pelo qual a humanidade veio adaptando o ambiente às suas necessidades. Seja atuando sobre a natureza primeira, seja sobre espaços já transformados, o resultado dessa atividade é o ambiente construído. O processo assim caracterizado é o que Francisco e Carvalho (2003) denominam Desconstrução.

*O trabalho do homem, inicialmente na natureza primeira e em seguida, e por causa dele próprio, num processo contínuo e ininterrupto, criando a natureza segunda, é sinônimo de desconstrução. (FRANCISCO e CARVALHO, 2003 p. 103)*

No espaço urbanizado das cidades contemporâneas, toda construção é resultado de uma desconstrução, "na medida em que o que se constrói, ao menos em termos espaciais, nada mais é do que a modificação do espaço existente" (FRANCISCO e CARVALHO, 2003 p. 104). Embora o conceito da desconstrução esteja vinculado à transformação físico-espacial, como "processo completo da intervenção espacial" (FRANCISCO e CARVALHO, 2003 p. 104), é preciso atentar também para aspectos

não materiais da espacialidade. Se é certo que "desconstrução é de espaço e tudo o que se desconstrói é espaço" (FRANCISCO, 2004 p. 7), a desconstrução é também o processo através do qual se constrói o espaço em suas dimensões não físicas.

Se o núcleo cultural, conforme definido pela Ecologia Cultural, possui estreita ligação com a técnica, é a própria evolução da técnica que leva à necessidade de transformação, e esta

*...passa a ser o mais amplo dos meios de se relacionar com o espaço, num processo incessante de desconstrução. O devir é aumentar a capacidade de desconstruir o espaço, pelo uso da técnica, portanto, reduzindo a existência humana a um pragmatismo utilitário. (FRANCISCO, 2004 pp. 5-6)*

Mas tão logo a transformação passa a ser um fim em si mesmo, perde-se o equilíbrio entre núcleo cultural e ambiente. O resultado é o surgimento de nova ordem social. Em outros termos, a sociedade tradicional desestrutura-se com a introdução de novos valores e novas técnicas, e estas induzem uma reorganização social, que é também espacial. Esta relação entre o espaço físico e as relações sociais pode ser abordada pelo conceito de espaço social. Para Fernandes (1995 p. 1179), "analisar o espaço social é considerar, antes de mais, a maneira como a natureza é moldada pela atividade coletiva", e o espaço social pode ser entendido, na definição de Bourdieu (apud FERNANDES, 1995, p.1180), como um "campo de forças onde os agentes sociais se definem pelas suas posições relativas". O espaço social define-se, portanto, não pela posição física dos elementos que o compõem, mas pela posição relativa entre os atores sociais. Por outro lado, a configuração física também está relacionada ao espaço social:

*Existe, na verdade, uma estreita relação entre o espaço natural e cósmico, o espaço social, enquanto espaço construído, e o espaço percebido e representado. É a sociedade que produz o espaço social, através da apropriação da natureza, da divisão do trabalho e da diferenciação. O próprio espaço físico é também construção do imaginário individual e colectivo (sic). Pode dizer-se que a relação com o meio ambiente é mediatizada por representações. Existe aqui uma circularidade: constrói-se como se representa e representa-se como se constrói. (FERNANDES, 1995 p. 1180)*

Se "toda transformação espacial é, em última análise, desconstrução", considerando-a como "síntese do espaço em movimento" (FRANCISCO e CARVALHO, 2003 p. 3), entende-se que todo movimento ou transformação do espaço físico construído, que se caracteriza pela estreita relação com o espaço social, é também

---

uma desconstrução do espaço social. A desconstrução do espaço social é, portanto, não apenas a desconstrução de um edifício ou de relações físicas entre objetos que compõem o espaço, mas a destruição de um conjunto de significados e de valores que um determinado grupo atribui àquele espaço.

Se a desconstrução é resultado da evolução da técnica, também o é o aumento da produtividade do indivíduo, o que por sua vez é estimulado pelo capital para que este possa se apropriar da mais-valia resultante do aprimoramento da técnica. Em outras palavras, a necessidade do capital de ampliar o lucro pode estar relacionada à desconstrução do espaço físico e, conseqüentemente, também do espaço social.

Segundo Harvey (2011 p. 41), o capital “não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro”. A ação desconstrutiva do capital ocorre principalmente porque a circulação do capital, que é essencial para sua reprodução, necessita da mobilidade de mercadorias e da força de trabalho.

Assim, um dos limites que se impõem ao capitalismo é, por exemplo, a escassez da força de trabalho. Para contornar este limite, o capital induz à “desposseção da massa da população do acesso direto aos meios de produção (a terra, em particular)”, que “libera a força de trabalho como uma mercadoria no mercado (HARVEY, 2011 p. 55)”. Para Singer (1990), a retirada da população do campo é condição para a expansão demográfica da cidade, e ela decorre dos conflitos gerados pela situação de tensão entre o crescimento da população e o estágio de evolução de forças produtivas, sendo levada a cabo ou pelo desenvolvimento das forças produtivas, ou pela dizimação da população pela fome (SINGER, 1990).

Neste primeiro momento, portanto, acontece uma desestruturação da organização do trabalho no campo. A mecanização do campo, indispensável para o aumento da produtividade, soma-se à necessidade de incluir a população rural no mercado de trabalho, assim como no de consumo, resultando na migração do campo para a cidade.

Quando, em meados da década de 1960, o avanço tecnológico dos meios de transporte possibilitou o deslocamento da produção para outras áreas, principalmente países em vias de industrialização da Ásia, onde os salários eram baixos e a organização

do trabalho relativamente fraca, ocorreu justamente uma reorganização dos meios de produção locais, fazendo com que a organização tradicional e as formas de fluxo de capital fossem reestruturados. (HARVEY, 2011)

Da mesma forma, projetos de governos ou de organizações mundiais para socorrer países em situações de risco econômico,

*...atacam invariavelmente as formas de produção de valor e de valorização diferentes das indicadas pelo mercado e, se forem bem sucedidas (o que muitas vezes não são) dissolvem formas de significação cultural e solidariedades sociais, que desempenham um importante papel na manutenção da vida diária, tanto em nível material quanto social, fora da produção habitual de mercadorias” (HARVEY, 2011 p. 64)*

É clara a ação do capital sobre a organização econômica local, nestes casos pela indução do movimento campo-cidade e pela reorganização dos meios de produção e de consumo. A introdução de novas e diferentes classes na sociedade tradicional significa um abalo na estrutura social que, cedo ou tarde, repercute na organização espacial.

No caso da urbanização e da reurbanização, o capital investido na terra, ao contrário dos fluxos de dinheiro ou de bens, serviços e pessoas, não pode ser movido sem que seja destruído.

*... se a paisagem geográfica já não atende às necessidades do capital móvel, então deve ser destruída e reconstruída com uma configuração completamente diferente. Ou isso ou os fluxos de capitais devem estar em conformidade com os requisitos da remuneração do capital investido na terra. (HARVEY, 2011 p. 156, grifo nosso).*

Este reflexo do avanço do capital também é grave, e implica uma ampla reconfiguração do território, de forma que o fluxo do capital possa ser acelerado, e jamais interrompido. Trata-se da noção de “destruição criativa” de Harvey (2011), necessária para que o capital continue a se reproduzir de forma perpétua. O resultado, em qualquer dos casos citados, é a desconstrução do espaço que acarreta necessariamente uma destruição dos valores e significados antes associados à terra e ao lugar.

*O significado mais profundo que as pessoas atribuem a sua relação com a terra, lugar, casa e prática da habitação está perpetuamente em desacordo com os comercialismos crassos*

---

*dos mercados de terras e propriedades. (HARVEY, 2011 p. 157)*

O reflexo do avanço do capital é, em suma, a desconstrução de espaços, físicos ou sociais, sejam eles os mais tradicionais ou aqueles já mais ou menos envolvidos no fluxo do capital, em prol do interesse do próprio capital e em detrimento das ordens sociais que constituam qualquer tipo de limite para o processo. Desta forma, como se verá adiante, a transformação do espaço está inextricavelmente ligada à necessidade de reprodução do capital, e implica a formação de espacialidades e subjetividades alheias ao formato original da relação entre homem e espaço. A verticalização, como se pretende demonstrar, é senão uma etapa deste processo, e se é uma transformação do espaço, significa tanto uma readequação do espaço físico para dar lugar ao fluxo do capital, como a configuração de uma nova relação do homem com o espaço social que o envolve.

### ***3. Breve história do espaço brasileiro***

---

Não é objetivo deste trabalho compreender todo o histórico evolutivo do espaço brasileiro. No entanto, entendendo que o país é resultado de diversas culturas, que evoluíram de formas diferentes e se influenciaram mutuamente dentro de um mesmo território, é preciso compreender nas origens desta evolução, alguns dos diferentes significados e valores que resultaram na cultura espacial atual. É através desta compreensão que será possível analisar, segundo os conceitos até aqui apresentados, o fenômeno da verticalização enquanto resultado de um processo de transformação do significado do espaço.

A relação primordial do homem com o espaço que o cerca, como apresentada no primeiro capítulo, é essencialmente uma relação territorial. Territorial no sentido de posse, de existir uma necessidade de proteção e de dominação dos espaços para que seja possível a convivência em sociedade. É através da relação territorial entre indivíduos e entre grupos que se formam as culturas, e da relação dos territórios e suas fronteiras que se forma a própria história.

E esta relação é pautada pela noção primitiva de sobrevivência, onde é necessário tanto garantir o suprimento de água e energia, na forma de alimentos, como a proteção do corpo e do espaço necessário para uma reprodução segura e contínua da espécie. Quando o ser humano se associa a outros da mesma espécie (e muitas vezes a seres de outras espécies) para aumentar suas chances de sobrevivência, começa a se configurar um território coletivo, compartilhado. A própria natureza se encarrega, a partir daí, de fazer com que surjam conflitos entre os indivíduos, assim como entre grupos. Quanto maior a população e mais escassos os recursos, maiores os conflitos. Em outros termos, a densidade populacional deve ser compatível com a facilidade de obter recursos dentro de dado território, para que os conflitos possam ser menos frequentes. A capacidade de determinado grupo de extrair os recursos do território onde se situa está diretamente relacionada à tecnologia e/ou aos conhecimentos dos quais este grupo se apropria.

Dentro da dinâmica natural, os conflitos entre grupos funcionam como mecanismos de autorregulação, onde grupos com vantagens evolutivas (sejam fisiológicas, como a facilidade de adaptação ao ambiente, sejam culturais ou

---

tecnológicas) dominem ou exterminem os outros, ou ainda que fronteiras sejam estabelecidas, até que o conflito cesse. Uma vez que os territórios estejam demarcados, as necessidades de conflito diminuem. O equilíbrio é resultado desta sucessão de situações de tensão, conflito e acordo mútuo (mesmo que este estabeleça uma relação forçosa de domínio de uns sobre outros). Para regulamentar estes acordos, surgem, por fim, os códigos de ética, as normas de conduta, as leis, os costumes, e mesmo as crenças e religiões. Toda a cultura de um povo se enquadra dentro deste conjunto de acordos firmados entre os integrantes da sociedade.

O que se deve ressaltar é que o conflito não é necessariamente violento, nem ocorre sempre em escalas de territórios de grupos; ele pode ocorrer em situações cotidianas e sem que ocorram ameaças ou violência. O conflito ocorre mais frequentemente entre indivíduos, ou entre pequenos grupos, através de códigos universalmente aceitos, expressos pela linguagem corporal, e incrementados por ingredientes culturais. O conflito decorrente da posse territorial está presente desde a posse por um assento de ônibus ou de uma sala de aula, passando pelo direito de uso de uma praça ou de outro local público, pelos conflitos entre facções criminosas nas favelas cariocas até as guerras travadas no Oriente Médio

Em todos os casos, o resultado é sempre uma reorganização das relações sociais, seja entre indivíduos ou entre grupos. A estas relações sociais, deve corresponder um arranjo espacial, que representa as relações hierárquicas resultantes dos conflitos, definindo um território para cada grupo ou indivíduo e vice e versa. Assim são estabelecidos os territórios que podem ser compartilhados, e aqueles que são individuais, ou privativos a determinado grupo. É neste sentido que se estabelece um equilíbrio, uma ordem que deve ser restaurada sempre que algum novo componente surja para alterar as relações sociais. Este novo componente pode estar representado por um novo grupo que reclama a posse de determinado território; por um avanço na tecnologia que permita novas formas de exploração e organização espacial; pelo desaparecimento de um grupo ou indivíduos, requerendo a reorganização das relações econômicas ou de consumo; por mudanças climáticas; por introdução ou defasagem de valores comuns à sociedade, e outras mudanças, em diversas escalas, que são, no final das contas, os responsáveis pela transformação do mundo.

---

A cada transformação pela qual passa a humanidade, uma organização espacial correspondente se configura e se estabelece à espera de uma nova transformação. Uma vez que, quando culturas diferentes entram em contato os valores da sociedade tendem a se modificar, a globalização e a facilidade de comunicação e de transporte têm contribuído para que a ordem social esteja em um constante movimento, em qualquer escala do globo, na busca pelo equilíbrio entre populações cada vez maiores. As mudanças são muitas vezes drásticas e resultam no desaparecimento de culturas inteiras, seja pelo seu total aniquilamento, seja pelo processo de incorporação destas culturas a outras predominantes. De toda forma, tanto a cultura absorvida como a que absorve as outras se modificam.

Com a finalidade de compreender estas dimensões da dinâmica espacial, será estudada a evolução do espaço brasileiro, que é resultante de reorganizações e de conflitos, e da mistura de culturas de diferentes partes do mundo, sendo, portanto, reflexo de uma cultura nova e sem dúvida diferente daquelas que lhe deram origem.

### **3.1. O modelo sinomórfico**

---

Seria impossível traçar uma origem definitiva do espaço brasileiro, de acordo com os conceitos firmados acima, sem a análise minuciosa da origem da espacialidade trazida por cada um dos povos que compõem a cultura multiétnica do país. Obviamente tal pesquisa foge ao escopo do presente trabalho, e embora seja possível se ater somente às culturas que mais peso tiveram na formação cultural do Brasil, ainda assim a busca pela origem destas culturas seria um trabalho demasiado extenso.

Assim, o estudo histórico tomará como ponto de partida a organização espacial das comunidades indígenas no território brasileiro, não procurando fazer um estudo exaustivo, mas trazendo exemplos em que se manifestam os fenômenos até agora expostos, e que possivelmente representem em parte a totalidade do modelo. Mesmo que as estruturas sócio-espaciais de cada etnia indígena sejam diferentes umas das outras, elas sofrem influência direta do clima e de outros condicionantes locais como disponibilidade de alimentos e água, fauna e flora presentes, topografia e outros que, quando colonos e imigrantes começam a ocupar o território brasileiro, continuam atuando sobre a cultura trazida de outras realidades e a transformando. Apesar de ser



relativamente pouco evidenciada, a influência da cultura indígena sobre a cultura brasileira é forte o suficiente para ter sido incorporada em hábitos, no vocabulário e mesmo na organização do espaço, talvez por estar mais adaptada a estas condicionantes.

Tem-se, portanto, a organização espacial indígena como uma das origens da organização do espaço brasileiro. Outro motivo para a análise deste espaço é a possível analogia que pode ser feita entre ele e o espaço das cidades contemporâneas.

*A disposição de ocas em tabas indígenas vincula-se a rígidas e culturalmente conhecidas regras de comportamento e de itinerário (circulação) dos índios que nelas habitam. De forma análoga, nas grandes metrópoles, os diversos estratos sociais e grupos migrantes privilegiam apenas alguns setores urbanos, identificando-os como a 'sua' cidade. Esta relação entre espaço e grupos sociais é importante para a leitura e a compreensão da cidade e sua dinâmica." (WILHEIM, 1976 p. 16)*

A identificação de determinados espaços da aldeia indígena parte do significado da unidade habitacional, seja ela a oca para famílias nucleares, seja a maloca, que abriga grandes grupos familiares. Para os Tukano, grupo que habita a região do alto Rio Negro, a maloca, que abriga mais de trezentas pessoas, possui um valor que está acima de sua função de proteção contra as intempéries.

*O valor espacial da maloca está vinculado à tradição, à mitologia, sendo impossível separar o profano do sagrado. [...]. Cada espaço carrega um significado, uma função: particular, comunitária e pública. [...] Para os indígenas a Maloca é um lugar de memória, não é simplesmente um lugar de moradia. (PAULA, 2005 p. 50)*

O interior da maloca é destinado às mais diversas atividades do cotidiano, contendo o espaço para dormir, cozinhar, fazer artesanato e também para a realização de rituais e danças. Sua organização e construção, assim como sua disposição em relação às outras estão ligadas às tradições e aos mitos que constituem a base da cultura deste povo, e representam a organização social de toda a tribo (PAULA, 2005). Quando os missionários chegaram com o objetivo de “civilizar” os indígenas, houve, em alguns casos, uma substituição das malocas por casas de taipas, semelhantes às trazidas pelos europeus. Como resultado, foi alcançado o objetivo original, ou seja, um “desequilíbrio no sistema organizacional indígena” (PAULA, 2005 p. 51), para que os indígenas pudessem ser apresentados à cultura católica. Ainda assim, “a estrutura social do povoado mantém a estrutura social da maloca”, e “a estrutura social da maloca sobreviveu à destruição” (PAULA, 2005 p. 52).

Esta estrutura social pode ser mais bem visualizada através de uma análise da disposição das malocas dentro de uma aldeia. Ladeira (1983) relata que nas aldeias do grupo Timbira as malocas são dispostas em círculos, e é costume que os homens saiam de sua unidade e procurem esposas no lado oposto da aldeia, onde posteriormente morarão. Quando a maloca alcança determinada população, a família sai da maloca e constrói outra ao lado. Desta forma, as mulheres são sempre vizinhas das que lhe são aparentadas, enquanto os parentes mais próximos dos homens ocupam malocas situadas no lado oposto da aldeia. O caminho atribuído às mulheres é aquele que percorre as bordas do grande círculo da aldeia, e que leva às malocas de suas irmãs e mães, o que significa que quanto mais próxima a casa pelo caminho radial, maior a proximidade social, e o caminho que as liga se torna uma rua compartilhada, com um sentido de ser apropriada pelas famílias mais aparentadas (LADEIRA, 1983). O autor afirma que para os Timbira,

*...cada diferença espacial é e permanece uma diferença qualitativa. Neste sentido é que a análise das posições, dos deslocamentos, do espaço no sentido amplo de uma sociedade, possibilita-nos aprender as linhas demarcatórias que orientam as relações sociais e, através delas, chegar aos pontos de articulação desta sociedade. (LADEIRA, 1983 p. 13)*

A disposição circular das aldeias Timbira está ligada também à ideia de que todas as casas têm o mesmo peso social, além de estarem todas “relacionadas de um mesmo modo ao pátio, centro das decisões políticas e de toda vida ritual” (LADEIRA, 1983 p. 20). Do mesmo modo, a posição de cada indivíduo no processo produtivo é igual à de todos os outros, sendo todos equivalentes e substituíveis uns pelos outros, o que é claramente exposto pela distância igual de todas as casas até o centro. Se a disposição radial das casas deixa clara esta relação, por outro lado ela representa também “a única distinção que pode ser dada ao nível da produção; aquela entre os sexos: o centro (lugar do homem) e a periferia (lugar da mulher)” (LADEIRA, 1983 p. 21). Quando a aldeia muda de lugar, a mesma disposição das malocas é mantida. Assim, se por um lado a estrutura social, mais rígida, tende a organizar o espaço, por outro, o próprio espaço ajuda a organizar a estrutura, fazendo com que o grupo mantenha a estabilidade nas relações.

Disposição similar acontece nas aldeias dos Bororo, com a diferença de que podem existir círculos concêntricos indicando as gerações, sendo as mais externas as mais novas (LADEIRA, 1983), além de existir uma divisão muito mais clara em duas

---

metades exatas, cada qual subdividida em setores menores, e cada setor correspondendo a um clã, que possui uma função específica dentro da cosmologia e da tradição do grupo. (PORTOCARRERO, 2001)

A relação dos indígenas com o espaço é bastante clara. Como já mencionado, a identificação do indivíduo é mais relacionada com a aldeia como um todo do que com a unidade habitacional representada pela maloca (ao contrário dos moradores das cidades), mas ainda assim existe a noção de um ambiente mais privativo, que é o espaço interno da maloca; um intermediário, representado pelas ruas radiais compartilhadas; e um espaço mais público, representado pelo centro, onde são tomadas as decisões importantes. Ao mesmo tempo em que o indivíduo se identifica com seu clã, representado pela maloca ou pelo setor ao qual pertence, o próprio clã se identifica como parte da aldeia, que constitui uma unidade. Relações da aldeia com outras constituem hierarquias de territórios, sempre configuradas segundo a relação sócio-espacial que se estabelece entre os indivíduos e entre os grupos.

Será adotado aqui o conceito de Sinomorfia, como apresentado por Lawson (2001), em que a organização espacial representa precisamente a estrutura social. À medida que os povos indígenas vão sendo incorporados à sociedade colonial, seja pela escravização seja pela sua integração à sociedade, esta estrutura deixa de existir e a organização do povo como um todo passa a se modificar segundo padrões da cultura branca. Por consequência, o significado de cada elemento espacial que compõe o meio não é mais o mesmo para todos os indivíduos, como acontece na aldeia. Não há mais uma ordem comum, regida pelas crenças e costumes, que atribui estes significados; valores e hierarquias são submetidos a lógicas estranhas àquela que deu origem à cultura e à configuração original do espaço. O modelo sinomórfico deixa de ser possível quando culturas muito diferentes passam a conviver em um mesmo espaço, pois uma vez que os significados subjetivos são diferentes, torna-se corriqueira a invasão do espaço alheio sem que o invasor sequer se dê conta do fato.

A desconstrução do espaço social indígena pode ocorrer tanto através da introdução de uma nova cultura, como foi feita pelos primeiros missionários, impondo uma nova religião, como através da modificação física do espaço. No primeiro caso, a introdução de uma nova religião resulta na mudança de valores, com os quais a disposição dos elementos espaciais, até então regidos por uma ordem cosmológica,

deixa de fazer sentido. E neste momento, a disposição física dos espaços da aldeia pode deixar de seguir a organização original, uma vez que não há elo que ligue a ordem social à física. Já no caso da imposição de construções diferentes das tradicionais, utilizando a taipa de mão ou mesmo alvenaria e concreto, além da disposição das casas de forma diferente da tradicional, acabam sendo geradas contradições, embora, como se constatou, em alguns casos a estrutura social possa ter sido mantida.

Na ordem social de mais alta complexidade, envolvendo a interação entre culturas diferentes, como nas cidades, a distribuição dos elementos que compõem o espaço dentro do território compartilhado segue certamente uma lógica, como apresentado no capítulo anterior. Mas a forma como esta ordem se transforma ao longo do tempo é o próximo assunto a ser tratado.

### **3.2. A Formação das cidades**

---

Para se compreender o processo de verticalização, é preciso compreendê-lo como parte de um processo, que é o da transformação contínua do espaço, ou seja, a desconstrução do espaço físico e social, empreendida pelo capitalismo.

Em antigas colônias, as cidades não são necessariamente uma evolução direta das antigas aldeias indígenas, mesmo que se verifiquem casos, como na Cidade do México, onde as cidades dos colonos se sobrepuseram às cidades dos povos nativos. Por este motivo, não se pode considerar que tenha havido uma continuidade entre o espaço sinomórfico e o espaço urbanizado, mas sim uma desconstrução do espaço anterior e a construção de um novo tipo de espaço. A cultura indígena, fortemente ligada à aldeia e à disposição das casas dentro dela, é desarticulada e os indivíduos são incorporados à nova ordem social, imposta pelos brancos.

O mesmo vai ocorrer com os escravos negros, tirados à força de seu local de origem e trazidos para uma realidade completamente diferente. Mais do que uma violência física, é uma brutal desarticulação do sistema de valores, na medida em que lhes retira qualquer direito de contato com aqueles elementos presentes no seu ambiente de origem e que lhe conferia sentido à vida, no sentido cosmológico e existencial, além de quebrar laços familiares e sociais construídos ao longo de gerações.

Se os escravos não tiveram a oportunidade de carregar senão parte de suas crenças para um novo mundo, e os índios puderam, em parte, preservar o seu contato com o ambiente, os portugueses que aqui chegaram trouxeram, na medida do possível, seus valores e cultura, ainda que precisassem se adaptar à realidade local. Esta cultura incluía o próprio conceito da cidade, embora, antes disso, incluísse a ideia de exploração colonial para obtenção de lucro.

Para Spósito (1988) a urbanização trazida ao Brasil já estava sob domínio capitalista e tinha como objetivo dar sustentação à necessidade de ampliação dos espaços sob o domínio do capital comercial, não fosse o qual “provavelmente a urbanização não teria se estendido, àquela época, à América” (SPÓSITO, 1988 p. 41). Desta forma as cidades que viriam a surgir no Brasil eram tanto reflexo da necessidade de ampliação dos territórios como processo contínuo à forma de urbanização já em curso na Europa, ligado à cidade comercial.

Para Mumford (1991), a transposição da organização em forma de agrupamentos urbanos que viviam da coleta e caça para a que desenvolveu a agricultura, e desta para a primeira forma da cidade depende da evolução do caçador, “que tinha funções protetoras, à condição de chefe coletor de tributos” (MUMFORD, 1991 p. 43). A ampliação dos poderes do caçador, que primeiramente o transforma em chefe da aldeia, também dá origem à figura do rei. E é a instituição da Realeza o agente mais importante na transformação da economia descentralizada da aldeia para uma economia urbana altamente organizada.

A figura do rei não é a única distinta entre os habitantes da proto-cidade, tendo sido precedida por outros indivíduos com funções especializadas dentro da vida comunal, sobretudo aqueles responsáveis pelas articulações entre o povo e a dimensão divina e aqueles que se especializam no combate, se tornando os protetores do espaço da aldeia. São estas funções específicas que dão origem, respectivamente, às classes dos sacerdotes e dos soldados, que pelo fato de não participarem efetivamente da produção de alimentos, necessitam de uma produção extra daqueles que trabalham no campo.

*[a cidade] só pode surgir a partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas é suficiente, no campo, para permitir que o produtor primário produza mais que o estritamente necessário à sua subsistência. Só a partir daí é que o campo pode transferir à cidade o excedente alimentar que possibilita sua existência. (SINGER, 1990 pp. 12-13)*

A produção de excedente no campo deve ainda se somar a um mecanismo de extração deste mais-produto, articulado através da formação de classes para que possa finalmente surgir a cidade.

Se na aldeia tradicional a apropriação do espaço é regida por crenças em divindades locais, no surgimento das cidades a figura do rei é colocada como um “ímã polarizador que atrai para o coração da cidade e coloca sob controle do palácio e do templo todas as novas forças de civilização” (MUMFORD, 1991 p. 43). O poder militar, representado pela classe dos soldados, além de proteger a cidade é também importante instrumento para ampliação das terras das classes dominantes,

*...até encontrar pela frente um poder armado equivalente, isto é, a esfera de dominação de outra cidade. Assim, a cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ele, em poder militar e este em dominação política. (SINGER, 1990 p. 15)*

O território antes restrito às áreas utilizadas pelos habitantes da aldeia para caça, pesca, coleta e agricultura é agora ampliado, tendo como centro a imagem simbólica do rei e como limite o alcance do poder militar comandado pelas classes dominantes. O mesmo poder militar que expande as fronteiras também funciona como forma de repressão aos trabalhadores, sendo utilizado para aumentar a extração do mais-produto do campo através de tributos. Se a expansão do poder militar, que é constituído por uma classe não produtiva, depende deste excedente, a expansão do território encontra um obstáculo no limite de produtividade do trabalhador rural, porque impede o crescimento do poder militar. A evolução da técnica deve intervir como meio de aumentar a produtividade ou de expandir o território.

Procurando por novas formas de expandir o território, os grandes impérios começam a lançar-se à exploração de novas terras, de forma que possam dali extrair outras riquezas e, deste modo, continuara expansão.

*A empresa militar e missionária tinha por objetivo mais imediato estabelecer, em terras americanas, um modo de produção capaz de produzir um excedente que pudesse ser apropriado pelas metrópoles e prontamente vendido nos mercados europeus. (SINGER, 1990 p. 95)*

Para que o objetivo fosse alcançado, duas condições tiveram de ser superadas. A primeira diz respeito à produção de um excedente, o que, no Brasil, teve

de ser garantido pela expropriação da terra e pela importação de escravos, uma vez que a força de trabalho indígena se mostrou inadequada. Já a segunda exigia que os bens produzidos como excedente constituíssem valores de uso demandados na Europa, sem o que não faria sentido a exportação. Esta condição teria como primeira solução a especialização das atividades econômicas no Brasil, que se concentraram na extração de prata e ouro e na produção de cana de açúcar, produto em ascensão nos meios burgueses da Europa (SINGER, 1990).

Como resultado, a sociedade colonial, no princípio, viria a se organizar basicamente em atividades de extração e exportação para a metrópole e em atividades produtivas para subsistência, baseados no trabalho escravo. Assim, a cidade colonial, possuía um papel econômico “estéril”, mas foi importante para a constituição e preservação do sistema colonial, pois serviam de base para as forças de coerção da metrópole, representadas pelos corpos de tropa e pela burocracia civil. A cidade desempenhava ainda um papel importante na repartição do excedente, o que requeria maior proteção contra a ação de contrabandistas e corsários, resultando na concentração das atividades em poucos pontos, onde a defesa seria mais fácil (SINGER, 1990).

Assim, ao contrário do que se observou em outras áreas, como nas Antilhas para os Estados Unidos, a exportação de açúcar não significou um impulso de desenvolvimento das áreas urbanas. Estas não puderam desenvolver qualquer atividade econômica complementar à rural.

*...apenas uma parcela muito pequena dos rendimentos da colônia permaneceu nomeio urbano, com um esboço de comércio ou manufatura, praticamente inexistente nos centros menores e apenas presente nos de maior importância (REIS, 2000 p. 38)*

A “Cidade da Conquista”, como denominado por Singer, foi um sistema criado com “o objetivo básico de sustentar o sistema de exploração colonial”, e era “implantada como ponto fortificado, a partir do qual se irradia o poder do colonizador” (SINGER, 1990 p. 100).

Embora existissem atividades econômicas regulares nas cidades antes de meados do século XVII, este era caracterizado principalmente pelo comércio direto, “entre a grande propriedade rural e a Metrópole, compreendendo apenas em escala muito reduzida as operações locais” (REIS, 2000 p. 40). Estas atividades estavam

estritamente ligadas à agricultura de exportação, quadro que viria a mudar somente com a crise na exportação do açúcar. O excedente produzido pela mão-de-obra escrava passa a ser apropriado e retido na colônia, o que resulta no surgimento de uma classe comerciante e na admissão de uma possibilidade de exploração do mercado consumidor local, dando início, inclusive, à importação de bens manufaturados da Europa. Com a permanência das populações e ascensão da classe comerciante no meio urbano, a cidade passa a ser o centro da vida política e passa a ser um grande foco das atenções políticas, e motivo de diversas tomadas de decisão por parte da Coroa portuguesa (SINGER, 1990 e REIS, 2000).

O espaço da cidade colonial foi, no início, formado à semelhança das cidades portuguesas, tendo as construções obedecido a rígidos padrões que especificavam número de aberturas, gabaritos de alturas e recuos (REIS FILHO, 1987). Formadas, a princípio, somente como ponto de apoio às atividades de comércio de exportação, as cidades não consistiam necessariamente uma representação de um espaço social, mas de parte dele. Nas cidades pequenas, o uso do espaço da cidade ou da vila não era sequer contínuo.

*Construídas para acomodar apenas nos dias de festa os moradores das fazendas, as vilas e cidades menores tinham vida urbana intermitente, apresentando normalmente um terrível aspecto de desolação. (REIS FILHO, 1987 p. 30)*

Como locais que reuniam algumas facilidades de uso comum, como a igreja e locais de comércio, eram preteridas como locais de moradia até mesmo por aqueles que dependiam do contato constante com outros moradores. Esta situação se estenderia até mesmo quando, após a crise na exportação do açúcar, surgisse a “Cidade Comercial” de Singer (1990). Funcionários importantes e comerciantes abastados, “cuidavam de adquirir, sempre que possível, chácaras ou sítios, um pouco afastados, para onde transferiam suas residências permanentes” (REIS FILHO, 1987 p. 30), embora isto não significasse um desligamento das cidades.

A cidade neste período era, portanto, mais um centro de referência para uma população rural do que um centro urbano com atividades e vida própria, o que significa que era apenas parte de um espaço social mais amplo, que englobava as áreas ocupadas no campo. Assim como a cidade europeia, a cidade brasileira nasce diretamente da necessidade de uma organização cujo objetivo era extrair o excedente



produzido no campo; a diferença reside no fato de que no caso da colônia este excedente não fica, a princípio, retido na cidade. A atividade urbana propriamente dita começaria a tomar vida somente com o início de atividades agrícolas não voltadas para a exportação, através do comércio, e do surgimento da classe de comerciantes. Como existia uma forte relação de dependência entre o campo e cidade, é possível se falar, também, de uma continuidade dos dois espaços e não, a princípio, de uma clara divisão.

A divisão que claramente se definia era aquela determinada por classes, mas ela não se refletia claramente na estrutura urbana. Embora existissem espaços com funções específicas, a divisão da cidade por setores de classes era limitada pelo fato de que as funções de muitos dos habitantes das cidades eram sobrepostas, correspondendo um indivíduo ou grupo a uma diversidade de classes ou grupos, tal como as conhecidas na sociedade atual. A mesma sobreposição de funções se repetia nos edifícios, geralmente compostos de casas térreas ou sobrados, cujo pavimento inferior era utilizado como sala comercial. Além disso, na sociedade escravocrata, não havia um espaço destinado especificamente à habitação dos poucos escravos que não trabalhavam no campo, e moravam nas casas dos senhores, sendo fundamentais para o seu funcionamento (REIS FILHO, 1987).

Esta estrutura organizacional do espaço social foi mantida por um longo período, pois a função das cidades seria mantida mesmo após a Independência que, nas palavras de Singer, não significou “muito mais que uma troca de metrópoles, sendo Espanha e Portugal substituídos pela Inglaterra”. Desta forma, a cidade continua,

*...no plano econômico, desempenhando suas antigas funções: sustentáculo da ordem e canal de intermediação comercial e financeira pelo qual passava o mesmo tipo, em geral, de excedente de produtos agrícolas e extrativos (SINGER, 1990 p. 106).*

Assim, embora a diversificação das exportações tenha contribuído para o surgimento de novas atividades econômicas, a estrutura de classes também foi mantida, já que “o movimento pela emancipação política não trouxe consigo qualquer mudança na relação de força entre as classes” (SINGER, 1990 p. 108).

Os pequenos núcleos urbanos que se formaram e se organizaram, desta forma, segundo interesses da economia da exportação e, posteriormente, do comércio, constituíram o núcleo estruturante dos aglomerados urbanos que viriam a se formar nos

---

períodos seguintes. Embora não havendo continuidade na evolução em relação aos assentamentos humanos primitivos, a cidade colonial teria, ainda, uma organização espacial em que se verifica uma continuidade entre os espaços urbano e rural. O espaço relativamente homogêneo destas cidades viria a sofrer profundas transformações quando a cidade comercial dá lugar à cidade industrial.

### **3.3. A Cidade Fragmentada**

---

Na aldeia primitiva e, em menor grau, também nas cidades da conquista e comercial, pode-se verificar uma continuidade do espaço, onde valores mais ou menos homogêneos são atribuídos pelos indivíduos do grupo aos diferentes fragmentos de espaços ou elementos que constituem o espaço vivido. Cada espaço possui uma função específica dentro do funcionamento da sociedade, seja a igreja como um espaço de caráter religioso e comunal, seja a cidade como local de comércio e de decisões políticas ou o campo como local de produção de alimentos. Do ponto de vista do indivíduo, seu território configura-se de acordo com estas funções, sendo a cidade a região mais central e os locais de trabalho e de moradia como territórios individuais, sendo possível tratar o resto como espaços de valores homogêneos, segundo sua função.

É na descontinuidade do espaço social que "nas sociedades ocidentais, vem-se operando a passagem de uma relação concreta a uma relação abstrata com o espaço" (FERNANDES, 1995 p. 77). Na primeira, típica da aldeia tradicional, existe uma relação estreita entre o interior e o exterior, onde prevalece o controle do grupo. É uma relação mais concreta porque o espaço, passível de uma apropriação visual, pode ser mentalmente organizado como uma região estruturada a partir de uma centralidade específica, a partir da qual a distância é inversamente proporcional ao grau de apropriação do indivíduo ou mesmo do grupo ao qual ele pertence.

Já em uma relação abstrata com o espaço, o sujeito "refere-se a uma multiplicidade de lugares, como realidades homogêneas e permutáveis". (FERNANDES, 1995 p. 77) Para Fernandes (1995), o espaço social tornou-se descontínuo após a secularização de um primeiro espaço, aquele em que predominava a dualidade sagrado-profano e que depois foi substituída pela de centro-periferia. A ruptura do espaço social acontece, para o autor, quando ocorre a desurbanização dos subúrbios, em função do

---

surgimento de policentralidades em detrimento da centralidade única. Em outros termos, o território individual deixa de ter uma referência – o centro da cidade – e passa a ter outros pontos de interesse, espalhados pela cidade. O território antes configurado segundo uma referência espacial, passa a se constituir de fragmentos que não necessariamente encontram uma correspondência e uma continuidade no espaço.

Para cada contexto específico, podem ser apontados diferentes motivos para que esta descontinuidade seja verificada. Mudanças nos contextos político, tecnológico, social são alguns exemplos de fatores que podem influenciar neste processo. No caso brasileiro, pode-se apontar a imigração de mão de obra estrangeira e a migração do campo para a cidade como fatores específicos. Além deste contexto particular, o desenvolvimento da tecnologia dos transportes e da comunicação pode ser indicado como fator que contribuiu para uma crescente fragmentação do espaço urbano.

---

### 3.3.1. A imigração de estrangeiros

---

Após a desconstrução do espaço nativo, os colonos então estabelecidos acabam por se integrar à realidade, absorvendo e influenciando diversas culturas, criando uma primeira cultura brasileira e multiétnica, tal como viria a ser caracterizada em momentos posteriores. Quando imigrantes de culturas bastante distintas, como italianos, judeus, japoneses e sírios começam a chegar e se acomodar em terras brasileiras, aqueles que agora se denominavam brasileiros – descendentes de portugueses e indígenas, nascidos no Brasil – viram-se confrontados com culturas exóticas. A sociedade brasileira, recém saída de um regime escravocrata, em que era natural a aversão ao trabalho braçal (associado aos escravos e classes inferiores), não era vista com bons olhos pelos recém chegados, e o mesmo ocorria no sentido oposto: “de um lado, inveja da forma como os nacionais se apresentavam, comportando-se como 'donos da terra'; de outro, desprezo pela sua suposta condição física doentia, pela aversão ao trabalho” (FAUSTO, 2012 p. 26).

O processo de integração destes imigrantes foi naturalmente lento, verificando-se em muitos casos que se fechavam em bairros étnicos ou colônias, mostrando resistência à adaptação ao Brasil. A preservação da cultura através desta atitude era importante, pois mantinha-se sempre em vista um glorioso retorno à pátria,

depois do prometido enriquecimento nas novas terras inexploradas. A vida privada era contraposta à vida pública, principalmente porque os nacionais estavam naturalmente mais ligados ao poder público, e o Estado apropriado pelas camadas mais altas da sociedade brasileira, pelo menos até que imigrantes e descendentes viessem a ascender socialmente e conseguissem ingressar na vida pública. O resultado foi um reforço de laços de grupo e de laços familiares (FAUSTO, 2012). Os laços de grupo levaram à organização de microssociedades,

*...situadas a meio caminho entre as esferas pública e privada, como é o caso dos clubes comunitários, teatros, associações de socorros mútuos formadas por pessoas de uma determinada etnia ou de uma determinada região do país de origem, sindicatos, tempos religiosos etc (FAUSTO, 2012 p. 28)*

Já os laços familiares foram submetidos, na transposição da família para o Brasil, a uma “reformulação da estrutura familiar, em decorrência das necessidades geradas na nova terra” (FAUSTO, 2012 p. 35). Membros da família que antes moravam em casas separadas eram, em alguns casos, forçadamente incorporados em uma única unidade familiar. A família adaptada consistia, portanto, de laços muitas vezes diferentes daqueles estruturados no país de origem, o que implica uma reorganização da estrutura social. Por outro lado, estas “condições específicas dos imigrantes levaram sua vida privada, na dimensão familiar, a ter uma carga emotiva e funcional muito forte” (FAUSTO, 2012 p. 35). A família, e por extensão a casa serviam como base e como proteção da cultura e dos valores do imigrante, em oposição à cultura brasileira, que se procurava evitar.

A vinda dos imigrantes leva, portanto, ao surgimento de uma contraposição bastante radical entre a vida dentro e fora da família ou das microssociedades, o que resultou em um amplo processo inicial de fragmentação da sociedade e na formação de grupos étnicos, além da já existente separação entre as classes. Os reflexos deste lento processo de integração dos imigrantes podem, ainda hoje, ser verificados na estrutura organizacional da sociedade brasileira e, embora uma miscigenação cultural cada vez maior tenha contribuído para diminuir as diferenças entre as culturas, a contraposição entre a família ou grupo e o público continua a existir na cultura urbana brasileira.

---

### 3.3.2. A migração do campo para cidade

---

A vinda de imigrantes resulta tanto na ocupação do campo, como meio de suprir a demanda por mão-de-obra, crescente após a libertação dos escravos, como também na organização de colônias e no crescimento de cidades. Porém, o aumento da população urbana que já se tornava visível na cidade comercial, viria a se intensificar ainda mais na transformação desta para a cidade industrial. Wilhelm (1976) resume os motivos que levam à migração do campo para a cidade afirmando que, de modo geral,

*... a concentração de população permitiu um desenvolvimento de atividades econômicas dependentes da existência de mercado, forneceu mão-de-obra mais abundante para a realização de tarefas novas, resultou no alargamento do leque de oportunidades e concentrou equipamento e infra-estrutura que melhoravam a qualidade de vida. Em resumo: viver na cidade sempre parecia mais atraente do que permanecer no campo" (WILHEIM, 1976 p. 17)*

Para a sociedade urbana, o movimento das populações do campo para a cidade, induzida pela industrialização, significa um aumento do contingente populacional, o que significa maior demanda por habitação, infraestrutura, empregos e serviços. Este súbito aumento da demanda possa ocasionar certo ressentimento por parte daqueles que já estavam na cidade, já que veem seus próprios recursos serem apropriados por outros, e esta imagem negativa dos imigrantes é acentuada também pelo aumento das densidades populacionais urbanas.

O aumento das densidades, assim como ocorre no caso dos imigrantes estrangeiros, significa mais um ingrediente para a mistura de culturas que se chocam, levando a uma busca ainda maior pela proteção das culturas. O aumento da marginalidade também pode ser apontado como resultado da intensa migração, e a violência urbana se soma, também, como fator que contribui para o isolamento das pessoas e famílias em suas casas.

Do ponto de vista do imigrante, é preciso questionar qual a relação espacial que ele busca estabelecer dentro da cidade. Aquele trabalhador rural, muitas vezes ex-escravo, pode jamais ter vivido o espaço urbano, o que significa, sem dúvidas, um choque cultural. A cultura espacial que este imigrante traz do campo para a cidade se choca com os “bons costumes” da vida urbana, o que faz com que surja também um preconceito em relação ao “caipira” que não sabe se portar.

---

### 3.3.3. A casa e a Rua

---

Quando concepções espaciais de diferentes origens se encontram em uma nova espacialidade, representada pela cidade brasileira, a estranheza causada pelos costumes de outros leva ao fechamento do indivíduo em seu próprio grupo, ou em sua família, como forma de proteção. O espaço onde é garantida a liberdade de expressão de uma cultura (sem causar estranhamento ou ser reprimido), seja uma casa ou um bairro, é que representa o território deste grupo. A formação de bairros étnicos ou colônias em que uma cultura é preservada é uma forma de garantir uma liberdade maior dentro deste território que é extensão da casa e, de acordo com os conceitos anteriormente colocados, extensão do próprio corpo.

O espaço privado passa a ser representado por este território, delimitado pelas diferenças culturais. A miscigenação e a troca cultural entre os grupos étnicos podem ser importantes para a atenuação dos limites entre estes territórios, mas a casa continua sendo uma unidade que delimita os territórios dos grupos menores. A importância da casa como garantia da privacidade pode ser explicada também através dos cortiços. Fausto (2012) lembra que uma das poucas alternativas apresentada para o imigrante pobre que acaba de chegar à cidade, era o abrigo nos cortiços, onde a promiscuidade que reinava em seus interiores impedia que se “estabelecesse uma esfera de vida privada” (FAUSTO, 2012 p. 39), o que leva a uma maior valorização da casa com características de espaço privado, que foi então associada à “ascensão da burguesia e à sedimentação de seus valores, ao longo do século XX” (FAUSTO, 2012 p. 40).

No Rio de Janeiro em finais do século XIX, a campanha higienista que pregava a remoção dos cortiços que então haviam se instalado nas regiões centrais toma proporções notáveis, fazendo amplo uso de uma depreciação da imagem do cortiço e de qualquer outro tipo de habitação coletiva. “Os critérios para a identificação dos diferentes tipos de habitação coletiva eram então ainda mais indefinidos, pastosos mesmo, se acomodando aos interesses de ocasião das partes em confronto” (CHALHOUB, 2004 p. 40). Casarões subdivididos em cubículos, quartos de fundo de quintal, cômodos sublocados, entre outras alternativas possíveis, eram todos bastante utilizados em uma cidade que, como o Rio de Janeiro, estava em crescimento acelerado e com déficit crônico de habitação. Chalhoub (2004) mostra que os higienistas e sanitaristas, de um lado, se aproveitavam da indefinição do 'cortiço' para proibir cada

vez mais a construção de habitações deste tipo; por outro lado, proprietários dos lotes e edificações utilizavam a mesma indefinição para construir “casinhas”, “quartos”, “pequenas casas”. A decisão sobre a permissão da construção era aparentemente arbitrada pela Câmara, mas cada vez mais em favor dos higienistas, que procuravam a todo custo eliminar as edificações insalubres do centro.

A casa própria passou a significar, por este meio, o fim da vida promíscua, simbolizada pela vida insalubre e degradada nos cortiços e a ascensão social, mesmo que as condições de higiene não fossem melhores. Afinal, o cidadão que possui a própria casa passa a sentir que tem controle sobre a própria vida.

*A habitação satisfaz então na medida em que assegura a privacidade e a posse total da vida pessoal e familiar e a defende do incontrollável da atividade urbana e profissional, ainda que objetivamente seja considerada como insalubre e degradada. Nessa medida, é fonte de satisfação e, mesmo quando marginalizada e segregada, não desencadeia sentimentos e ações de reivindicação e revolta. (FERNANDES, 1995 p. 78)*

É a casa o elemento que assegura ao morador uma localização dentro da cidade. A casa já não é mais a simples proteção contra ameaças físicas, como intempéries ou invasões, nem reflexo de uma cultura tradicional e ligada à terra, mas símbolo de status social, significando que o seu proprietário pertence àquele lugar, por direito adquirido.

Sob o ponto de vista antropológico de Roberto Damatta, a casa não é um conceito estático nem absoluto:

*Ao contrário, é dinâmica e relativa porque, na gramaticidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente, posto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua "casa", ou seu "ponto". Neste sentido, [...] a rua pode ter locais ocupados permanentemente por categorias sociais que ali "vivem" como "se estivessem em casa", conforme salientamos em linguagem corrente. (DAMATTA, 1997 p. 55)*

É a apropriação do espaço da rua por uma coletividade, e um ponto importante para compreender a relação do cidadão brasileiro com a rua. Na apropriação do espaço da rua por um grupo, configura-se um território deste coletivo, onde estranhos não podem entrar. Talvez este coletivo não possua uma base, um local onde se reunir, uma “casa”; a rua, como espaço que “é de todos” (ou, mais apropriadamente

neste caso, que não é de ninguém), pode ser fechada e configurar como território temporário do grupo.

Outro caso é aquele em que os moradores das casas se apropriam efetivamente da calçada, hábito comum em cidades pequenas e mesmo em alguns bairros das cidades maiores. Este hábito implica duas coisas: primeiro, que o morador da casa considera o espaço da calçada como seu, como extensão da casa e parte do seu território. E em segundo lugar, significa que este cidadão possui uma visão de mundo semelhante à de seus vizinhos, posto que a ocupação da calçada somente pode acontecer se houver um consenso quanto à propriedade da calçada. Neste sentido, entre o indivíduo em questão e seus vizinhos existe um laço além da simples proximidade geográfica, o que os torna parte de um coletivo maior (do que aquele encerrado pela unidade habitacional). São em ocasiões como essa que se verifica uma coesão entre os moradores e uma coerência entre a relação social entre os vizinhos e suas atitudes comportamentais em relação ao espaço. E é neste sentido que se configura uma comunidade onde a vigilância é realizada pelos próprios moradores, como observado por Jacobs (2003) e com o qual concorda Lawson (2001).

É possível aqui fazer uma análise a partir da perspectiva do sujeito e sua noção de propriedade do espaço. O espaço interno da sua casa é seu, talvez compartilhado com sua família. Neste caso, talvez exista dentro da casa um espaço que seja mais seu do que dos outros membros, seja o seu quarto, ou sua cama (num quarto compartilhado), ou um pedaço da cama (na cama compartilhada), ou talvez seja uma cadeira ou um canto em uma sala. Entre a porta de sua casa e a calçada, existe um espaço de transição? Se houver uma varanda, exposta aos transeuntes, ela é um espaço que ainda é da família, porém passível de permitir a apropriação por outros, através do olhar ou da voz. Ao passar pela calçada à frente de uma varanda, lançar o olhar sobre ela é averiguar se ela está ocupada; olhar fixamente já significa procurar por alguém. E denota a relativa apropriação sobre o espaço: Indica que a pessoa procura por alguém porque sabe quem pode encontrar, que tem certa intimidade com este morador ou, por mais sutil que seja, tem um mínimo de propriedade sobre este lugar, que é a varanda. Não se passa encarando uma pessoa presente na varanda sem cumprimentá-la, sem causar estranhamento, porque seria como dizer: “estou me apropriando deste espaço (a calçada)”, e o olhar pode ser encarado como um desafio para que o dono da varanda lhe prove o contrário. É certamente uma situação de iminente conflito, mas não comum,



porque a mesma linguagem espacial é compartilhada pelos vizinhos, e para um estranho ao bairro, confrontar um morador significaria um enfrentamento de todos os moradores. É uma situação que pode ocorrer quando da transformação de uma situação estável para uma instável, e é a transformação de uma rua como território coletivo para um território de ninguém.

Embora a varanda, espaço de transição importante das casas bandeiristas, tenha rapidamente sido suprimida nas habitações urbanas do período colonial brasileiro, a relação do brasileiro com a rua persistiu sob a forma de janelas-balcão e muxarabis, mantendo relativa força ao longo da transformação da arquitetura.

Damatta (1997), contudo, observa uma acentuada diferença entre o comportamento do brasileiro em casa e na rua. Enquanto em casa somos “supercidadãos”, na rua,

*[como] indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas "autoridades" e não temos nem paz, nem voz. Somos rigorosamente "subcidadãos" e não será exagerado observar que, por causa disso, nosso comportamento na rua (e nas coisas públicas que ela necessariamente encerra) é igualmente negativo. [...] somos até mesmo capazes de depredar a coisa comum, utilizando aquele célebre e não analisado argumento segundo o qual tudo que fica fora de nossa casa é um "problema do governo"! Na rua a vergonha da desordem não é mais nossa, mas do Estado. (DAMATTA, 1997 p. 20) grifo nosso*

Verifica-se aqui a situação em que a dialética da casa x rua se torna mais evidente. A rua é o espaço que não é “meu”, é “do governo”, é “de ninguém”. É importante ressaltar aqui que quando se relega um espaço “ao governo”, ele pode ser de “ninguém”, mas ao mesmo tempo é de todos. Embora o indivíduo tenha uma propriedade sobre este espaço, não lhe cabe sua manutenção. A porção que lhe cabe da propriedade é pequena porque compartilhada com muitos, com os quais não se constitui uma coletividade. São estranhos, e, portanto, o espaço da rua não é de propriedade coletiva; a propriedade de um dado ponto no espaço não é compartilhada, mas dividida por igual entre inúmeros desconhecidos.

Mas na cidade brasileira existe, ainda, um “território especial” representado pela praça, que é “do povo”. Trata-se de uma sala de visitas coletiva, com significados especiais: em parte relacionados ao poder de Deus, representado pela igreja matriz, e em parte ao poder do Estado, presente no palácio do governo (DAMATTA,

1997 p. 44). Damatta (1997) entende a religião como uma terceira perspectiva, complementar à da rua e à da casa. A sociedade possui, assim, um terceiro território que não é exatamente de alguém, nem tampouco “de ninguém” ou do governo, mas de uma entidade divina, de um “outro mundo”. As três perspectivas significam três tipos de atitudes diferentes, uma para cada situação. Assim,

*uma pessoa numa igreja, num funeral, num terreiro de umbanda ou num centro espírita poderia marcar suas atitudes com um discurso diferente daqueles requeridos pelos espaços da rua e da casa. (DAMATTA, 1997 p. 46)*

E tais comportamentos, bastante diferentes em suas posturas e ideologias, são como que papéis desempenhados segundo códigos, sendo que

*... qualquer evento pode ser sempre "lido" (ou interpretado) por meio do código da casa e da família (que é avesso à mudança e à história, à economia, ao individualismo e ao progresso), pelo código da rua (que está aberto ao legalismo jurídico, ao mercado, à história linear e ao progresso individualista) e por um código do outro mundo (que focaliza a idéia de renúncia do mundo com suas dores e ilusões e, assim fazendo, tenta sintetizar os outros dois) (DAMATTA, 1997 p. 48)*

Na sociedade brasileira, a oposição entre casa e rua seria uma dicotomia, portanto, entre os espaços que se separam não somente fisicamente, como também pelo comportamento. O autor lembra de metáforas como “vá para o olho da rua” e “fiquei na rua da amargura”, como exemplos em que a casa é contrastada com a rua, que seriam abundantes porque

*casa é concebida não apenas como um espaço que pode abrigar iguais (...) e está sujeita às normas vigentes na rua, mas como uma área especial: onde não existem indivíduos e todos são pessoas, isto é, todos que habitam uma casa brasileira se relacionam entre si por meio de laços de sangue, idade, sexo e vínculos de hospitalidade e simpatia que permitem fazer da casa uma metáfora da própria sociedade brasileira. (DAMATTA, 1997 p. 53)*

É importante, pois, notar que a ideia da casa brasileira é a de que ela abriga uma coletividade onde os vínculos entre seus ocupantes são evidentes, ou seja, existe um sentido de propriedade do espaço da casa que, embora eventualmente se estenda para a calçada, perde muito de sua força quando sai do portão para a rua. O vínculo com a calçada é relativamente fraco, porque o mundo visto da perspectiva da rua é muito diferente daquela da casa.

---

*Se minha visão do Brasil a partir da casa é que a "nossa sociedade é uma grande família", com um lugar para todos, na esfera da rua minha visão de Brasil é muito diferente. Aqui eu estou em "plena luta" e a vida é um combate entre estranhos. Estou também sujeito às leis impessoais do mercado e da cidadania que freqüentemente dizem que eu "não sou ninguém". (DAMATTA, 1997 p. 92)*

O cidadão brasileiro que se coloca na rua admite não ser ninguém, uma parte de uma massa impessoal, de um espaço ambíguo que pertence mais ou menos ao governo. É uma luta constante porque é um espaço plenamente desvinculado da própria casa, e no território alheio é sempre mais difícil de se situar ou de se sentir à vontade, “em casa”.

A contraposição entre o espaço privado da casa e o espaço público pode ser apontado como resultado do processo de fragmentação do território coletivo que, por sua vez, tem origem em diversos fatores para os quais contribuem os processos de migração e de miscigenação das culturas, no caso brasileiro. Enquanto a migração do campo para a cidade está intimamente ligada à especialização dos espaços e à intensificação das diferenças de classes, e a imigração de trabalhadores estrangeiros resulta na criação de microssociedades desvinculadas do espaço da casa, ainda há outros fatores que fazem com que esta fragmentação se acentue.

O crescimento acelerado da cidade e a especialização de seus espaços faz com que as distâncias a serem percorridas entre a casa e o trabalho sejam cada vez maiores. Nesta rotina, onde o vínculo entre o local de trabalho e a casa estão desfeitos, os hábitos fazem com que as pessoas cada vez mais passem a se identificar com outras – aquelas com os mesmos padrões de capitais econômico e cultural – e não mais com aquelas com quem compartilha o espaço da vizinhança. A própria família pode ser substituída em determinados eventos.

*...a família pode ser a unidade mais importante e o sujeito da maioria dos processos sociais básicos de um sistema, mas, uma vez que as rotinas diárias venham a ser modificadas (...), ela pode ser substituída por um partido ou instituição política se a cerimônia é cívico-política; por um clube, se o cerimonial é esportivo; por uma associação voluntária, [...] se o ritual é uma festa popular como o carnaval. (DAMATTA, 1997 pp. 37-38)*

Esta relação abstrata com o espaço, na qual o indivíduo identifica seu território em uma multiplicidade de lugares (as policentralidades) se torna possível justamente quando a própria noção de espacialidade se torna abstrata. Enquanto as

distâncias puderem ser medidas por noções concretas como o alcance da visão, da voz ou dos passos, é mantida uma relação direta entre territorialidade e espacialidade. Quando, porém, facilidades como a comunicação e o transporte mecanizado tornam esta relação abstrata, o território pode se fragmentar e se distanciar da casa.

Já em meados da década de 1970 Wilhelm afirmava que "A utilização adequada e inovadora da telefonia sugere possíveis e importantes alterações na vida urbana" (WILHEIM, 1976 p. 32) através da simultaneidade da informação, já citando o papel dos computadores neste momento.

*A situação atual e as perspectivas que sugere põem em xeque a própria noção de continuidade física que sempre caracterizou a definição de cidade. Se a irrigação foi a invenção tecnológica que produziu a cidade, não poderá a eletricidade (e seus filhotes) ser a invenção que produzirá a região urbanizada, ou a cidade descontínua? (WILHEIM, 1976 p. 32)*

Não somente a comunicação via telefone, como também, posteriormente, via telefones celulares e computadores transformou completamente a noção de distância; mas ao invés de eliminar a necessidade de comunicações antes pessoais ou escritas, estas inovações fizeram somente ampliar o alcance e a facilidade da comunicação, liberando os meios de transporte para outros fins. Uma nova forma de relação interpessoal é então possibilitada pelo telefone.

*As pessoas podem despende um longo tempo se comunicando por meio de um impulso eletromagnético, sem ver a outra criatura, perceber a sua circunstância, inseri-la num espaço, mas à primeira tentativa de alguém de carne e osso se aproximar, tapa-se imediatamente o bocal do aparelho e enxota-se o invasor indesejável. O sinal telefônico [...] se preenche [...] das pulsões cruas que neles projetamos. (SEVCENKO, 1998 pp. 582-583)*

Já a tecnologia das comunicações em massa, a partir do rádio, trabalha em um sentido massificante e uniformizador, universalizando hábitos muitas vezes importados de culturas diferentes. Ao aproximar figuras públicas do espectador situado em locais isolados, esse meio de comunicação também transforma o espaço e a relação entre público e privado.

*A televisão dissemina a propaganda e orienta o consumo que inspira a formação de identidades. Nesse sentido, a televisão, e a telenovela em particular, é emblemática do surgimento de um novo espaço público, no qual o controle da formação e dos repertórios disponíveis mudou de mãos, deixou de ser monopólio dos intelectuais, políticos e governantes titulares dos*

---

*postos de comando nas diversas instituições estatais. Ironicamente esse espaço público surge sob a égide da vida privada (HAMBURGER, 2012 p. 442).*

A televisão e o rádio invadem sem medidas as casas familiares, trazendo opiniões e informações públicas diretamente para dentro dos espaços mais íntimos da vida privada. A telenovela, que se consolida como parte integrante do cotidiano e da cultura do brasileiro, passa a ter o poder de estabelecer padrões “com os quais os telespectadores não necessariamente concordam mas que servem como referência legítima para que eles se posicionem”(HAMBURGER, 2012 p. 443), ao priorizar certos assuntos, comportamentos, produtos em detrimento de outros. Assim, “ela define uma certa pauta que regula as interseções entre a vida pública e a vida privada.” (HAMBURGER, 2012 p. 443). Através da ação da comunicação em massa, uma cultura mais uniformizada pode levar à amenização das diferenças entre grupos de origens culturais diferentes.

Interpretação semelhante é feita por Fausto (2012), a respeito da relação que se estabeleceu entre os mundos da rua e da casa:

*um dos aspectos mais significativos da vivência doméstica me parece ser aquele em que se dá a confluência dos dois mundos no interior do lar. Desse modo, o jornal, o rádio e, posteriormente, a televisão constituem veículos por meio dos quais mensagens de um amplo e variado universo penetram na esfera privada, impondo determinados hábitos e uma nova organização do espaço e do tempo (FAUSTO, 2012 pp. 36-37)*

Se por um lado a casa perdeu uma relação concreta com o espaço imediato da rua, por outro lado o rádio e, depois, a televisão, antes culpados por fazerem as pessoas ficarem dentro de casa, isoladas do mundo, paradoxalmente abriram a casa para que nela penetrasse livremente a esfera pública.

Outra evolução tecnológica que viria a ser, talvez, a principal responsável pela descontinuidade do espaço urbano, é também hoje a causa de um dos mais graves problemas nas grandes cidades brasileiras: “A idéia de cidade descontínua faz-nos lembrar Los Angeles, subúrbios ajardinados e... Vias expressas com milhões de automóveis” (WILHEIM, 1976 p. 32) O transporte mecanizado e, depois, a disseminação do transporte individual são, antes de tudo, responsáveis por uma forte distorção da percepção do espaço, quando distâncias antes impossíveis de serem transpostas em poucos dias são cruzadas a altas velocidades em questão de horas. As

---

distâncias se contraem, e deixa de fazer sentido o limitado território apreendido com os olhos. O vínculo individual com as policentralidades pode se acentuar, na medida em que o acesso a distâncias maiores torna-se cada vez mais fácil, e pelo mesmo motivo estes fragmentos de território podem se situar em pontos cada vez mais distantes da mesma cidade ou até em outras. Do mesmo modo, a própria habitação pode se deslocar, na medida em que o transporte assegure acessibilidade a locais distantes.

Se o aumento da velocidade torna possível o acesso a lugares mais distantes, ele também transforma o próprio significado da rua. Até o século XIX, o significado da rua era bastante diferente da atual. Nesta época, “na qual as ruas, com raras exceções, ainda não tinham calçamento, nem eram conhecidos os passeios [...], não seria possível pensar em ruas sem prédios” (REIS FILHO, 1987 p. 22). As ruas não eram necessariamente um local previamente planejado para o tráfego, mas o espaço deixado entre as edificações para a circulação. Este significado encontra seu oposto no exemplo emblemático de Brasília, cidade moderna planejada segundo as necessidades do automóvel particular. As ruas antigas, que eram extensão do espaço da casa, vieram a se tornar o espaço por excelência do automóvel. As implicações das mudanças desta função são muitas. A alta velocidade passa a requerer uma separação dos fluxos de automóveis e de pedestres, dando origem à calçada; a velocidade faz com que a escala visual dos edifícios e da comunicação visual mude. A criação da calçada é mais do que uma forma de proteger o pedestre, é também uma forma de restringir o seu espaço, criando mais uma barreira entre a casa e a rua. Além disso, o transporte mecânico que circula em velocidades incompatíveis com os pedestres faz com que deixe de existir o contato entre a casa e aqueles que passam pela rua. Estes dois efeitos secundários transformam a rua em um local muito mais distante da casa do que era anteriormente. A rua agora é aquele espaço ligado ao território de ninguém, que leva a locais onde a vista não alcança; e o fato de que o transporte mecânico pode transportar qualquer um a distâncias inimagináveis em curtos espaços de tempo faz compreender que a rua é aquele elemento que nos conecta a qualquer parte do mundo. Se o mundo é este território amplo e habitado por bilhões de pessoas, significa que parte do território que pode ser apropriado por uma incontável quantidade de pessoas está agora passando rente à casa. De fato, uma rua que antes terminava na borda da cidade poderia ser apropriada por moradores, ao passo que se um novo loteamento surge transformando esta mesma rua em via de acesso a outros lugares, o grau de apropriação cai

---

drasticamente. Aqueles que transitam por ali são, daí em diante, desconhecidos, não-pessoas sem identidade e que podem todas ser substituídas umas pelas outras.

As transformações da sociedade proporcionadas pela máquina resultam também na mudança do comportamento e do sistema de valores das pessoas. Sevcenko (1998) retrata as mudanças que ocorrem quando o bonde elétrico surge no Rio, exigindo, de um lado, uma precaução redobrada em função do perigo representado pela velocidade à qual as pessoas não estavam acostumadas e, de outro, a forma como esta velocidade “se incorporava ao próprio subconsciente das pessoas e, inevitavelmente, como toda manifestação de adesão aos condicionamentos modernos, virava um sinal de distinção daqueles que mais ostensivamente os exibiam” (SEVCENKO, 1998 p. 550). Exemplo disso seria o chamado “passo inglês”, andar apressado em oposição ao andar descontraído do *flaneur* francês; ou ainda o “andar à americana”, que simboliza, sobretudo, “a atitude de total desprendimento por tudo e por todos que estão ao redor, [implicando tanto a] concentração em outros assuntos alheios àquele lugar e àquelas pessoas [quanto uma] sincronização com o ritmo acelerado dos novos equipamentos tecnológicos” (SEVCENKO, 1998 p. 551) Esta mudança no comportamento é exemplo de uma mudança na relação do homem com o espaço privado, na medida em que, para o autor, representa “ampliação do tempo e espaço privados para o interior do âmbito público e inserção da experiência íntima no plano regulado das energias aceleradas e dos mecanismos massificantes” (SEVCENKO, 1998 p. 551). Concluindo, o mesmo autor resume como condição por excelência do homem moderno uma antítese entre “um desinvestimento do público em favor do privado” e o “privado que passa a se modular por uma norma cada vez mais coletiva. (SEVCENKO, 1998 p. 551)

Em outros termos, o processo de fragmentação do território resulta no distanciamento do indivíduo e de sua vida privada em relação ao espaço imediato, público, que o cerca, ao mesmo tempo em que a facilidade de comunicação induz a uma tendência de uniformização dos costumes e valores da vida privada. O que se vê é não mais do que uma situação em que as relações estabelecidas entre o indivíduo e o grupo com o qual compartilha um território não estão mais claramente representadas pelo espaço físico, uma vez que o território está fragmentado e localizado em vários lugares ao mesmo tempo.

A estrutura urbana resultante destas transformações não aparece de imediato, já que a transformação dos edifícios e da forma da cidade é um processo que toma longos espaços de tempo, podendo a mudança se tornar visível quando a transformação social que a ocasionou já tenha deixado de existir. Por este motivo, pode-se verificar a degradação de setores mais antigos das cidades, onde as estruturas urbanas, às vezes datadas de séculos atrás, não mais suportam as atividades da cidade contemporânea, exigindo um processo de revitalização. A mudança de uso do edifício, associada ao seu tombamento, pode muitas vezes trazer resultados insatisfatórios, e não somente por causa da funcionalidade do edifício antigo, mas também pela forma diferente como a população o utiliza e dele se apropria.

O que se evidencia mais rapidamente como consequência das mudanças na territorialidade são transformações pontuais nas cidades, que refletem a necessidade de maior isolamento do espaço imediato e, ao mesmo tempo, uma padronização dos estilos de vida: varandas abandonadas, fechadas ou transformadas em abrigo de carros, janelas cobertas por cortinas e persianas, jardins transformados em pátios internos, gradis e muretas baixas substituídas por muros e altos portões, fechamento de ruas tornando-as privativas, os *shopping centers*, os edifícios verticais e, por fim, os condomínios horizontais fechados. São todas estas, entre outras, mudanças na forma de se estabelecer limites entre o privado e o público, ou entre os diversos territórios individuais.

Para Fernandes (1995 p. 78), "o estabelecimento de fronteiras contribui para o adensamento e a unidade dos espaços sociais". Quando a noção de espaço compartilhado, a continuidade do território e a relação concreta com o espaço da cidade dão lugar ao espaço individualizado, ao território fragmentado e a uma relação abstrata do espaço, as fronteiras aparecem para garantir a privacidade do espaço, permitindo, por sua vez, a possibilidade de um adensamento através da maior proximidade das unidades residenciais. Como deixa de fazer sentido o espaço transitório entre casa e cidade, a descontinuidade permite a justaposição de indivíduos ou famílias situadas em posições sociais distintas, na medida em que o mundo individual se encerra na habitação. Segundo Simmel (apud FERNANDES, 1995, p.78), "o limite não é um fato espacial com efeitos sociológicos, mas um fato sociológico com uma forma espacial".



---

Neste processo de fragmentação da casa, perde-se o contato com a rua, já enfraquecido em relação às situações anteriores. A família, já não tão acostumada à comunidade da vizinhança, não vê como um problema a interposição de mais uma camada, mais um espaço de transição entre ela e a cidade. Seu vínculo com ela agora acontece em função da comunicação facilitada, do transporte mecanizado, dos fluxos rápidos de informações, pessoas, objetos, enfim de tudo que caracteriza a cidade contemporânea.

A relação entre vizinhos, horizontal, direta, não existe mais. A relação com a rua tampouco, e o terreno deixa de ser um lugar, passa a ser um espaço a ser aproveitado. E melhor aproveitado, segundo o desejo do capital de ampliar a rentabilidade do solo. A mágica da multiplicação do solo pode, finalmente, acontecer através da verticalização.

Morar em apartamento significa uma forma totalmente nova de habitar, em que a relação com os vizinhos, com a sociedade, com a própria casa e com o território teve de se desconstruir e se reconstruir radicalmente. O espaço que outrora se possuía, na casa tradicional, era aquele da casa, que se estendia à calçada, à rua, ao bairro e à cidade; os habitantes das cidades em crescimento veem seu espaço aos poucos sendo tomado, sua propriedade reduzida, até se restringir ao edifício, e por fim ao apartamento. O muramento das casas facilita a criminalidade, pois fecha a vista para a rua, e desaparecem os olhos vigilantes, de uma comunidade que não mais existe. E por isso, também, a rua se torna um espaço cada vez mais ameaçador, porque incorre no trânsito de desconhecidos, na criminalidade, na violência; porque significa o espaço do universo, do mundo infinito que bate à sua porta.

É assim que o vínculo da casa com a rua se rompe, e não só deixa de existir um forte obstáculo à verticalização, como surge o medo do contato direto com a rua e, com ele, o desejo de um maior distanciamento dos perigos por ela oferecidos.

## 4. *A cidade vertical*

---

Procurou-se demonstrar, até aqui, as transformações ocorridas na relação entre o homem e o espaço, sobretudo na territorialidade de grupos e indivíduos, decorrentes das mudanças na cidade que, por sua vez, são em grande parte efeitos do avanço do capital, que segue continuamente desconstruindo relações antropológicas para transformá-las em outras, mais adaptadas ao consumo.

Ao compreender que o espaço é formado não somente pelos objetos que o delimitam, mas também, e principalmente, pela noção de territorialidade determinada pelas relações sociais entre os indivíduos envolvidos, percebe-se que a transformação deste espaço se dá, não somente através da desconstrução física do espaço, mas também de uma reformulação do que se denominou espaço social.

No momento que antecede o surgimento do edifício vertical, a cidade é caracterizada, normalmente, por uma população urbana em crescimento, com intensa migração do campo para a cidade ou de outras cidades, associada a um crescimento industrial. A organização urbana se caracteriza por uma região central, normalmente onde se deu o início da ocupação, ocupada pelas classes mais altas, e percebe-se a crescente ocupação das regiões periféricas principalmente pelas classes trabalhadoras, surgindo também os primeiros conjuntos habitacionais.

Nesta situação, a organização do espaço social ainda está se adaptando ao súbito crescimento da população. A região central oferece uma atratividade natural, pela diversidade de serviços e comércio, sendo a primeira opção para moradia. Mesmo trabalhadores de indústrias, que morem próximas ao trabalho, necessitam das facilidades oferecidas pela aglomeração urbana central, de modo que os lotes centrais passam a ser disputados para uso tanto da moradia como de comércio e serviços. O resultado exemplar desses eventos é o surgimento dos cortiços cariocas do século XIX, que depois, se tornam o principal alvo dos planos de embelezamento propostos no período, através dos quais se inicia um processo de segregação e de revalorização das áreas degradadas por aquelas formas de habitação. (VILLAÇA, 1999).

Como já visto, os territórios fragmentados, que caracterizam a composição heterogênea destas cidades, ao mesmo tempo em que requerem o maior

isolamento entre os territórios individuais representados pela casa, passam também a transferir porções do território coletivo, antes representados pelo espaço compartilhado da rua, para outras localidades da cidade. A cidade fragmentada em seus múltiplos territórios e segregada por um princípio de dominação das classes mais privilegiadas torna-se o terreno propício para a verticalização.

Para Somekh (1987 p. 8), a verticalização é “resultado da multiplicação do solo urbano”, levando a altas densidades, onde a área efetivamente ocupada corresponde a mais de duas vezes a área do lote. São apontados como responsáveis por ampliar as possibilidades de multiplicação de pavimentos: o elevador, que substitui o “esforço humano que limitava a altura das construções” e também o “aparecimento de grandes estruturas de aço e concreto [...] uma vez que o desenvolvimento da técnica está diretamente ligado às necessidades da reprodução do capital” (SOMEKH, 1987 pp. 8-9). As estruturas de concreto acabaram predominando no Brasil, substituindo o aço, cujo uso acontecia pela importação de estruturas inteiras da Europa. A adoção do concreto ocorre por razões sociais e políticas, contribuindo para sua consolidação como técnica utilizada em obras de todos os tamanhos, e ao mesmo tempo impedindo que outros sistemas estruturais se desenvolvessem (FICHER, 1994).

Desta forma, a construção do edifício vertical se viabiliza através da técnica, mas, como Somekh (1987) demonstra, embora tenham sido importantes para impulsionar a verticalização, a necessidade de produção e a acumulação do capital foram determinantes para o surgimento do processo. Segundo Souza,

*[a verticalização é] Resultante, no espaço produzido, de uma estratégia entre múltiplas formas do capital - fundiário, imobiliário e financeiro, que cria o espaço urbano. É essa estratégia que, politicamente (e não tecnicamente), definirá os limites da multiplicação do solo. (SOUZA, 1994 p. 135)*

Ainda segundo a mesma autora, a reprodução do espaço urbano adquire, desde meados do século XIX, duplo significado para a cidade de São Paulo:

- 1. Amplia-se o espaço urbano.*
- 2. Há profundas transformações na propriedade fundiária, revelando sensível alteração no significado da terra urbana, que se evidencia como mercadoria e que terá grande importância no processo de acumulação. (SOUZA, 1994 p. 55)*

Estas mudanças resultam no tratamento da terra como mercadoria, e no surgimento de uma renda fundiária através da comercialização de unidades

habitacionais, o que faz com que a demanda capitalista por terra determine seu preço e, conseqüentemente, os preços da terra tenha tendência ascendente durante o processo de verticalização (SOMEKH, 1987).

Assim, a verticalização é viabilizada pela técnica, mas, ocorre em função da necessidade do capital de multiplicar o solo e dele extrair uma renda fundiária. O preço da terra é determinado pelos diversos capitais que concorrem para sua apropriação, e sua conseqüente elevação faz com que, finalmente, o edifício vertical para habitação seja exclusivo, a princípio, das classes mais altas da sociedade.

No entanto, para que se possa compreender a transformação do território na verticalização é necessário mencionar os significados então associados ao edifício vertical. Deve-se lembrar que quando surgem os primeiros arranha-céus, a novidade não está na verticalidade do edifício em si, mas no fato de se habitar verticalmente, ou seja, na relação entre as unidades habitacionais e entre estas e a cidade. Sobrados de até seis pavimentos já existiam, segundo Reis Filho (1987), desde o século XVIII, mesma época em que edifícios como as catedrais e teatros já atingiam alturas bastante expressivas. O significado do edifício vertical, no entanto, é diferente, como alerta Tuan (1984):

*[A catedral medieval e o arranha-céus] têm muito pouco em comum. Elas não exemplificam os mesmos princípios de construção, elas não servem para o mesmo uso e seus significados simbólicos são inteiramente diferentes (TUAN, 1984 p. 14).*

O autor ressalta a diferença das experiências sensoriais entre as duas tipologias, sendo que enquanto no arranha-céu moderno o sentido mais estimulado é a visão, e com menor ênfase o tato e a audição, na catedral a experiência envolve “a visão, audição, tato e olfato”, e “cada sentido reforça o outro, de modo que, juntos, esclarecem a estrutura e a substância do edifício todo, revelando o seu caráter essencial” (TUAN, 1984 p. 14).

Assim, outros significados devem ser interpretados a partir do edifício vertical. Em primeiro lugar, ele está associado aos aspectos negativos da habitação coletiva; em segundo lugar, o apartamento deixa de ter uma ligação direta com a rua; em terceiro lugar, os edifícios representam altas densidades populacionais; e por fim, o apartamento também simboliza a transformação do significado da própria casa e, portanto, da forma de morar.

O primeiro ponto diz respeito à associação da habitação coletiva a valores rejeitados pela sociedade, como a promiscuidade e a insalubridade, tanto no caso das malocas indígenas como no dos cortiços, mesmo que no primeiro caso esses aspectos não estejam realmente presentes. À habitação indígena outros valores como a precariedade das construções e a aparentemente primitiva técnica construtiva, fazem com que o símbolo “habitação coletiva” tenha sido carregado para momentos posteriores da história associado à pobreza e às classes mais baixas. Por este motivo, os primeiros edifícios surgem associados a estilos arquitetônicos variados, sendo predominantes os de origem francesa.

*Havia o preconceito: habitação coletiva era o mesmo que ‘casa mal frequentada’. Precisava-se alardear que apartamento era casa de família, casa de respeito. Moradia completa, com copa e cozinha, salas de jantar e visitas, e com acomodações para criadagem, principalmente. (LEMOS, 1976 p. 162)*

Se os primeiros edifícios surgiam para solver a demanda por habitações das classes médias nas regiões centrais, como no caso de São Paulo, eles deveriam necessariamente deixar para trás estas associações negativas, oferecendo um apartamento “apto, em tudo, a substituir a casa isolada, não a casa modesta de gente pobre, mas o palacete da classe abastada” (LEMOS, 1976 p. 161).

Estas exigências da classe que se apropriava dos apartamentos definiram os primeiros programas, que deveriam garantir o máximo de conforto e um mínimo de promiscuidade, através da separação de entradas “sociais” e “de serviço”, além de “cozinha, tanque, banheiro e quarto de criada, pois toda família que se prezava tinha uma empregada morando em casa” (LEMOS, 1976 p. 162), entre outras características que serviriam para deixar bem nítida a separação entre as habitações coletivas dos pobres e as dos ricos. Esta tentativa de reverter a imagem negativa parece ter funcionado, já que os apartamentos passam a ter separação de acessos e dependências de empregadas como características comuns, simbolizando um nível social elevado.

O segundo ponto diz respeito à fragmentação do território, e embora não seja tão evidente como o primeiro, está profundamente relacionado à mudança da espacialidade urbana. Ao se afastar da rua, o apartamento está não somente representando a desconstrução do território familiar e seu desligamento da estrutura social do entorno imediato, mas também faz com que o contato físico entre a rua e os pedestres se perca. Gehl (2010) afirma que somente com dificuldade é possível

vivenciar eventos que ocorrem em pontos mais altos dos edifícios, pois o ser humano possui uma estrutura ocular adaptada para enxergar o chão, para ver onde se pisa e não para olhar para cima, onde havia poucas ameaças das quais se proteger. Da mesma forma, a comunicação a partir dos edifícios mais altos pode ocorrer de forma excelente nos dois primeiros pavimentos e de forma satisfatória até o quinto. “Dali, podemos observar e seguir a vida da cidade; conversações, gritos e movimentos de braços podem ser percebidos. Nós estamos realmente fazendo parte da vida da cidade” (GEHL, 2010 p. 42, tradução nossa). Acima dos cinco pavimentos o morador do apartamento perde o contato com a rua, e o pedestre não percebe mais o apartamento como parte da cidade, mas como um compartimento dela isolado.

Quanto ao terceiro ponto, a alta densidade está associada também à moradia coletiva dos cortiços, mas aqui alude ao problema da divisão do espaço com outras famílias, ainda que pertencentes à mesma classe social. Como a privacidade é um valor importante para a sociedade pré-verticalização, como anteriormente citado, os limites entre as unidades torna-se motivo de preocupação para os novos moradores. No entanto, as técnicas construtivas garantem isolamentos físico e acústico satisfatórios, e a disposição dos apartamentos que venham a dividir o andar é projetada de forma que o mínimo de contato entre as unidades possa acontecer: é a fórmula da circulação comum de cada andar, com a qual somente a porta de entrada dos apartamentos se comunica, e que se tornará padrão para todo o período (com exceção dos casos em que a própria circulação vertical é isolada, em um modelo onde a separação é ainda mais acentuada).

Para Lawson (2001), mesmo assim,

*...podem restar alguns problemas. A família não é nossa única unidade territorial, e pode ser difícil para os esquemas de habitações de alta densidade oferecer uma hierarquia estruturada de experiência territorial, que pode ser importante para nós (LAWSON, 2001 p. 191, tradução nossa)*

Este é, portanto, um valor que também se relaciona à fragmentação da cidade e do território, tendo a dupla função de representar um espaço já fragmentado e, ao mesmo tempo, acentuar a delimitação entre os territórios.

O quarto ponto está relacionado à diferença entre o significado da casa para o indivíduo que mora no apartamento e para aquele que mora na casa isolada. Para Bachelard (1994), a casa é imaginada como um ser vertical. Sua verticalidade é

polarizada entre a racionalidade do telhado e a irracionalidade obscura do porão, que representam a totalidade do ser que a habita. Enquanto a casa isolada é assim completa, enraizada no solo, os apartamentos são as “moradas oniricamente incompletas” (BACHELARD, 1994).

*A casa não tem raízes. Coisa inimaginável para quem sonha com casas: os arranha-céus não têm porão. Da calçada até o teto, os cômodos se acumulam e a tenda de um céu sem horizontes encerra a cidade inteira. Os edifícios só têm na cidade uma altura exterior. Os elevadores destroem os heroísmos da escada. Já quase não há mérito em morar perto do céu. E -nossa casa não é mais que uma simples horizontalidade. (BACHELARD, 1994 pp. 44-45)*

Neste sentido que, no edifício vertical, o apartamento representa um habitar horizontal. O teto não protege da chuva nem do sol, é antes o piso do vizinho de cima, limite entre duas habitações. Sob o piso não há a terra, nem o porão com suas incertezas, mas também ali, outra habitação. A morada se encerra em um plano único, e as únicas relações que se estabelecem são com o meio externo, através das janelas. Não existe mais, como na habitação indígena, um significado da casa profundamente enraizado na natureza ao redor; não há, novamente nas palavras de Bachelard (1994), uma “cosmicidade” na casa das grandes cidades. A moradia como lugar da intimidade, como espaço do devaneio, como quer o autor, perde seu significado. “As relações da moradia com o espaço se tornam fictícias. Tudo é máquina e a vida íntima foge por todos os lados.” (BACHELARD, 1994 p. 45)

Além da necessidade de domínio da técnica construtiva e da dificuldade do acesso do capital à terra, a verticalização deve também lidar com as transformações da espacialidade urbana relacionadas aos pontos acima. Enquanto as questões relativas aos valores negativos da habitação coletiva e da alta densidade são mais evidentes e levam à necessidade de se utilizar meios de se atenuar seus efeitos sobre a comercialização das unidades, as questões que dizem respeito à relação do apartamento com a cidade constituem não necessariamente obstáculos, mas influências da verticalização sobre as mudanças do significado da casa e do território para os habitantes.

São estas mudanças que, sendo objeto de estudo deste trabalho, definiram o recorte temporal para o estudo da verticalização. Não se pretende aqui realizar um estudo exaustivo sobre a verticalização no país, mas uma análise abrangente das

---

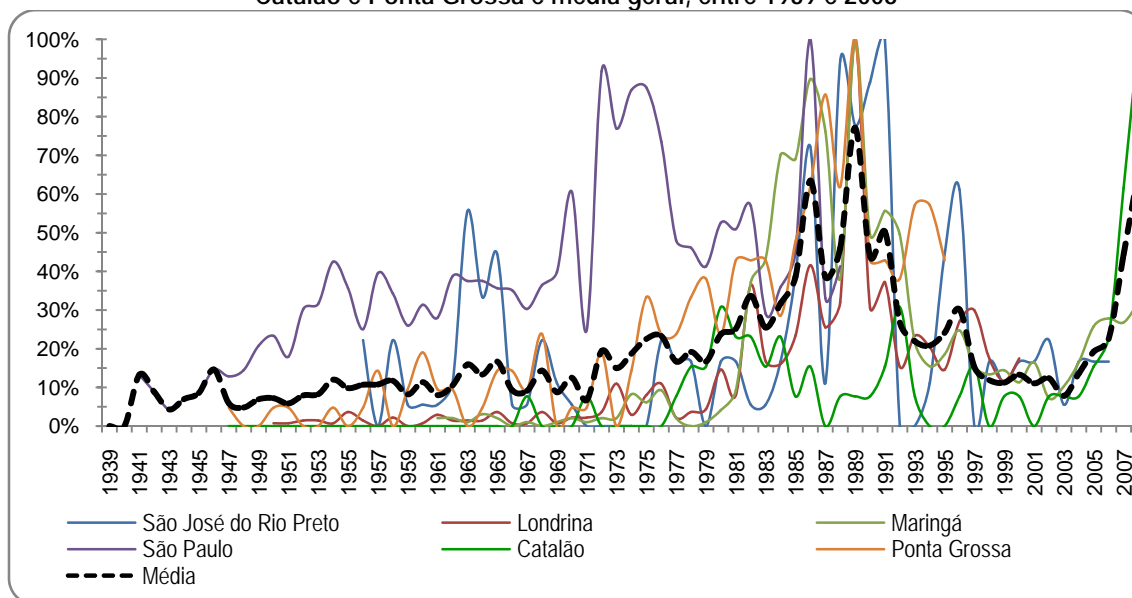
transformações da territorialidade ocasionadas por este processo, focando o estudo nas similaridades dos processos. Baseando-se em estudos previamente realizados, são feitas comparações sobre a verticalização em algumas cidades, utilizando-se informações disponibilizadas por outros estudos, de forma a compreender como a evolução da cidade transforma e, em certa medida, é influenciada pela noção da territorialidade, segundo os conceitos até aqui apresentados.

Deste modo, interessa ao presente estudo compreender as transformações que ocorrem nos primeiros momentos da verticalização, quando, acredita-se, a verticalização exerce a maior influência sobre as configurações sócio-espaciais das cidades, na medida em que altera as percepções sobre o espaço urbano, trazendo novas simbologias, e também a forma como a terra-mercadoria é tratada pelo capital.

No entanto, para melhor definir o recorte temporal, foi necessário compreender que a verticalização ocorre em períodos diferentes da história; se, de um lado, o processo se inicia nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, outras cidades verão seu primeiro edifício vertical surgir muitas décadas depois, de modo que em um mesmo momento cada cidade pode se encontrar em uma etapa distinta da verticalização. Ainda assim, alguns fatores como políticas habitacionais e mudanças no contexto econômico nacional e mundial afetam de modo geral a produção de edifícios verticais em todas as cidades, independente da etapa de verticalização em que elas se encontrem.



Gráfico 4 – Evolução da porcentagem da produção de edifícios verticais em relação ao ano de maior produção do período, nas cidades de São José do Rio Preto, Londrina, Maringá, São Paulo, Catalão e Ponta Grossa e média geral, entre 1939 e 2008



Fonte: (SOMEKH, 1987); (FRANCISCO, 2007); (CASARIL, 2008); (TÔWS, 2010); (SAHR, 2000)  
Elaborado pelo autor

O Gráfico 4 procura representar a proporção de edifícios verticais produzidos em relação ao ano, dentro do período analisado, em que houve o maior número de edifícios produzidos<sup>10</sup>. Assim, percebe-se que, embora seja uma amostragem pequena em relação às cidades verticalizadas, existem entre elas momentos em que a oscilação, positiva ou negativa, foi similar na maioria das cidades, geralmente em função de importantes eventos no cenário econômico ou político no âmbito nacional. Outras variações representam particularidades de cada cidade, que podem envolver mudanças no contexto econômico local, dinâmicas sociais de maior relevância, processos de industrialização, mudanças na legislação urbanística entre outros.

Assim, o foco do estudo está na primeira etapa da verticalização, aqui definida como o período entre a produção do primeiro edifício vertical, que geralmente ocorre no centro da cidade, e o momento em que, acabando os terrenos disponíveis na região central, inicia-se a desconstrução dos edifícios existentes, ou seja, sua demolição para dar lugar a novos edifícios verticais. A segunda etapa se estende até o momento em que, tendo o centro se saturado, não apresentando mais terrenos disponíveis, a verticalização começa a extrapolar a região central original. Tem início a terceira etapa, em que a verticalização passa a se concentrar em outro ponto da cidade, geralmente de

<sup>10</sup> E não a produção em números absolutos, pois desta forma seria difícil fazer uma comparação entre cidades de portes diferentes, como São Paulo e Ponta Grossa.

---

fácil acesso ao centro, com ampla oferta de terrenos e geralmente oferecendo praticidades como a proximidade de Shopping Centers ou privilégios como melhores vistas voltadas para paisagens naturais.

Esta periodização, embora utilizada apenas para fins de recorte do estudo, mostra-se necessária para compreender as diferenças entre as etapas em que estão as diferentes cidades, já que muitas vezes a situação de uma cidade, ou de um grupo delas, pode ter induzido as transformações ocorridas em outra. O caso mais evidente é o de São Paulo e Rio de Janeiro, que, ao ingressarem na segunda etapa, abriram caminho o início da verticalização em outras.

#### **4.1. O período heróico**

---

O processo de verticalização se inicia com um período caracterizado pela construção vertical cuja importância é mais simbólica do que econômica. O edifício vertical, tanto para quem nele reside como para aquele que observa sua construção a partir da cidade horizontal, é símbolo de modernidade.

Mesmo sendo empreendimentos da iniciativa privada, os primeiros “arranha-céus” surgem como reflexo de um desejo, visível nas políticas dos municípios, de demonstrar o avanço econômico das cidades. Valendo-se do efeito de novidade – um misto de perplexidade, receio e fascínio pelo edifício que misteriosamente se ergue a grandes alturas sobre o solo urbano – os governos municipais incentivam a construção dos primeiros prédios, como símbolo do novo período de prosperidade alcançado por seus governos.

O edifício vertical é, todavia, um modo estranho e novo de se morar. A forma de morar até então praticada pelos habitantes das mansões das classes mais altas não é, como viria mais tarde a se verificar, necessariamente adaptável à habitação vertical. Na falta de um modelo mais apropriado, a moradia vertical tenta se adaptar, não sem dificuldades, ao modo de viver das classes abastadas que até então habitavam as mansões e casarões. Contudo, essas habitações tradicionais se configuravam segundo valores, preconceitos e hábitos de uma sociedade escravocrata e elitista cuja sobrevivência esteve diretamente ligada à presença do trabalho escravo. Assim, embora as dificuldades de adaptação à moradia “moderna” tenham sido muitas, as primeiras

---

unidades foram construídas, e a princípio desajeitadamente, ocupadas pelas classes mais abastadas ou que almejam tal *status*.

Cabe lembrar, como já mencionado, que antes de simbolizar progresso e modernidade, o edifício vertical remete à habitação coletiva e seu estreito vínculo com os cortiços de tempos passados, na medida em que apresenta a mesma solução de compartilhamento de terreno, áreas e instalações. O morar em condomínio traz consigo o estigma dos tempos de colônia que é preciso eliminar em nome da modernidade. Não só os hábitos das famílias indígenas de viver em comunidade dentro das chamadas malocas eram vistos como sinal de promiscuidade, como seus sistemas construtivos considerados primitivos e inadequados. O termo “maloqueiro”, de sentido evidentemente pejorativo, teria surgido destas associações negativas à habitação tradicional dos indígenas.

Construir um edifício vertical era, portanto, não somente heroico no sentido de se superar as dificuldades técnicas – dificuldade superada pela adoção do concreto armado como técnica construtiva – como também pioneiro, por tentar propor uma alternativa de moradia até então associada a valores bastante negativos.

---

#### 4.1.1. Dimensão histórica: Os primeiros edifícios

---

O primeiro período da verticalização tem como marco inicial o primeiro edifício vertical construído na cidade e tem fim quando inicia a verticalização mais intensa do centro e normalmente é demarcada por alguma legislação que regulamenta a mudança. O momento em que cada etapa da verticalização se inicia, assim como sua duração, varia de acordo com os contextos locais, e a dimensão histórica serve como pano de fundo para compreender as demais.

Os primeiros edifícios verticais de que se tem notícia no Brasil foram construídos no Rio de Janeiro, então capital administrativa do país, na primeira década do século XX. É um período em que a cidade, assim como São Paulo, via os primeiros traços e efeitos da industrialização, com a população urbana crescendo rapidamente. A proliferação do cortiço, solução provisória para a demanda por habitação barata, levou o governo a tomar partido dos higienistas, promovendo a erradicação das habitações

insalubres do centro, através da demolição sistemática de tais edificações, alargando avenidas e alinhando as novas construções.

O crescimento vertiginoso da população, de 269%, se deu entre 1890 e 1900 (FICHER, 1994). O marco inicial da verticalização diverge segundo as fontes. Para Somekh (1987 p. 56), o título de “primeiro arranha-céus” caberia ao Edifício Martinelli, de 1929, porque “transmitiu com mais eloquência as novas possibilidades do crescimento vertical”, com seus 29 pavimentos e até então o maior edifício de concreto armado do mundo (SOUZA, 1994) e não o Edifício Sampaio Moreira, de 1924, com treze andares. O primeiro edifício vertical, no entanto, seria o edifício de sete pavimentos que abrigou a Casa Médici, projetado pelo arquiteto Cristiano Stockler das Neves e construído em 1912, na esquina da rua Líbero Badaró com a ladeira da rua Dr. Falcão, no centro da cidade. Para Souza (1994 p. 62) representa o primeiro edifício vertical paulistano, “pois foi, sem dúvida nenhuma, um arrojado empreendimento para a época”. Já Ficher (1994) cita a construção, também em 1912, do edifício London and River Plate Bank, à rua 15 de Novembro, com onze andares.

Já entre os edifícios residenciais, o primeiro seria o Palacete Riachuelo, projetado em 1925 também por Cristiano Stockler das Neves e terminado em 1928 (SOUZA, 1994). O edifício é referenciado por Ficher (1994) como “um dos primeiros prédios de apartamentos da cidade”. A divergência deve ser creditada à discussão do que deve ser efetivamente definido como edifício de apartamentos.<sup>11</sup>

Nas outras cidades brasileiras, os primeiros edifícios surgem mais tarde, seguindo os exemplos das duas maiores cidades do país. Porto Alegre começaria a se verticalizar na década de 1920, vindo a se consolidar de fato na década de 1930 (ALMEIDA, 2004); em Vitória, a verticalização tem início nos anos 30, com crescimento tímido até finais da década de 1940 (GONRING, 2011).

A crise mundial de 1929 arrefece as atividades industriais e o mercado imobiliário, mas faz com que algumas cidades apresentem um incremento da população urbana em função do crescimento do setor terciário.

---

<sup>11</sup> A autora lista o Palacete Helvetia, prédio de apartamentos situado na rua Santa Ifigênia, com dois andares, como um dos primeiros sinais da verticalização, tendo sido construído em 1885.

A lei do inquilinato, de 1942, que congelou os preços dos aluguéis, determinaria o fim do período rentista, fazendo com que os proprietários de imóveis alugados passassem a vendê-los a longo prazo, lucrando com os juros. Em São Paulo, os efeitos da lei “não se faz sentir na evolução da verticalização que é ascendente entre 1943 e 1954” (SOMEKH, 1987 p. 97). As novas construções são destinadas à venda e não ao aluguel, e neste momento surge o modelo de venda de apartamentos a construir, em que o comprador arca com a construção do edifício, diminuindo o investimento inicial dos construtores.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a indústria ganha novo fôlego em várias regiões do país. É na esteira desta recuperação que começa a acontecer a verticalização em diversas cidades brasileiras.

A cidade paulista de Ribeirão Preto, surgida por volta de 1863 e tornada município em 1874, teve seu crescimento impulsionado pela chegada da ferrovia em 1882, o que transforma a cidade em importante centro de atividades comerciais. Após a abolição da escravatura, a região tornou-se a maior região produtora de café do país, apresentando um crescimento econômico que resultaria no adensamento populacional. Em 1930, surge o primeiro edifício alto da cidade, com 6 pavimentos, o Edifício Diederichsen, de uso misto e estilo Art Decó, localizado no núcleo original da cidade. A área construída de 5200 m<sup>2</sup> é, segundo Pires (PIRES, 2004), o primeiro do interior paulista com mais de três andares. A verticalização se dará, no entanto, somente ao longo da década de 1950, após a retomada do crescimento econômico do país, após a Segunda Guerra. Em 1948, a agricultura já havia se reestruturado para acomodar a monocultura da soja e a cidade que já se destacava como polo regional de prestação de serviços viu surgir o primeiro edifício vertical: o Edifício Umuarama Hotel, com 11 pavimentos (BEZZON, 2002).

A segunda fase de produção do café, a partir da década de 1950, será responsável pelo crescimento das cidades de Londrina e Maringá, localizadas no norte paranaense. A ocupação da região foi fruto de uma empreitada da Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP, subsidiária no Brasil de empresa inglesa que adquiriu grandes porções de terras na região com a finalidade de colonização. O plano de ocupação incluía o traçado de uma ferrovia que inicialmente ligaria o litoral paulista à fronteira com o Paraguai, assim como a implantação de núcleos urbanos a cada 100 quilômetros

de distância, com centros abastecedores a cada 10 ou 20 quilômetros ao longo de rodovias e da ferrovia (CASARIL, 2008). Neste contexto, surgem com traçado planejado as cidades de Londrina e Maringá. A primeira, criada em 1929, tornou-se município em 1934.

*[Londrina foi] a cidade pioneira desse processo, que através de sua rápida evolução urbana, imprimiu marcos de modernidade, sendo o precoce processo de verticalização de suas edificações um dos responsáveis dessa postura de vanguarda, garantida e viabilizada pelo excedente oriundo da pequena produção mercantil agrária e urbana. (CASARIL, 2008 p. 86)*

Como resultado das políticas de ocupação promovidas pela CTNP, houve um rápido crescimento populacional da cidade, planejada com um desenho inicial que consistia de um quadrilátero central delimitado por avenidas, dispondo-se os marcos urbanos mais importantes no eixo central no sentido norte-sul.

*A cidade atraiu o proprietário rural, capitalizado na agricultura, que buscava na cidade o conforto para a sua família, principalmente a educação e os serviços. Atraiu também mão-de-obra para suprir essa demanda e a urbe crescia extrapolando os limites do quadrilátero projetado pela Companhia de Terras. (OURA, 2006 pp. 46-47)*

O primeiro edifício vertical, com 10 andares, seria o Edifício Santo Antônio, de uso misto aprovado em 1947 e construído na então principal via comercial da cidade, a Avenida Paraná (OURA, 2006).

Nos mesmos moldes, Maringá, fundada em 1947 apresentou crescimento intenso da população. Abrigaria 38 mil habitantes em 1950, passando a casa dos 100 mil habitantes na década seguinte, como resultado de estratégias da colonização privada. O Edifício Maria Tereza, com 15 pavimentos, de 1961 e o Edifício Maringá, com 13 pavimentos, de 1964, representam o marco inicial da verticalização na cidade. (TÖWS, 2010). A rápida verticalização da cidade confere certa particularidade ao processo, pois “a especulação imobiliária [...] se instaurou praticamente junto com a implantação do empreendimento [o projeto da Companhia], visando maior renda sobre o solo” (BELOTO apud TÖWS, 2010, p.143). Ao longo da década de 1960, seriam construídos 12 edifícios na região central da cidade. (TÖWS, 2010)

Em ambos os casos norte-paranaenses, o excedente de capital resultante da cultura cafeeira, que encontra seu auge na década de 1950 com a retomada de produção após a Segunda Guerra Mundial, está vinculado ao precoce processo de

verticalização urbana (CASARIL, 2006 e TÖWS, 2010). Verifica-se, ainda, no caso de Londrina,

*[uma] expansão das atividades do setor secundário e terciário, sem esquecer-se da grande implantação de infra-estrutura urbana com pavimentação de ruas, fornecimento de energia elétrica e rede de água, que geraram condições para o estabelecimento de uma etapa, aqui denominada de “anos dourados” (CASARIL, 2008 p. 93).*

O fornecimento pelo poder público da infraestrutura urbana, que ocorre, sobretudo na região central da cidade, favorece o adensamento da região central, nos anos seguintes até finais da década de 1960.

Também sob as influências da cultura cafeeira, o município de São José do Rio Preto, fundado no norte paulista em 1852, inicia o crescimento em 1912, com a chegada da estrada de Ferro Araraquarense e, sobretudo, com a expansão desta ferrovia no sentido oeste, fazendo com que a cidade se transforme em importante centro regional para escoamento da produção no sentido da capital paulista. Na década de 1920 o município tinha o café como centro de suas atividades econômicas; contava com várias agências bancárias, e era o centro de operações financeiras de vasta região. Nos fins da década de 1950, a cidade atingiria a marca de 70 mil habitantes, tornando-se o principal polo regional. No ano de 1956 são erguidos os primeiros edifícios verticais, sendo dois de uso comercial, com 9 e 6 pavimentos, e um de uso misto, com 14 pavimentos, todos localizados no núcleo central da cidade. O primeiro edifício de uso exclusivamente residencial, o Edifício Maria Celeste, surgiria em 1958, com 12 pavimentos (FRANCISCO, 2007).

A verticalização da região central se dá predominantemente até o ano de 1976, período em que, de acordo com levantamento de Francisco (2007), são construídos 46 edifícios com 6 ou mais pavimentos, dos quais 10 de uso comercial, 20 de uso misto, 12 exclusivamente residenciais e 4 de serviços (prefeitura, hospital, garagem vertical e edifício público).

O município de São Carlos, também em São Paulo, surgiu em 1857, a 230 quilômetros da capital paulista. Seu crescimento também se deveu à expansão da lavoura do café, que se inicia no município em 1840 e ganha crescimento significativo a partir de 1883, com a inauguração da ferrovia que ligaria a cidade ao porto de Santos. Após a crise do café, na década de 1920, a economia do município viria a adquirir novo

dinamismo com o surgimento de indústrias, processo que vinha ocorrendo desde a virada do século. (LIMA, 2008)

Geraldi (2005) aponta o edifício Irmãos Stella como precursor da verticalização de São Carlos, erguido em 1949, com andar térreo mais dois pavimentos. Embora não possa ser apontado como um edifício vertical, comportava habitações em forma de apartamentos, constituindo já uma nova forma de morar. Além disso, o edifício foi importante marco no imaginário dos habitantes da cidade naquela época.

O primeiro edifício vertical seria o edifício Conde do Pinhal, que abrigava escritórios e o Banco do Estado de São Paulo, com 7 pavimentos. Em seguida seria inaugurado o Grande Hotel Municipal, com 6 pavimentos, projetado em 1952 e inaugurado em 1962. O primeiro edifício residencial viria a surgir em 1967, o Edifício Vila Rica, com 14 pavimentos. (GERALDI, 2005)

A cidade de Viçosa, localizada na Zona da Mata, em Minas Gerais, apresenta um índice de verticalização pouco comum para o seu porte. Os censos do IBGE (2010) apontam que no ano de 2000, os apartamentos representavam 29,2% dos domicílios urbanos, índice que cresce para 38,7%. Guardadas as limitações quanto à precisão dos dados<sup>12</sup>, é necessário se questionar porque um município que é somente o 411º mais populoso do país em sétimo lugar em maior porcentagem de apartamentos.

**Tabela 1 – Domicílios particulares permanentes, total e tipo apartamento, e população total dos 10 municípios com maior porcentagem de apartamentos entre os domicílios – 2010**

	Município	Domicílios		Apartamentos (%)		População	
		Total	Apartamento	2010	2000	Posição	Total
1	Santos - SP	144.501	91.228	63,13%	62,61%	48	419.400
2	Balneário Camboriú - SC	39.265	22.249	56,66%	45,84%	250	108.089
3	Porto Alegre - RS	508.456	237.297	46,67%	45,68%	10	1.409.351
4	Vitória - ES	108.515	47.096	43,40%	43,21%	70	327.801
5	Niterói - RJ	169.237	71.770	42,41%	40,42%	39	487.562
6	Florianópolis - SC	142.130	55.465	39,02%	31,69%	47	421.240
7	Viçosa - MG	21.278	8.226	38,66%	29,19%	411	72.220
8	São Caetano do Sul - SP	50.492	19.078	37,78%	25,74%	178	149.263
9	Rio de Janeiro - RJ	2.144.445	806.769	37,62%	37,96%	2	6.320.446
10	São José - SC	68.846	23.818	34,60%	22,76%	123	209.804

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2010)

<sup>12</sup> Os levantamentos do IBGE não consideram a quantidade de pavimentos para a especificação da tipologia apartamento.



---

De acordo com estudo realizado por Carvalho e Oliveira (2008), a verticalização em Vitória tem início na década de 1970, após a federalização da Universidade Federal de Viçosa. A expansão da instituição provocou uma nova dinâmica “física, social, cultural, política e econômica [...] [que] mudou completamente a cidade, que passou a se desenvolver em razão da própria Universidade” (CARVALHO, et al., 2008). Os primeiros edifícios com múltiplos pavimentos foram construídos pela própria instituição, primeiramente para abrigar professores vindos de outras cidades, e depois os estudantes. Em um segundo momento, o aumento do número de vagas nos cursos, assim como o surgimento de outras instituições de ensino superior, fizeram aumentar a demanda por habitação para estudantes, o que começou a impactar profundamente a organização do espaço urbano (CARVALHO e OLIVEIRA, 2008).

A tabela abaixo resume a data inicial da verticalização em alguns dos municípios brasileiros, relacionando a população urbana no período.

Tabela 2 – Data de construção do primeiro edifício vertical em algumas cidades, população e taxa de urbanização na época da construção.

Município	População				Primeiro edifício		
	Urbana	Total	Ano Ref.		Vertical (Ano)	Pavimentos	Residencial / misto (Ano)
Rio de Janeiro	s/d	811.443	1900		1904	s/d	1917
São Paulo	s/d	239.820	1900		1912	7	1925
Campinas		129.940	1940		1935		
Ribeirão Preto	48.029	79.783	1940	60,2%	1930	6	1936
Ponta Grossa	43.486	55.243	1950	78,7%	1947	6	1947
Londrina	33.707	71.412	1950	47,2%	1947	10	1947
S. J. Rio Preto	66.352	82.119	1960	80,8%	1956	14	1958
Maringá	47.592	104.231	1960	45,7%	1961	15	1964
São Carlos	50.851	62.045	1960	82,0%	1962	7	1967
Catalão	30.695	39.168	1980	78,4%	1982	12	1982

Fontes: Adaptado pelo autor com base em (FICHER, 1994); (CASARIL, 2008); (TÓWS, 2010); (FRANCISCO, 2007); (GERALDI, 2005); (LIMA, 2008); (FERREIRA, 2006); (LIMA, 2008); (MARTINS, 2010); (SAHR, 2000); (BEZZON, 2002); Censos do IBGE e SEADE

#### 4.1.2. Dimensão Espacial

Embora a construção do primeiro edifício não caracterize, por si só, um período em que a verticalização seja economicamente relevante no contexto local, a data em que ele surge pode ser determinante no entendimento da dinâmica da verticalização. Se o Rio de Janeiro da primeira década do século XX abrigava mais de 800 mil pessoas, e ainda que grande parte residisse no campo, a utilização mais intensa da estrutura urbana provocada pela industrialização incipiente certamente começava a demonstrar sinais de saturação. As distâncias entre os vários pontos das cidades se amplia, tornando-se um obstáculo para a circulação de mercadorias, pessoas e informações, e assim, prejudicando a reprodução do capital. Neste contexto, a verticalização das regiões centrais se justifica como solução para o adensamento populacional e melhor aproveitamento das infraestruturas urbanas.

Contudo, como demonstra Vaz (1994), o problema da alta densidade é inicialmente resolvido através de uma postura higienista de um Estado interventor, que atua “através da restrição à construção de novas moradias, da imposição de normas higiénicas e da intervenção direta (fechamento de cortiços)” (VAZ, 1994 p. 588) e posteriormente de demolições que resultam na expulsão das classes trabalhadores do centro para as periferias. O então prefeito Pereira Passos baixou um decreto (nº 391 de 10 de fevereiro de 1903) “com diversas exigências regulando as construções e

instituindo uma série de exigências técnicas, arquitetônicas e legais que oneravam novas edificações em toda a cidade” (VAZ, 1994 pp. 587), redundando na expulsão dos mais pobres também das zonas suburbanas. “Expulsos do centro e impedidos de se assentar até nos locais mais distantes e mais econômicos, os pobres encontraram outra opção na ocupação de morros vazios nas proximidades do centro” (VAZ, 1994 pp. 587-588), o que daria origem às favelas.

*Paradoxalmente, a nova forma que surgia como efeito e consequência da política higienista habitacional e urbana revelou-se tão ou mais insalubre e promíscua do que a anterior, que se desejou higienizar e disciplinar. (VAZ, 1994 p. 592)*

Instituída a prática das demolições, a oferta de terrenos se expandiu subitamente, principalmente no centro e no bairro de Copacabana, agora bem mais valorizados. Este processo permitiu remover o maior impedimento à expansão do setor imobiliário, que era a limitada disponibilidade de lotes para novas construções. (VAZ, 1994 p. 586)

Resultado da transformação empreendida pelo plano de embelezamento de Pereira Passos, a Avenida Central da cidade concentrava os principais edifícios institucionais da cidade e é onde surgiriam os primeiros edifícios verticais, de uso comercial. O primeiro edifício residencial surgiria no começo da década de 1910, o edifício Lafont, projeto dos arquitetos Viret & Marmorat em estilo importado da Europa. Assim, no decorrer da década a maioria dos trinta e três edifícios com mais de seis andares seriam construídos na Avenida Central (FICHER, 1994).

No bairro de Copacabana, que ganhou acesso ao centro com a abertura da avenida Beira-mar e o arrasamento do Morro do Castelo, o processo se inicia com a construção do Copacabana Palace Hotel, com oito andares, e é “a partir de seu entorno que se espraiaria a intensa ocupação vertical de Copacabana” (FICHER, 1994 p. 64).

São Paulo segue de perto a evolução dos arranha-céus cariocas. Até a década de 1940, os edifícios verticais seriam predominantemente de uso comercial e estariam localizados na região central da cidade (SOMEKH, 1987).

O processo de centralização faz com que as densidades populacional, de comércio e de serviços sejam maiores nas regiões centrais, e por isso é natural que a verticalização tenha início ali. De fato, verifica-se que é também nas regiões mais

centrais das cidades de Londrina, Maringá, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Ponta Grossa e outras que surgem os primeiros edifícios verticais. Tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, a verticalização surge como uma das possíveis soluções para o problema da alta densidade, otimizando custos com transporte e infraestrutura urbana.

Além disso, a valorização resultante do processo de concentração leva à expectativa de uma multiplicação da renda fundiária que pode ser extraída dos terrenos nas regiões centrais através da verticalização.

---

#### 4.1.3. Dimensão econômica

---

Conforme Somekh (1987), Souza (1994), entre outros, a verticalização é solução para a necessidade do capital de aumentar a renda fundiária, de forma que a especulação imobiliária e a verticalização são processos intimamente vinculados um ao outro. Por se tratarem de empreendimentos de longo prazo e de baixa liquidez, a construção de edifícios deve apresentar garantias de rentabilidade para o capital. O modelo de construção vertical certamente não era totalmente desconhecido pelas elites das capitais brasileiras, como bem demonstra o artigo transcrito em nota de rodapé por Carlos Lemos, publicado em 1912 na Revista de Engenharia, em que o engenheiro J. M. Toledo escreveu “a respeito do problema da habitação em São Paulo, tomando atitude pioneira entre nós ao fazer a apologia do prédio de apartamentos” (LEMOS, 1976 p. 158), cuja construção já era prática comum há tempo em Paris. Nos Estados Unidos, a Escola de Chicago já produzia seus arranha-céus como o Equitable Life Assurance Company, de 1868/70 que, segundo Somekh, foi “o primeiro edifício comercial em que as possibilidades do elevador foram realizadas” (SOMEKH, 1987 p. 11). Os modelos americanos, cuja problemática da adaptação da linguagem arquitetônica do ecletismo então vigente à volumetria vertical havia sido encarada e resolvida por Louis Sullivan (FRAMPTON, 2000), foram importados e adotados nos primeiros edifícios brasileiros, até que se impusesse a linguagem modernista.

A empresa de construir um edifício vertical não era, portanto, um tatear às cegas, havendo já um caminho a ser seguido, guardadas as diferenças no contexto econômico e sócio-cultural entre os países. Se o capital já vislumbrava, portanto, a possibilidade de ampliar a renda fundiária através da verticalização, bastava transpor os

obstáculos que se impunham à verticalização. A questão técnica, como já demonstrado por Somekh (1987) e Ficher (1994), era solucionada com o domínio das técnicas construtivas do concreto armado, substituindo a dispendiosa estrutura de aço (como a adotada nos Estados Unidos), a difusão da eletricidade e do elevador. Restava, aparentemente, resolver o problema do preconceito em relação à habitação coletiva disseminado pelas propagandas higienistas, e o problema da disponibilidade de terrenos, ambos vinculados ao problema da demanda.

A disponibilidade das terras, ou o “problema fundiário”, acontece no nível da transformação do capital-dinheiro em capital mercadoria (RIBEIRO, 1997). Não parece ter sido, nos primeiros empreendimentos, tão grande quanto haveria de se tornar, tão logo o edifício vertical se disseminasse. Com o centro valorizado, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo teriam, na verdade, a alta valorização da terra como solução para o problema da demanda. Porém, este se tornaria um problema recorrente, tão logo os terrenos vazios nas áreas mais valorizadas viessem a ficar escassos.

Já o problema da demanda, ou de “solvabilidade”, é representado pelo “alto valor relativo de mercadoria moradia, comparativamente ao poder de compra do conjunto da população” (RIBEIRO, 1997 pp. 89-90). Se por um lado o barateamento da produção da moradia é dificultado pela precariedade da industrialização, por outro a moradia de baixo custo não é objetivo dos empreendedores dos primeiros edifícios verticais, na medida em que seu produto é oferecido como solução para adensamento da região central, habitado pela classe alta. Pelo contrário, na construção dos primeiros edifícios altos, o alto padrão é regra.

Nas cidades menores, o capital depara-se com o problema de como criar uma demanda para os edifícios verticais. Para que a reprodução do capital ocorra através da verticalização, a cidade precisa ter atingido tamanho suficiente para que ocorra uma valorização diferenciada, geralmente dos terrenos centrais. Como a construção do edifício vertical com alto padrão de acabamento acaba se tornando mais caro que a de uma casa térrea com os mesmos padrões, a escassez de terrenos disponíveis deve justificar o investimento em um apartamento. Em outras palavras, como é pouco provável que se alcance uma redução dos custos do apartamento, ele deve oferecer atrativos que compensem o maior investimento.

---

Seria o desejo de morar no centro atrativo suficiente para que o apartamento seja a opção escolhida? Na medida em que representa um espaço social dominado pelas elites, morar no centro certamente simboliza a inserção do indivíduo e sua família dentro das classes altas da sociedade, mas, tendo como público alvo as camadas mais altas da sociedade, o problema da demanda surge para o capital atrelado à associação do apartamento com os valores negativos das habitações coletivas. Para garantir uma efetiva demanda por este tipo de moradia, estes valores deveriam ser substituídos por outros, positivos, que transformassem o apartamento em uma alternativa no mínimo aceitável de habitação.

---

#### 4.1.4. Dimensão simbólica: A superação de um preconceito

---

A dimensão simbólica, neste momento, está relacionada à imagem do edifício de apartamentos, considerado ambiente demasiado promíscuo para os padrões da sociedade. O mesmo problema não seria tão grave em relação aos edifícios públicos ou de uso comercial, já que não eram uma forma de habitação, onde poderia surgir um ambiente promíscuo. Nem mesmo os hotéis, que representam parte dos primeiros edifícios verticais construídos nas cidades, apresentavam este problema. Talvez este fato, somado à maior importância da proximidade do centro para o comércio e os serviços do que para a habitação, explique o porquê dos edifícios comerciais aparecerem antes dos residenciais.

É ilustrativa do esforço para que a mudança dos valores acontecesse, viabilizando a verticalização, a trajetória do Edifício Esther, descrita por Atique (2005). O edifício, inaugurado em 1938 na capital paulista, representa o fato de que as “décadas de 20 e 30 revelam a existência de uma verdadeira batalha em função da introdução dos prédios de apartamentos” (ATIQUE, 2005 p. 39), de modo que,

*incorporadores, engenheiros, arquitetos e até mesmo juristas entraram em campo tentando fundamentar, das mais variadas formas possíveis, que o edifício de apartamentos era um avanço para a cidade e não um agravamento de seus problemas (ATIQUE, 2005 p. 40).*

Tais defesas utilizavam como argumentos a economia na construção, a localização no centro, a possível proximidade dos locais de trabalho, entre outros, em oposição a uma contra-campanha que ressaltava os efeitos maléficos da habitação

coletiva: “barulho dos vizinhos, convivência forçada com estranhos à família, promiscuidade proporcionada pelas janelas” (ATIQUÉ, 2005 p. 40), além do tamanho reduzido, a ausência do contato com a natureza, a privação das crianças das brincadeiras tradicionais, o medo da queda de andares altos, a aparente falta de privacidade, e até questões estéticas.

Entre as estratégias para superar tais receios, além da propaganda positiva, recorria-se até ao benzimento do edifício no ato de sua inauguração, que, “mesmo se realizado de forma inconsciente, [...] procurava firmar a boa imagem almejada ao edifício” (ATIQUÉ, 2005 pp. 46-47). Após a inauguração, as importantes personalidades da alta sociedade paulista que passavam a residir nos edifícios de uso misto e promoviam eventos sociais disputados em seus apartamentos, assim como profissionais renomados que ali instalavam seus escritórios, conferiam notoriedade e contribuíam para criar uma imagem positiva para o edifício perante a sociedade.

Pode-se levantar a hipótese de que a forma como acontecia o dia-a-dia neste edifício, assim como ocorria nos edifícios mais requintados da orla de Copacabana, era uma transposição da sociedade horizontal para uma construção vertical, na medida em que os eventos ocorridos no interior dos apartamentos, as personalidades que ali viviam, e mesmo detalhes das decorações internas individuais eram conhecidos do público. Enquanto a sociedade se acostumava à vida no apartamento, o isolamento entre público e privado ainda não era tão acentuado, porque admitia-se uma porção da vida pública no interior do edifício. Esta possibilidade pode ser explicada pela reduzida população que compunha a fatia da sociedade que tinha, ao mesmo tempo, condições financeiras e disposição de encarar uma forma nova de morar. Em outras palavras, os primeiros moradores eram pessoas que pertenciam ao *mesmo espaço social*, com níveis semelhantes de capital econômico e cultural.

A estratégia de associar o edifício de apartamentos ao luxo e à vida boêmia funcionou, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro.

*Ao contrário do que ocorreu em outros países em que a verticalização surgia como solução técnica necessária para a questão da habitação, no Rio de Janeiro o edifício de apartamentos emerge como a moradia das ascendentes classes médias, como símbolo do bom gosto, do luxo, da distinção e do moderno. (VAZ, 1994 p. 593)*

Como já era notável a influência, tanto econômica como também cultural, que as capitais paulista e carioca tinham sobre o restante do país, era natural que os boatos sobre uma nova e requintada forma de se habitar, em edifícios altos, se espalhasse pelos outros cantos do país. O hábito deveria se espalhar de cima para baixo, ou seja, se tornar corriqueiro nas classes mais altas, para que, tornando-se objeto de desejo, passasse a ser apropriado pelas classes inferiores.

Gradativamente, a ideia do edifício de apartamentos iria se espalhar pelo restante do território. Associações de valores positivos ao edifício vertical, como a da linguagem arquitetônica dos primeiros edifícios ao estilo eclético, a do Edifício Esther à alta sociedade, e a própria tipologia à forma de viver na Europa ou nos Estados Unidos contribuíram para este movimento. Os edifícios verticais surgiram em breve em outras cidades importantes do país. Sabe-se que o hábito se inicia na década de 1920 em Porto Alegre, na década de 1930 em Vitória e, embora não tenham sido encontrados dados suficientes, é possível estimar que tenham surgido também neste período em outras cidades importantes na época, como Salvador, Recife, Belo Horizonte e outras.

Não é objetivo deste trabalho estabelecer uma relação direta entre tamanho da população e a necessidade efetiva da verticalização para otimização dos custos com infraestrutura e meios de transporte. Entrariam nesta conta questões como qualidade de vida, disponibilidade de tecnologia e recursos energéticos em cada época, além de fatores culturais, climatológicos, físico-geológicos e outros. No entanto, apesar da pequena amostra coletada e da heterogeneidade das informações, é possível dizer que a verticalização começou a ocorrer nas cidades quando suas populações atingiram, em média, os 50 mil habitantes na área urbana. A questão que se levanta é: a verticalização é realmente necessária, neste nível populacional, ou outros fatores contribuem para que ela aconteça neste momento?

Em São Paulo, a repercussão polêmica da Semana de Arte Moderna de 1922, a intensa publicidade sobre a casa da rua Santa Cruz, de Gregori Warchavchik, de 1929, assim como o sucesso da abertura da casa modernista do mesmo arquiteto, em 1930, representam marcos iniciais da transformação da arquitetura que culminaria com a construção, finalizada em 1943, do Palácio Capanema, no Rio de Janeiro, sendo o primeiro edifício público de grande porte com traços modernistas construído no Brasil. Estes acontecimentos demonstram também a ideia de que o país buscava sua



modernização, uma renovação em relação a tudo que fosse antigo, colonial, e importado da Europa. Para esta renovação, contribui até mesmo o movimento Neocolonial, defendido por José Mariano, ao tentar romper com o estilo eclético então dominante. (BRUAND, 2005).

Se nas capitais o movimento modernizante era crescente e dominava o imaginário popular, nas outras cidades não seria diferente. O triunfo da máquina, da indústria, o automóvel, a eletricidade e, por fim, o arranha-céu, foram se consolidando como ícones do progresso que deveria ser almejado por toda e qualquer cidade que quisesse prosperar no futuro. A nova linguagem arquitetônica, difundida pelos ideários de Le Corbusier, que visitaria o país em 1929 e depois em 1936, para o projeto do Palácio Capanema, então mais conhecido como Ministério da Educação e Saúde, aos poucos se espalhava pelo país, surgindo exemplares de edifícios modernos em vários pontos do país (BRUAND, 2005).

O arranha-céu, já investido de um valor de modernidade, agora fazia-se valer da linguagem arquitetônica modernista, abandonando o ecletismo, ao qual as classes altas estavam acostumadas a empregar em suas residências, fazendo multiplicar a atratividade dos edifícios verticais. Morar em um apartamento agora significava estar inserido no espírito de modernidade da época, e fazer parte de um movimento que levava, inexoravelmente, ao futuro próspero da nação.

*...a construção de imagens e simbolismos criados em torno da habitação verticalizada permeia a sociedade urbana contemporânea de maneira intensiva, procurando atingir os segmentos sociais de maior poder aquisitivo. Essa construção de imagens e simbolismos criados em torno da habitação verticalizada ocorre de maneira intensa nas metrópoles, como também nas cidades médias do interior paulista. (GERALDI, 2005 p. 178)*

Este espírito de busca da modernidade estaria presente na cultura brasileira pelas próximas décadas. Nas cidades médias, o significado dos primeiros edifícios verticais estaria sempre associado a este espírito. Para Casaril (2008), o início da verticalização em Londrina é “representado pelos altos arranha-céus que buscavam inserir a modernidade na cidade” (CASARIL, 2008 p. 21). Projetos do arquiteto modernista Villanova Artigas mudavam a paisagem da cidade. O edifício Autolon foi um destes exemplares, construído na Avenida Paraná.

---

*Este, junto com outros edifícios, como o Centro Comercial com três blocos de 22 pavimentos cada, o edifício Bosque, com 18 pavimentos, sendo os dois últimos de 1955, mostram o processo de colocar Londrina no que se considerava modernidade" (CASARIL, 2008 p. 99).*

Em São Carlos, o Grande Hotel, de 1962, representava papel semelhante. O discurso referente à sua construção

*...estava na pauta dos jornais locais [...], na mente, na fala e no coração de uma população que almejava o engrandecimento e o reconhecimento de sua cidade que crescia e se desenvolvia em direção ao progresso e à modernidade. (GERALDI, 2005 p. 141)*

Não somente o edifício vertical, como também o apartamento e tudo que implicava a vida nas alturas, também estava intimamente aos valores da modernidade, na década de 1970 de São Carlos. Estes valores se somavam ao valor da localização da moradia no centro.

*Os consumidores que viam na habitação verticalizada o símbolo de progresso e de modernidade de sua cidade que acompanhava o modelo das metrópoles brasileiras, além é claro, da identificação sócio-econômica [...] que proporcionava residir em apartamentos, uma vez que os mesmos localizavam-se na área central, a mais valorizada em seu aspecto econômico e também simbólico. Assim, residir em apartamentos proporcionava status (GERALDI, 2005 p. 156).*

Discurso similar também é encontrado em Francisco (2007), sobre São José do Rio Preto:

*A euforia expressa nos lançamentos dos primeiros edifícios revela, por um lado, a assimilação de um dos símbolos da modernidade – o arranha-céu; e, por outro, a possibilidade de incorporação de um novo estilo de vida – o modo moderno de habitar em apartamentos (FRANCISCO, 2007 p. 52).*

Nesta cidade, o Poder Público vinha atuando na organização do espaço urbano através de um Plano Viário, que priorizava o automóvel, além de uma primeira lei de zoneamento, de 1958. Reformas em praças, arborização de avenidas, “toda ação pública e mesmo privada, com relação à construção da cidade, passou a ser justificada em nome do progresso e da modernização” (FRANCISCO, 2007 p. 40). Buscava-se, a todo custo, mudar a imagem da cidade, antes associada ao fato de abrigar o último ponto da linha férrea, fato que lhe rendera o apelido de “Boca do Sertão”.

*Assim, a verticalização em São José do Rio Preto foi produto do mercado imobiliário, mas também foi fruto das ideias de modernização e progresso almejados, pela sociedade que*

---

*desejava aniquilar o estigma 'caipira' da cidade do interior paulista que pairava no ar. Isso explica o fato de uma cidade de aproximadamente 70 mil habitantes se verticalizasse. (FRANCISCO, 2007 p. 52)*

Em Ponta Grossa, no Paraná, o primeiro edifício vertical surge nos anos 70.

*Construído no "coração" da cidade, transformou-se em símbolo de "progresso" para esta. Para os compradores destes apartamentos o entusiasmo inicial veio seguido de frustração, pois a infra-estrutura existente no local não comportava a edificação. Foi necessário assim um grande investimento do poder público para que o mesmo pudesse ser habitado. Neste caso, observa-se que o valor simbólico do prédio entrou em contradição com seu elemento funcional. (SAHR, 2000 p. 21)*

A falta de preparo da infraestrutura básica, colocando a construção e, portanto, a imagem do edifício acima de algumas questões técnicas, ilustra o estado de real euforia causado pela busca da modernidade. A ação das prefeituras municipais vai se restringir a incentivos à construção dos primeiros edifícios; as legislações urbanísticas vão se encontrar, muitas vezes, defasadas em relação à verticalização. Mesmo as restrições legais, tais como coeficientes de aproveitamento e recuos, muitas vezes terão pouco efeito sobre os primeiros edifícios verticais, talvez pela alta influência dos empreendedores dos primeiros edifícios, talvez por falta de experiência dos órgãos legisladores em lidar com esta nova tipologia de edifícios. A motivação para a construção do edifício vertical vinha de uma necessidade de se imitar características da cidade grande:

*[...] trânsito intenso, aglomeração de pessoas, comércio dinâmico e também a verticalização crescente - são tidas como modelos a serem copiados pelas cidades médias e pequenas que almejam "prosperidade". A chegada do primeiro prédio é, assim, comumente comemorada com muita vibração, mesmo em cidades interioranas onde a verticalização é totalmente dispensável. (SAHR, 2000 p. 20)*

A cidade de Viçosa, por sua vez, viria a apresentar uma peculiaridade em seu processo de verticalização. Como já mencionado, os primeiros edifícios de apartamentos com múltiplos pavimentos não foram voltados para as classes altas, e sua localização na área central não foi função da atratividade do centro, mas da proximidade da UFV. O padrão de qualidade das construções também é baixo, pois visava somente suprir uma demanda específica por habitação, e não o lucro através de sua comercialização. (CARVALHO e OLIVEIRA, 2008).

O edifício vertical, com 10 ou mais pavimentos, com características semelhantes aos de outras cidades aparece, isto é, para comercialização e moradia das classes altas, surgiria somente nos anos 80, também na área central. Estes edifícios

*destacam-se na paisagem mais pela escala e implantação em relação à rua do que por suas qualidades arquitetônicas. É nestes edifícios com maior gabarito que a verticalidade realmente se instaura como elemento morfologicamente transformador do espaço e dos hábitos de vida. Destinada a uma parcela da sociedade mais favorecida economicamente, esses edifícios ganham em altura e “status”, representações sociais que se projetam no ambiente construído (CARVALHO e OLIVEIRA, 2008).*

Segundo as autoras, a área central concentra a verticalização por dois motivos: a proximidade da UFV e a paisagem que é “incorporada, como uma externalidade positiva, ao preço do imóvel” (CARVALHO e OLIVEIRA, 2008). As autoras indicam, ainda, que a produção está voltada principalmente para a demanda estudantil, que constitui uma população flutuante, com tempo de permanência de 5 anos, mas também para a classe média, que busca uma alternativa de acomodação para família (CARVALHO e OLIVEIRA, 2008).

Assim, embora de forma cronologicamente diferente, Viçosa segue os mesmos passos do processo de verticalização verificado em outras cidades. Os edifícios com baixo padrão de acabamento, voltados para o uso de populações específicas, surge antes mesmo dos primeiros edifícios de alto padrão. Nesse caso, a inversão ocorreu porque o processo, que teve início nos anos 1970, quando o padrão de habitação em apartamentos já está amplamente difundido em todo o território nacional, foi voltado para uma população específica, oriunda de fora do município, e que utilizaria os apartamentos como habitação temporária. Processo que ainda assim, não chegou a alterar negativamente o valor simbólico do edifício vertical como sinal de modernidade ou representação de status.

---

#### 4.1.5. Dimensão social: o espaço social da verticalização

---

O início da verticalização é, sem dúvida, um marco histórico no imaginário dos habitantes da pequena cidade. O arranha-céu se insere, símbolo da modernidade, criando novas perspectivas para o crescimento da cidade. Todavia, ele não só transforma a paisagem da cidade, como muda o modo de vida das pessoas.

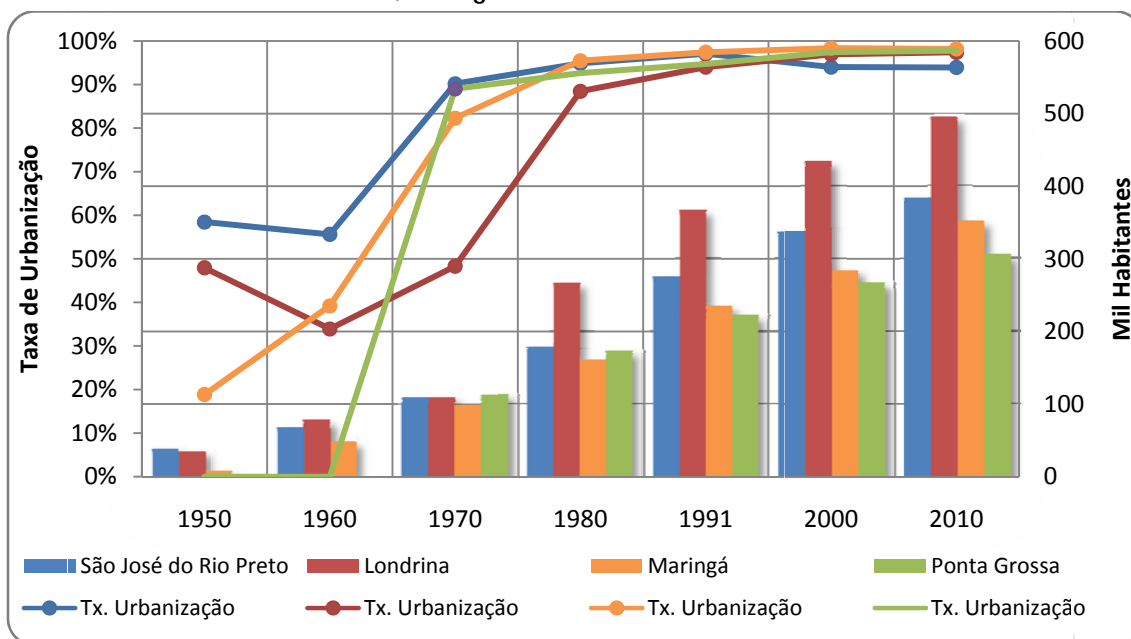
SAHR (2000), citando Speller e Kohlepp, coloca o processo como uma tentativa de “imitar a vida urbana das metrópoles, contribuindo para uma homogeneização sócio-cultural no país, pelo menos para as classes média e alta, e para a consequente descaracterização das identidades locais” (SAHR, 2000 p. 20).

Para Francisco (2007), entre os efeitos da verticalização o mais grave pode ter sido

*a perda, irreparável, das qualidades urbanas de uma cidade pequena que, mesmo sem uma rede modernizada de infraestrutura, tinha no corpo a corpo do contato do cidadão do interior uma forma de minimizar o abismo e as disparidades sociais reveladas mais tarde pela cidade verticalizada. O centro da cidade que tinha, no casario baixo, na diversidade da vizinhança e na vegetação que sombreava as ruas e praças, o privilégio das relações inter-pessoais, viu ser substituída a ‘urbanidade acaipirada’ pela importação do modelo modernizador do urbanismo paulistano que foi, paulatinamente, eliminando os vestígios da cultura local e diminuindo os laços de intimidade. O tempo fugidio, característico da modernidade em processo, roubou-lhe o tempo da cidade do interior (FRANCISCO, 2007 p. 82)*

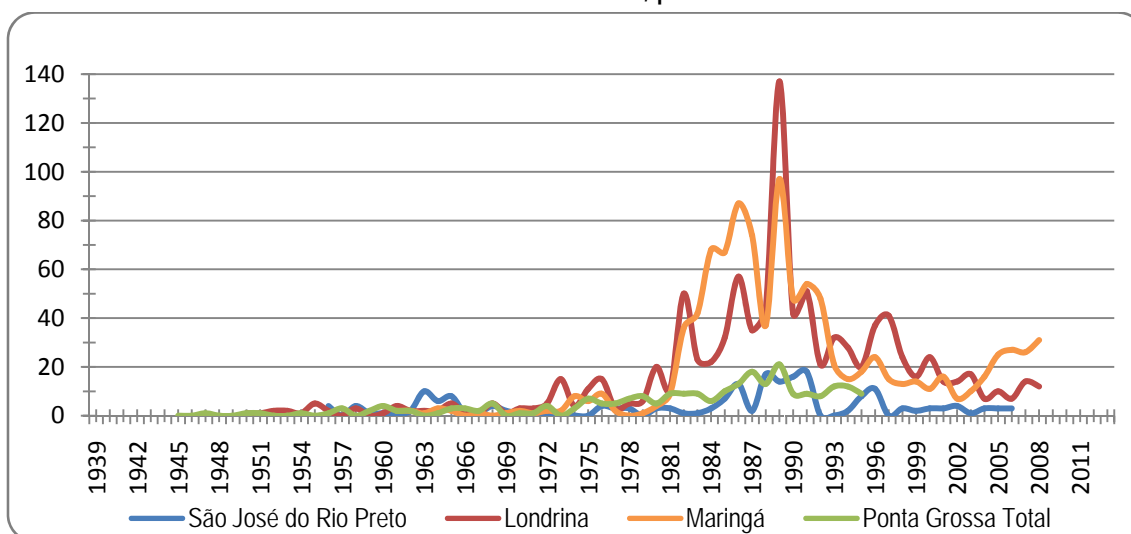
Uma organização espacial, solidamente atrelada às relações sociais que se estabelecem durante a batalha “corpo-a-corpo” entre cidadãos, seria substituída por uma uniformização cultural, estranha ao local. O edifício vertical, neste sentido, não somente constitui um novo elemento na paisagem, como também, ao trazer consigo novos valores e ideais relacionados à moradia, desconstrói as relações até então construídas.

Gráfico 5 – Taxa de urbanização e População urbana dos municípios de São José do Rio Preto, Londrina, Maringá e Ponta Grossa de 1950 a 2010



Fonte: IBGE (2010); (FRANCISCO, 2007); (TÖWS, 2010)

Gráfico 6 – Número de edifícios verticais construídos em Londrina, Maringá, São José do Rio Preto e Ponta Grossa, por ano.



Fonte: (FRANCISCO, 2007); (TÖWS, 2010); (SAHR, 2000); (CASARIL, 2008)

Cabe notar que existe uma notável diferença entre os processos de verticalização de Londrina e Maringá, de um lado, e São José do Rio Preto, de outro. Embora todas apresentem características demográficas semelhantes (Gráfico 5), a evolução da verticalização apresenta nítidas diferenças (Gráfico 6), sendo que as duas cidades paranaenses se verticalizaram bem mais intensamente do que a representante paulista.

Enquanto São José do Rio Preto, fundada em 1852, viu seu primeiro edifício de apartamentos surgir em 1956, ou seja, 104 anos depois de sua fundação, os primeiros edifícios verticais surgem em Londrina e Maringá quando os municípios tinham, respectivamente, apenas 18 e 17 anos de fundação.

Sem dúvida, o fato de Londrina ser resultado de um loteamento capitalista contribuiu também para uma composição culturalmente heterogênea, composta tanto por imigrantes italianos e japoneses como também de outros estados brasileiros. Casaril (2008), analisando os dados de comercialização dos lotes da Companhia de Terras Norte do Paraná, responsável pelo empreendimento, constata que a maioria dos lotes rurais foi vendida à vista, “ficando claro que nesta fase (inglesa) os seus compradores eram indivíduos que possuíam algum recurso acumulado e que estavam deslocando-se à procura de terras a fim de adquiri-las” (2008 p. 84).

São José do Rio Preto, por outro lado, formou-se a partir da migração de ex-mineradores que retomaram a agricultura depois da decadência da extração de ouro na região das Minas Gerais, no início do século XIX. O noroeste paulista é ocupado não somente por “familiares em busca de trabalho, mas também grileiros, aventureiros, pistoleiros e foragidos da justiça” (MAHL, 2011 p. 68). Como consequência das dificuldades de contato com os centros econômicos neste período, “a pobreza foi a marca fundamental destes núcleos populacionais”, situação que foi “totalmente transformada com as possibilidades da economia cafeeira, que rumou a oeste em meados do século XIX” (MAHL, 2011 p. 69). Este perfil populacional viria a se transformar depois da virada do século, com a chegada de imigrantes estrangeiros e nordestinos, apesar de se manter a maioria de mineiros e descendentes. A posse dos lotes rurais também provocaria constantes conflitos, inclusive com uso da violência para garantir seu direito de uso. (MAHL, 2011)

Desta forma, enquanto a organização espacial de Londrina, por tratar-se de uma ocupação planejada, se caracterizou pela distribuição de ‘classes’ segundo a diferenciação de preços dos lotes, por imposição da loteadora, em São José do Rio Preto, a formação do núcleo urbano se deu de forma espontânea, e a organização social do espaço teve um longo período de tempo para se acomodar, atribuindo diferentes valores a diferentes localizações urbanas.

A cidade paulista viu seus primeiros edifícios subirem quando uma estrutura espaço-social já havia se consolidado, e as tradições familiares, sobretudo entre as classes mais antigas e mais ricas já haviam se estabelecido em sua localização espacial, ao longo de algumas gerações. Já nas cidades planejadas e recém-formadas por imigrantes como no Norte do Paraná, as famílias, mesmo as das classes mais abastadas, instaladas ali há pouco tempo, tardam a estabelecer relações simbólicas de valor das localizações e nem as relações sociais até então formadas são densas ou solidárias com as disposições espaciais.

Esses aspectos da questão são bastante melhor ilustrados com o caso da cidade de Viçosa. Os primeiros apartamentos vêm suprir uma demanda específica, para um público específico, composto por pessoas estranhas à cidade, que desejam se localizar próximas a um ponto específico da cidade, a UFV. Desta forma, a acomodação em apartamentos é facilitada porque destinada a pessoas cujo único laço social na cidade é a própria universidade. Assim, além de fazerem parte do mesmo espaço social, são reduzidas as possibilidades do surgimento de problemas decorrentes da falta de privacidade em função de “choques culturais” ou outros.

O apartamento, ao compartimentar as famílias e privar a habitação do contato direto com a rua, permite, como mencionado, que pessoas pertencentes a espaços sociais diferentes convivam lado a lado; torna-se, portanto uma boa alternativa para pessoas vindas de outros locais que não estão efetivamente conectados a uma rede de relações sociais que se reflete na organização da cidade e, portanto, possuem capitais culturais diferentes. Para a família que há gerações se estabeleceu em uma posição social favorável na cidade, mudar-se para um apartamento significa desvincular-se não somente do solo, mas também de toda uma gama de relações sociais que se estabeleceram ao longo do tempo, assim como de valores coletivos construídos pela sociedade associados ao ponto onde se localiza sua residência térrea.

Assim, é possível afirmar que é condicionante da verticalização a existência de um público disposto a adotar essa nova forma de habitar representada pelo apartamento ou, em outras palavras, de pessoas cujo território esteja fragmentado ou em vias de fragmentação. Este público pode ser constituído de imigrantes, como no caso de Londrina e Maringá, de moradores temporários vindos de outras cidades, como no caso



de Viçosa, ou mesmo de grupos internas à população da cidade, cujas relações territoriais já não se encontram mais relacionadas com a organização do espaço.

A verticalização tem início nas cidades brasileiras como forma de reprodução do capital, cujo único objetivo é ampliar a renda fundiária extraída de lotes urbanos. A viabilidade do empreendimento, no entanto, é determinada por uma série de fatores relacionados às diversas dimensões analisadas.

É possível elencar as seguintes condicionantes que se aplicaram ao surgimento dos primeiros edifícios verticais:

1. A existência de um excedente de capital, que possa ser aplicado no edifício, ampliando a renda fundiária;
2. A valorização diferenciada das terras, causada pelo crescimento demográfico e a expansão urbana;
3. A atratividade do centro urbano como locus dos estratos mais altos da sociedade e como concentrador de atividades de comércio e serviços;
4. A disponibilidade de terrenos na área central em preço acessível;
5. A existência de uma demanda, construída através de:
  - a) Associação do edifício de apartamentos ao luxo e requinte;
  - b) Construção da imagem do arranha-céus como símbolo de modernidade;
6. A resolução de questões técnicas (disponibilidade de materiais de construção, mão-de-obra capacitada, eletricidade, elevador e outros).
7. A existência de grupos com territórios fragmentados, geralmente – mas não necessariamente – por motivo de um rápido crescimento populacional através da imigração oriunda de localidades diferentes.

---

## 4.2. A fase de consolidação

---

Passada a euforia provocada pela construção dos primeiros arranha-céus, verdadeiros ícones de uma modernidade sonhada, o edifício vertical passa a fazer parte do cotidiano do homem urbano. Ao mesmo tempo em que a verticalização se torna corriqueira e se transforma em rentável objeto de comercialização, se justifica também como solução para o contínuo crescimento da população urbana, que por sua vez, provoca o aumento da densidade e também da sensação de insegurança. Os apartamentos passam a ser vendidos como solução para o problema da segurança, e assim são vistos pela crescente classe média, ávida por consumir o produto representativo do poder das classes altas. Morar na região central, num edifício de muitos andares, torna-se um fetiche a ser realizado como símbolo de ascensão social.

Em sua segunda etapa, a verticalização vai se caracterizar pela produção intensiva de edifícios verticais na região central das cidades, tendo como marco inicial o momento em que os lotes vazios na cidade se tornam escassos, induzindo a demolição das edificações mais antigas. Esta etapa se estende até o momento em que a verticalização, tendo saturado o centro, passa a procurar outras áreas ou a extrapolar os limites do centro original. Na maioria dos casos estudados, devido à dificuldade de identificar o momento em que se dá a transição de uma etapa para outra, definiu-se como aquele em que se dão as alterações das legislações municipais para satisfazer às necessidades capitalistas de aumentar a renda fundiária. Cabe entender que este período é precedido daquele em que o capitalismo monopolista já é uma realidade e os terrenos das áreas centrais nestas cidades já sofrem certo nível de especulação, fazendo aumentar o seu preço. A possibilidade de aumentar o lucro através da multiplicação da área comercializável, tendo a verticalização como instrumento, já é realidade. Aumenta, assim, a pressão do capital sobre os governos para que os dispositivos legais existentes, tais como planos diretores e outros instrumentos restritivos, concedam a possibilidade dos proprietários de terras de realizarem o capital investido na incorporação e comercialização de unidades residenciais. O que se verifica, então, é o surgimento de Planos Diretores, leis de zoneamento ou outros instrumentos legais em que os coeficientes de aproveitamento, quando adotados, permitam a verticalização nas áreas de interesse, representados em um primeiro momento pelo centro e, depois, por áreas a ele adjacentes.

Seria difícil precisar o momento em que o apartamento, em cada cidade, passa a ser uma opção de moradia.

*Num primeiro momento, em que a cidade [de Londrina] ainda era compacta, a questão tinha mais uma carga simbólica. Falava-se muito em a maior estrutura de concreto, o prédio mais alto. Depois os edifícios passam a ser encarados como uma opção variável de habitação (YAMAKI apud OURA, 2006, p,49).*

O apartamento, assim como o edifício vertical, se inserem no cotidiano das cidades, já não causando tantas reações enérgicas – nem de euforia, nem de repulsa – entre os moradores da cidade. Ainda que a verticalidade das cidades possa impressionar visitantes de outras cidades onde o arranha-céu ainda não é uma realidade, ele passa a fazer parte da cidade. Uma vez aceito, o edifício vertical passa a ser vislumbrado como opção viável de investimento de capital.

*Os primeiros edifícios altos reforçaram o conceito de modernidade na arquitetura londrinense e, ao apresentar variadas funções indicando o potencial das construções verticais, mais e mais empreendedores da cidade eram seduzidos pela possibilidade de lucro gerado pelo investimento na nova evolução técnica construtiva (OURA, 2006 p. 49).*

Segundo Ribeiro (1997) o capital investido no setor imobiliário encontra um problema fundiário, na medida em que a distribuição espacial urbana significa “a cristalização jurídica de relações sociais estranhas ao modo de produção capitalista, herança histórica de outros momentos do desenvolvimento das sociedades” (RIBEIRO, 1997 p. 86). O autor coloca o exemplo do pequeno comerciante, a quem a propriedade privada permite continuar como trabalhador independente, ao passo que sua perda

*"significa, frequentemente, sua proletarização, já que muito dificilmente com o produto da venda do 'ponto' ele poderá comprar um terreno que lhe ofereça as mesmas condições locacionais" (RIBEIRO, 1997 p. 88)*

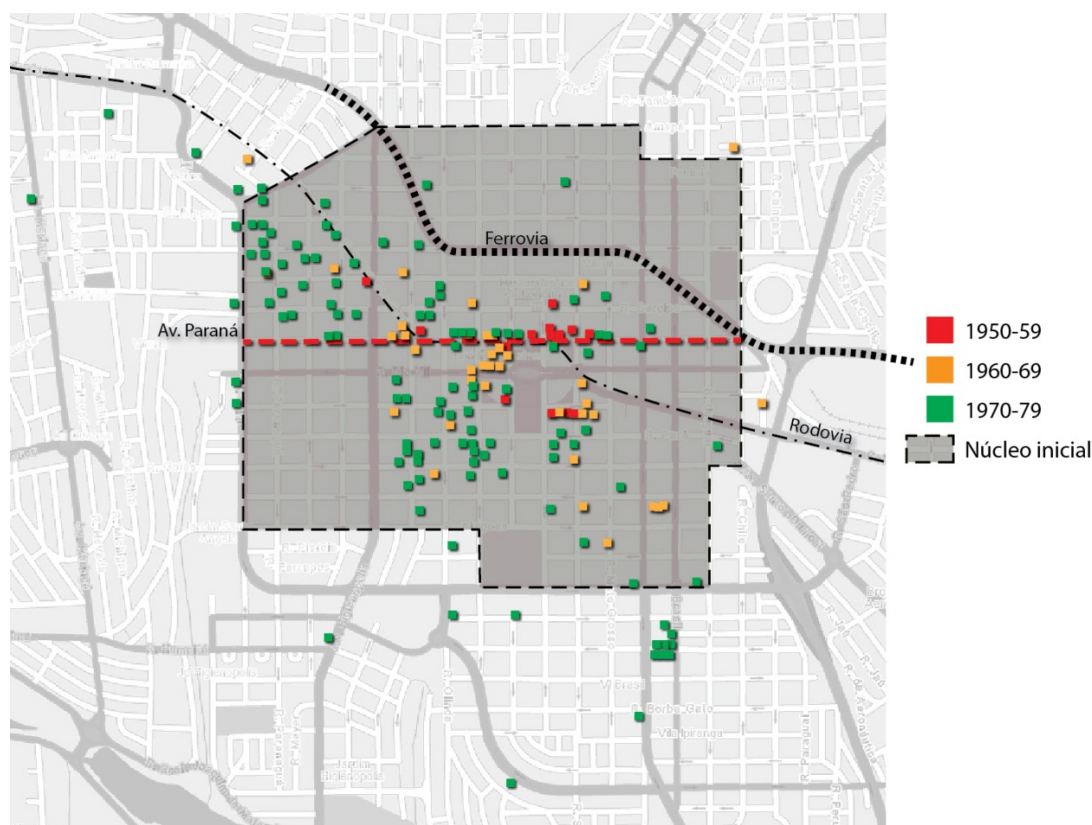
Desta forma, este problema fundiário torna-se um obstáculo para a contínua verticalização das áreas centrais. O terreno cujo preço já era elevado pela polarização exercida pelo centro, passa a sofrer especulação, na medida em que os terrenos vazios começam a se esgotar.

Neste momento, a verticalização encontra dois caminhos possíveis: ou começa um processo de substituição dos edifícios existentes na área de maior interesse, geralmente a central, ou, caso a legislação urbanística vigente permita, os edifícios

verticais começam a surgir em outros pontos fora da área central, geralmente em áreas vizinhas ou ao longo dos principais eixos viários da cidade.

#### 4.2.1. Dimensão Espacial: A verticalização do centro

Em Londrina, os primeiros edifícios surgem no núcleo central, ao longo da Avenida Paraná, onde se concentram durante a década de 1950 (Mapa 1). Na década seguinte, ainda estão quase todos concentrados no núcleo original estabelecido pela CTNP. É durante a década de 1970 que os edifícios, agora em um ritmo mais acelerado, começam a ser construídos fora do núcleo, ou em regiões mais afastadas da Avenida Paraná, mas também adensando a região existente. Percebe-se o crescimento vertical no sentido sul, ainda dentro do núcleo original, e também no sentido noroeste, ao longo da rodovia.



Mapa 1 – Espacialização da verticalização em Londrina, 1950 a 1979

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Casaril (2008)

A legislação então vigente era a Lei 133 de 1951, elaborada segundo plano de Prestes Maia. A lei “não privou a construção de edifícios altos na cidade, mas ela elegeu as melhores regiões para a elite londrinense residir” (CASARIL, 2008 p. 108).

Já a lei de Zoneamento, a nº 788 de 1963 constituiu uma simplificação da lei de 1951 (OURA, 2006), mas institui o conceito de Coeficiente de Aproveitamento, delimitando as zonas destinadas à verticalização às áreas residenciais e comerciais, localizadas na região central, com coeficientes de aproveitamento correspondentes a 4 a 6 vezes a área do terreno. A construção de edifícios verticais seria regida nos anos 1970 pelo Plano Diretor de 1968 e pela Lei de Zoneamento, nº1.635 de 1969, que fazia pequenas alterações na Lei de Zoneamento, garantindo a verticalização do centro, localizado nos espigões, e o controle de gabaritos nas regiões periféricas, preservando o *skyline* da cidade (TÖWS, 2010).

Ao longo dos primeiros anos da década de 1970, a lei sofreria alterações frente “à incompatibilidade das exigências e as zonas estabelecidas”(OURA, 2006 p. 64), até que surgisse a lei nº 2.518, de 1974, que visava “aumentar a produtividade de terrenos, principalmente na área central, reduzindo o número de zonas funcionais e ampliando as áreas da região do centro possíveis de verticalização” (OURA, 2006 p. 64).

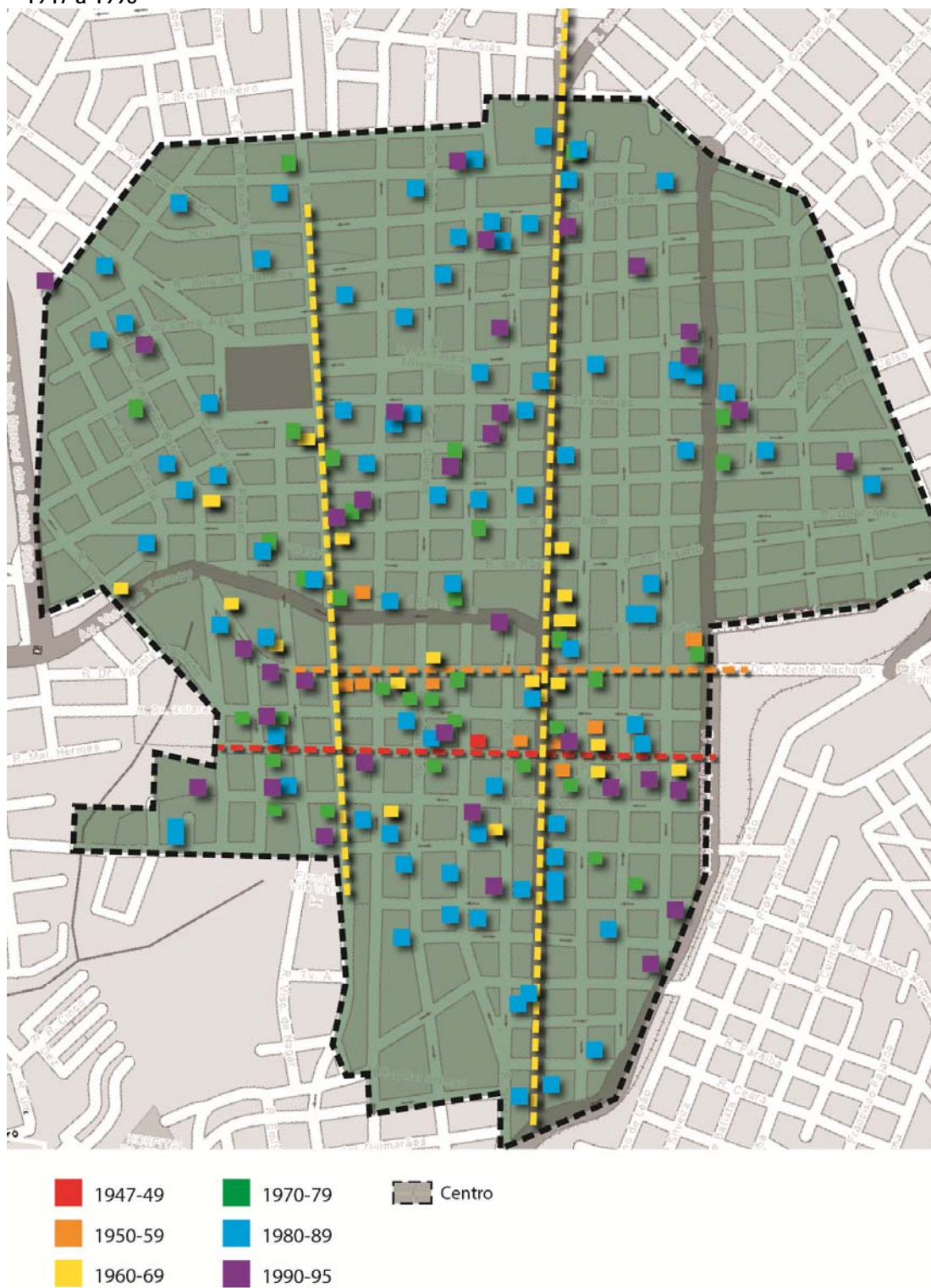
É possível, portanto, compreender que neste momento a verticalização começava a se deparar com um crescente problema fundiário, vendo-se necessária a expansão das áreas “verticalizáveis”, o que de fato ocorre, provavelmente sob pressão de interesses particulares.

Dentro da periodização aqui proposta para Londrina, a legislação de 1974 pode ser estabelecida como marco divisório entre o primeiro e o segundo períodos da verticalização. A especulação sobre os terrenos centrais faz com que as construções centrais sejam gradativamente substituídas, e as regiões periféricas ao centro começam a se verticalizar de forma cada vez mais intensa. É somente a partir da década de 1980 que este processo passa a realmente extrapolar o núcleo central, atingindo áreas mais distantes.

Em Maringá este marco é representado pelo conjunto de legislações urbanísticas aprovadas em 1968, que buscam o adensamento da cidade através da verticalização. A partir da década de 1970, com o acúmulo de capital resultante de mudanças na agricultura, aumenta o número de construções verticais, e inicia-se “o processo de substituição das construções de madeira pelas construções de

alvenaria”(TÖWS, 2010 p. 150), o que resulta em uma remodelação da paisagem urbana.

Mapa 2 – Evolução da verticalização do Centro de Ponta Grossa e eixos de verticalização – 1947 a 1995



Fonte: Elaborado pelo autor com base em SAHR(SAHR, 2000)

---

Na cidade de Ponta Grossa, como pode ser visto no mapa acima, a verticalização está bastante restrita ao centro até o final da década de 60. Segundo SAHR (2000), na década de 1970 surge o primeiro edifício de uso exclusivamente comercial, e também o primeiro “conjunto”, ou seja, um grupo de edifícios verticais fora do centro. Embora não seja possível precisar o momento em que a verticalização começa a extrapolar o centro, estima-se que seja por volta do ano de 1975, quando a produção de edifícios verticais começa a tomar impulso.

Segundo descrições da autora, até o ano 2000, data da publicação do artigo consultado, um único edifício com mais de 10 pavimentos havia sido construído fora da região central da cidade. Entre os edifícios de 7 a 9 pavimentos, dos 47 existentes 8 estão fora do centro, mas 5 destes estão localizados no bairro Estrela, destinado às classes médias e situado nas proximidades do centro (SAHR, 2000). Apenas as edificações com até 6 pavimentos estão dispersas pelo território da cidade, mas aparentemente estas edificações se concentram nos eixos viários mais importantes da cidade.

---

#### 4.2.2. Dimensão simbólica: O consumo do edifício

---

Em Viçosa, o novo Plano Diretor e a Lei de Uso, Ocupação e Zoneamento do Solo Urbano, de 2000, significou alterações na legislação urbanística, que até então estabelecia um único gabarito para a cidade, controlando a verticalização e tendo como consequência a “elevação dos preços dos imóveis na área central” e “o aumento da pressão pela demolição de imóveis antigos, muitos deles de valor histórico e arquitetônico” (CARVALHO e OLIVEIRA, 2008).

Em ambos os casos, a mudança na legislação é sinal de que a verticalização já deixou de ter sua aura de heroísmo, passando a ser vista como objeto de consumo e começando a ocasionar problemas, como a substituição de imóveis históricos ou a degradação da paisagem urbana. A crescente motorização e a disponibilidade de recursos do BNH fazem com que o perímetro urbano se expanda, acompanhando e até extrapolando o crescimento populacional. Em Maringá, esta expansão, no ano de 1974, resultou na expansão da área urbana para duas vezes e meia

maior que a anterior. Como reflexo desta mudança, o número de loteamentos aprovados na cidade também tem crescimento extraordinário neste período. (TÖWS, 2010)

O crescimento da cidade contribui de duas formas para aumentar ainda mais a procura pelos apartamentos. De um lado, o adensamento provoca um investimento maior em infraestrutura básica nas regiões mais adensadas fazendo, como demonstra Milton Santos (apud FRANCISCO, 2007), com que ocorra uma valorização diferenciada do centro em relação à periferia, desprovida de tais benefícios. É o modelo rodoviário que, priorizando o automóvel, expande as bordas da cidade, dificultando a implantação de infraestrutura em locais mais distantes.

Por outro lado, na década de 1980 observa-se o surgimento de problemas sociais, tais como roubos e latrocínios, provocados pela alta densidade, demandando soluções de segurança. A busca pela segurança que o apartamento começa a representar figura nos estudos de Francisco (2007) sobre São José do Rio Preto, de Oura (2006) sobre Londrina, de Geraldi (2005) sobre São Carlos, de SAHR (2000) sobre Ponta Grossa, todos na década de 1980. Embora neste período as cidades de Catalão e Viçosa estejam ainda na primeira etapa da verticalização, a questão já é apontada nos trabalhos de Martins (2010) e Carvalho e Oliveira (2008), respectivamente, como fator que influencia a decisão pelo apartamento como forma de moradia.

*Com a crise do SFH e do BNH no início da década de 1980 e com o achatamento dos salários da classe média, as construtoras passaram a explorar um novo filão do Mercado Imobiliário: os apartamentos de luxo, com a promessa de segurança para uma população assustada com a violência urbana que buscavam alternativas que conciliassem a comodidade de suas mansões à segurança (FRANCISCO, 2007 p. 100)*

A violência, resultado da acentuação da pobreza e da segregação social, começa a figurar recorrentemente nos noticiários locais disseminando o medo e incentivando a busca pela segurança dos apartamentos. Oura (2006) aponta a utilização da “sensação de pseudo-segurança” como “artifícios de propaganda divulgando ‘morar no prédio é seguro’” (OURA, 2006 p. 68). Esta falsa sensação de segurança se vale da antiga associação da rua com a violência, herança do medo dos primeiros imigrantes estrangeiros de perder suas culturas no contato com as locais. À rua se associam a violência e o medo, porque por ela passam desconhecidos o tempo todo, e não há mais os ‘olhos vigilantes’ de uma comunidade que não mais existe.



---

A insegurança se acentua quando, como no caso de São José do Rio Preto, a expansão da verticalização para fora dos limites do centro (o centro expandido) faz proliferarem edifícios monofuncionais, onde não existe o comércio no pavimento térreo. “Desapareceu a relação do térreo com o espaço público, da cidade. Os térreos passaram a incorporar a portaria, o saguão social, salão de jogos, salão de festas e, por vezes, o apartamento do zelador” (FRANCISCO, 2007 p. 107).

As novas legislações exigem recuos e taxas de ocupação menores, fazendo com que o volume principal do edifício se distancie da calçada, e a necessidade de garantir a segurança impõe a instalação de guaritas, grades e muros constituindo “verdadeiras trincheiras entre o espaço público e privado” (FRANCISCO, 2007 p. 107).

Se no princípio o isolamento da casa em relação à rua era temido e indesejado, agora este isolamento passa a ser procurado. A proteção do território, que antes era garantido pelas relações de vizinhança que funcionavam como uma rede de informações, agora é substituída por barreiras físicas que só fazem acentuar o anonimato e, num círculo vicioso, facilitam a violência urbana.

---

#### 4.2.3. Dimensão Socioeconômica: O espaço do centro adensado

---

No segundo período, a verticalização terá como maior obstáculo a disponibilidade de terrenos, além de circunstâncias políticas e econômicas favoráveis, já que é neste período que as legislações urbanísticas começam a ficar mais restritivas.

A partir deste momento, a verticalização se intensifica, assim como o crescimento da população urbana. A alta densidade começa a surgir como origem de problemas que, cada vez mais, irá afastar as classes mais altas da região central.

Nesta segunda fase da verticalização, consolida-se a fragmentação do espaço. Embora a tipologia dos apartamentos ainda passe por adaptações, e venha ainda a sofrer modificações – o que se verificará inclusive no próximo período – algumas características, que até então apareciam timidamente nos edifícios construídos, passam a ser adotadas em todos os edifícios construídos: a nítida separação entre os apartamentos, tendo como única comunicação o acesso principal (assim como o de serviço, quando existente); no térreo, a clara separação entre o espaço privativo ao edifício e o externo; e

a internalização cada vez maior das áreas comuns de lazer, com contato cada vez menor com a cidade. A perfeita separação entre os espaços público e privado, proporcionada por estas características dos condomínios verticais, faz com que a vida no apartamento se torne cada vez mais fácil e atraente, principalmente por aqueles que não possuem laços familiares na cidade, ou constituem família e procuram novas alternativas de moradia.

As migrações, as transformações da estrutura familiar, a mercadização da habitação são fatores que contribuem para a formação de cidades em que, mesmo que o interesse da maior parte da população ainda esteja nas regiões centrais, a necessidade efetiva de se morar no centro começa a diminuir. O surgimento e a consolidação de bairros populares nas periferias fazem com que surjam, nestes locais, centros secundários comerciais de interesse cada vez maior, fazendo com que o foco no potencial comercial do centro seja atenuado. O mesmo efeito determina o surgimento e a proliferação dos Shopping Centers, que valorizam localizações diferentes das cidades. Com facilidades como a comunicação e a priorização do transporte individual, as classes mais altas passam a morar em locais cada vez mais distantes, podendo usufruir de benefícios oferecidos pela cidade sem ter de se deslocar para o centro, com a vantagem adicional de poderem usufruir de espaços com caráter exclusivo, aonde somente aqueles providos de meios de transporte particulares têm acesso.

São estas transformações, em parte decorrentes do próprio adensamento do centro, que fazem com que cresça uma demanda por outras áreas verticais, destinadas às classes médias.

### **4.3. O espraiamento e a mudança de interesse**

---

O conflito de interesses entre os capitais, que acabam por regular a dinâmica da produção do espaço urbano através da valorização da terra em função da localização, visando o aumento do sobrelucro tem como resultado paradoxal, o crescente desinteresse pelas áreas centrais, provocando sua desvalorização.

O proprietário de habitações localizadas no centro também procura protelar a venda do imóvel, visando auferir o maior lucro possível com a crescente valorização da área central provocada pela continua verticalização. Do ponto de vista do

capital, a dificuldade de se conseguir terrenos construtíveis é solucionada pela nova figura do agente incorporador, "cuja função econômica será a criação da condição: 'disponibilidade de terrenos construtíveis'" (RIBEIRO, 1997 p. 89).

Já para os que utilizam a cidade, esta dinâmica resulta muitas vezes na degradação dos imóveis construídos segundo índices de aproveitamento menores que o permitido pela lei vigente. À espera pela valorização e conscientes do fato de que o valor do seu imóvel está na localização e não no edifício construído, os proprietários acabam por deixar de realizar a sua manutenção. Os imóveis mais antigos e destinados à habitação, construídos em uma área agora predominantemente comercial, são abandonados à própria sorte, já que mesmo reformas intensivas não melhoram sua condição inicial.

O edifício vertical, antes associado à modernidade, passa a revelar os problemas embutidos em sua forma de viver. Seu caráter coletivo, que exige o compartilhamento de espaços físicos, equipamentos de lazer, além da convivência diária com pessoas com costumes diferentes trazem à tona os problemas da vida em condomínio. Assim, SAHR(2000)descreve este caráter coletivo como “mais uma razão para o crescente êxodo da classe alta do centro da cidade, induzindo uma nova diferenciação e degradação social deste espaço" (SAHR, 2000 p. 21).

Soma-se a estes problemas internos, também a degradação da qualidade de vida dos moradores dos edifícios vizinhos que perdem insolação, privacidade, ventilação e visuais. Estes problemas acometem não somente os moradores de casas térreas, mas também os de outros edifícios. Desta forma,

*Se de um lado as edificações elevadas possibilitam uma vista mais agradável (vista dos arenitos de Vila Velha no caso do Para os moradores das vizinhanças dos edifícios, a construção destes representa passar a viver em um ambiente sombrio, úmido e sem a menor privacidade, o que muitas vezes leva ao abandono de tais habitações. Com o adensamento de edifícios, os "benefícios" da verticalização deixam praticamente de existir. (SAHR, 2000 p. 22)*

Desta forma, os edifícios localizados na área central, agora inadequados e degradados, começam a compor uma paisagem urbana desgastada, à qual se soma a própria verticalização, que contribui para a destruição definitiva do antigo contato dos habitantes com a rua.

---

Os pedestres deixam de circular fora do horário comercial, quando não há mais a presença dos habitantes do centro, isolados em seus apartamentos e alheios aos acontecimentos da rua. Deixam de existir os “olhos vigilantes” dos habitantes do bairro, e os imóveis desocupados parecem se tornar ainda mais ameaçadores no escuro da noite. A insegurança aumenta, fazendo diminuir ainda mais a circulação de pedestres, no círculo vicioso já previsto por Jacobs (2003), onde a vitalidade da rua deixa de existir.

---

#### 4.3.1. As migrações intra-urbanas

---

Em nova etapa deste processo, o centro deixa de ter o mesmo interesse de outrora, porém continua a ser foco de interesse para o comércio e para os serviços, devido à aglomeração que ocorre principalmente durante o dia. A desvalorização dos imóveis residenciais é inevitável, e gradativamente as classes mais altas começam a voltar os olhos para outras áreas que ofereçam mais segurança e qualidade de vida. O capital imobiliário, atento à mudança, inicia uma pressão sobre o governo, para que seja feita a mudança de zoneamento (se necessária) de regiões menos adensadas, menos valorizadas e próximas, para que se processe ali a verticalização. No centro ocorre uma substituição da classe alta pelas classes médias, no processo descrito por Villaça em que ocorre, ao longo do tempo, um deslocamento das classes mais altas segundo uma direção única (VILLAÇA, 2001).

A migração classes mais altas agora é polarizada por outros pontos de interesse. Embora ainda interesse manter o acesso ao centro, a disseminação dos veículos individuais proporciona maior mobilidade – ainda que, a médio prazo, esse mesmo veículo possa se tornar um grande redutor da mobilidade. A migração dos edifícios verticais segue a lógica da valorização dos terrenos. A existência de um atrativo mais evidente, tais como uma vista, a proximidade do mar ou de grandes corpos d’água, é explorada como forma de valorizar as áreas vazias no entorno. Caso contrário, os atrativos podem ser criados através da inserção de grandes equipamentos urbanos, como Shopping Centers, universidades ou centros empresariais. São utilizadas ferramentas de marketing valorizando estas qualidades do terreno, ao mesmo tempo em que se ressalta a proximidade do centro como qualidade intrínseca do empreendimento.

Em São Paulo, este fenômeno é verificado já por volta dos anos de 1950. Nesta época, “a ocupação do solo urbano era praticamente total [...]. A existência de um terreno desocupado, em geral servindo de estacionamento, indicava que mais um arranha-céu estava para surgir” (SOMEKH, 1987 p. 78). Se a verticalização já era visível, em blocos, em bairros próximos ao centro, como Vila Buarque e Santa Cecília, também começava a ser visível “em bairros mais afastados, com a Avenida Paulista e vizinhanças” (SOMEKH, 1987 p. 79).

O adensamento em São Paulo acontece de forma tão intensa que, depois de uma saturação do centro, nos bairros imediatamente vizinhos começa a acontecer um processo de verticalização semelhante à segunda etapa aqui definida, como no caso do bairro de Higienópolis.

*A maior parte das mansões desaparecia para ceder lugar a edifícios de apartamentos: em consequência, registrava-se a penetração cada vez maior de moradores pertencentes à classe média. (SOMEKH, 1987 p. 80)*

Assim como acontece nos centros das cidades menores na década de 70 a 80, inicia-se um processo de desconstrução da cidade anterior para sua reconstrução em forma vertical, e ao mesmo tempo ocorre uma substituição de classes.

Embora a saturação completa de edifícios verticais no centro, com a mesma intensidade com que ocorre em São Paulo, não seja verificada nas outras cidades estudadas, o interesse por outros bairros acontece também nas outras cidades. Em São Carlos, verifica-se que o Shopping Center localizado na região sudoeste da cidade exerce a função de polarizador, configurando não um novo centro, mas um polo de interesse, onde, desde o final dos anos 90 são construídos nesta área “edifícios de apartamentos especialmente para a classe média e alta da cidade, uma vez que a nova localização e o equipamentos oferecidos encarecem ainda mais o empreendimento” (GERALDI, 2005 p. 250).

Em Londrina, após a lei de 1974, que libera a verticalização em áreas próximas ao centro, os edifícios verticais começam a ocupar aquelas áreas residenciais, aumentando ainda mais a densidade central, como é possível observar no Mapa 1 As áreas escolhidas para a verticalização são aquelas polarizadas pelo Shopping Catuaí, inaugurado no final de 1989, e o Lago Igapó, concluído em 1959, considerado o “cartão-postal” da cidade. A Gleba Remanescente da Fazenda Palhano, localizada a

sudoeste do centro, é loteada e vai começar a ser verticalizada com alguns dos edifícios mais altos da cidade, a partir de meados da década de 1990, processo que se intensificou nos anos 2000 e ainda está em curso (CASARIL, 2008). O Jardim Petrópolis, localizado ao sul da área central e próximo ao centro administrativo da cidade, também vem sendo verticalizado aproveitando a vista para o lago Igapó, a sudoeste. O Jardim Quebec, localizado a oeste da área central também verá surgir alguns edifícios altos voltados para a classe média, embora não apresente nenhum atrativo em especial além da proximidade em relação à Avenida Maringá, que vem se consolidando como centro de estabelecimentos gastronômicos e de mobiliário de alto padrão, e ao Jardim Shangri-lá, antigo reduto das classes médias altas até as décadas de 1980.

Atrativos como a paisagem podem valorizar uma área, fazendo com que áreas até então pouco ocupadas se tornem objeto de especulação. Pode-se levantar um breve exemplo com o caso de Belém, no Pará. Os bairros do Reduto e Umarizal, localizados próximos ao centro, eram bairros industriais, decadentes desde a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, que permitiu a entrada produtos industrializados melhores e mais baratos. Apesar de localizados próximo ao centro, eram ocupados por população de baixa renda, sujeitos que eram às inundações provocadas pelo Igarapé das Almas. Os trabalhos de canalização, drenagem e extravasamento de águas, que também eliminaram o problema de inundações nos bairros vizinhos, assim como a remoção da população original para áreas periféricas, permitiram a construção da avenida Visconde de Souza Franco. (COSTA, et al., 2012).

Com o solo urbanizado o valor da terra sobe, e o capital imobiliário busca alavancar seus investimentos: começa desta forma, o processo de verticalização em busca do lucro máximo. A verticalização é resultado da valorização fundiária elevada, que, no caso da Avenida Visconde de Souza Franco, foi promovida pela canalização do Igarapé das Almas, a implantação da via e a urbanização do entorno (COSTA e LOBO, 2012, p. 155).

A verticalização intensiva que assim se processa busca a valorização em função tanto da urbanização do entorno como da proximidade do centro. É importante notar que a região, além da central, também tem como atratividade a vista para a Baía do Guajará, uma das principais atrações turísticas da capital paraense (COSTA e LOBO, 2012). Embora aconteça na década de 1970 e em local próximo ao centro, a

---

verticalização desta área ilustra a ação do capital, em conjunto com o estado, para a valorização de um terreno até então desprezado pelo mercado.

Mapa 3 abaixo. Uma nova lei de zoneamento, a 3.706 de 1984, constitui o marco para a próxima etapa da verticalização, ao estabelecer coeficientes de aproveitamento a partir das dimensões do terreno em zonas periféricas, até então com baixos coeficientes (OURA, 2006). Sem a definição de gabarito, a altura dos edifícios passa a ser definida pela área do terreno, permitindo efetivamente a verticalização de várias zonas residenciais (TÖWS, 2010).

As áreas escolhidas para a verticalização são aquelas polarizadas pelo Shopping Catuaí, inaugurado no final de 1989, e o Lago Igapó, concluído em 1959, considerado o “cartão-postal” da cidade. A Gleba Remanescente da Fazenda Palhano, localizada a sudoeste do centro, é loteada e vai começar a ser verticalizada com alguns dos edifícios mais altos da cidade, a partir de meados da década de 1990, processo que se intensificou nos anos 2000 e ainda está em curso (CASARIL, 2008). O Jardim Petrópolis, localizado ao sul da área central e próximo ao centro administrativo da cidade, também vem sendo verticalizado aproveitando a vista para o lago Igapó, a sudoeste. O Jardim Quebec, localizado a oeste da área central também verá surgir alguns edifícios altos voltados para a classe média, embora não apresente nenhum atrativo em especial além da proximidade em relação à Avenida Maringá, que vem se consolidando como centro de estabelecimentos gastronômicos e de mobiliário de alto padrão, e ao Jardim Shangri-lá, antigo reduto das classes médias altas até as décadas de 1980.

Atrativos como a paisagem podem valorizar uma área, fazendo com que áreas até então pouco ocupadas se tornem objeto de especulação. Pode-se levantar um breve exemplo com o caso de Belém, no Pará. Os bairros do Reduto e Umarizal, localizados próximos ao centro, eram bairros industriais, decadentes desde a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, que permitiu a entrada produtos industrializados melhores e mais baratos. Apesar de localizados próximo ao centro, eram ocupados por população de baixa renda, sujeitos que eram às inundações provocadas pelo Igarapé das Almas. Os trabalhos de canalização, drenagem e extravasamento de águas, que também

---

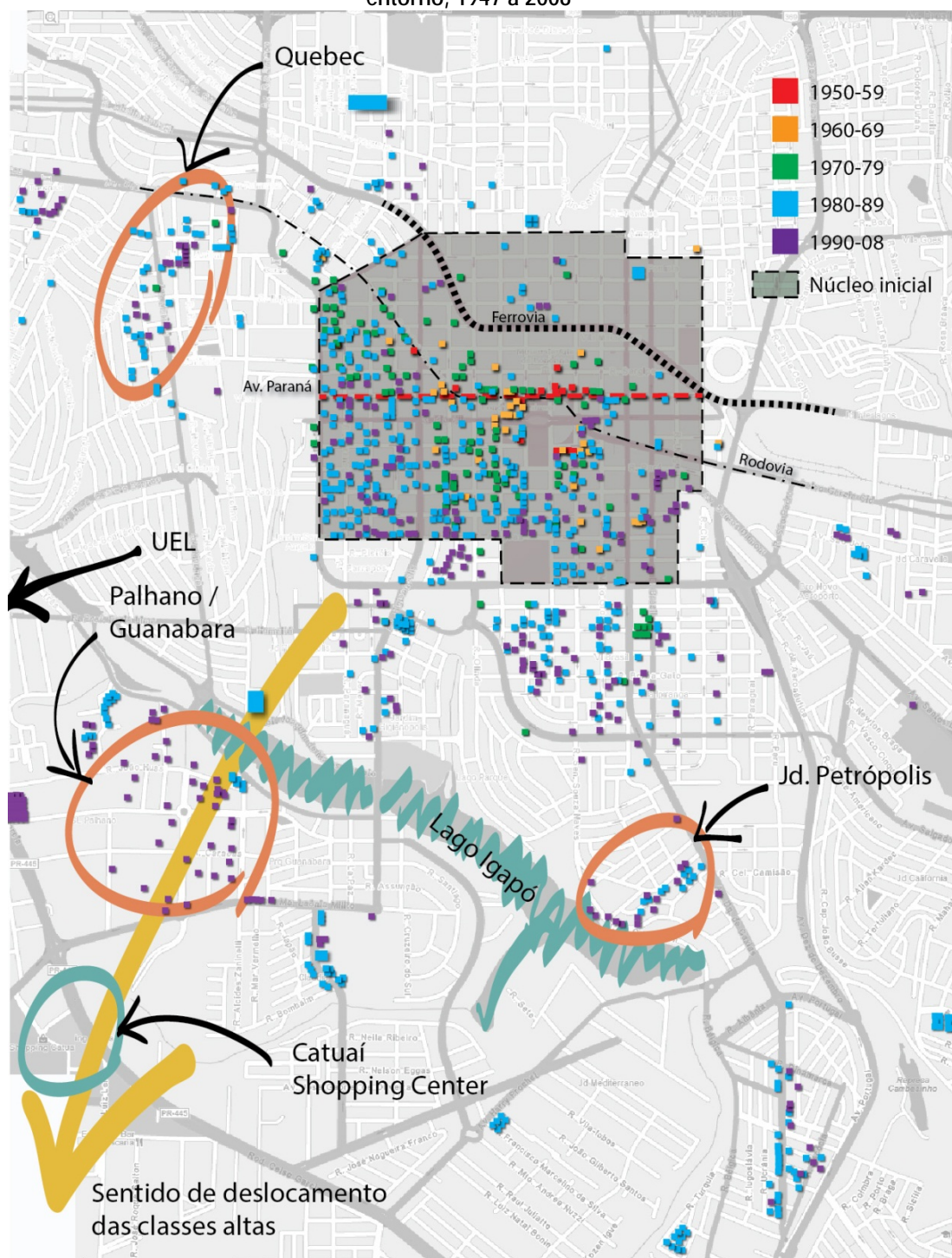
eliminaram o problema de inundações nos bairros vizinhos, assim como a remoção da população original para áreas periféricas, permitiram a construção da avenida Visconde de Souza Franco. (COSTA, et al., 2012).

*Com o solo urbanizado o valor da terra sobe, e o capital imobiliário busca alavancar seus investimentos: começa desta forma, o processo de verticalização em busca do lucro máximo. A verticalização é resultado da valorização fundiária elevada, que, no caso da Avenida Visconde de Souza Franco, foi promovida pela canalização do Igarapé das Almas, a implantação da via e a urbanização do entorno (COSTA e LOBO, 2012, p. 155).*

A verticalização intensiva que assim se processa busca a valorização em função tanto da urbanização do entorno como da proximidade do centro. É importante notar que a região, além da central, também tem como atratividade a vista para a Baía do Guajará, uma das principais atrações turísticas da capital paraense (COSTA e LOBO, 2012). Embora aconteça na década de 1970 e em local próximo ao centro, a verticalização desta área ilustra a ação do capital, em conjunto com o estado, para a valorização de um terreno até então desprezado pelo mercado.



Mapa 3 – Leitura espacial da evolução da verticalização em Londrina – Centro e entorno, 1947 a 2008



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Oura (2006), Casaril (2007) e Töws, (2010)

Embora SAHR (2000) aponte alguns aspectos negativos dos edifícios verticais, em 2000, ano em que seu artigo foi publicado, a cidade de Ponta Grossa aparentemente ainda se encontrava na segunda etapa da verticalização. A autora relata que havia apenas um edifício de mais de 10 pavimentos fora do centro, em um novo subcentro da cidade, o bairro Nova Rússia. Apesar de este único edifício não poder

caracterizar a formação de um novo foco de interesse da verticalização, é possível que a cidade estivesse no momento de transição entre os dois períodos, uma vez que a migração das classes mais altas para outras áreas e a substituição pelas classes médias já podia ser verificado.

*Os prédios construídos nos anos 60 e 70 para a classe alta ponta-grossense, como os edifícios Marieta e Vila Velha, são hoje habitados por famílias da classe média. Esta tendência está associada também ao abandono da área central da cidade pela classe alta, que busca bairros e condomínios mais periféricos, exclusivamente residenciais e com melhor qualidade de vida. (SAHR, 2000 p. 19)*

O valor do centro como polo atrativo da cidade tende a diminuir com o tempo, ao mesmo tempo que outras áreas podem se tornar mais cobiçadas pelas classes que consomem edifícios de apartamentos de alto padrão. Os movimentos que acontecem nestas novas áreas podem tomar forma semelhante aos primeiros passos da verticalização.

---

#### 4.3.2. Dois movimentos

---

Na cidade de Recife, o centro da cidade, localizado próximo ao rio Capibaribe, que cruza a metrópole, resultou no surgimento de áreas privilegiadas às margens deste rio, “que combinava vantagens de acessibilidade ao centro da cidade em atraente elemento do sítio natural” (VILLAÇA, 2001 p. 216). O banho de rio já era costume desde início do século XIX, ao passo que o banho de água salgada foi começar a se tornar popular somente em meados do mesmo século (VILLAÇA, 2001). Assim, um crescimento vertical teve início nos bairros às margens dos rios, mas foi somente na década de 1970 que o interesse imobiliário começou a se voltar para a região sul, definida pela orla da praia de Boa Viagem, que teve uma verticalização mais acentuada a partir da década seguinte (SILVA, 2008).

De acordo com Villaça (2001), a população de alta renda se encontra bipolarizada entre estes dois centros: o Oeste expandido, que inclui bairros de Casa Amarela Cordeiro, Iputinga, Torre e Soledade, abriga 8,73% dos municípios e 32,28% dos chefes de domicílio que percebem vinte salários-mínimos ou mais, enquanto o setor Sul abriga 12,90% e 42,62%, respectivamente. O autor ressalta o fato de que entre as

---

metrópoles estudadas em seu trabalho, Recife é a única “que apresenta duas áreas de concentração de alta renda tão equilibradas” (VILLAÇA, 2001 p. 220).

Embora tenha começado a se integrar à cidade a partir de 1924, com a abertura da avenida Boa Viagem, o bairro do setor sul começa a se verticalizar nos anos 1970, o que significa que houve uma substituição de casas de veraneio, de antes de 1924, por residências permanente, e depois, na década de 1980, “as casas passaram a ser substituídas pelos edifícios, empreendimentos comerciais e por serviços” (SILVA, 2008 p. 45).

Recentemente, a verticalização tem sido intensa nos dois polos, embora com predominância da zona sul, à beira-mar. Verifica-se que em ambos os casos existe a tendência de uma grande concentração seguida de uma expansão dos edifícios verticais, inicialmente nos núcleos e depois para as áreas adjacentes. Silva (2008) demonstra que existe uma tendência de verticalização na margem direita do rio Capibaribe, oposta à já verticalizada, com empreendimentos voltados para a classe média.

É possível, portanto, interpretar que Recife abriga dois polos em que a verticalização acontece, com intensidades semelhantes. Na Boa Viagem a tendência é a verticalização mais intensa junto à orla, com os edifícios mais altos e de mais alto padrão ocupando toda a beira do mar, enquanto edifícios de altura menor vão sendo erguidos nas áreas mais distantes do bairro.

Já no setor oeste, o rio Capibaribe é o atrativo, valorizando os edifícios situados à sua margem. A partir de 1996, quando é aprovado o Projeto Beira Rio, que constrói a avenida Beira Rio, ocorre uma revalorização da região, e começa a acontecer o transbordamento desta verticalização para a margem oposta. A lei dos Doze bairros, de 2001, foi aprovada com a intenção de limitar o adensamento em alguns bairros do setor oeste (SILVA, 2008).

De acordo com informações fornecidas por arquiteto da prefeitura de Recife, mesmo após a aprovação, a possibilidade de renovar a aprovação de projetos anteriores à lei, para construí-los em períodos posteriores constitui prática comum no município, e o recurso é utilizado para garantir o potencial construtivo até o momento em que o empreendimento se viabilize. Assim, mesmo após a lei, verifica-se edifícios

altos sendo construídos nas áreas restritas. Os projetos mais recentes nesta área mudaram de tipologia – de edifícios altos com apartamentos de 3 a 4 quartos com suíte, passaram para edifícios mais baixos, com 1 ou 2 quartos – mas foi mantido o foco no mercado da classe alta.

O caso de Recife dá margem para a interpretação de que a terceira fase da verticalização pode ser caracterizada por um movimento resultante de dois fatores distintos: um deles é o movimento de fuga do centro, seja resultado de sua degradação em função da alta densidade ocasionada pelos edifícios verticais ou seja por legislação que restringe a verticalização, refletindo o receio da degradação; o outro, é um movimento espontâneo das classes mais altas que buscam regiões mais valorizadas e com mais atrativos em locais distantes do centro.

No caso da Boa Viagem, ainda há disponibilidade de terrenos que, mesmo não se situando à beira-mar, ainda são alvo de especulação e continuam em processo de adensamento. Pode-se dizer que, embora tenha sido o destino de uma migração das classes altas, na década de 1970, o que é característico da terceira etapa de verticalização, o bairro em si, ao constituir um novo centro de comércio e serviços, encontra-se em fase de ocupação adensada dos terrenos vazios e substituição dos edifícios existentes por edifícios verticais, ou seja, encontra-se no início da segunda etapa de verticalização.

Já o setor dos Doze Bairros, onde a verticalização foi “artificialmente” interrompida, ou seja, através da imposição da legislação e não da saturação e do adensamento excessivo que resultam na expulsão das classes mais altas, começa a acontecer um transbordamento da construção vertical para as adjacências, com a ocupação de condomínios verticais voltados para as classes médias, o que indica que ele se encontra, diferente do concorrente da zona sul, na fase final da segunda etapa.

Em todo caso, o fato de Recife apresentar dois polos com pesos similares no que diz respeito à atratividade faz com que ambos se desenvolvam de forma relativamente independente.

Dessa forma, nessas novas localizações se verifica uma nova explosão de edifícios verticais, dominando quase que completamente as novas áreas disponibilizadas. Não há (mais) imóveis antigos que atravancam a produção, nem há qualquer herança do

---

passado a atrapalhar a renovação necessária e desejada. Além de tudo, surge uma nova configuração de espaços, fragmentados, ausentes, esvaziados de quaisquer antigos significados. Os habitantes destes novos apartamentos são quase totalmente alheios ao entorno imediato: o acesso aos prédios é feito exclusivamente por carros particulares; o local de trabalho é invariavelmente distante, pois no local há somente edifícios residenciais; não há interesse na vida cotidiana da rua local, pois a vitalidade que seria garantida pela diversidade de usos não está lá. Este isolamento, contudo, é plenamente satisfatório, e muitas vezes desejado pelos moradores. A vida no apartamento das novas áreas verticalizadas significam nada mais que a conquista do isolamento, a segurança da distância dos perigos da rua.

## 5. Considerações Finais

---

Ao longo do trabalho, procurou-se demonstrar como o espaço se transforma ao longo da história, partindo da formação dos primeiros assentamentos humanos, onde o espaço possui uma dimensão simbólica de caráter cosmológico, até a formação das cidades, o surgimento dos edifícios verticais e a degradação dos centros, enfocando principalmente a transformação da territorialidade.

A partir de uma base teórica apoiada em diversas áreas do conhecimento, buscou-se, primeiramente, caracterizar a importância do significado do espaço para o ser humano, ilustrando como a questão da territorialidade afeta desde a convivência entre as pessoas até a formação do espaço físico, em uma relação dialética, onde esta territorialidade é também influenciada pelo ambiente. Além disso, procurou-se demonstrar como as relações familiares e de grupo são importantes para a formação de sociedades cada vez mais complexas, e como estas relações são influenciadas por diferenças de capitais econômicos e culturais de cada grupo ou indivíduo dentro da sociedade. Este conjunto de capitais, que determinam, tomando a definição de Bourdieu (1996), o espaço social, servem tanto para, de um lado, estreitar os laços entre aqueles que compartilham do mesmo espaço social, como afastar grupos de indivíduos que se posicionam em pontos diferentes.

Analisando a evolução das cidades, foi possível perceber a influência do avanço do capital sobre as relações espaciais, adotando-se como conceito a desconstrução espacial, segundo Francisco (2004), que é aplicada sobre a dimensão não física do espaço, ou seja, o espaço social. Em outros termos, o trabalho procurou demonstrar a ação do capital como principal agente da desconstrução do espaço social. Resultado desta ação, o novo espaço social que se forma para acomodar as novas estruturas sociais também viria a passar por novo processo de desconstrução, na medida em que novas tecnologias, modos de produção e meios de reprodução do capital se inserem no meio urbano, sendo continuamente desconstruído para dar lugar a novas organizações do espaço.

Focando-se o estudo no caso das cidades brasileiras, foi possível analisar, ainda que de forma superficial, o efeito da ação do capital sobre o território, ressaltando especificidades da cultura que é resultado da colonização portuguesa. Percebe-se, assim,

que fenômenos específicos como as migrações dentro e de fora do país contribuíram para a formação de uma cultura que é heterogênea, por ter origem em diversas partes do mundo, mas ao mesmo tempo é homogênea em suas diferenças, determinando uma cultura de isolamento entre etnias e classes. Embora aos poucos as diversas culturas viessem se miscigenando, restou como característica comum a necessidade da proteção da privacidade, que evoluiria mais tarde para uma busca pelo isolamento.

Esta crescente busca pela privacidade decorre de transformações no território, na medida em que mudanças na tecnologia e na organização sócio-espacial permitem e estimulam o que se chamou de fragmentação do território. Este território, que antes estava vinculado à casa e se estendia para a rua, agora é composto por fragmentos que se associam a pontos diferentes da cidade, muitas vezes distantes do local de moradia.

Quando surge, o edifício vertical está associado à ideia de progresso, investido de um valor de modernidade com o qual até hoje se identifica. Ele surge como resultado desta busca desesperada pelos valores que ele representa, mas revela-se como importante marco na transformação do espaço urbano.

O processo de verticalização, visto como meio de reprodução do capital, é solução para extração da renda fundiária, tratando a habitação como mercadoria. Para que se viabilize, o edifício vertical encontra diversos obstáculos, entre eles as dificuldades de ordem técnica, a questão da disponibilidade de terrenos e a existência de uma demanda. Esta última tem estreito vínculo com a dimensão simbólica do edifício vertical, e é preciso remover os valores negativos associados ao edifício, até então comparados com outra tipologia habitacional considerada insalubre, os cortiços.

Uma vez superado este obstáculo, o edifício de apartamentos pode se multiplicar pelas cidades Brasil afora, seguindo os exemplos das cidades pioneiras de São Paulo e Rio de Janeiro. Portador de uma imagem inicialmente negativa, o apartamento passa a se tornar objeto de desejo, consumido pelas classes mais altas das cidades que buscam nele o status da localização privilegiada do centro.

Sua banalização, no entanto, leva novamente à degradação da qualidade de vida, tanto daqueles que o habitam como daqueles que habitam a cidade. A alta densidade vertical, principalmente quando mal planejada, é relacionada a diversos

---

problemas, como congestionamentos, falta de insolação, ventilação e privacidade, além da separação entre os espaços da habitação e da rua. Este último efeito da verticalização, embora seja o menos perceptível, é responsável, ainda que de forma indireta, por um problema ainda maior, que é a degradação do espaço urbano.

Desta forma, através do estudo da evolução do edifício vertical, seus significados e implicações sobre o território individual, este trabalho procurou demonstrar como a relação entre homem e espaço está intimamente relacionada com a própria dinâmica das transformações urbanas, não somente sendo influenciado, mas também exercendo influência, direta ou indireta, sobre os fatores que determinam tais transformações.

Assim, exemplos pontuais de verticalização em diversas cidades foram analisados, a partir de trabalhos de outros autores que estudaram o tema. Com uma visão ampla, foi possível determinar períodos distintos para o processo de verticalização, que pode ser aplicado aos mais diversos exemplos. Constata-se que algumas cidades, como Catalão, se encontram na primeira etapa, enquanto Viçosa está na segunda, e Ponta Grossa em transição para terceira, onde se encontram cidades de maior porte como Londrina, Maringá e São José do Rio Preto.

Contudo, ao analisar o caso de Recife, assim como o exemplo citado do bairro de Higienópolis, em São Paulo, constata-se a possibilidade de, em uma mesma cidade, setores diferentes da cidade se encontrem em etapas distintas da verticalização.

Quando determinado setor de uma cidade se verticaliza, o processo costuma acontecer segundo o mesmo princípio da verticalização dos centros das cidades: primeiro, delimitado em uma área central que gradativamente se verticaliza, ocupado por edifícios voltados para classes altas, até que os terrenos se esgotem, fazendo com que se inicie a substituição das edificações antigas. No segundo momento, os terrenos disponíveis para substituição também vão se esgotando, e começam a se verticalizar as áreas adjacentes, geralmente com edifícios voltados para classes imediatamente inferiores. No terceiro momento, ou a legislação é modificada para refrear o adensamento, ou a densidade chega a ponto de degradar a qualidade de vida, fazendo com que as classes altas comecem o processo de abandono deste setor, sendo substituídas pelas classes que ocupam as áreas adjacentes. Como existem densidades



médias no entorno, a migração deve acontecer para áreas distantes, pois os edifícios de vários pavimentos são menos passíveis de demolição do que os térreos. Desta forma acontece um “salto”, e é natural que ele siga direção diferente da área ocupada na fase anterior, ou seja, o centro original.

Assim, se na teoria apresentada por Villaça (2001) as classes mais altas tendem a se deslocar em um único sentido no espaço intra-urbano, a análise da verticalização pode demonstrar não somente que existe este deslocamento, mas também que ele acontece não de forma gradativa, mas em saltos; e se for acompanhado de uma legislação que permita o adensamento, cada novo centro passa pelas três etapas de verticalização, até que seja necessário buscar outra.

Como pode ser percebido nas cidades menores, a duração de cada etapa é bastante variável, podendo ou não ser acelerada pela ação do Estado. Em alguns casos, a verticalização pode acontecer em localizações distintas da mesma cidade, sem que exista interferências entre elas. No entanto, o mais comum é que a mesma classe que antes ocupava a área central constitua o novo centro de interesse.

De todo modo, o adensamento e a verticalização continuam a acontecer mesmo nas áreas centrais já abandonadas pelas classes altas, pois se transformam em áreas de interesse para as classes médias. Quando o centro começa a apresentar sinais de efetiva saturação de edifícios altos, o entorno também já está ocupado, e há uma supervalorização do terreno central. Com o alto grau de dificuldade que se apresenta para a demolição de edifícios altos, começam a surgir problemas com edifícios construídos em décadas anteriores, que vão se degradando por falta de manutenção. Novas necessidades infraestruturais da vida moderna começam a se impor, e equipamentos de lazer e facilidades que cada vez mais são incluídos nos pacotes oferecidos pelas construtoras se apresentam como atrativos que desvalorizam os empreendimentos mais antigos, desprovidos, por exemplo, da “indispensável” churrasqueira na sacada, como tem sido regra em empreendimentos por todo o país nos últimos anos. Assim, a população residente em determinadas áreas é continuamente substituída, sempre por populações de classes inferiores às atuais. Embora o processo possa levar gerações, há o caso emblemático do centro de São Paulo, cujo representante mais conhecido é o Edifício São Vito. Construído na década de 1960, viu-se abandonado e transformado em “cortiço vertical” já nos anos 80, culminando em sua

demolição em 2011. Esta degradação explica-se em parte por ter se localizado no sentido oposto ao avanço das classes altas, que determinaram o abandono do centro nesta época (PAIVA, 2011).

O fato da demolição de um edifício chamar tanta atenção da mídia demonstra a importância do edifício como ícone, antes de uma modernidade, depois de degradação. A demolição representa não somente a destruição de um elemento malquisto em uma região central da cidade, levando consigo todos os males que comportava. É também representação da perspectiva da renovação, de uma transformação, sempre positiva, de uma área cujos problemas são conhecidos pela população. É fácil transpor esta esperança para as outras regiões da cidade, ou seja, observar os edifícios degradados e esperar que aqueles edifícios possam um dia ser substituídos por outros, mais novos, que resolveriam todos os problemas que ali existem.

Os obstáculos que se impõem são enormes. Os centros de grandes cidades se degradam, e mesmo esforços de revitalização acabam não surtindo os efeitos esperados, como no caso dos centros históricos de Recife e de João Pessoa, que foram revitalizados no começo dos anos 2000 e já se encontram novamente em estado de abandono. O *retrofit* tem sido apontado como solução para revitalização de edifícios, e de fato há exemplos de edifícios antigos que sofreram valorização enorme em função de sua readaptação às necessidades da vida moderna, sinalizando uma alternativa à demolição.

No entanto, uma revalorização ou, antes disso, uma revitalização efetiva depende muito mais de uma reconstrução das relações entre as pessoas do que da remodelagem das fachadas. Não se coloca em questão a necessidade de ocupação dos edifícios, que sem dúvida contribuem para esta mudança necessária; o problema é que os próprios edifícios, na forma como foram concebidos, e na forma como constituem o espaço da cidade, engessam as relações entre as pessoas, já que foram construídos com a finalidade primordial de isolar umas das outras.

A demolição dos edifícios não é, contudo, uma alternativa viável, tanto pelas dificuldades técnicas e econômicas como pelo fato de que o único resultado seria a reconstrução de edifícios nos mesmos moldes, reproduzindo a condição de isolamento. A noção de projetos de edifícios que incentivem a socialização também têm sido

frustrados, como provam as praças abandonadas por todas as cidades, mas muito por uma falta de compreensão das dinâmicas sociais que envolvem o uso do projeto arquitetônico ou urbanístico. A praça, por si só, não incentiva o convívio entre pessoas que não tem relações. Pelo contrário, se ela é um espaço público, pode ser ocupada por qualquer pessoa, o que provoca o medo da violência, que também é medo do desconhecido.

O problema da cidade brasileira, neste sentido, está muito mais ligada a razões culturais do que a projetos de arquitetura e de urbanismo. O capital, como se viu, contribuiu imensamente para a formação desta cultura, desconstruindo relações de cidades inteiras, em um movimento globalizante que induz ao anonimato. As particularidades da sociedade brasileira, herança de um passado colonial marcado pela escravidão, pelas misturas culturais e pela segregação social intensa, também se somam a este movimento. As tecnologias de transporte e comunicação, também citadas, vêm aumentar um processo de fragmentação das sociedades: A alta mobilidade trazida pelos automóveis, a facilidade de comunicação trazida pelos celulares e computadores, o intenso fluxo de comunicação propagado pela mídia e por inúmeros outros canais que não se cansam de reinventar, fazem com que as relações de outrora não possam mais existir.

A individualização começa a ser vista até dentro das próprias famílias, pois o território compartilhado se enfraquece: a criança estabelece uma relação de grupo com seus amigos de escola, que podem morar em locais distantes; os pais não conhecem os pais de seus amigos, e eles próprios criam laços com colegas de trabalho, que podem não ser compartilhados com os outros membros da família. O território de cada indivíduo da família, que antes estava plenamente ligado à rua, aos vizinhos, à contida sociedade da pequena cidade, agora se conecta, à distância e de qualquer ponto, a espaços virtuais, a desconhecidos, a comunidades inteiras dedicadas a determinados assuntos e com quem este indivíduo parece sentir que tem mais afinidade do que com os familiares que o cercam.

Dentro das grandes cidades, o isolamento é ainda maior. A única solução para se lidar com uma multidão de desconhecidos é não lidar com eles.

Esta postura se reflete nos edifícios, porque é percebida por um capital atento aos desejos dos consumidores, aos quais prontamente se apresenta um produto, um objeto de desejo. A palavra isolamento se oculta nos anúncios de publicidade, sob codinomes como segurança, praticidade, privacidade, conforto, lazer. Não é possível, portanto, culpar as construtoras ou mesmo o capital imobiliário pela degradação da cidade, pois são as pessoas que, ao desejarem o isolamento, acabam provocando transformações no espaço que resultam em cidades apáticas às pessoas. Enquanto uns buscam a tranquilidade em regiões menos movimentadas, outros se isolam nas alturas, e os que não podem arcar com o custo do status embutidos nestas alternativas tentam se proteger dentro de suas casas, erguendo muros e fechando portas e janelas.

A imagem da cidade moderna, a cidade dos arranha-céus é, assim, a da cidade fragmentada pela ação do capital, desconstruída e reconstruída segundo as segmentações do espaço social, sem necessariamente uma organização espacial correspondente.

Não faz parte do escopo do presente trabalho propor soluções para estes problemas urbanos, mas levantar questionamentos ao propor uma visão abrangente sob o ponto de vista subjetivo da territorialidade. Ao dizer que a arquitetura e o urbanismo não podem resolver os problemas da cidade, não se defende sua ineficácia enquanto instrumentos de transformação urbana. O que se deve ter em mente é que estas são ferramentas que devem se prestar a alcançar objetivos traçados tendo em conta as múltiplas faces das cidades. E para que os objetivos tragam benefícios reais, no centro destas articulações deve estar acima de tudo o homem, e não o capital como se tem observado.

Perceber as necessidades do homem como ser espacial, compreender as especificidades de cada cultura, e de cada segmento de uma mesma cultura, são os primeiros passos para que se possa empreender uma efetiva mudança na forma como o espaço urbano é tratado. O espaço urbano apresenta problemas que não se resolvem simplesmente através da construção de “cidades mais humanas”, a não ser que se compreenda que a humanização do espaço vai além de prover o espaço urbano de áreas verdes, espaços comunitários e culturais, de visuais mais limpas, de insolação, ventilação e afins. Como já dito, estas intervenções são, sem dúvida, positivas, mas

---

devem ser acompanhadas e seguidas de detalhadas análises dos seus efeitos sobre o ser humano como indivíduo, como grupo e como sociedade.

A qualidade do espaço urbano não é a utópica convivência harmônica entre todos os habitantes, pois em muitos momentos a definição de territórios é necessária, e o estabelecimento de barreiras pode, em casos específicos, até ser benéfico para a convivência dos habitantes das cidades. Caso contrário, a única solução seria uma homogeneização massificante de uma cultura global, e a abolição de todas as individualidades e da diversidade cultural, que enriquecem a própria história da humanidade.

Desta forma, buscou-se aqui a proposição de uma forma de compreender os processos urbanos. A verticalização, que talvez seja o fenômeno mais representativo das cidades e metrópoles contemporâneas, foi o objeto de estudo escolhido para este trabalho, mas acredita-se que a mesma forma de análise possa ser aplicada a outros aspectos não abordados, como, por exemplo, a proliferação dos condomínios horizontais, os problemas das favelas e assentamentos irregulares, as questões ambientais envolvendo os assentamentos urbanos, os shopping centers e demais formas de compartimentação de espaços, as manifestações públicas e populares, os grandes eventos esportivos, a comunicação visual e as transformações do cenário urbano, o transporte público, a violência urbana, e quaisquer outros tópicos que, de uma forma ou de outra, se relacionem com as questões da territorialidade aqui expostas.

Espera-se que este trabalho seja, assim uma contribuição para uma melhor compreensão deste fenômeno tão característico dos tempos atuais, que é o espaço urbano.

## 6. Referências Bibliográficas

---

- AUGÉ, Marc. 1994.** *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP : Papyrus, 1994.
- ALMEIDA, M. S. 2004.** *Transformações urbanas: atos, normas, decretos, leis na administração da cidade - Porto Alegre 1937-1961*. São Paulo: Tede (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - FAUUSP.
- ATIQUÉ, F. 2005.** Ensinando a Morar: o Edifício Esther e os embates pela habitação vertical em São Paulo (1930-1962). *Risco, Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, pp. 38-55.
- BACHELARD, G. 1994.** *A Poética do Espaço*. São Paulo : Martins Fontes, 1994.
- BEZZON, J. C. 2002.** *Política e planejamento do desenvolvimento urbano da cidade de Ribeirão Preto no período de 1983 a 2002 : análise crítica do modelo de verticalização periférica ancorada e informatizada*. São Carlos, SP: Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - EESC USP.
- BOURDIEU, P. 1996.** *Espaço Social e Espaço Simbólico. Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus.
- BRANDÃO, C. A. L. 1991.** *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte : Editora UFMG, 1991.
- BRUAND, Y. 2005.** *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- BURGESS, E. W. 1970.** *O crescimento da cidade: Introdução a um projeto de pesquisa*. In PIERSON, D. *Estudos de Ecologia Humana. tomo I - Leituras de Sociologia e Antropologia Social*. São Paulo, SP : Martins Editora S.A., 1970.
- CARVALHO, A. W. B. e OLIVEIRA, L. F. 2008.** *Habitação e verticalização numa cidade universitária: o caso de Viçosa/MG. Arqtextos, São Paulo, 09.100, Vitruvius*. [Online] set de 2008. [Acessado em: 18/12/2010.]  
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/09.100/112>>
- CASARIL, C.C. 2008.** *Meio Século de Verticalização Urbana em Londrina-PR e sua Distribuição Espacial: 1950-2000*. Londrina, PR : UEL, 2008.
- CECCHETTO, F., FARIAS, P. 2009.** "Tu mora onde?" Território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca. In: S. e. CARNEIRO, *Cidade: Olhares e trajetórias* (pp. 219-239). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- CHALHOUB, S. 2004.** *Cidade Febril - Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo : Editora Schwarcz, 2004.
- CHOAY, F. 1979.** *O Urbanismo*. São Paulo, SP : Perspectiva, 1979.

- COELHO NETTO, J. T. 2002.** *A construção do sentido na arquitetura*. 5ª edição. São Paulo : Perspectiva, 2002.
- CORRÊA, R. L. 2004.** *O Espaço Urbano*. São Paulo, SP: Ática.
- COSTA, A. A. 2000.** *A Verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal - RN*. Tese. Doutorado em Geografia. Rio de Janeiro, RJ : Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- COSTA, L. F. 2002.** *Os promotores imobiliários no processo de verticalização das cidades de Maringá, Cianorte e Umuarama*. Dissertação. Mestrado em Geografia. Maringá, PR : Universidade Estadual de Maringá, 2002.
- COSTA, M. C., & LOBO, M. A. 2012.** Esse Rio é Minha Avenida: transformações socioespaciais, elitização e exclusão em Belém (PA). In: M. S. TOBIAS, & A. C. LIMA, *Urbanização e Meio Ambiente*. Belém, PA: Unama.
- DAMATTA, R. 1997.** *A Casa & a Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro : Rocco, 1997.
- FAUSTO, B. 2012.** Imigração: Cortes e Continuidades. In: L. SCHWARCZ, *História da Vida Privada no Brasil*. (Vol. 4). São Paulo, SP: Cia das Letras.
- FICHER, S. 1994.** Edifícios Altos no Brasil. *Espaço & Debates*. 1994, nº 37.
- FERNANDES, A. T. 1995.** Espaço Social e suas Representações. *VI Colóquio Ibérico de Geografia - Actas, Vol. III*, pp. 1179-1185.
- FERREIRA, C. S. 2006.** O edifício Sant'Anna e a Gênese da Verticalização em Campinas *Arquitextos*. Portal Vitruvius. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.078/296>>. Acessado em 11/08/2012
- FRAMPTON, K. 2000.** *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo, SP: Martins Fontes
- FRANCASTELL, P. 1987.** *Imagem, Visão e Imaginação*. Lisboa : Edições 70, 1987.
- FRANCISCO, A. M. 2007.** *Arquitetura e cidade: Habitação vertical em São José do Rio Preto - SP*. São Paulo, SP: Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo).
- FRANCISCO, J. 2004.** Meio Ambiente Construído: Pela Desconstrução Mínima e Socialmente Engajada. *II encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Anais eletrônicos*.
- FRANCISCO, J., CARVALHO, P. F. 2003.** Desconstrução do lugar. O aterro da praia da frente do centro histórico de São Sebastião. *Ambientes - Estudos de Geografia.*, v. 1, pp. p. 105-119.
- GEHL, J. 2010.** *Cities for People*. Washington DC: Island Press.

- GERALDI, J. 2005.** *A produção e o consumo da habitação verticalizada em São Carlos - SP. As especificidades na área central de uma cidade média.* Dissertação. Mestrado em Geografia. Araraquara, SP : Universidade Estadual Paulista - Campus Araraquara, 2005.
- GONRING, R. 2011.** *A redefinição funcional do Centro de Vitória (ES).* Espírito Santo, ES: Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo.
- GUATARRI, F. 1994.** *Caosmose.* Rio de Janeiro : Editora 34, 1994.
- HALL, E. 1986.** *A Dimensão Oculta.* Lisboa : Relógio d'Água, 1986.
- HAMBURGER, E. 2012.** Diluindo Fronteiras: A Televisão e as Novelas no Cotidiano. In: L. SCHWARCZ, *História da Vida Privada no Brasil.* (Vol. 4, pp. 439-487). São Paulo, SP: Cia das Letras.
- HARVEY, D.(2011.** *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo.* São Paulo, SP: Boitempo.
- HERTZBERGER, H. 2010.** *Lições de Arquitetura.* 2ª Ed. São Paulo : Martins Fontes, 2010.
- JACOBS, J. 2003.** *Vida e Morte de Grandes Cidades.* São Paulo : Martins Fontes, 2003.
- JANSON, H. W. 2001.** *História Geral da Arte - O Mundo Antigo e a Idade Média.* São Paulo : Martins Fontes, 2001.
- JUNG, C. G. 1991.** *O Homem e seus Símbolos.* Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1991.
- KÖHLER, WOLFGANG. 1968.** *Psicologia da Gestalt.* Belo Horizonte : Itatiaia, 1968.
- KOOLHAAS, R. 1991.** *Delirio de Nueva York - un manifiesto retroactivo para Manhattan.* Barcelona : Gustavo Gilli, 1991.
- KORMONDY, E J e BROWN, D. E. 2002.** *Ecologia Humana.* São Paulo : Atheneu, 2002.
- LADEIRA, M. E. 1983.** Aldeia Timbira. In: L. C. NOVAES, *Habitações Indígenas.* São Paulo: Nobel.
- LAWSON, B. 2001.** *The Language of Space.* Oxford : Architectural Press, 2001.
- LEMOS, A. C. 1985.** *Alvenaria Burguesa.* São Paulo : Perspectiva, 1985.
- . **1979.** *Arquitetura Brasileira.* São Paulo : Melhoramentos, 1979.
- . **1976.** Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo : Perspectiva, 1976.
- LIMA, R. P. 2008.** *Limites da legislação e o (des)controle da expansão urbana - São Carlos (1857-1977).* São Carlos, SP: EDUFSCar.
- LÖWEN, C. L. 2000.** Dimensões de Análise da verticalização: Exemplos da cidade média de Ponta Grossa/PR. *Revista de História Regional*, 5(nº1).
- LURIA, A. R. 1998.** *Curso de Psicologia Geral - Volume II - Sensações e Percepção - Psicologia dos processos cognitivos.* 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ : Civilização Brasileira, 1998.



- MAHL, M. L. 2011.** Áreas de Fronteira e o Far-West Paulista. In: C. CARVALHO JR, M. L. MAHL, & R. D. CAMPOS, *Terra (In)Cognita: Novos estudos sobre São José do Rio Preto*. Campinas, SP: Pontes Editora.
- MARTINS, P. C. 2010.** *Os "Gigantes" na Dinâmica Urbana de Catalão (GO): A atuação do capital - da especulação à verticalização (1975-2010)*. Catalão, GO: Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.
- MAUTNER, Y. 1999.** A periferia como fronteira de expansão do capital. In: C. DÉAK, & SCHIFFER, S. R. (Orgs), *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo, SP: EDUSP.
- MCKENZIE, R.D. 1970.** *Matéria-objeto da Ecologia Humana*. In PIERSON, D. *Estudos de Ecologia Humana. tomo I - Leituras de Sociologia e Antropologia Social*. São Paulo, SP : Martins Editora S.A., 1970.
- MENDOZA, E. S. G. 2005.** *Donald Pierson e a Escola Sociológica de Chicago no Brasil: Os estudos Urbanos na Cidade de São Paulo (1935-1950)*. In *Sociologias*. ano 7, nº 14, jun/dez. 2005, p.440-470, 2005.
- MERLEAU-PONTY, M. 1999.** *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo : Martins Fontes, 1999.
- MONTE-MÓR, R. L. 2006.** *As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil*. In DINIZ, C.C. e CROCCO, M. B. (Orgs.). *Economia regional: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 2006.
- MUMFORD, L. 1991.** *A Cidade na História - Suas Origens, Transformações e Perspectivas*. São Paulo : Martins Fontes, 1991.
- NADEL, S. F. 1987.** *Compreendendo os povos primitivos*. In FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos*. São Paulo : Global, 1987.
- NOVAES, L. C. (Org.). 1983.** *Habitações Indígenas*. São Paulo : Nobel Editora da USP, 1983.
- OSTROWER, F. 1983.** *Criatividade e processos de Criação*. 3ª Ed. Petrópolis - RJ : Vozes, 1983.
- OURA, K. Y. 2006.** *Verticalização em Londrina-Paraná (1950-2005): a produção do espaço urbano e seu desenvolvimento pelos edifícios verticais*. São Paulo, SP: Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- PAIVA, M. 2011.** *Habitação e Cidade - Do São Vito em São Paulo ao Aleixo no Porto*. Porto: Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- PAULA, N. C. 2005.** *Povos Indígenas e Alção Missionária do Catolicismo no Alto Rio Negro: Evangelização x Autodeterminação e Sobrevivência Cultural*. Recife, PE: Dissertação de Mestrado - UFPE.
- PARK, R. E. 1970.** *Ecologia Humana*. In PIERSON, D. *Estudos de Ecologia Humana. tomo I - Leituras de Sociologia e Antropologia Social*. São Paulo, SP : Livraria Martins Editora S. A., 1970.

- PEREIRA, F. T. B. 2009.***Do incentivo ao controle: o debate sobre a verticalização na cidade de João Pessoa (1956-1974).* Revista Risco. nº 9, 2009, pp. 13-21.
- PIERSON, D. (Org.). 1948.***Estudos de Ecologia Humana. Leituras de Sociologia e Antropologia Social.* São Paulo : Martins Fontes, 1948.
- PIRES, J. M. 2004.** Desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto: 1930-2000. In: *Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: Um espelho de 100 anos* (pp. 179-191). Ribeirão Preto, SP: Gráfica S. Francisco.
- PORTOCARRERO, J. A. 2001.***Báí, a casa Bóe: Báí, a casa Bororo. Uma história da morada dos índios Bororo.* Cuiabá, MT: Dissertação de mestrado em História, Universidade Fedetal de Mato Grosso - UFMT.
- QUINN, J.A. 1970.** A Hipótese de Zonas de Burgess e seus Críticos. In PIERSON, D. *Estudos de Ecologia Humana. tomo I - Leituras de Sociologia e Antropologia Social.* São Paulo, SP : Livraria Martins Editora S.A., 1970.
- RAMIRES, J. C. L. 1998.***A Verticalização do Espaço Urbano de Uberlândia: Uma análise da produção e consumo da habitação.* Tese. Doutorado em Geografia Humana. São Paulo, SP : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 1998.
- REIS FILHO, N. G. 2000.***Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/1720).* 2ª ed. São Paulo : Pini, 2000.
- **1987.***Quadro da Arquitetura no Brasil.* São Paulo : Perspectiva, 1987.
- RIBEIRO, L. C. 1997.***Dos Cortiços aos Condomínios Fechados - As formas de Produção da Moradia na Cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.
- ROSSI, A. 1995.***A Arquitetura da Cidade.* São Paulo : Martins Fontes, 1995.
- RYKWERT, J. 2003.***A casa de Adão no Paraíso.* São Paulo : Perspectiva, 2003.
- **2004.***A Sedução do Lugar - A História e o futuro da cidade.* São Paulo : Martins Fontes, 2004.
- SAIA, L. 1972.***Morada Paulista.* São Paulo : Perspectiva, 1972.
- SANTAELLA, L. 1983.***O que é Semiótica.* São Paulo : Ed. Brasiliense, 1983.
- **1998.***A Percepção - Uma teoria semiótica.* São Paulo : Experimento, 1998.
- SEVCENKO, N. 1998.** A Capital Irradiante: Técnica, Ritmos e Ritos do Rio. In: N. (. SEVCENKO, *História da Vida Privada no Brasil* (Vol. 3). São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, L. H. 2008.***A verticalização do espaço urbano: O caso do Bairro do Prado - Recife/PE.* Recife, PE: Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco.

- SILVA, J. M. 2002.** *A verticalização de Guarapuava-PR e suas Representações Sociais*. Tese. Doutorado em Geografia. Rio de Janeiro, RJ : Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- SIMÕES, E A. Q. e TIEDEMAN, K. B. 1985.** *Psicologia da Percepção*.
- SINGER, P. 1990.** *Economia Política da Urbanização* (12ª Edição ed.). Brasília, DF: Brasiliense.
- SOLÀ MORALES, I. 2002.** *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.
- , **2002.** *Diferencias*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.
- SOMEKH, N. 1987.** A (Des) Verticalização de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. São Paulo, SP : FAU - USP, 1987.
- , **1997.** A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador: São Paulo 1920-2939. São Paulo : Studio Nobel/FAPESP, 1997.
- SOMMER, R. 1973.** *Espaço Pessoal: as bases comportamentais de projetos e planejamentos*. São Paulo : EPU, EDUSP, 1973.
- SOUZA, M.A.A. 1994.** *A identidade da Metrópole*. São Paulo, SP : Hucitec/EDUSP, 1994.
- SPÓSITO, M. E. 1988.** *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo, SP: Contexto.
- TÖWS, R. L. 2010.** *O processo de verticalização de Londrina e de Maringá (PR) Brasil: o Estado eo capital imobiliário na produção do espaço*. Maringá: Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá.
- TREMARIN, A.R. 2001.** *Análise do processo de ocupação e verticalização dos setores estruturais Norte e Sul de Curitiba no contexto do planejamento urbano*. Dissertação. Mestrado em Geografia. Curitiba, PR : Universidade Federal do Paraná, 2001.
- TUAN, Y. 1983.** *Espaço e Lugar*. São Paulo : Edifel, 1983.
- , **1984.** Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo : Difel, 1984.
- VAZ, L. F. 1994.** Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos - a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social, XXIX (3º)*, pp. 581-597.
- VILLA, S.B. 2008.** *Morar em Apartamentos*:. São Paulo, SP : FAU-USP, 2008.
- VILLAÇA, F. M. 2001.** *Espaços Intra-urbanos no Brasil*. São Paulo : Martins Fontes, 2001.
- , **1999.** Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: C. DÉAK, & S. R. SCHIFFER, *O processo de urbanização no Brasil* (pp. 169-243). São Paulo: EDUSP.
- WEISZFLOG , W .** *Dicionário de Português Michaelis*. [Online] [Citado em: 10 de 03 de 2011.]
- WILHEIM, J. 1976.** *O Substantivo e o Adjetivo*. São Paulo, SP: Editora Perspectiva.

---

-----. **1969.***Urbanismo no Subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro : Saga, 1969.

**WIRTH, L. 1970.***Histórico da Ecologia Humana.* In PIERSON, D. *Estudos de Ecologia Humana.* tomo I - *Leituras de Sociologia e Antropologia Social.* São Paulo : Livraria Martins Editora S.A., 1970.

-----. **1987.***O Urbanismo como modo de vida.* In O. G. VELHO. *O fenômeno urbano.* Rio de Janeiro, RJ : Editora Guanabara, 1987.